

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IOLE MACEDO VANIN

**AS DAMAS DE BRANCO NA BIOMEDICINA
BAIANA (1879-1949):
MÉDICAS, FARMACEUTICAS E ODONTOLOGAS.**

Salvador
2008

IOLE MACEDO VANIN

**AS DAMAS DE BRANCO NA BIOMEDICINA
BAIANA (1879-1949):
MÉDICAS, FARMACEUTICAS E ODONTOLOGAS.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, como requisito básico para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Alice Costa

Salvador
2008

IOLE MACEDO VANIN

**AS DAMAS DE BRANCO NA BIOMEDICINA BAIANA (1879-1949):
MÉDICAS, FARMACEUTICAS E ODONTOLOGAS.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História,
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

Ana Alice Alcântara Costa – Orientadora _____
Doutora em Ciências Políticas pela Universidade Autônoma do México
Universidade Federal da Bahia

Márcia Maria Barreiros Leite _____
Doutora em História pela Universidade Católica de São Paulo
Universidade Estadual de Feira de Santana

Antonio Luigi Negro _____
Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal da Bahia

Lina Maria Brandão de Aras _____
Doutora em História pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

Ângela Maria Freire Lima e Souza _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

A
Minha família: Acidalia, Tullio, Vittoria, Humberto, Lucas e João.

Ao
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa e depois a análise dos dados coletado, resultando na presente tese, não teriam acontecido se eu não contasse com o apoio intelectual e emocional incondicional de **Ana Alice Alcantara Costa**, que não foi somente a orientadora, indicando-me e ajudando-me a reelaborar teórica e metodologicamente os caminhos percorridos no processo de feitura deste trabalho, bem como permitindo o meu acesso ao seu acervo documental, constituído de artigos publicados em vários periódicos baianos, sobre o feminismo na Bahia¹, mas foi também a amiga que nos momentos de desanimo, com as palavras certas, me fez continuar a trajetória intelectual que tracei para mim no momento em que ingressei no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

Externo também o meu agradecimento, a Cecília Maria Bacellar Sardenberg pelas adoráveis tardes de discussão sobre a minha pesquisa que resultaram no título da tese.

Agradeço ainda:

As professoras doutoras Maria Hilda Barqueiro Paraíso e Ligia Bellini, coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em História pela compreensão e auxílio durante a realização e conclusão do curso.

As professoras doutoras Ângela Maria Freire Lima e Souza e Maria Lina Brandão de Aras pelas preciosas sugestões dadas a pesquisa e a estrutura do texto final, durante o exame de qualificação.

As “meninas” e aos “meninos” do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM pelo apoio sempre presente durante a trajetória da minha pesquisa.

A Rita Margarida Lessa Costa pelo sempre presente carinho e apoio.

A Flavio Franco que me acompanhou nas visitas aos arquivos, auxiliando na coleta das fontes.

A Carmem Cecília, Elza, Jamille, Aline, Jéssica e Lea pelo auxílio na tabulação dos anúncios de jornais, na digitalização do Livro de Atas da Federação Baiana pelo Progresso Feminino e na tradução de textos.

¹ O acervo que me refiro é o composto pela documentação da pesquisa “Remando contra as correntes: Feminismo baiano (1910-194)), desenvolvida pela professora Ana Alice e que contou com o apoio do CNPQ. O acesso a estas fontes foi primordial para a minha pesquisa.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que respectivamente no período de jul./2006 a jul./2007 e de jul./2007 a março/2008 favoreceram-me com uma bolsa de pesquisa, o que possibilitou a minha dedicação exclusiva, neste período, a conclusão da pesquisa, análise dos dados e construção do texto da tese.

As (os) funcionárias (os) das instituições de pesquisa e bibliotecas que visitei, pela atenção ao atenderem os meus pedidos.

E por último, e não menos importante, a minha família - Tullio, Acidália, Vittoria, Humberto e Lucas – pelo sempre presente incentivo, carinho e compreensão pelas minhas ausências.

Enfim, muitas foram às pessoas que tiveram participação especial no desenvolvimento da pesquisa e na construção da presente tese, gostaria de expressar o meu sincero agradecimento a todas e desculpar-me se por acaso esquecer de mencionar alguém.

A todas e todos, o meu muito obrigado!

VANIN, Iole Macedo. **As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949)**: médicas, farmacêuticas e odontólogas. 275 f. il. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RESUMO

O presente tese objetiva resultados da pesquisa “As mulheres da Faculdade de Medicina da Bahia: médicas, odontólogas e farmacêuticas (1879-1949)”, desenvolvida junto ao doutorado em História da UFBA, cuja finalidade foi verificar se houve um rompimento do mundo biomédico baiano a partir do acesso das mulheres aos cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia – reduto exclusivamente masculino até 1843, quando se forma a primeira parteira. O curso de parteira, no entanto, não possuía o mesmo *status* do de Medicina, de Farmácia e de Odontologia (cirurgia dentária), que continuavam reservados aos homens até a década de setenta do século XIX quando se forma em Cirurgia Dentária Balbina Rosa de Souza, poucos meses após a instituição do curso de odontologia e da obtenção do direito feminino de frequentar instituições de ensino superior no Brasil. Este foi o momento que privilegiei juntamente com o ano de 1949 – separação dos cursos de Farmácia e Odontologia da Faculdade de Medicina da Bahia e, provável, fim da atuação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino – para demarcar a baliza temporal da minha pesquisa. A partir da abordagem teórica e metodológica da História das Mulheres e dos Estudos Feministas e de Gênero trabalhei a documentação institucional, artigos e anúncios de jornais, teses de

doutoramento produzidas pelas médicas, bem como com o Livro de Atas da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, entre outras fontes, com o intuito de responder a pergunta motivadora da pesquisa: *A inserção das mulheres nos cursos de medicina, farmácia e odontologia (1879-1949) significou o rompimento do mundo masculino das ciências biomédicas na Bahia?* Pela análise da documentação acima referida, verifiquei a existência da segregação hierárquica e territorial, nos setores que constituem o “mundo biomédico” da Bahia e cheguei à conclusão que **não houve um rompimento, mas sim um acomodamento, regido linhas de ação patriarcais, da presença feminina em atividades e espaços específicos.**

PALAVRAS-CHAVES: HISTÓRIA, CIENCIA, FEMINISMO E CIÊNCIA

VANIN, Iole Macedo. **As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949):** médicas, farmacêuticas e odontólogas. 275 f. il. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ABSTRAT

This thesis aims to present the results of the research "Women in Bahia School of Medicine: doctors, dentists and pharmacists (1879-1949)", developed with UFBA's Ph.D. in History, which purpose was to determine whether there was a disruption of the biomedical world in Bahia from the women's access to degree courses at the Bahia School of Medicine - redoubt exclusively male until 1843, when the first midwife got her degree. The course of midwives, however, did not have the same status of medical, pharmacy and dentistry (dental surgery), which was still reserved for men until the decade of seventy of the nineteenth century when Balbina Rosa de Souza got her degree in Dental Surgery, a few months after the imposition of the course of Dentistry and after the women got the right to attend institutions of higher education in Brazil. This was the moment that I have privileged in the year of 1949 - separation of courses of Pharmacy and Dentistry, Bahia School of Medicine and, also, end of the performance of the Bahia's Federation for Women's Progress - to demarcate the time goal of my research. From the theoretical and methodological approach of the History of Women and the Feminist and Gender Studies, I have worked on the institutional documentation, articles and ads in newspapers, and doctorate theses produced by women doctors as well as the Bahia's Federation of Women's Progress Book of Acts, among other sources, in order to answer the question that motivated this search: The inclusion of women in the courses of medicine, pharmacy and dentistry (1879-1949) meant the breaking of the male biomedical world of sciences in Bahia? For the analysis of the above, I have noted the existence of hierarchical and territorial segregation in sectors that constitutes the "biomedical world" in Bahia and came to the conclusion that there was not a disruption, but an accommodation, governed by patriarchal lines of action, the presence women in specific places and activities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
	28
GENERO, PODER(ES) E CONHECIMENTO: A EXCLUSÃO DAS MULHERES DAS CIENCIAS BIOMÉDICAS	86
DIALOGOS E PRÁTICAS SOBRE A INSTRUÇÃO SUPERIOR FEMININA NA BAHIA: “FEMINISTAS” VERSUS “ANTIFEMINISTAS” ENTRE O SÉCULO XIX E XX	148
AS PERSONAGENS E OS SEUS ESPARSOS TRAÇOS	195
FRAGMENTOS QUE DESENHAM ASPECTOS DA FORMAÇÃO E DO EXERCICIO PROFISSIONAL	257
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	261
CORPUS DOCUMENTAL	266
REFERENCIAS	

CAPITULO I

GÊNERO, PODER (ES) E CONHECIMENTO(S): AS MULHERES NAS CIENCIAS BIOMÉDICAS.

Os homens não somente excluíram as mulheres da participação nas ciências e empregos durante muito tempo, mas também fizeram ver que essa exclusão se baseia na incapacidade natural delas. Não há, no entanto, nada mais ilusório. (Autora desconhecida, 1763, *apud* SCHIEBINGER, 2004, p.349)²

A BIOMEDICINA E AS MULHERES

A invisibilidade da participação feminina na historiografia sobre a Faculdade de Medicina da Bahia, no que diz respeito aos cursos superiores e ao exercício profissional, não é só uma consequência do androcentrismo, mas, também, um reflexo tanto da hegemonia do método escolástico nas universidades, a partir do século XII, como da influência que modelo científico moderno exerceu na área biomédica a partir do século XVII/XVIII³, que acarretou a negação de todo e qualquer saber não institucionalizado além da exclusão dos seres cujas

² Tradução livre de: “Los hombres no solamente han excluído a las mujeres de la participación en las ciencias y empleos durante mucho tiempo, sino que, además, hacen ver que esta exclusión se funda en la incapacidad natural de aquéllas. No hay, sin embargo, nada más quimérico.” (Autora desconhecida, 1763, *apud* SCHIEBINGER, 2004, p.349)

³ No capítulo “o modelo biomédico”, Capra (2006, p. 116-155) demonstra como o paradigma da ciência moderna influenciou a medicina.

características atribuídas não se enquadravam no perfil instituído para o sujeito do conhecimento. Desta forma, as atividades ligadas ao tratamento e prevenção de doenças, que antes eram de domínio feminino, passam a ser masculinas, os saberes populares e das mulheres, passados de geração a geração, foram excluídos e perseguidos por não se enquadrarem nos paradigmas instituídos pela Escolástica e pela Ciência Moderna.

Tanto o advento da Escolástica como da Ciência Moderna corroboram para a constituição de um mesmo fato histórico: a exclusão das mulheres dos espaços destinados à produção do conhecimento formal, que a partir do século XIII torna-se uma das formas de ascensão ao poder. Para Jacques Le Goff (1995, p. 9) até o advento das universidades, o mundo ocidental tinha conhecido os seguintes meios de acesso ao poder: por nascimento, por riqueza e por sorteio. Que poder é esse que até o século XIII só se tinha acesso pelo nascimento, pela riqueza, por sorteio? De que poder estamos falando? Qual seria o acesso que as universidades, academias e sociedades científicas permitiriam a esse poder a partir do século XIII?

Poder como uma **situação estratégica** fluida e que se constitui a partir das relações sociais contextualizadas no tempo e espaço, que envolvem correlação e lutas de forças, contradições, estratégias, que se corporificam nos aparelhos estatais e institucionais, nas leis e hegemonias sociais. (FOUCAULT, 2001, p. 88-92).

Esta posição estratégica, por sua vez, estava ligada principalmente às relações estabelecidas no espaço público. A partir do momento que atividades e bens ligados ao âmbito do privado passaram a ter valor na esfera pública, por serem suportes para a manutenção de situações estratégicas os (as) sujeitos responsáveis por estas atividades e pela produção destes bens são alijados do processo, até mesmo porque também serão parte do conjunto alvo das ações e instituições construídas para que as situações estratégicas hegemônicas tenham continuidade.

A exclusão das mulheres de atividades relacionadas à cura, que foram sistematizadas a partir do século XVIII na medicina moderna (científica), na medida em que verifico que esta área do saber, como as Ciências Jurídicas e a Teologia, torna-se importante tanto para o acesso ao poder, por meio dos cargos administrativos nas estruturas dos estados, como para sua manutenção, principalmente, por meio da medicina, que, além da cura, controla e normatiza os indivíduos e seus corpos.

O contexto cultural/intelectual gestado entre os séculos XI e XVIII fez parte do processo de construção da Idade Moderna que não foi rápido e nem homogêneo. A exemplo do próprio contexto político e econômico do período classificado como de transição feudal-capitalista é, portanto, “um processo muito longo em termos cronológicos, além de destituído de uma verdadeira uniformidade”. (FALCON; RODRIGUES, 2006, p. 6). Nesta perspectiva, a exclusão da participação feminina na produção de saberes também não será homogênea e tão pouco exclusiva de uma única “instituição cultural”. A criação desses espaços institucionais de produção de conhecimentos (universidades, academias e sociedades científicas) é um fenômeno inteiramente urbano, ligado ao renascimento das cidades e as demandas das novas relações de produção que se iniciam no período mencionado.

O renascimento das cidades possibilitou a fortificação do processo de laicização da educação, uma vez que esta se encontrava durante toda a Baixa Idade Média quase que exclusivamente sob a égide da Igreja, fosse por meio das escolas monacais, paroquiais ou episcopais. Foram estas escolas, com a atuação da corrente culturalista, que a Paidéia Cristã formou não só religiosos, mas, também, os funcionários (burocratas) dos reinos por meio do ensino da leitura, da escrita, do cálculo, da estenografia e das sete artes liberais que os tornaram aptos a exercerem as funções do seu ofício: produzir e reproduzir documentos, “redigir cartas, memoriais, leis e escritos de negócios” (HILSDORF, 2006, p. 14-5).

O processo de laicização foi representado pela presença esporádica da escola palaciana, da corte e comunal (das comunas), paralelas às catedráticas/episcopais, principalmente quando estas últimas não atendiam às demandas específicas de determinados segmentos sociais. Tanto a escola palaciana como a da corte, possuíam a finalidade de preparar magistrados, notários, fiscais, ou seja, a “formação dos filhos da nobreza e dos funcionários da corte”. (GILES, 2003, p. 73). A comunal, sob a responsabilidade das autoridades citadinas, voltou-se para o atendimento das demandas administrativas, econômicas e financeiras dos burgueses.

O surgimento de uma classe burguesa composta de banqueiros, comerciantes, negociantes e artesãos cria a necessidade de se fundarem escolas independentes da Igreja. (...). As escolas municipais tornam-se instrumentos de mobilidade social para um número maior da população. Ademais, e apesar da pouca diferença entre seus programas de estudos, as escolas municipais obrigavam as escolas eclesiásticas a atender com mais afinco às necessidades e aos interesses da crescente classe burguesa. (GILES, 2003, p. 74).

As comunas – cidades independentes do poder do senhor feudal (leigo ou eclesiástico) por meio da compra ou de lutas – constituíram-se em centros dinâmicos das atividades empreendedoras dos burgueses, cuja administração racional tornou-se uma necessidade. No entanto, os conteúdos e estrutura das escolas existentes, até aquele momento, não contemplavam as novas exigências, o que ocasionou o surgimento de uma nova instituição educativa.

(...) afinal, tratava-se de formar quadros para uma nova estruturação da sociedade. Advogados [e médicos], mestres e clérigos devem preencher as necessidades da administração civil e eclesiástica. E, no entanto, as escolas catedralícias não foram estruturadas com essa finalidade. (GILES, 1987, p. 79)

A nova instituição educativa foi constituída a partir das relações formais ou informais de ensino/aprendizagem existentes, a saber: além das escolas elementares (catedráticas, comunais, etc.) havia a atuação de professores/intelectuais autônomos licenciados⁴ que

⁴ A licença docente era comprada da Igreja, uma vez que essa ocupação era exclusiva de religiosos. Para um maior aprofundamento sobre a venda das licenças pela Igreja para leigos recomenda-se a leitura de Le Goff (1995, Cambi (1999)).

ensinavam para grupos de estudantes (homens e mulheres) além das sete artes liberais os conteúdos dos altos estudos: filosofia, direito, teologia (discussões), medicina. Estas aglomerações de professores e estudantes instituíram-se enquanto corporações (leigas ou com influências eclesiásticas) com regras e normas específicas, além de planos de estudos ordenados.

A partir da junção do modelo das escolas catedráticas com os cursos promovidos pelos professores autônomos ou escolas isoladas criou-se a estrutura dos *Studium Generale* que compunha os estudos oferecidos pelas universidades, a saber: primeiro o discente realizava os estudos das sete artes liberais (*Trivium* e *Quadrivium*), para depois, se direcionar para uma especialização (medicina, direito ou teologia).⁵ Pode-se afirmar, portanto, que as universidades (corporações de estudantes e mestres) são frutos, também, das necessidades administrativas das cidades que as escolas existentes não mais contemplavam. A sua importância para o desenvolvimento e fortalecimento tanto das cidades e dos estados monárquicos como da Igreja é destacado na seguinte afirmação:

(...) as universidades serão alvos da pressão normatizadora do governo local, da igreja e do imperador. Todos reconhecem o poder desses intelectuais e professores universitários treinados nos novos saberes e querem integrá-los ao seu serviço, para organizar, administrar e validar a vida nos burgos, nos seus reinos ou na própria igreja, como os carolíngios já haviam feito com seus funcionários-monges em relação às instituições do mundo feudal. (HILSDORF, 2006, p. 25-26)

A organização administrativa e política das cidades serviu de modelo para os estados monárquicos modernos, que trataram de aplicá-la “com método e em escala ampliada, enquanto alguns ideólogos cuidavam de justificá-la” (FALCON; RODRIGUES, 2006, p. 26). Desta forma, os profissionais responsáveis pelo funcionamento da dinâmica administrativa das cidades também passaram a atuar nos estados monárquicos modernos por meio dos seus saberes especializados.

⁵ Sobre a composição da estrutura de ensino adotadas pelas universidades, Cambi (1999, p. 183) faz a seguinte afirmação: “Em Paris, o *studium generale* nasce ao redor da escola episcopal iluminada pelo prestígio de Aberlado, por volta de 1150, instituindo um curso referente ao *trivium* (artes liberais), depois à teologia, ao direito, à medicina, que vinham constituir o nível superior de ensino.”

Autores como Weber (1987), Falcon e Rodrigues (2006), Elias (2001; 1993) e Burke (2003) nos direcionam a refletir sobre a existência de poderes e não de um único poder. Ou seja, situações estratégicas não são só ocupadas pelo monarca, apesar deste ser o centro da entidade política (estado) e distribui posições estratégicas, em maior ou menor grau, de acordo, dentre outros critérios, com os saberes especializados necessários para manter a estrutura política do qual é o gestor máximo. Em outras palavras, para manter a sua posição estratégica ele mantém a tensão entre os vários segmentos sociais e econômicos que lhe dão sustentação por meio do monopólio dos serviços essenciais para a manutenção interna e externa da ordem, caracterizado pela “produção do direito por meio da lei, como emanção da vontade do soberano, e do aparato coativo necessário à aplicação do direito contra os renitentes, assim como o reordenamento da imposição e do recolhimento fiscal.” (FALCON; RODRIGUES, 2006, p. 44).

Os detentores destes saberes especializados eram os burocratas, que ao longo da história auxiliaram os gestores máximos das entidades políticas a manterem o monopólio sobre a ordem existente, é o que se pode verificar na resumida radiografia do perfil que Weber (1987) faz destes profissionais, principalmente no período em que estamos trabalhando, ao analisar a importância destes na operacionalização da “máquina” que é o estado racional.

A Burocracia se caracteriza na vida racional pela sua grande inevitabilidade. Não existe exemplo histórico conhecido onde ele tenha ocorrido de forma completa – na China, Egito e em forma não tão conseqüente como no Império Romano decadente e em Bizâncio – que não tenha desaparecido juntamente com o conjunto da civilização que o sustentava. E no, entanto, estas não eram nada mais que formas irracionais de burocracia; ou seja, “burocracias patrimoniais”. A burocracia moderna se distingue perante todos esses exemplos anteriores pela qualidade que reforça seu caráter inevitável de forma mais definitiva que as outras, a saber: especialização e preparação profissional racionais. (WEBER, 1987, P. 1073).⁶

⁶ Tradução livre de: “La burocracia se caracteriza frente a otros viculos históricos orden de vida racional moderno por su inevitabilidad mucho mayor. No existe ejemplo histórico conocido alguno de que allí donde se entronizó por completo – en China, Egipto y en forma no tan conseqüente en el Imperio romano decadente y en Bizancio – volviera a desaparecer, como no sea con el hundimiento total de la civilización conjunta que la sustentaba. Y sin embargo, ètas no eran todavia más que formas sumamente irracionales de burocracia, o sea “burocracias patrimoniales”. La burocracia moderna se distingue ante todo de esos ejemplos anteriores por una cualidad que refuerza su carácter inevitable de modo considerablemente más definitivo que el de aquellas otras, a saber: por la especialización y la preparación profisionales racionales”.

O ponto crucial na operacionalização desta estrutura são, portanto, responsáveis pela sua administração. Apesar de Weber (1987) destacar a importância das Ciências Jurídicas para a estruturação e funcionamento qual, fazendo uma retrospectiva histórica da profissão jurídica⁷, deve-se destacar que a “máquina estatal moderna”, ao longo do seu desenvolvimento foi movimentada não só por juristas (advogados, juizes, etc.), mas, também, por médicos e outros profissionais, pois se supunha que a formação nos altos estudos, a exemplo da medicina, fornecia a eles os conhecimentos e saberes necessários para a administração das engrenagens que compunham a referida “máquina” ou mesmo para legitimar as suas ações.

O ensino universitário se tornou especificamente importante a medida em que as burocracias em expansão nos novos estados-nação requisitaram mais funcionários. Quando a nobreza de toga e a da espada se coligou, os aristocratas da Inglaterra e França perceberam que a educação era necessária para preparar os jovens cavalheiros para o exercício do poder do Estado. Na Inglaterra, esta nova conjunção entre o serviço no estado e a educação produziu o que Lawrence Stone denominou de “revolução educativa”. Houve aumento de matriculados, incluindo muitos jovens da nobreza rural e das classes médias. Esta revolução, no entanto, não se estendeu às mulheres. Apesar dos defensores destas apresentarem argumentos com energia e durante muito tempo para que fossem admitidas nas universidades, as mulheres de todas as classes continuaram excluídas da educação universitária⁸. (SCHIEBINGER, 2004, p. 30)

As universidades, por meio dos seus cursos, a partir do século XIII elaboraram uma nova forma de acesso ao poder (Le Goff,1995). Como já salientei, foi somente a partir do século XII que a formação em Medicina passou a ocorrer nas universidades. Anteriormente a formação médica ocorria de mestre para discípulo ou em cursos isolados. Destaco que o pensar e a sistematização dos saberes ligados a esta área foi, sobretudo, realizado por homens apesar da presença de mulheres nesta atividade. Margotta (1998, p. 24) ao iniciar a discussão

⁷ Devido ao recorte do estudo, a minha análise irá se deter nas Ciências Biomédicas.

⁸ Tradução livre de: “La enseñanza universitaria se hizo especialmente importante conforme las burocracias en expansión de los nuevos estados-nación requirieron más funcionarios. Cuando la nobleza de la toga se fundió con la nobleza de la espada, los aristócratas de Inglaterra y Francia se dieron cuenta de que la educación era necesaria para preparar a los jóvenes caballeros para el ejercicio del poder del estado. En Inglaterra, esta nueva conjunción entre el servicio al estado y la educación produjo lo que Lawrence Stone ha denominado ‘una revolución educativa’. Aumento el número de matriculados, que incluyó a muchos jóvenes de la nobleza rural y las clases medias. Esta revolución, sin embargo, no se extendería a las mujeres. Aunque los defensores de éstas presentaron sus argumentos con energía y durante largo tiempo a favor de que fueran admitidas en las universidades, las mujeres de todas las clases siguieron estando excluídas de la educación universitaria.”

acerca da história da medicina ocidental no período clássico, sinaliza que esta “desenvolveu-se paralelamente à filosofia, tornando-se uma ciência e uma arte”. Enquanto ciência é parte da filosofia⁹ e corresponde à formulação e sistematização de explicação, a partir de observações da natureza através do raciocínio intuitivo, sobre as doenças, seus meios de cura e prevenção. A escola de Pitágoras exemplificava este viés da medicina, e a de Cós trata de relacioná-la à arte.

A medicina como arte define-se pela prática empírica, os ensinamentos estavam voltados para o “diagnostico de cada paciente do que com discussões sobre as causas da doença” (MARGOTTA, 1998, p. 25). A partir do atendimento aos (as) doentes, formulavam-se diagnósticos e meios de cura. Com a sistematização dos resultados obtidos por meio da atuação dos (as) cirurgiões (ãs), profissionais pagos para curarem, que o *Corpus Hippocraticum*¹⁰ se instituiu, fazendo do seu compilador o Pai da Medicina.

Poucas obras que compõem o *Corpus Hippocraticum* eram de autoria do próprio Hipocrates, mas para Margotta (1998, p.27) o mais importante é Hipocrates ter organizado o *Corpus*. No capítulo “Hipócrates, pai da medicina” da sua **História Ilustrada da Medicina**, Margotta teria se inspirado na alegoria “trabalho da formiga, da aranha e da abelha” criada por Francis Bacon (200-?) para comparar a ciência antiga e a moderna.

Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve de teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intato na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional. (BACON, (200-?).

⁹ A distinção entre ciência e filosofia ocorreu a partir do século XVII com a inclusão da experimentação no processo de produção de conhecimento, sendo esta condição *sine qua non* para a validade deste último. Cf.: Koche (1997, 41-58).

¹⁰ Conjunto dos Tratados Médicos atribuído à Hipocrates.

O destaque dado a Hipócrates como construtor dos princípios da medicina encontra explicação nas relações sociais e de gênero da sociedade grega, onde a ação de pensar o mundo, o cosmo, era atribuída, sobretudo aos homens – cidadãos gregos¹¹. Fazendo uma releitura da alegoria de Francis Bacon e aplicando-a na constituição da medicina, insiro o termo “abelha rainha”. Hipócrates seria a “abelha rainha”, aquela que se alimenta do produzido pelas outras abelhas para conseguir perpetuar a colméia. Não estou negando o valor de Hipócrates enquanto compilador dos conhecimentos sobre cura do seu tempo, permitindo que o arcabouço teórico da medicina fosse se formando, mas ressaltando que as atividades femininas ligadas à manutenção e reprodução da vida foram de primordial importância para a criação do *Corpus*. Algo que Margotta (1998) não o fez, e que reflete bem o tratamento que a ciência, produzida ao longo da história, imputa aos outros tipos de conhecimento, ou seja, “não reconhece os saberes que as mulheres produziram ao longo do tempo, cultivando e preparando alimentos, cuidando de crianças e de enfermos de várias idades, de modo que as contribuições ‘domésticas’ das mulheres não foram valorizadas como parte de nosso conhecimento a respeito da natureza.” (MORO, 2001, p. 26).

Margotta (1998) não reconheceu a contribuição de parteiras e outras mulheres, que nas suas vivências e experiências cotidianas, cultural e historicamente construídas, de cuidar do outro produziram saberes acerca das doenças, da cura, do nascer e do morrer; e, principalmente, que esses saberes foram primordiais para a constituição da medicina enquanto ciência. Todavia Josette Dall’Ava-Santucci (2005, p. 32-33) reconhece a contribuição de médicas e parteiras para a medicina hipocrática:

... elas continuavam sendo as mestras da obstetrícia. E não apenas transmitiam a ciência entre elas, mas acrescentavam muita coisa aos tratados médicos masculinos. (...). Todas as informações referentes à natureza feminina contidas nos livros do *Corpus hipocrático* (do qual se diz que Hipócrato não poderia tê-lo redigido sozinho) foram fornecidas pelas parteiras (DALL’AVA-SANTUCCI, 2005, p. 32).

¹¹ Sobre essa discussão recomenda-se a leitura de **Eros e os processos cognitivos** (SCHOTT, 1996).

Sem a contribuição dos relatos das experiências das médicas e parteiras, muito dos quais escritos, acerca das doenças femininas e sobre farmacopéia, quiçá o *Corpus hipocrático* não viesse a existir. Na própria escola pitagórica era permitida a presença de mulheres, inclusive é atribuída a Teano (mulher ou filha de Pitágoras) autoria de tratados de medicina, matemática e física (SANTOS; TOSI, 1996, p.363). A atuação de mulheres na medicina grega, da homérica a helênica, assim como na antiguidade, não foi rara, apesar da omissão em **História Ilustrada da Medicina**. (MARGOTTA, 1998, p. 27).

Desde a antiguidade as mulheres já exerciam atividades médicas. Adelina Santos e Lucia Tosi (1996) ao analisarem as diversas contribuições femininas às ciências e a tecnologia ao longo da história da humanidade, destacam a horticultura, a criação dos métodos para a preparação e conservação dos alimentos, além do uso da “vara para cavar a terra, a enxada e o arado” (SANTOS; TOSI, 1996, p. 357). A horticultura relaciona-se com o cultivo de plantas e ervas, seja para fins alimentícios como para curativos por meio de chás, emplastos ou unguentos. As atividades ligadas ao nascimento das futuras gerações, a exemplo do parto, também eram femininas como lembra Dall’Ava-Santucci (2005, p. 27):

Em numerosas sociedades primitivas, a mulher dá a luz sozinha, na floresta, à beira de um córrego no qual lava a criança (...). Mas muitas vezes é assistida por uma mulher mais velha. Se esta for habilidosa, outras jovens mães irão chamá-la: surgem assim as primeiras parteiras, que logo transmitem sua sabedoria às mais jovens.

A **Gazeta Medica da Bahia**, em 1906, em artigo denominado “A médica mais antiga”¹² atribuiu este posto a Antiochis, a quem se deve o tratamento de doenças como dores do baço, da gota, da nevralgia, além de conhecimentos de história natural e de farmacologia que foram sistematizados por Heráclito de Tarento. E que nomes como o de Antiquia,

¹² “A mais antiga médica sobre a qual possuímos informações históricas é Antiochis, da cidade de Tlos, na Ásia Menor. Heráclito de Tarento consagrou-lhe alguns dos seus trabalhos de história natural e de pharmacologia. Galeno chama-lhe inventora do tratamento das dores do baço, da hydropsia, da nevralgia sciatica e da gota por cataplasmas. Não há muito tempo achou-se nas ruínas de Tlos um pedestal de estatua do II século após Jesus-Christo com a seguinte inscrição: “O Conselho e a communa de Tlos erigiram esta estatua em testemunho de gratidão a Antiochis, filha de Diodotos de Tlos, por sua arte medica”. (GAZETA..., 1906).

Cleópatra, Maria, Hipátia e muitas outras sejam mencionados por suas contribuições, nos escritos de Galeno, Aécio e Hipócrates, uma vez que as manipulações das plantas e o trato do corpo feminino encontram-se na gênese da medicina. Há, portanto, um vínculo entre a medicina e o “universo” das mulheres.

Durante muitos séculos na sociedade ocidental o “universo” das mulheres foi identificado como o espaço privado, pois as diversas realidades e seus espaços são construídos primeiramente a partir do gênero e, conseqüentemente, classificados como masculinos ou femininos. Por estarem diretamente mais envolvidas com as questões da reprodução e manutenção da vida, o feminino foi associado à natureza e ao reino da satisfação de necessidades ligadas à vida.

E mais, as mulheres são mais envolvidas do que os homens nos materiais “sujos” e perigosos da existência social, dando a luz e pranteando a morte, alimentando, cozinhando, desfazendo-se das fezes e equivalentes. Conseqüentemente, encontramos em sistemas culturais uma oposição decorrente entre o homem, que em última análise significa “cultura”, e a mulher que (definida através de símbolos que salientam suas funções sexuais e biológicas) significa “natureza” e frequentemente desordem. (ROSALDO, 1979, p. 47).

As tarefas primordiais que compõem a *vita activa*¹³ eram divididas de acordo com o gênero e possuem espaços específicos: o labor era desempenhado pelas mulheres e escravos estava ligado ao privado, enquanto o trabalho e a ação eram efetivados pelos homens e diziam respeito ao público. Tanto o trabalho como a ação produzem o mundo “artificial” – da cultura –, enquanto o labor relaciona-se com a vida biológica – a natureza.

As três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição pra a lembrança, ou seja, para a história. (ARENDDT, 2005, p. 16).

¹³ Tarefas fundamentais para a preservação da vida humana na terra. (ARENDDT, 2005, p. 15).

Relacionada à cultura encontrava-se a filosofia e as relações políticas que só eram atingidas por aqueles que se tornavam livres das necessidades da existência¹⁴. Fato que só era possível pelo labor dos escravos e das mulheres, responsáveis pela superação das necessidades vitais uma vez que “ser pobre ou ter má saúde significa estar sujeito à necessidade física” (ARENDRT, 2005, p. 40). Os escravos possibilitavam a liberação dos afazeres ligados à produção de bens, enquanto as mulheres, além da administração da vida doméstica, da reprodução das novas gerações, cuidavam da saúde por meio das suas práticas de cura, ocasionando a liberdade masculina para o exercício da cidadania grega, pois este era um “estado objetivo dependente, em primeiro lugar, da riqueza e da saúde”. (ARENDRT, 2005, p. 40).

As atividades ligadas ao labor não tinham prestígio por estarem ligadas ao espaço privado e não pertencerem à esfera da política, ao espaço público. A medicina, por sua vez, definida, por Hipócrates (2005), como “la arte de curar el enfermedad por sus contrários” – era, também, uma atividade desenvolvida por mulheres tanto na sociedade grega como na romana. Deve-se, no entanto, salientar que o exercício profissional da medicina, aferindo rendas – o que significava trânsito para fora do ambiente doméstico e possibilidade de independência e autonomia em relação ao controle masculino –, não foi conseguido sem resistência.

Durante o período clássico havia médicas e cirurgiãs nas cidades gregas, existindo uma escola de medicina na cidade de Gnido que admitia mulheres. Em Atenas, no entanto, no século IV, leis muito rigorosas proibiam às mulheres de estudar e praticar medicina. É citado o caso de Agnodícia a qual, usando vestimenta masculina, teria estudado em Alexandria por volta de 300 a.C. Retornou a Atenas e depois de praticar com sucesso sua profissão tratando mulheres da aristocracia, sempre vestida de homem, viu-se obrigada a revelar seu verdadeiro sexo para defender-se de acusações de corrupção. Foi então processada por praticar ilegalmente a medicina sob falsas aparências sendo defendida pelas suas pacientes, com tal sucesso, que pode continuar exercendo a profissão. Posteriormente, a

¹⁴ Sobre isto Arendt (2005, p. 75) afirma: “Obviamente, a vida pública somente era possível depois do atendimento as necessidades muito mais urgentes da própria existência. O meio de atender-las era o labor, e, portanto, a riqueza de uma pessoa era muitas vezes computada em termos do número de trabalhadores, isto é, de escravos, que ela possuía. Nesse contexto, a posse de propriedade significava dominar as próprias necessidades vitais e, portanto, ser potencialmente uma pessoa livre, livre para transcender a sua própria existência e ingressar no mundo comum a todos”.

prática da medicina pelas mulheres foi permitida para tratar somente pacientes de seu próprio sexo. (SANTOS; TOSI, 1996, p. 373-4)

A prática da medicina formal e informal continuou sendo permitida às mulheres até o final da Alta Idade Média, não sendo raro a formação feminina nos cursos médicos existentes. Apesar de que no período medieval ocorreu uma diluição da “dicotomia rígida do público e do privado dominante na Idade Clássica” (COSTA, 1998, p. 53), a divisão das atividades e funções continuaram sendo pontuadas pelo gênero, assim a prática da cura continuou, principalmente, sendo realizada pelas mulheres no interior do domínio feudal. Não ser curado pelas damas, que recebiam noções sobre cirurgias, chás, misturas, etc. como necessárias ao desempenho de suas atividades cotidianas, ou mulheres do povo, significava ter que recorrer aos monges. Durante os séculos V - XI a medicina era uma arte apreendida no interior dos mosteiros, o que a denominou de monástica neste período, fato este que não excluiu a presença feminina, haja vista Santa Hildegarda cujos escritos sobre medicina, história natural e cosmologia a tornou uma autora importante nas áreas mencionadas. (SCHIEBINGER, 2004, p. 28)

A formação médica laica ocidental voltou ser praticada a partir do século XI com a fundação da escola de Salerno, onde mulheres também estudavam e praticavam naquela instituição. Na literatura específica¹⁵ é conhecido e registrado o caso de Trótula, médica¹⁶ que viveu no século XII e é a mais conhecida das mulheres salernitanas. (SANTOS; TOSI, 1996, p. 375). A escola de Salerno não gozava do título de universidade, pois oferecia somente o curso isolado de medicina e não o *Studium Generale* completo. O curso de medicina vinculado a uma universidade foi instituído a partir do século XIII, nas universidades de Bologna e Paris, a primeira mais liberal em relação às normas escolásticas serviu de modelo

¹⁵ Como “literatura específica” refiro-me aos estudos e pesquisas sobre Ciência a partir de uma abordagem feminista e de gênero, a exemplo de Santos e Tosi (1996), Harding (1996), Aparício, Alcaide e Zuasti (2001)

¹⁶ Há autores como Margotta (1998) que negam o título de médica a Trótula, afirmando que ela era somente uma parteira, esposa de um famoso médico.

para outras universidades italianas e algumas européias. Para Dall’Ava-Santucci (2005) tais características possibilitou a presença, ainda que de maneira pontual, de algumas mulheres em seus cursos ao longo dos séculos. Antes de iniciar a biografia de Maria Gaetana Agnesi, Aparício, Alcaide e Zuasti (2001) contextualizam da presença de mulheres nas universidades italianas, oferecendo-nos a seguinte descrição desse fenômeno:

Na Itália, nos séculos XVII e XVIII, houve um ressurgimento das mulheres nas ciências: Elena Cornaro Piscopia (1646-1684) foi catedrática de Matemática em 1678 na universidade de Pádua; Diamante Medaglia escreveu uma dissertação sobre a importância do estudo de matemática para as mulheres; Maria Ângela Ardinghelli estudou Matemática e Física em Nápoles; e Laura Maria Catarina Bassi (1711-1778) se doutorou na Universidade de Bologna em 1773, foi professora e publicou trabalhos sobre Física cartesiana e newtoniana. (APARICIO; ALCAIDE; ZUASTI, 2001, p. 117-8)¹⁷

Para as instituições que tiveram como modelo a Universidade de Paris, que seguiam a rigor o modelo escolástico, o que significou, dentre outras coisas, a proibição da frequência de mulheres aos seus cursos. No início do século XIII, mesmo período em que foi vetado o exercício médico para quem não obteve os seus conhecimentos nos cursos universitários, a de Paris publicou uma ordem de proibição ao acesso de “judeus e mulheres judias” (DALL’AVA-SANTUCCI, 2005, p. 47) ao curso de medicina. Tal veto não somente se estendia as judias, mas a todas as mulheres e isto encontra explicação na própria concepção escolástica que prevaleceu nas instituições universitárias a partir dos trezentos.

Para Julia Varela (1996, p. 127-131) a expulsão das mulheres judias, sarracenas e, também, cristãs do interior das universidades é explicada pela relação que há entre a instituição da Igreja como Corpo Místico – *Corpus Christi* – de Jesus, do casamento monogâmico indissolúvel e a modificação do direito de herança, que foram transformações propiciadas para legitimar a situação estratégica da Igreja e possuem como um de seus vieses

¹⁷ Tradução livre de: “En Italia , en los siglos XVII y XVIII, hubo un resurgimiento de las mujeres de ciencia: Elena Cornaro Piscopia (1646-1684) fue catedrática de Matemáticas en 1678 en la universidad de Padua; Diamante Medaglia escribió una disertación sobre la importancia del estudio de las Matemáticas para las mujeres; Maria Angela Ardinghelli estudió Matemáticas y Física en Napoles; y Laura María Catarina Bassi (1711-1778) se doctoró en la Universidad de Bolonia en 1733, fue profesora y publicó trabajos sobre Física cartesiana y newtoniana”. (APARICIO; ALCAIDE; ZUASTI, 2001, p. 117-8).

de atuação o controle dos espaços de construção do conhecimento dito formal, resultando na tentativa de aniquilamento da presença de todos os sujeitos, bem como dos seus saberes, que poderiam colocar em risco a sua organização e funcionamento no interior das universidades.

Daí que as próprias heresias, as preocupações com magia e bruxaria, como a exclusão de determinadas mulheres do espaço do saber e, em fim, o silenciar dos saberes 'malditos' tenham que ser analisados como resistências às lutas da Igreja para alcançar a hegemonia social, para impor uma política da verdade ortodoxa, em interdependência com uma nova ordem hierárquica, cujo auge ocorreu com as universidades cristã-escolásticas e as estratégias de controle do saber legítimo.¹⁸ (VARELA, 1996, p. 131).

A mulher representava um perigo para o corpo místico, uma vez que na luta diária contra as “tiránias” do corpo ocupou lugar de destaque. O desejo e busca do prazer era associado ao pecado, dever-se-ia evitar que estes fossem despertados, a fim de manter a condição de “puro”, que permitia o contato ainda em vida terrena com a divindade e os faziam representantes desta, tudo o que tentasse o indivíduo era rejeitado.

O feminino foi instituído como correlato da tentação, teria o poder de fazer com que os homens fossem estimulados a buscarem o tão “diabólico” prazer, que os tornariam pecadores, “impuros” e distantes do Divino. Como salienta Christiane Klapisch-Zuber (1990, p. 22) acreditava-se que as mulheres eram regidas por sua sexualidade e, portanto, nada mais coerente do que afastá-las de funções, atividades e espaços que eram primordiais para a manutenção do poder político e religioso da Igreja.

A presença destas idéias nos altos estudos pode ser exemplificada nas medidas tomadas pela Universidade de Paris, no século XIII, entre as quais se destaca a proibição, de que os médicos fossem casados e a própria exclusão feminina do curso de medicina (DALL'AVA-SANTUCCI, 2005, p. 46), uma vez que a figura feminina representava em

¹⁸ Tradução livre de: “De ahí que tanto las propias herejías, las persecuciones por magia y brujería, como la exclusión de determinadas mujeres del ámbito del saber y, en fin, el silenciamiento de los saberes 'malditos' tengan que ser analizados como resistências en el marco de las luchas de la Iglesia para alcanzar la hegemonia social, por imponer una política de la verdad ortodoxa, es decir, em interdependência com un nuevo orden jerárquico, con el auge de las universidades cristiano-escolásticas y con la puesta em marcha de estrategias de control del campo del saber legítimo.”

todos os espaços, inclusive nas universidades regidas pela escolástica, um perigo para a construção do reino de Deus na esfera mundana.

Nesta perspectiva, a exclusão das mulheres das universidades era uma questão estratégica tanto da burocracia como da Igreja, representantes, respectivamente, do poder temporal e do atemporal - ambos construídos como masculinos. Em geral, médicas, matemáticas, astrônomas, filósofa, com os mesmos conhecimentos formais dos homens, significariam possibilidades de acesso à atividade burocrática, responsável pela administração do Estado, motivando um desvio das funções femininas de mães e esposas e, conseqüentemente, uma desorganização da sociedade.¹⁹ Soma-se a isto o fato de que o acesso feminino às universidades estaria contradizendo os discursos dos doutores da Igreja, principais esteios dos ensinamentos escolásticos.²⁰

A influência da Igreja em restringir os saberes e práticas de curas femininas não ocorreu somente no interior das universidades. A escolástica expulsou as médicas dos cursos e da profissão legalizada, a perseguição àquelas que exerciam as práticas de cura “não oficialmente” foi mais bruta; pois sob o signo de bruxas e feiticeiras, as parteiras e curandeiras – mulheres que exerciam a prática da cura a partir do empírico sem deterem os conhecimentos da medicina formal, praticada nas academias e faculdades – foram queimadas e torturadas (SALLAMANN, [1990], p. 524), no período conhecido como Caça as Bruxas.

A Caça às Bruxas, que assolou a Europa, nos séculos XVI - XIX e, também, as Américas²¹, cujas vítimas femininas chegaram a 80% dos condenados pela Inquisição, foi

¹⁹ Este será um dos discursos utilizados, no século XIX, por aqueles (as) que eram contra o acesso feminino aos cursos superiores no Brasil. Esta questão será analisada no capítulo II.

²⁰ Em **Eros e os processos cognitivos**, Schott (1996, p. 63-97) analisa as concepções de Santo Agostinho e Tomas de Aquino acerca da mulher e as justificativas que utilizam para as suas idéias acerca da impureza e inferioridade intelectual feminina, fatores que legitimam a exclusão dos espaços universitários.

²¹ A América Espanhola e Inglesa, na América Portuguesa ocorreram visitasões.

uma das formas de perseguição aos conhecimentos femininos e as práticas a eles vinculadas, a exemplo da medicina popular²².

A prática da medicina popular tem sido tradicionalmente uma prerrogativa das mulheres, uma vez que a arte de curar, na família, está usualmente associada às tarefas e ao espírito da maternidade. Os curandeiros, por sua vez, são mulheres e homens, em proporções que variam de cultura para cultura. Não tem uma profissão organizada; sua autoridade deriva de seus poderes de cura – freqüentemente interpretados como o acesso deles ao mundo do espírito – e não de um diploma. (CAPRA, 1982, p. 118)

No período em questão, as mulheres que exerciam a arte da cura, principalmente a ginecologia e parto, e a botânica, com a manipulação de plantas medicinais, eram associadas a poderes sobrenaturais, conseguidos a partir de acordos com o demônio.

Uma feiticeira boa ou uma mulher astuta, como essas praticantes da magia eram freqüentemente chamadas, poderia, por exemplo, curar as pessoas ou os animais por meio de encantamentos ou poções; ela poderia ainda matar com uma maldição ou com o mau-olhado. Em qualquer caso, possuía um poder que devia ser reconhecido. Por volta do século XVI, muitos - especialmente entre a elite – começaram a sustentar uma nova crença, a saber, que esse poder sobrenatural provinha do diabo, que o conferia principalmente às mulheres em troca de sua obediência absoluta. (BARSTOW, 1995, p.38)

No primado da Fé, caracterizado, neste caso específico, pela escolástica nas universidades e pela ação da Inquisição, a atividade de cura e os respectivos conhecimentos produzidos por mulheres foram vistos como maléfico, cujas diretrizes de julgamento encontram-se no campo da subjetividade, da crenças de que as detentoras deste poder deviam ser combatidas. Ou seja, a **situação estratégica** dos homens da Igreja justificada pela idéia, discurso, crença de que eram os responsáveis pela comunicação dos sujeitos comuns com a esfera do divino – afinal o herdeiro de Cristo foi Pedro (homem) e não Madalena (mulher). Os herdeiros de Pedro, portanto, encontravam-se ameaçadas por estas mulheres que ao lidarem com a vida e a morte, faziam a ligação com o mundo espiritual.

²² A partir de dados estatísticos acerca dos (as) acusados (as) de feitiçaria na Europa, entre XIV e XVII, Sallamann ([1990]) chega as mesmas conclusões que Barstow (1995), ao afirmar que aproximadamente 82% dos acusados eram mulheres. Em outras palavras, “nos séculos XVI e XVII, a mulher tinha quatro vezes mais a possibilidade do que o homem de ser acusada do crime de feitiçaria e de ser executada por essa razão”. (SALLAMANN, [1990], p. 518).

Mulheres, compreendidas como a encarnação do pecado e do mau, fossem médicas, curandeiras ou parteiras, deviam ser perseguidas e expulsas de atividades como a medicina. Nas relações sociais estabelecidas nas comunidades, as parteiras e curandeiras detinham saberes específicos que as colocavam em situações de tomada de decisões em relação à vida cotidiana do grupo, além de possibilitar ascendência direta sobre os indivíduos e suas vidas particulares.

Ao deterem poderes, advindos dos seus saberes, estas mulheres deviam ser “neutralizadas” e o acesso a estes saberes vetados. A justificativa para estas ações encontram-se delineadas em Marcela Lagarde (1993) ao conceituar o termo bruxa e estabelecer as diferenças entre estas e as demais mulheres.

A categoria bruxa na nossa cultura contém as mais diversas matrizes culturais, atividades e papéis femininos, no entanto, seu significado profundo consiste em uma desclassificação da mulher a quem se denomina de bruxa. O conceito bruxa é classificador: a mulher que é bruxa pertence ao inaceitável, ao negativo, ao desconhecido e todo o desconhecido é mau, pertence ao mal. Sua diferença em relação as demais mulheres encontra-se na sua linguagem, nos seus códigos e em suas práticas diferentes.

A primeira diferença consiste no fato de que a bruxa possui um saber próprio que lhe dá poder. Como é possível uma mulher sábia e com poder? Se o tem é porque possui algo de mau²³. (LAGARDE, 1993, p. 731).

Com Lagarde (1993) a relação poder (es), saber (es) / conhecimentos e exclusão das mulheres dos espaços formais e informais, de produção e constituição destes, se evidenciam; constituindo-se enquanto parte da hipótese que lanço como resposta para a pergunta que norteia as reflexões deste capítulo. No entanto, não só as bruxas foram perseguidas pela Inquisição, muitos dos percussores da Ciência Moderna também o foram uma vez que, também, colocavam em dúvida alguns dos pressupostos/conhecimentos que justificavam a situação estratégica hegemônica da Igreja.

²³ Tradução livre minha de: “La categoría bruja en nuestra culturas encierra las más diversas matrices culturales, actividades y role femeninos, si embargo, el contenido profundo consiste en la descalificación de la mujer a quien se le dice bruja. El concepto bruja es clasificador: la mujer que es bruja pertenece a lo inaceptable, a la negación, a lo desconocido y todo lo desconocido es malo, pertenece al malo. Su diferencia con las demás mujer está en su lenguaje, en sus códigos y en sus prácticas diferentes. La primera diferencia consiste en que la bruja posee un saber propio que le da poder. ? Cómo es posible una mujer sabia y com poder? Si lo tiene es que encierra algo malo.”

Figura de relevo neste campo é Galileu Galilei (1564-1642), professor de Matemática na Universidade de Pádua. Sua obra *Siderias Núncias* (*A Mensagem das Estrelas*), publicada em 1610, que inclui as teorias heliocêntricas de Copérnico e de Kepler, provoca a oposição da Igreja, pois ela vê nessas novas teorias uma ameaça a toda a civilização cristã, uma vez que esta depende da autoridade pedagógica da Igreja. O Estado alia-se à Igreja, ao menos enquanto esta procura manter os alicerces da sociedade intactos. De fato, o que está em perigo é a posição doutrinária da Igreja, conflito que se iniciou nos primórdios do cristianismo. (GILES, 1987, p. 141).

Giles (1987, p. 140-8)) ao falar de Pierre de La Ramée, Nicolou Corpénico ou Galileu Galilei, lista alguns atores fomentadores da Revolução Científica dos séculos XVII/XVIII e sinaliza que além da perseguição sofrida por eles devido às idéias e teorias que apresentavam ou defendiam, eles têm em comum a formação ou participação em espaços culturais e educacionais alternativos às universidades escolásticas, denominados de Academias e, mais tardiamente, de Sociedades Científica.

Nascidas a partir da constituição, na Europa, de vários grupos de pensadores amadores e voluntários²⁴ que se reuniam para discutir literatura, línguas, artes (música, pintura, arquitetura) a partir dos clássicos, as academias tornaram-se espaços alternativos às universidades medievais possibilitando o desenvolvimento do humanismo. A partir dos interesses específicos dos seus membros, estas convergiram para a concentração em duas áreas de atuação: os estudos literário-humanistas e as ciências experimentais.²⁵

As discussões propiciadas pelas academias ocasionaram o surgimento de novas abordagens nas universidades como à de Florença e Pádua, que se destacaram, nos séculos XV/XVI, pelos estudos na área da Astronomia, da Medicina, da Física e da Biologia, além de servirem de suporte ideológico para as situações estratégicas existentes. Exemplifica esta última característica o caso da Academia Francesa apadrinhada por Richelieu.

Richelieu tem o firme propósito de expressar este poder, entre outros meios, através das artes, dos estudos e da cultura francesa. Um de seus primeiros atos nessa direção é a criação da Academie Française (Academia Francesa), como instrumento

²⁴ “Pensadores amadores” porque esses grupos não tinham constituição formal e nem forneciam cartas-patentes ou oficiais aos seus membros. Cf.: Giles (1987, p. 144).

²⁵ Para um maior aprofundamento acerca do humanismo e academias recomenda-se a leitura de Giles (1987), Cambi (1997), Manacorda (1992), Falcon e Rodrigues (2006), Le Goff (1995).

de política nacional, utilizando, para tanto, um círculo de estudiosos já existente, dedicado à propagação do vernáculo (GILES, 1987, p. 146).

A relação entre as academias com os poderes instituídos foi ressaltada por Le Goff (1995) quando este analisou a separação entre ciência e ensino que ocorreu a partir das academias, pois estas se tornaram locais de experiências e pesquisas enquanto as universidades dedicavam-se somente ao ensino. Nas academias “desde o seu início, o seu ambiente é a proteção dos grandes, o funcionalismo, a riqueza material” (LE GOFF, 1995, p. 120).

Um outro exemplo da relação entre academias e poderes instituídos, além da Academia Francesa, foi a *Royal Society* (Sociedade Real) fundada por Carlos II na Inglaterra, como alternativa as universidades de Oxford e Cambridge. Segundo Giles (1987, 147) a *Royal Society* serviu de exemplo do progresso científico europeu até meados dos oitocentos. Aspecto comum a estas duas sociedades científicas (Academia Francesa e Sociedade Real) e tantas outras, além da relação com o poder instituído, foram as restrições à participação feminina: “as novas sociedades científicas, como as universidades, eram fechadas para as mulheres” (SCHIEBINGER, 2001, p. 63).

Nota-se, portanto, que os questionamentos acerca dos conhecimentos vigentes e a forma de sua produção nas universidades escolásticas não significaram o rompimento entre a ciência medieval e a moderna no que diz respeito às relações de gênero em que estavam inseridas, haja vista a continuidade de atitudes, comportamentos, ações. Ocorreu a apropriação do discurso para os mesmos interesses: acesso e manutenção de situações estratégicas permeadas por uma visão androcêntrica de mundo, daí que a exclusão das mulheres dos altos estudos se manteve para além do período de influência da escolástica e em espaços como as academias ou sociedades científicas.

Varela (1996) foi incisiva ao questionar o porquê da continuidade e reelaboração de pensamento escolástico/teológico em relação aos papéis, funções e comportamentos

femininos nas instituições e locais que possibilitaram a constituição e institucionalização da ciência moderna.

A teologia introduziu toda uma série de hierarquias entre os estamentos sociais, entre solteiros e casados, entre homens e mulheres. Neste marco se produziu a definição de uma suposta natureza feminina carregada de negatividade e cuja principal função passou a ser a reprodução da espécie. **O novo arquétipo feminino significou** a submissão da mulher ao marido, seu enclausuramento no interior da casa – se pôs assim em andamento, ao menos no nível teórico, a institucionalização da domesticabilidade e da família monogâmica que se converteu nos séculos XVI e XVII no fundamento da sociedade – e **sua exclusão [da mulher] dos altos saberes do espírito**. [grifo meu]. (...). Segundo alguns autores, foram precisamente os estamentos ‘burgueses’ das cidades quem aceitaram com maior facilidade esta redefinição dos sexos propagada pelos altos representantes eclesiais. É difícil saber que fatores os induziram a isto: A formação que receberam nas universidades Cristiano-escolásticas? A busca de uma identidade social própria distinta da nobreza e das ‘classes populares’? **A redução da concorrência no interior das organizações ao permanecer excluídas as mulheres?** [grifos nossos]²⁶. (VARELA, 1996, p. 130)

Quiçá o reconhecimento da medicina, esta passa a ter valor na esfera social²⁷, possa ter servido, também, de base para as reflexões de Varela (1996, p. 130), uma vez que isto transparece nas observações de Foucault (1985, 202) sobre a importância desta ciência na

²⁶ Tradução livre de: “La teología introdujo toda una serie de jerarquias entre estamentos sociales, entre célibes y casados, entre hombres y mujeres. En este marco se produjo la definición de una supuesta naturaleza femenina cargada de negatividad y cuya principal función pasó a ser la de la reproducción de la especie. El nuevo arquetipo femenino significaba el sometimiento de ‘la mujer’ al marido, su enclaustramiento en el interior de la casa – se puso así en marcha, al menos a nivel teórico, la institucionalización de la domesticidad y de la familia monogámica que se convirtió en los siglos XVI y XVII en el fundamento de la sociedad – y su exclusión de los altos saberes del espíritu. (...). Según algunos autores, fueron precisamente los estamentos ‘burgueses’ de las ciudades quienes aceptaron con mayor facilidad esta redefinición de los sexos propagada por los altos representantes eclesiales. Es difícil saber qué factores les indujeron a ello: ¿La formación que recibieron en las universidades cristiano-escolásticas?, ¿La búsqueda de una identidad social propia alejada de la nobleza y de las ‘clases’ populares?, ¿La reducción de la concurrencia en el seno de los gremios al quedar excluidas las mujeres?” (VARELA, 1996, P. 130).

²⁷ Berriot-Salvadore ([199-]) ao analisar os discursos médicos e da ciência, entre o Renascimento e a Idade Moderna, acerca da natureza e do corpo feminino destaca a importância que os profissionais da saúde tinham por legitimarem os valores e comportamentos sociais por meio do discurso médico. “A partir do século XVI, o clínico, investido de um maior prestígio social, é mais solicitado para caucionar cientificamente os valores vigentes”. (BERRIOT-SALVADORE, [199-], p. 426-7). Esta função da medicina, e especificamente do seu profissional, exemplifica a importância que esta passa a ter na esfera social sinalizando que as seguintes observações de Habermas (1984, p. 33-35) podem a ela ser aplicada: “A atividade econômica privatizada precisa orientar-se por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente; as condições econômicas, sob as quais elas ocorrem agora, estão fora dos limites da própria casa; são, pela primeira vez, de interesse geral. É nesta esfera privada da sociedade que se tornou publicamente relevante que Hanna Arendt pensa a relação moderna entre esfera pública e esfera privada mediante a formação do ‘social’. (...) A economia moderna não se orienta mais pelo *oikos*, pois no lugar da casa colocou-se o mercado: transforma-se em ‘economia comercial’. (...). A troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias”. Se traduzimos “notícias” como informação, conhecimentos, os saberes médicos se constituem uma mercadoria e sua produção e socialização devem ser normatizados e controlados de forma que a situação estratégica que a eles diretamente está ligada não seja colocada em risco.

administração e “maquinaria de poder que, durante o século XVIII, não cessa de se estender e de se afirmar”. Os médicos estavam inseridos em diferentes situações estratégicas e Foucault (1985) explicita ao de que forma e em que espaços.

O excesso de poder de que se beneficia o médico comprova, desde o século XVIII, esta interpretação do que é político e médico na higiene: presença cada vez mais numerosa nas academias e nas sociedades científicas; participação ampla nas Enciclopédias; presença a título de conselheiro, junto aos representantes do poder; organização de sociedades médicas oficialmente encarregadas de um certo número de responsabilidades administrativas e qualificadas para tomar ou sugerir medidas autoritárias; papel desempenhado por muitos médicos como programadores de uma sociedade bem administrada (o médico reformador da economia ou da política é um personagem freqüente na segunda metade do século XVIII); sobre-apresentação dos médicos nas assembléias revolucionárias. O médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o “corpo” social e mantê-lo em um permanente estado de saúde. (FOUCAULT, 1985, p. 203)

Apesar de afirmar que é difícil explicar a exclusão das mulheres das academias, Schiebinger (2004, p. 38-47) faz uma reflexão que sinaliza para a minha hipótese. Ao comparar a presença feminina nas Cortes renascentistas com a quase ausência desta nas academias científicas fica explícito que, na medida em que as ciências passaram a ter valor econômico e social, a nobre posição que as mantinham nas cortes não mais garantiria os seus acessos a estes novos espaços de construção de saber. A partir do momento em que a ciência foi se institucionalizando, ao longo dos séculos, a exclusão das mulheres foi acentuada, pois:

Na medida em que a ciência perdeu de forma crescente sua condição de “afición” e se tornou uma profissão remunerada, seus vínculos com o espaço público se fortaleceram. Os teóricos sociais ensinavam que a esfera pública do governo e o comércio, a ciência e o saber, se baseavam nos princípios da imparcialidade racional, uma característica cada vez mais associada com os homens e com a masculinidade. (SCHIEBINGER, 2004, p. 336-337)

É possível notar, ainda, a sintonia das explicações formuladas por Varela (1996) com as realizadas por Schiebinger (2004) quando esta última afirma:

Pertencer à academia era ter um cargo público e remunerado, com proteção real e privilégios. Um cargo remunerado [na Academia Real de Ciências] não excluía por si mesmo as mulheres (...); no entanto, ao estar limitado a quarenta o número de membros, a eleição de uma mulher significava tirar um homem. (SCHIEBINGER, 2004, p. 44)

A algumas mulheres, no entanto, foi facultado o papel de patrocinadoras das academias e sociedades científicas, quando não a atuação estratégica à sombra de uma figura masculina. Exemplos não faltam de botânicas, químicas, físicas, filósofas, matemáticas, médicas, astrólogas, advogadas, dentre outras cientistas e pensadoras, que ilustram esta afirmação. Em síntese, no princípio, enquanto essas associações não tinham *status*, as mulheres estavam presentes tanto como consumidoras como produtoras da ciência, principalmente as nobres “que trocavam prestígio social por acesso a conhecimento”; a exemplo da marquesa de Chatelet, física, que para ter as suas idéias discutidas teve de “insinuar-se informalmente em redes de homens de ciência, trocando patrocínio pela atenção de homens de posição mais baixa mas de estrutura intelectual significativa” (SCHIEBINGER, 2001, p. 65).

No momento em que a atividade científica deixou de ser “artesanal” e as academias/sociedades se institucionalizam, as mulheres científicas passaram a ser auxiliares de maridos, pais e irmãos não podendo ter acesso direto a esses espaços, mesmo as que financiaram algumas dessas comunidades. Clássico é o exemplo da duquesa de Newcastle (Margaret Cavendish), filósofa, escritora de comédias e poeta, mecenas da Universidade de Cambridge e da *Royal Society* de Londres, que ao manifestar o desejo de participar das sessões causou polêmica entre os membros daquela sociedade, pelo simples fato de ser mulher. No entanto, por ser uma das principais financiadoras, a ela foi permitido apenas uma visita a uma das reuniões.

Tal fato não significou a ausência feminina, as mulheres continuaram a contribuir no que Schiebinger (2004, 53) denominou de academias periféricas e menores – a exemplo das italianas. Uma das contribuições importantes na área médica, a título de ilustração, foi a de Marie Bihéron (séc.XVIII), filha de farmacêutico, que se dedicou a arte de modelar o corpo humano em cera; sendo famosa pela perfeição dos seus modelos, principalmente o que

representava uma mulher grávida e que foi “especialmente útil para ensinar aos alunos como proceder diante de partos perigosos sem causar danos a vida” (SCHIEBINGER, 2004, p.51). Coube, também, a outras mulheres o papel de protetoras de artistas, políticos, filósofos, pensadores, na medida em que dirigiam espaços destinados a sociabilidade entre esses indivíduos: os salões, que se tornaram espaços alternativos em relação às universidades e sociedades científicas.

O salão parisiense oferecia, pois, um estilo opcional de trabalho erudito, um estilo em que homens e mulheres se dedicavam com toda a liberdade às tarefas intelectuais. Os homens e as mulheres do salão se auto denominavam *savants* (sábios) para contrapor o seu modo de cultivar o conhecimento ao dos eruditos das escolas. Para a *salonnière*, o *savant*, combinava saber e refinamento, enquanto que o *pédant* se dedicava ao conhecimento serio com exclusão do refinamento social. Um *savant* completo reunia “ciência e eloquência, as musas com as graças e a arte com a natureza”. O salão oferecerá uma alternativa ao estilo das escolas, o qual, o divorcio da erudição com a elegância, recaía no estilo combativo proposto por Rousseau. (SCHIEBINGER, 2004, p. 228).

Sofia Gay ([19--], p. 290-319) ao descrever especificamente o salão de Madame de Stael, revela características desses espaços e, principalmente, a sua importância em eventos políticos, culturais e econômicos das sociedades da qual eram parte: “... Não seria muito difícil ter hoje a idéia da influência que certos salões exerciam em outro tempo sobre os negócios do Estado e a eleição de ministros” (GAY, [19--], p. 289). E não era qualquer mulher que dirigia um salão, existiam características específicas como a idade madura, a posição social, formação intelectual e fortuna.²⁸

Ao considerar que os salões foram alternativas às formas de conhecimento produzidos nas sociedades científicas e universidades, destaco que, como tal, passaram também a ter destaque nas relações sociais, políticas, econômicas, como afirma Gay ([19--]), pois eles não eram espaços alternativos de construção de saberes, mas também lugares que favoreciam a acessão ou manutenção de situações estratégicas.

²⁸ Assim como havia um perfil para a senhora do salão, existia, também, um perfil para o seu marido: esse deveria ser gentil, ausente ou apático. (GAY, [19--]).

Na medida em que os salões disputavam esta posição de *status* com as outras instituições, passaram a sofrer ataques que os desqualificavam enquanto locais próprios para o fazer científico. Filósofos colaboraram para decadência desses espaços, gestados por mulheres, exemplo de Bacon e Rousseau²⁹: o primeiro, contribuiu para a representação de ciência enquanto masculina; e, o segundo, estabeleceu como estilo próprio da ciência aquele que se identificava com as características “culturais da masculinidade tanto antiga como moderna” (SCHIEBINGER, 2004, p. 229), onde não se incluíam o rebuscamento, o refinamento e a elegância.

Em síntese, a exclusão das mulheres dos espaços de construção das ciências, formal e informal, ocorreu por uma questão de manutenção e acesso ao poder, apoiado pela visão escolástica acerca da mulher e, depois, porque as ciências da saúde, assim como as ciências jurídicas, eram responsáveis pela formação da burocracia, peça fundamental da administração diária da máquina estatal e, portanto, fonte de poder nas relações sociais e políticas como Weber (1987, p. 1060) sinalizou ao ressaltar a importância dos burocratas: “No estado moderno, o verdadeiro domínio, que não está presente nem nos discursos parlamentares e nem nos proclamas reais e sim no manejo cotidiano da administração, encontra-se necessariamente nas mãos da burocracia, tanto militar como civil.”³⁰

Foucault (1985a) ao tratar da medicina científica (moderna) do século XVIII, salienta que esta possui um processo de desenvolvimento compreendido por três fases, a saber: *medicina de Estado* – parte do conjunto de conhecimentos específicos desenvolvidos para operacionalizar e analisar³¹ o funcionamento dos Estados, o que envolve o cálculo da força ativa por meio das estatísticas de nascimento e mortalidade, além de práticas médicas voltadas para uma melhoria do nível de vida de saúde das populações; *medicina urbana* – cujo foco foi

²⁹ Essa questão foi discutida no próximo tópico do presente capítulo.

³⁰ Tradução livre de: “En el estado moderno, el verdadero dominio, que no consiste ni en los discursos parlamentarios ni en los proclamas de monarcas sino en el manejo diario de la administración, se encuentra necesariamente en manos de la burocracia, tanto militar como civil.”

³¹ É o caso da burocracia.

à salubridade e a higiene pública; e, a *medicina dos pobres e do trabalho*, voltada para o controle dos indivíduos sendo a fase da medicina social que prevaleceu até meados de 1950.

Enquanto o sistema alemão da medicina de Estado era pouco flexível e a medicina urbana francesa era um projeto geral de controle sem instrumento preciso de poder, o sistema inglês possibilitava a organização de uma medicina com faces e formas de poder diferentes segundo se tratasse da medicina assistencial, administrativa e privada, setores bem delimitados que permitiram, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, a existência de um esquadramento médico bastante completo. (FOUCAULT, 1985, p. 97-8)

Da análise da trajetória da medicina social realizada a partir da leitura de Foucault (1985, p. 79-98) afirmo que a sua função principal era o controle dos sujeitos para colocá-los de acordo com os interesses econômicos, políticos, religioso, culturais, dentre outros, daqueles que se encontravam em situação estratégica perante os demais indivíduos.

Nesta perspectiva, a medicina é uma estratégia bio-política, pois fornece os meios de controle e normatização da realidade bio-política que é o corpo. O corpo define-se como realidade bio-política porque é o lócus onde ocorre a produção e reprodução da existência: “O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida”. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 43).

O controle que a medicina possibilita não se restringe a moldagem da mão de obra econômica e política – por meio da normatização e disciplinamento dos corpos e vontades –, ela permite a produção da mão de obra, tanto pela preservação da saúde dos (as) trabalhadores (as) como pelo controle da “ferramenta” que os produz: o corpo feminino. Essa é uma indução pertinente quando refletimos sobre a finalidade vinculada ao Estado, ao controle dos pobres e do trabalho.

... é a força, não do trabalho, mas estatal, a força do Estado em seus conflitos econômicos certamente, mas igualmente político, com seus vizinhos. E essa força que a medicina deve aperfeiçoar e desenvolver. Há uma espécie de solidariedade econômico-política nesta preocupação da medicina de Estado. (FOUCAULT, 1985, p. 84)

Solidariedade esta que se mantêm na última fase da medicina social, cujo foco foram os pobres e o trabalho, uma vez que era voltada essencialmente para o “controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torna-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes ricas.” (FOUCAULT, 1985, p. 97) No entanto, os corpos são sexualizados, generificados e não neutros; devido a isto o controle do corpo feminino é diferente do masculino. Enquanto o masculino traz a força de trabalho e a possibilidade de existência da reprodução das gerações futuras; o feminino não é somente força de trabalho e possibilidade de existência, é, também, o local onde a reprodução das gerações futuras torna-se realidade.

É no corpo feminino que a realidade bio-política perpetua-se na medida em que aquele é o lócus de reprodução, de garantia de existência, da força de trabalho/produção. Este é um raciocínio que se pode construir a partir da leitura de Meillassoux (1976), Marx (2003) e Mitchell (1967) quando se referem à situação de exploração e/ou subordinação vivenciada pelas mulheres nas sociedades modernas e contemporâneas.

A reprodução biológica e social da força de trabalho foi sinalizada como um dos pressupostos para a exploração e subordinação feminina por Meillassoux (1976). Esse antropólogo demonstrou que a comunidade doméstica (família) é uma estrutura central em todos os modos de produção, incluindo o capitalista, uma vez que é no seu interior que se encontram “as relações necessárias ao funcionamento de todos os modos de produção histórico posteriores à economia doméstica”. (MEILLASSOUX, 1976, p.9). A partir de um estudo etnográfico, realizado em sociedades africanas, este autor sinalizou que as relações de parentesco e os vários arranjos familiares propiciam “a reprodução da força de trabalho sob todas as suas formas” (MEILLASSOUX, 1976, p.7).

Nessa perspectiva, não é difícil que seja no espaço doméstico que se deva localizar o sujeito responsável pela contribuição fundamental que essa “unidade” fornece para as sociedades: a continuidade de sua existência (reprodução da vida física e social).

Marx tinha portanto razão em considerar que as mulheres constituíam (sic) sem dúvida a primeira classe explorada. Seria ainda necessário distinguir diferentes categorias conforme as funções que são susceptíveis de desempenhar em cada idade e que não as situam todas nas mesmas relações de exploração ou de subordinação. Evocamos a esse respeito às diferenças de condições entre a mulher púbere e a mulher na menopausa. (MEILLASSOUX, 1976, p.130)

Marx (2003), no **Manifesto do Partido Comunista**, ao rebater algumas acusações feitas pela burguesia sobre a abolição da família no comunismo, fala sobre a mulher. À parte as críticas realizadas por Mitchell (1967, p. 6-11) à Teoria Socialista por submergir a situação de opressão feminina na questão econômica³², diluindo-a, portanto, na discussão da família como uma instituição burguesa, as afirmações de Marx (2003) são importantes por remeter ao papel/função das mulheres como produtoras da mão de obra.

A fraseologia burguesa sobre a família e a educação, sobre os afetuosos vínculos entre crianças e pais, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e **transforma suas crianças em simples artigos de comércio e em simples instrumentos de trabalho** (grifo meus). “Mas vós, comunistas, quereis introduzir a comunidade das mulheres”, grita-nos toda a burguesia em coro”. O burguês vê na própria **esposa um simples instrumento de produção** (grifos nossos). Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados em comum e só pode naturalmente pensar que o mesmo uso em comum atingirá também as mulheres. Não suspeita que se trata precisamente de abolir a posição das **mulheres como simples instrumentos de produção** (grifo meus). (MARX, 2003, p. 63-64).

Além da força de trabalho feminina empregada na produção de produtos comerciáveis – desde a tecelagem até a manufatura –, a mulher se torna instrumento de produção valioso, diga-se de passagem, pela sua condição de procriadora, de principal agente socializador das gerações futuras e de mantenedora da energia da força de trabalho por meio das suas atividades, muitas vezes, não remunerada e responsável por alimentar, vestir e cuidar dos membros do seu grupo familiar. Em outras palavras, produtora e formadora primeira das

³² Mitchell (1967, p.13) faz a seguinte observação acerca desse fato: “... isto significará a rejeição da idéia de que a condição da mulher pode ser deduzida derivativamente da economia ou equacionada simbolicamente à sociedade.”

gerações futuras, o que torna a sua exploração diferenciada dos demais grupos “oprimidos” e, por isto, as análises da sua situação deve contemplar aspectos produtivos, reprodutivos, sexuais e de socialização, uma vez que são itens presentes nas relações de poder e que são requisitadas quando necessárias para a manutenção e/ou ocupação de posição estratégica – seja por um indivíduo ou por um grupo.

Mitchell (1967) alerta para a perspectiva de não se compreender a situação das mulheres apenas como de âmbito econômico, há outros aspectos e esses devem ser considerados sob pena de invisibilizarmos a atuação do patriarcado na constituição das relações sociais de gênero e suas interseccionalidades. Não é possível analisar as hierarquias que sustentam as relações políticas, culturais e econômicas das sociedades modernas e contemporâneas apenas pela abordagem de um dos seus ângulos. É preciso compreender que o patriarcado³³ é um dos seus pilares, uma vez que ele não tem uma estrutura imóvel e fixa – e não é universal; ao contrario ele vai se constituindo, ao longo da história, de acordo com os contextos sociais, políticos e econômicos de cada sociedade onde esteve e está presente.

È a partir desta abordagem “fluida” do patriarcado que Shotter e Logan (1993) verificam a sua continuidade nas sociedades contemporâneas e, principalmente, nas ciências, sinalizando que ele é um dos fatores que dá sustentação às práticas e relações sociais, pois está entronizado “nas nossas formas de nos posicionar e de nos relacionar uns com os outros e nos recursos que utilizamos para dar sentido uns aos outros.” (SHOTTER; LOGAN, 1993, p. 92). Nessa perspectiva, o sexismo – um dos frutos do patriarcado – é “uma peça chave para um sistema econômico cuja essência é a acumulação de riqueza” (SEDEÑO, 2001, p. 232) e compreende-se, portanto, que a história humana é resultante das lutas contínuas por posições estratégicas nas quais as situações de classe encontram-se imersa como as de gênero e suas

³³ Em linhas gerais entendemos patriarcado como um conjunto de processos, relações e ideologias, historicamente situadas, onde as mulheres são compreendidas como subalternas e dependentes dos homens. Mas, como afirma Dahlerup (1987, p. 124) que “quizás no benefician a los hombres, ni a las mujeres ni a los niños.” A discussão acerca do conceito e das características do patriarcado será retomada nos capítulos a seguir.

várias interseccionalidades. A função feminina como reprodutora e socializadora das gerações futuras é um item a ser problematizado quando se analisa as relações sociais, políticas, religiosas ou econômicas que envolvem a institucionalização e discussões de áreas do saber, a exemplo da biomédica.

A reprodução, portanto, como ressalta Mitchell (1967, p. 13), juntamente com a produção, sexo/sexualidade e socialização das crianças, é uma estrutura-chave para compreender a posição vivenciada pelas mulheres nestas relações; posição de opressão uma vez que estas relações envolvem a disputa por situações estratégicas ou mesmo o controle de itens que favoreçam a manutenção dessas, o que acarreta conseqüentemente uma perda do poder feminino na medida em que o controle da reprodução, por meio dos conhecimentos acerca do corpo e da sexualidade feminina, passou a ser produzido e aplicado por outros que não elas: os médicos, concretizadores das finalidades da medicina científica³⁴.

A libertação das mulheres, para Mitchell (1967) só ocorreria, portanto, quando o controle patriarcal das estruturas-chaves (produção, reprodução, sexo/sexualidade e socialização) fosse suprimido, uma vez que o controle destas estruturas lhes daria a possibilidade de gerir suas vidas e existências a partir dos seus próprios interesses e não a partir dos desejos do outro. Estariam, desta forma, livres do cativeiro uma vez que “são cativas porque tem sido privadas de autonomia, de independência para viver, do governo sobre si mesmas, da possibilidade de escolher, e da capacidade de decidir” (LAGARDE, 1993, p. 151)

³⁴ Ao analisar o estado da arte da história da medicina e mulheres na América do Norte, Central e Europa, especificamente Espanha, Gómez (2004, p. 119) faz a seguinte observação: “El poder social de la medicina em la sociedad industrial há sido analizado de muchos modos, pero la historia de las mujeres, la medicina y la salud (HMMS) há subrayado de que forma la ordenacion de la vida de las mujeres de acuerdo a presupuestos científicos contribuyo, especialmente em el siglo XIX y primera mitad del XX, al asentamiento del orden social burguês y la maior prestigio y estatus de la profesión médica y de sus especialidades. El dictamen médico sobre la educación de las mujeres, la maternidad, el matrimonio, la crianza o el cuidado del hogar han sido objeto de atención igual que las políticas médicas relacionadas com el control de la sexualidad de las mujeres, de la natalidad o del aborto.”

Em relação à supressão da reprodução como forma de opressão, Mitchell (1967, p.) aponta que só ocorreria por meio da tecnologia que permitiria a desvinculação entre relação sexual e reprodução.³⁵ Ao citar a importância da pílula anticoncepcional como chave para a libertação feminina da esfera reprodutiva, na década de 1960, ela remete a uma reflexão sobre as práticas de anticoncepção utilizadas por mulheres nos séculos anteriores e, principalmente, me faz questionar quem são os sujeitos, ao longo dos tempos, que detêm os conhecimentos necessários sobre a máquina (corpo feminino) que produz os principais instrumentos (seres humanos) para o estado e para o trabalho.

Enquanto os conhecimentos acerca do corpo feminino e seu funcionamento foi domínio de mulheres³⁶. Elas controlavam o processo de concepção fosse prevenindo ou mesmo possibilitando meios para a interrupção de uma gravidez não desejada, resultado do acúmulo de conhecimentos que estas mulheres tinham acerca do corpo feminino, mesmo sem o título formal de médicas. Algumas os primeiros tratados de intervenção técnica e descritivos sobre o corpo feminino, possibilitando o acesso masculino a esses saberes e ao domínio da nova área médica – a obstetícia e a ginecologia.³⁷

Médicas, curandeiras, parteiras, enfim, mulheres detinham saberes e, portanto, o controle de uma das estruturas-chave para a manutenção dos estados e da situação-estratégica dos grupos por eles representados: a natalidade e a mortalidade das gerações futuras.³⁸ Friso,

³⁵ A discussão de Mitchel (1969) deve ser situada, uma vez que depois do “bebê de proveta” e na era da manipulação genética, onde é quase real a produção artificial de seres humanos, novas formas de controle e domínio sob o corpo feminino se estabeleceram e se estabelecem a serviço de interesses não tão novos. Enfim, como salienta Martins (2004, p. 13): “Com a entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho, na política e nos centros de produção de conhecimento e de tecnologia, desenvolveram-se, concomitantemente, novos mecanismos de controle sobre os corpos femininos, todos exigindo um grande investimento de energia, de tempo, de dinheiro e de engajamento emocional das mulheres.”

³⁶ A **Cartilha de Educação Erótica** (1988), condenada pelo Index e que circulou pela Europa do século XVII, traz relatos destes métodos e a sua eficácia.

³⁷ Sobre a construção dessas áreas específicas da medicina: Rodhen (2001, 2002) e Martins (2004, p.21-135)

³⁸ Foi para terem acesso a estes conhecimentos que os médicos permitiram, sob a sua observação e orientação, o exercício da arte da parturição por mulheres; pois esse conhecimento os possibilitaria um aumento da “extensão do controle médico sobre o corpo feminino.” (MARTINS, 2005, p. 662). Sobre isso ver Barreto (2000), Souza (1999), Dall’Ava-Santucci (2005), Beauvaut-Boutouyrie (2002), Rohden (2002).

pois, que a “função materna [reprodução e socialização] é um pilar da sociedade e da força [econômica e política] dos Estados” (PERROT, 2007, p. 69).

A produção de conhecimento se institucionalizou a partir do século XII por meio das Universidades, Academias e Sociedades Científicas, representantes dos grupos hegemônicos se encarregaram de invalidar e expulsar destes espaços aqueles (as) indivíduos ou grupos que consideram ameaçadores a sua situação estratégica na sociedade, a exemplo das mulheres, cuja presença nestes espaços foi isolada e esporádica, assim como perseguir e deslegitimar todas as formas de conhecimentos produzidas fora desses espaços. Com tal fim, algumas teorias e explicações legitimadoras foram reelaboradas e tantas outras requisitadas.

DA TEORIA MONOSEXUAL A DA COMPLEMENTATIVIDADE SEXUAL: A “LEGITIMIDADE” DA EXCLUSÃO

Ao mesmo tempo que as mulheres foram excluídas das universidades, das Sociedades Científicas e Academias, a discussão sobre a educação feminina, entre o Renascimento e a época Moderna, ganhou força. Para Sonnet ([1990], p. 141) a discussão em torno dessa questão está ligada ao momento em que se percebeu a instrução com meio para alcançar carreiras civis e eclesiásticas e se passou a buscar tanto os colégios como as universidades. As esposas destes “funcionários” passam a ter mais uma função: o entretenimento e para isso era necessário que soubessem “compreender e manter uma conversa” (SONNET, [1990], p. 141). É um saber limitado, mas que permitem o início e generalização do processo de alfabetização feminina.

Ás raparigas é apenas concedido um saber incompleto, e sob apertada vigilância. Mas, apesar dos entraves que dificultam o acesso das mulheres a conhecimentos úteis e economicamente rentáveis, os progressos da alfabetização feminina nos séculos XVII e XVIII são a prova de que está em marcha um processo irreversível. (SONNET, [1990], p. 142).

Um outro aspecto da educação feminina foi discutido por autores católicos, como Juan Luis Vives autor de **La Institucion de las Mujeres Cristanas** (1523), que atribuíram a

existência dos vícios femininos à falta de cultura. Com o Concílio de Trento (1545/1563) e a necessidade de “instrução dos fieis na doutrina correcta, desde a mais tenra idade” foram criada na Europa e, também, Colônias e, dentre estas, a Colônia portuguesa, instituições voltadas para a catequese, a exemplo das Escolas Dominicais, para meninos e meninas.

O acesso das meninas à educação fomentada pelos Reformadores Católicos partia do pressuposto de que em cada menina/moça “está adormecida uma futura mãe, uma potencial educadora” que desempenharia um papel chave “na reconquista religiosa e moral da sociedade em seu conjunto” (SONNET, [1990], p. 144). Assim, a instrução feminina, constituída da leitura e catecismo, ganhou fôlego e contou com o apanágio de senhoras ricas que patrocinaram instituições religiosas ou não com o objetivo de “formar boas mães cristas” (SONNET, [1990], p. 145; SEDEÑO E., 2001)³⁹. Esse fenômeno demarcou para Eulália Perez Sedeño (2001, p.18-19) a primeira fase da história da luta feminina pelo acesso aos espaços e meios de produção da ciência. Para ela, esse contexto permitiu o início dos debates que questionavam a idéia de inferioridade intelectual feminina.

A discussão acerca da educação feminina não se restringiu somente às primeiras letras. No centro deste longo debate (séc. XIV-XVIII), encontram-se intelectuais contra e a favor da educação superior feminina e entre estes se destacaram Christine de Pisan e Paullain de La Barre (1647-1725), que ao rebaterem à afirmativa de que os altos estudos não eram para as mulheres, o fazem dizendo que essas possuíam a mesma capacidade intelectual dos homens e o que lhes faltava era o acesso aos mesmos espaços e instrumentais.

Se as mulheres tivessem estudado nas universidades, com os homens, ou noutras criadas especialmente para elas, poderiam atingir os mesmos graus e adquirir o título de Doutor e de Mestre em Teologia, e em Medicina e num e outro Direito: e o seu gênio, que as predispõe a aprender com tanta facilidade, dispo-las-ia também a ensinar com sucesso. (LA BARRE *apud* SONNET, [1994?], p. 147).

³⁹ A Ordem das Ursulinas fundou congregações dedicadas à instrução feminina, tanto na Europa como nas Américas. Sobre a educação realizada por essa ordem recomenda-se a leitura de **Educação das Virgens** (PASSOS, 1994).

Para o ex-jesuíta cartesiano, formado pela Universidade de Paris, não existia diferença qualitativa entre o intelecto masculino e o feminino, o que havia era a quantidade de experiências que direcionavam o exercício intelectual. Dessa forma, era devido às funções sociais (mãe e esposa) destinadas às mulheres que as distanciava das ciências. Ou seja, ao terem acesso aos mesmos espaços de formação (universidade) que os homens, elas poderiam desenvolver trabalhos criativos tanto nas ciências matemáticas como nas médicas e humanas. A partir das colocações de Paullain de La Barre, de que a mente não tinha sexo, as justificativas para que as mulheres não praticassem as atividades científicas tornaram-se um tanto “fracas”. Entrou, então, em cena a anatomia moderna – a teoria das diferenças sexuais – para continuar a explicar o motivo pelo qual elas deveriam continuar excluídas das ciências. (SCHIEBINGER, 2004, p. 258-261)⁴⁰.

È entre os escritos de Pizan (séc. XIV-XV) e os de Paullain de La Barre, em defesa da capacidade intelectual das mulheres, que se situa o período que ficou conhecido como o “das querelas”; vastamente documentado, revelando que apesar dos obstáculos as mulheres estavam presentes no mundo das discussões filosóficas e científicas. (FRAGE; DAVIS, [1990], p. 11-15). Vallegos e outras (2003, p. 284), ao fazer um breve panorama sobre a participação feminina ao longo da história da ciência, ressalta que este foi episódio importante no processo histórico das lutas femininas, uma vez que:

...em primeiro lugar, porque pela primeira vez algumas mulheres instruídas puderam documentar suas opiniões sobre o significado de ser mulher; em segundo lugar, porque para se referir à condição de ser mulher se apoiaram em sua própria existência e na consciência de si mesmas, denunciando o princípio de autoridade vigente na ciência, o qual não era nada mais nada menos que o princípio da autoridade masculina; em terceiro lugar, porque, no meio desse debate, as duas formas extremas de se conceber a relação entre homens e mulheres, o feminino e o masculino, pode ser explicitada: uma de caráter essencialista, que postula uma diferença sexual natural e imutável; e outra de caráter racionalista, que postula uma diferença de gênero construída social e culturalmente.

⁴⁰ Sobre as principais teorias que procuravam legitimar a exclusão feminina das ciências, incluso as biomédicas, um dos estudos mais completos foi o realizado por Schiebinger (2004). Inclusive esta é uma referência importante nos estudos brasileiros que trabalham com a questão. Por isto optei por utilizar, de forma privilegiada, o texto de Schiebinger (2004) na construção deste tópico.

Destaco ainda que o contexto que Paullain de La Barre escreveu foi marcado pela substituição tanto da visão de um único sexo para a existência de dois na área de medicina e biologia, como pela substituição do modelo feminino de ciência pelo masculino, este último inicialmente formulado por Francis Bacon. No cerne desse processo onde idéias filosóficas foram auxiliadas e/ou somadas com as “verdades” postuladas pelas ciências biológicas e médicas para legitimar o seu exercício por determinados indivíduos em detrimento de outros, constata-se como estas, enquanto discursos construídos culturalmente, transformam-se, ao longo da história, não só no sentido de explicar a natureza e a existência humana, mas também para dar continuidade à dominação de um ser sobre outro, seja na perspectiva de gênero, de raça/etnia, de classe ou de geração.

Para Schiebinger (2004, p. 203 – 212), Bacon contribuiu para com a formação da imagem masculina de ciência, como uma forma de com a ciência antiga. Uma das formas com que isso ocorreu encontra-se na obra **Da proficiência e o avanço do conhecimento divino e humano**, onde este filósofo – ao discutir as formas e produção dos conhecimentos – conclamou para que os homens, a fim de acabar com a imperfeição da ciência até aquele momento, abandonassem e renunciassem a “Minerva e às musas como virgens estéreis e deposita sua confiança em Vulcano.” (BACON, 2006, p. 79). Retirou de Minerva a representação da razão e a substituiu por Vulcano. Assim, a ciência, produtora do conhecimento acerca da natureza e que provocou o desenvolvimento da humanidade, deixaria de ser estéril passando a ter as habilidades dos ferreiros e mineiros necessárias para descobrir os segredos da natureza.

Deixando então a Filosofia divina ou Teologia natural (não a Teologia sagrada ou inspirada, que deixamos para o fim, por se o ponto e o *sabbath* de todos os estudos do homem), passaremos agora à Filosofia natural. Se for verdade o que diz Demócrito, que “a verdade da natureza jaz oculta em certas cavernas e minas profundas”, e se for verdade também aquilo que os alquimistas tanto se esforçam para inculcar nas pessoas, isto é, que Vulcano é uma segunda natureza, que imita com destreza e rapidez aquilo que a natureza opera por meios indiretos e durante muito tempo, seria bom dividir a Filosofia natural entre a mina e a fornalha e fazer para os filósofos da natureza duas profissões ou ocupações – alguns seriam

mineiros, outros ferreiros; alguns escavariam, outros refinariam e martelariam. (BACON, 2006, p. 110).

Nesta fala, a natureza aparece como algo passivo a ser escavado, triturado, e não mais algo ativo que passa, por meio dos sentidos, algumas das suas características para a razão que irá reelaborá-las e produzir conhecimentos. Aqui ocorreu uma inversão: a natureza não mais fornece ativamente os segredos que deseja revelar a uma mente que apenas recebe e, portanto, é passiva; a razão passa a ter ferramentas que permitem intervir de forma ativa na natureza, descobrindo os seus segredos. A partir das concepções de gênero vigentes naquele momento, a ciência passou a se masculina, e a natureza feminina; essa é a interpretação que Capra (2006) faz dessa mudança motivada por Bacon. Trabalhando com os conceitos de *yin* e *yan*, destacando os estereótipos genericados e ocidentais acerca destes⁴¹, o primeiro como feminino e o segundo como masculino, ele afirma:

O “espírito baconiano” mudou profundamente a natureza e o objetivo da investigação científica. Desde a Antiguidade, os objetivos da ciência tinham sido a sabedoria, a compreensão da ordem natural e a vida em harmonia com ela. A ciência era realizada “para maior glória de Deus” ou, como diziam os chineses, para “acompanhar a ordem natural” e “fluir na corrente do *tao*” Esses eram propósitos *yin*, ou integrativos; a atitude básica dos cientistas era ecológica, como diríamos na linguagem de hoje. No século XVII, essa atitude inverteu-se totalmente; passou de *yin* para *yang*, da integração para a auto-afirmação. A partir de Bacon, o objetivo da ciência passou a ser aquele conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza... (CAPRA, 2006, p. 51)

Capra (2006) e Schiebinger (2004) registraram o momento em que as alegorias da ciência deixam de ser femininas e passam a ser masculinas, pois lhe foi atribuídas virtudes tidas como masculinas – entre as quais destacamos a inteligência e instrução. Keller (1991, p. 39-50) também atribuiu o início desse processo a Francis Bacon, cujos motivos mencionamos anteriormente ao falar da resistência aos salões femininos. Razão foi, segundo interpretação que Keller (1991, p.47) faz da obra baconiana **O nascimento masculino do tempo**,

⁴¹ Sobre isso ele afirma: “Desde os tempos mais remotos da cultura chinesa, o yin está associado ao feminino e o yang, ao masculino. (...) Em nossa cultura, as mulheres têm sido tradicionalmente retratadas como passivas e receptivas, e os homens como ativos e criativos. Essas imagens remontam à teoria da sexualidade de Aristóteles, e têm sido usadas ao longo dos séculos como explicação ‘científica’ para manter as mulheres num papel subordinado, subserviente, em relação aos homens”. (CAPRA, 2006, p. 33-34).

transformada de feminina (Minerva) em masculina (Vulcano) quando, a partir da interferência divina, ela deixou de ser, em relação à natureza e não a Deus, submissa e receptiva, e passou a ser forte.

No momento em que a mente, limpa dos seus preconceitos (ídolos), se conectasse com inteligência divina, tornar-se-ia também viril, forte – características atribuídas ao masculino – na sua relação com a natureza – que desde a antiguidade foi concebida como feminina (SCHIEBINGER, 2004, p. 185) – dando como produto “super-homens” – cientistas - dotados de saber para realizar o desenvolvimento da humanidade (KELLER, 1991, p. 48).

O que se busca nessa passagem é a postura mais adequadamente necessária para que a mente assegure a recepção da verdade e a concepção da ciência. Para receber a verdade de Deus, a mente deve ser pura e limpa, submissa e aberta. Só assim poderá parir uma ciência masculina e viril. É dizer, que se a mente é pura, receptiva e submissa em sua relação com Deus, poderá ser transformada por Deus em um agente forte, potente e viril em sua relação com a natureza. Limpa de contaminação, a mente poderá ser impregnada por Deus e, nesse caso, será virilizada; o que lhe dará potencia e capacidade para gerar descendentes viris na sua união com a natureza. (KELLER, 1991, p. 47).⁴²

Um outro filósofo que elaborou premissas racionais para justificar a ausência feminina nos espaços formais destinados à produção de conhecimentos – academias e universidades – e o fim dos alternativos – os salões –, foi Jacques Rousseau. Para este filósofo a produção de saber – ciência – era uma atividade que exigia habilidades como vigor e precisão mental, que não eram desenvolvidos em ambientes onde existia a presença feminina, pois a forma de discussão intelectual estimulada pelas mulheres, associavam elegância e delicadeza. Dessa forma, as mulheres, na medida em que exercia influencia nas discussões e fazeres científicos, eram as responsáveis pela deterioração das artes e letras francesas. (SCHIEBINGER, 2004, p. 219-230)

⁴² Tradução livre de: “Lo que se busca em este pasaje es la postura más adecuada necesaria para que la mente tenga segura la recepción la verdad y la concepción de la ciencia. Para recibir la verdad de Dios, la mente debe ser pura y limpa, sumisa y abierta. Sólo entonces podrá parir una ciencia masculina y viril. Es decir, que si la mente es pura, receptiva y sumisa en su relación con Dios, podrá ser transformada por Dios en un agente fuerte, potente y viril en su relación con la naturaleza. Limpia de contaminación, la mente podrá ser impregnada por Dios y, en ese acto, será virilizada; se le dará potencia y capacidad de generar vástagos viriles en su unión con la Natureleza.” (KELLE, 1991, p. 47)

Dessa sorte, “para Rousseau, a participação na ciência requeria certa força, a qual a mulher carecia” (SCHIEBINGER, 2004, p. 230). Apesar de ter sido um dos protegidos do salão de Madame Dupin, na função de seu secretário a quem coube “ajudar a recopilar um dicionário de anfitriãs famosas de salão” (SCHIEBINGER, 2004, p. 228), ele combateu esta forma alternativa de produção científica, reafirmando essa atividade como própria do ser masculino. O genebrino foi um dos principais alicerces para a noção moderna de educação que teve como um dos seus modelos à proposta apresentada em **O Emílio**⁴³, onde a formação intelectual continuou bem delimitada para homens e mulheres – de acordo com as prerrogativas sociais do período apesar do discurso de ser uma obra direcionada para o retorno do indivíduo a uma ordem natural perdida.

Bacon e Rousseau, apesar do lapso de tempo que os separa, são exemplos de filósofos que contribuíram, de acordo com interesses na manutenção de situação estratégica possibilitadas pelas universidades e academias, com premissas para as teorias que legitimavam a exclusão das mulheres do fazer científico⁴⁴. A parte, essa idéia feminina de ciência que foi rebatida a partir dos baconianos, superada no século XVIII pela alegoria masculina de ciência, e a contribuição de Rousseau para a masculinização do estilo científico, a noção de sexo também foi transformada a partir do Renascimento. Até aquele momento, havia somente um sexo biológico – “um só corpo, uma só carne, para qual se atribuem distintas marcas sociais” (ROHDEN, 2003, p.202; 2001, p.15-33). Ou seja, o que distinguia era o gênero e não o sexo (SCHIEBINGER, 2004, p.236), uma vez que o temperamento,

⁴³ Teixeira (2007) ao analisar **O Emílio** a partir de uma perspectiva feminista, demonstrou como esse filósofo – um dos principais do período das Luzes - apresentou argumentos e idéias que demarcaram as hierarquias de gênero naquele período, ao mesmo tempo em que foram suporte para a continuidade dessas nos tempos subsequentes.

⁴⁴ Vários foram os filósofos que por meio do seu silêncio sobre a questão, a exemplo de Descartes, ao mesmo expressando acerca da inferioridade intelectual das mulheres contribuíram para o sexismo e androcentrismo das práticas científicas. No entanto, não é meu intuito nesse trabalho fazer uma análise do pensamento filosófico e por isso optei por não realizar essa discussão. Recomendo, no entanto, para maiores esclarecimentos a leitura de: Teixeira (2007), Schiebinger (2004), Lima e Souza (2003).

moldado pela intensidade com que os elementos cósmicos se articulavam, era o que definia o masculino e feminino.

A teoria monossexual elaborada por Galeno, a partir do pensamento Aristotélico, estabeleceu que a mulher era um homem imperfeito, pois o seu pênis não havia se desenvolvido e sido exteriorizado devido a quantidade de calor existente, no momento da concepção. O grau de calor definia o grau de perfeição do ser humano, cujo modelo era o homem. Assim, apesar de existir uma única matriz corporal/sexual a hierarquia entre os sexos era mantida e justificada pelo grau de perfeição.

O temperamento, também, estava articulado com a noção de calor e explicava-se que as mulheres que desenvolviam atividades tidas como masculinas, a exemplo da filosofia, matemática, etc., era porque possuíam mais substância quente e seca na constituição do seu temperamento que as outras, e a depender dessa maior intensidade de calor o seu pênis – que era interno – poderia se exteriorizar e torná-la um homem. O mesmo, no entanto, não era válido para o masculino: um homem não podia se tornar mulher, tal fato explicava-se porque a natureza esforçava sempre para aperfeiçoar-se e não para regredir. (SCHIEBINGER, 2004, p. 237).

A substituição da idéia de mulher como um homem imperfeito, devido a sua anatomia sexual, foi sendo desfeita entre os séculos XVI e XVII, quando anatomistas modernos comprovaram a existência de órgãos femininos próprios (específicos), além de afirmarem que na reprodução da espécie humana, homens e mulheres tinham papéis próprios onde “contribuem igualmente na geração” (SCHIEBINGER, 2004, p. 265). Ou seja, “nos primeiros anos do século XVI, os anatomistas já não pensavam que o útero era um pênis inadequado; pelo contrario, o útero era agora um instrumento perfeito para a realização da tarefa principal das mulheres: dar a seus maridos filhos fortes sãos” (SCHIEBINGER, 2004, p. 277). No entanto, apesar destas mudanças em relação aos órgãos sexuais femininos (diferenciação

sexual) e o próprio papel da mulher na questão da geração, continuou a persistirem as idéias acerca do calor e temperamento, auxiliadas por um silêncio em relação às outras diferenças.

Os anatomistas, como os filósofos do século XVII e começo do XVIII, não abordaram a questão se o caráter sexual ia além dos órgãos reprodutivos. No caso dos anatomistas, seu silêncio permitiu que as antigas opiniões continuassem sem serem questionadas, ainda que outras ligadas ao mundo antigo estivessem sendo derrubadas. Quando pressionados, a maioria dos anatomistas de formação universitária (como William Harvey) continuava atribuindo o caráter da mulher a sua natureza fria e úmida; a maioria dos cirurgiões barbeiros (como Helkiah Crooke) continuavam afirmando abertamente que as mulheres eram mais frias que os homens, e portanto defeituosas em seus temperamento sexual. A maioria dos anatomistas, deste período, acreditavam que a mente tinha sexo, porém não era uma opinião que se conciliava com as idéias da medicina postgalenica. (SCHIEBINGER, 2004, p. 274)

A diferenciação sexual continuava acima da pele, porém como os estudos sobre os esqueletos ela começou a ser procurada abaixo da epiderme. A partir das dissecações de cadáveres e o estudo dos esqueletos, as diferenças começaram a serem vistas, resultando no debate do esqueleto feminino e na substituição da teoria dos humores (calor e temperamento) pela idéia de que a sexualidade, que continuava a definir as mulheres, “impregnava cada músculo, veia e órgão unido ao esqueleto e modelado por ele” (SCHIEBINGER, 2004, p. 278).

O esqueleto feminino foi descrito como constituído de ossos mais fracos, estrutura proporcionalmente menor ao masculino; no entanto, destacava-se que as ancas eram mais largas devido ao fato de abrigar o período de gestação do feto humano. As dúvidas em relação ao tamanho do crânio, que nas mulheres eram maiores, não representavam uma quebra na ordem estabelecida de superioridade masculina, uma vez que abrigava uma massa cerebral leve e com capacidade menor; sendo o tamanho craniano apenas um crescimento incompleto a exemplo do que ocorria com o das crianças que ao nascerem o tinham em tamanho grande, mas na medida em que iam crescendo esse ia se ajustando proporcionalmente ao corpo – evidente no caso dos meninos. Schiebinger (2004, p. 298-99) destaca ainda que sempre houve uma preocupação em comparar o esqueleto masculino, o feminino e o infantil, existindo

ocasiões em que eram retratados em conjunto para facilitar a comparação do “esqueleto adulto masculino e feminino” onde “o feminino não aparecia nunca sem a companhia de ser par (de sólida constituição)” (SCHIEBINGER, 2004, p. 299).

No entanto, nos séculos XVIII e XIX, as relações hierarquizadas de poder não eram somente baseadas nos discursos de gênero, mas, também, nos de raça/etnia. Desta forma, além de um esqueleto que demonstrava a inferioridade feminina perante o masculino, e na tentativa de estabelecer um parâmetro para avaliação, visto que não havia uma uniformidade entre os corpos estudados, foi constituído um modelo de “homem perfeito” e de “mulher perfeita” onde os povos ou indivíduos que não se enquadravam nesses estereótipos eram definidos como inferiores. (SCHIEBINGER, 2004, p. 290-306). Em outras palavras, o corpo masculino, branco e europeu tornava-se a medida de todas as coisas. Para um “homem perfeito” existia uma “mulher perfeita”, a pelvis larga dessa era necessária para trazer ao mundo o cérebro superior masculino. Ter crânio grande era sinônimo de uma mulher imperfeita/inferior, enquanto ter a pelvis larga era justamente o contrário. Nessa perspectiva, os corpos masculinos e femininos se complementavam com o intuito de dar continuidade à humanidade.

A Teoria da Complementaridade Sexual que não explicou somente as funções de homens e mulheres na geração da humanidade, foi transportada para a vida social; o corpo feminino que era um complemento do masculino justificava e explicava as atividades, funções e papéis femininos e, principalmente, estabelecia quais os seus espaços. A exclusão das mulheres das universidades e das ciências que continuaram a ser legitimadas nos períodos anteriores pelo monossexualismo, foi reafirmada pela complementaridade sexual.

No século XVIII não mais a ciência aristotélica e o ensino religioso fundamentavam a subordinação das mulheres nos campos sociais, econômicos, culturais e políticos. Diante de um contexto que pregava a igualdade dos homens e seus direitos civis tornou-se necessárias

novas explicações para a continuidade da ideologia patriarcal. A resposta veio por meio do emprego da teoria da diferença sexual, elaborada pelos anatomistas, reelaborada pela filosofia, a exemplo de Rousseau, para o terreno das questões sociais.

Assim, diante de relações de poder desiguais, que iam se instituindo ao longo dos séculos XVIII e XIX, a teoria da complementaridade serviu para “justificar as desigualdades sociais dentro do marco do pensamento liberal”, uma vez que “devia-se ter provas científicas de que a natureza humana não era uniforme e que se diferenciava segundo idade, raça e sexo” (SCHIEBINGER, 2004, p. 310). A nova teoria complementava o pensamento liberal, na medida em que fornecia as explicações para a não extensão dos direitos civis às mulheres.

Para não estender às mulheres os novos direitos dos cidadãos era preciso complementar a teoria democrática liberal. A teoria da Complementaridade Sexual, que ensinava que o homem e a mulher não eram iguais nem no físico, nem no moral, mas eram apenas complementares, encaixava-se nitidamente nas tendências do pensamento liberal, fazendo com que as desigualdades parecessem naturais e ao mesmo tempo satisfazendo as necessidades da sociedade européia de uma permanente divisão sexual do trabalho, mediante a fixação das mulheres em um único lugar na sociedade. Sucessivamente, as mulheres não deviam ser consideradas meramente inferiores aos homens, mas, fundamentalmente, como diferentes deles e, portanto, não comparadas com eles. Criou-se o perfil da mulher privada e afetuosa como contrário ao homem público e racional. Nesse sentido, pensou-se que as mulheres teriam o seu próprio papel a desempenhar nas novas democracias: como mães.. (SCHIEBINGER, 2004, p. 312)

Os complementaristas acreditavam que homens e mulheres eram seres distintos e complementares, e que a natureza os tinha constituído dessa maneira para que o equilíbrio social fosse mantido; o funcionamento harmônico da sociedade ocorria na medida em que cada um realizasse a sua função, de acordo com o estabelecido pela natureza: os homens nas atividades desenvolvidas nos espaços públicos, condizentes com as suas características naturais, e as mulheres nos espaços privados, onde poderiam realizar a sua função de mãe e socializadora primeira das gerações futuras.

Inverteu-se a idéia aristotélica de mulher como um homem imperfeito, ela passou a ser perfeita na medida em que o seu papel natural que foi transposto para o contexto social, foi

realizado: ser mãe – produzindo filhos fortes e saudáveis para a nação⁴⁵ - e cuidar dos outros, era tão importante quanto às atividades políticas e intelectuais (científicas) dos homens para o equilíbrio e desenvolvimento da nação. A liberdade civil (que implica participação nas esferas de poder por meio das atividades políticas, econômicas e intelectuais), portanto, era uma prerrogativa masculina, pois se encontrava vinculada à parte que a natureza delegou aos homens na sua tarefa de manter a ordem e o equilíbrio social. Em suma, seria no âmbito doméstico que a mulher encontraria a realização das qualidades femininas positivas e necessárias para o bem da sociedade.

Aplicando características naturais para explicar às normas sociais, os costumes, a teoria da complementaridade estava executando um dos seus objetivos, pois havia sido “concebida para evitar que as mulheres competissem com os homens na esfera pública e, ao mesmo tempo, proteger a família dentro do estado” (SCHIEBINGER, 2004, p. 322). Uma outra finalidade era estabelecer que a relação entre homens e mulheres não era um contrato social, a exemplo do que ocorria entre os homens, pois ele era antes de tudo baseado no amor e parte interdependente de um todo moral que objetivava o bem social. Em outras palavras,

Todo isso equivaleria a dizer que a relação social entre homens e mulheres deveria ser considerada diferente da relação entre os homens. As mulheres não deviam pensar em termos de igualdade porque não são as mesmas normas que regem a relação entre homens e mulheres e regem a relação entre os homens. Concebidos como contrários naturais, homens e mulheres se unem harmoniosamente entre si. Ao assinalar para homens e mulheres esferas de competência moral separadas e, no entanto, complementares, os complementaristas pensavam que uns e outras se complementarizavam em vez de competir entre eles. (SCHIEBINGER, 2004, p. 324).

As atividades científicas encontravam-se em espaços considerados públicos e, portanto, requeriam características específicas dos indivíduos a que naturalmente foi relegado transitar por esses locais. Os caracteres específicos da masculinidade tornaram-se parâmetro para o fazer científico, completava-se o processo de nascimento da ciência como uma

⁴⁵ Prerrogativa para uma nação poderosa. Cf.: Schiebinger, 2004, p. 322-23.

atividade destinada aos homens, assim a “outra serie complementamente distinta foi expulsa da ciência e conservada no lar” (SCHIEBINGER, 2004, p. 339).

Em oposição aos complementaristas havia os igualitaristas, entre os quais se destacava Mary Wollstonecraft que criticou as idéias expressas no **Emílio** acerca das funções e capacidades femininas e afirmavam a igualdade entre homens e mulheres. Foi com o intuito de rebater as idéias acerca da não igualdade entre os sexos, que nasceu o denominado feminismo da igualdade. No entanto, não era somente a teoria da complementaridade que tinha que ser combativa, outras teorias circulantes do período contribuía para a manutenção das hierarquias sociais de sexo e raça, demarcando o espaço doméstico como o local natural das atividades femininas, vinculadas à reprodução.

Ao lado dos complementaristas encontraremos os psiquiatras darwinistas que ao associarem as idéias acerca do diformismo sexual, elaborado por Darwin, e a teoria do óvulo, estabeleceram o estereótipo da mulher reprodutora, condenada a ser portadora de patologia mental e que não se ajustavam ao modelo proposto e, portanto, não realizavam o motivo de sua existência: a procriação, a maternidade. Segundo a teoria do óvulo, as mulheres eram controladas pelos institutos sexuais reprodutivos, ao contrario dos homens que ao evoluírem, possuíam os caracteres que possibilitavam a adaptação da espécie e sua evolução, controlavam os seus impulsos e instintos por meio do raciocínio lógico (capacidade intelectual) que tinham desenvolvido durante a adaptação ao meio, no processo de seleção sexual.

Na cadeia evolutiva humana, o homem era o mais evoluído e características como agressividade, força e capacidade intelectual eram produtos da seleção sexual pelo qual a espécie humana tinha passado e que se encontravam presentes apenas no sexo masculino porque, na espécie, eram eles que possuíam as “janelas adaptativas” (SEDEÑO C, 2001, 234). Às mulheres, em contrapartida, não conseguiram evoluir, pois não tinham as “janelas” que as

permitiriam ir da fase da intuição para a do raciocínio lógico, o que para Darwin era uma desvantagem evolutiva.

...uma desvantagem evolutiva era uma característica inferior e colocava como exemplo de inferioridade a mente feminina. A mulher possuía mais intuição que o varão e esta característica era, segundo o autor da Teoria da Evolução, a prova de sua inferioridade intelectual, pois era uma qualidade própria das crianças e das raças inferiores. Desse modo, indicava que a posição social que as mulheres desempenhavam era adequada a suas capacidades mentais porque uma mente intuitiva era a ideal para cuidar das crianças e doentes. (SEDEÑO C., 2001, p. 235)

Assim, por ser intuitiva e comandada pelo seu ovário elas não poderia aspirar “aos estudos superiores que a capacitariam para acender a profissões consideradas masculinas, sem ir contra a sua natureza.” (SEDEÑO C., 2001, p. 237). Divulgava-se a idéia de que o útero para exercer a sua função precisava de todas as forças da mulher, e ao se dedicar a outras atividades que não fossem a da procriação – a exemplo da atividade profissional e intelectual – ela estaria retirando energia do útero; para outras atividades que não aquelas destinadas às mulheres. (MARTINS, 2004, p. 38).

Ruth Hubbard (1993) ao analisar o que move os indivíduos a produzir a ciência a partir de uma perspectiva feminista, sintetiza a teoria do óvulo ao mesmo tempo em que revela, a exemplo de Varela (1996) e Schiebinger (2004), que no século XIX os interesses para o afastamento feminino destes espaços e profissões continuaram sendo a manutenção e acesso a situações estratégicas.

A ideologia da natureza feminina, invocada nesses momentos, poderia nos fazer acreditar que a capacidade da mulher de engravidar a deixa sempre incapaz fisicamente, em comparação com o homem. Os fundamentos científicos dessas idéias foram elaborados no século XIX por homens brancos, sobretudo da classe mais alta educados em universidades, que constituíram a maioria em novas profissões como obstetrícia e ginecologia, biologia, psicologia, sociologia e antropologia. Esses profissionais usuram as próprias teorias da fragilidade inata da mulher a fim de desqualificar moças e mulheres de sua própria raça e classe, que poderiam competir com eles por educação e status profissional. (...). Os biólogos e médicos do século XIX afirmavam que o cérebro da mulher era menor que o do homem e que o ovário e útero exigiam muita energia e repouso para funcionar apropriadamente. “Provaram” que, em consequência, as meninas deveriam ser mantidas longe de escolas e faculdades a partir do momento em que começassem a menstruar e advertiram que, sem esse tipo de precaução, os úteros e ovários das mulheres poderiam se atrofiar e a raça humana se extinguir. (HUBBARD, 1993, p. 27).

Salienta Garcia (2001, p. 243) que desde a institucionalização da ciência a expulsão das mulheres foi sendo sedimentada, chegando aos nossos dias, quando mesmo com a abolição das restrições formais, a cultura, a ideologia e as relações de gênero dominantes continuam restringido o acesso das mulheres a ciência. A discussão em torno do acesso feminino as universidades e, conseqüentemente, à ciência, continuou para além do século XVIII, período que, segundo Londa Schiebinger (2004, p.349) marcou a vitória da Teoria da Complementaridade Sexual que, articulada com outras explicações científicas – a exemplo da Evolução Sexual e Teoria do Óvulo - evidenciou e justificou “a exclusão permanente das mulheres do terreno científico”, visto que nos séculos anteriores existiram mulheres, ainda que, esporadicamente, freqüentaram universidades e que foram médicas, botânicas, filósofas, juristas, físicas, astrônomas, matemáticas. Encontrei um resumo histórico deste fato, utilizado para pleitear o direito de acesso aos cursos de medicina por parte de brasileiras, em 1879 no discurso⁴⁶ que o advogado e deputado Tobias Barreto realizou na Assembléia Provincial de Pernambuco:

Assim vemos apresentarem-se na Grécia, além de Safo, Mirtes e Corina, também poetisas, a quem cabe a glória de terem sido mestras do maior lírico daquela nação, mestras de Pindaro. (...). Pitágoras contou, entre os seus discípulos, grande numero de mulheres. Diz-se mesmo que ele aprendeu filosofia com sua irmã Temistocléia, e que a sua mais aplicada discípula foi Teano, sua mulher. (...). A tradição fala de Helena Calderini, filha de Giovanni Andréa Calderini, professor de direito canônico na universidade de Pádua, a qual costumava substituir a seu pai, quase sempre ocupado em missões diplomáticas; (...). É fato histórico incontestado que ainda no século passado quatro mulheres preencheram cadeiras magistrais na universidade de Bolonha. Foram elas: Laura Bassi, professora de filosofia; Ana Morandi Manzolini, professora de anatomia; Gaetana Agnesi, professora de geometria, e Clotilde Tambroni, profesora (sic) de grego. Não são fatos convincentes da capacidade feminina?... Nos últimos tempos vemos em França, além da célebre Stael, e aão menos célebre Sand, uma Delphine Gay, uma Louise Collet, Marie Deraisme, Julie Danbié, Clemence Royer, Daniel Sterne; vemos na Alemanha Fanny Lewald, Elisa Schmidt, Hahn Hahn, Bety Paoli. (...). na Inglaterra uma Martineau, uma Somerville; na Itália uma Ferrucci, uma Alaíde Beccari, mulher admirável, que padecendo de uma paralisia e só podendo escrever com a mão esquerda, é todavia a redatora constante de um jornal publicado em Veneza e consagrado à defesa dos direitos do belo sexo, sob o título *La Donna*. (BARRETO, 22/3/1879, P. 79-80).

⁴⁶ A análise desse discurso foi feita no próximo capítulo.

A fala do deputado pernambucano não se encontrava deslocada do contexto brasileiro, onde já existiam reivindicações pela instrução superior feminina e, muito menos do mundial, onde a partir do século XIX as reivindicações femininas para o acesso aos saberes construídos nas universidades foram impulsionadas: “As mulheres ingressaram em carreiras modernas na ciência somente após o movimento das mulheres das décadas 1870 e 1880 [que] as impulsionaram às universidades” (SCHIENBINGER, 2001, p. 71).

Em que pese essa afirmação de Londa Schienbinger, não significa a ausência de resistências, discussões e estratégias vinculadas ao acesso feminino às universidades antes da segunda metade dos oitocentos, cuja visibilidade tem sido um esforço de teóricas feministas da ciência como um dos caminhos de combate às idéias fisiológicas, representada pela Teoria da Lateralização dos Hemisférios Cerebrais, bem como aos argumentos apresentados pelos sociobiologistas que persistiam no final do século XX (CITELI, 2001) e que permanecem neste início de século XXI.

Os usos destas teorias como argumentação continuam a estabelecer e justificar funções, atividades específicas para homens e mulheres, ao mesmo tempo em que perpetuam o sexismo e androcentrismo nas atividades desenvolvidas no mundo científico⁴⁷. Moro (2001, p. 31) afirma que estas teorias são tentativas de responder por que na atualidade, ainda é relativamente pequeno o número de mulheres nas carreiras científicas. Fenômeno que ela tentou explicar a partir de uma outra abordagem, pois tanto o determinismo biológico como o ambiental “pouco esclarecem sobre a interpretação social das diferenças” (MORO, 2001, p.

⁴⁷ Por isso não deve ser, e não é, só prerrogativa das feministas somente analisar os índices que revelam o sexismo e o androcentrismo, expressos na segregação hierárquica e territorial de gênero, nas instituições que produzem os conhecimentos e tecnologias tão necessárias para a vida humana contemporânea. Combate-los na ciência passa essencialmente pela revisão do processo de formação dos (as) profissionais das ciências, sejam essas humanas, da vida ou exatas. Esse meu posicionamento encontra eco na seguinte afirmação de Schiebinger (2001, p. 31): “É tempo de voltar-se, ao invés disso, para instrumentos de análise pelos quais a pesquisa científica possa ser desenvolvida, bem como criticada em linhas feministas. Eu não proponho esses instrumentos para criar alguma ciência ‘feminista’ especial, esotérica, mas sim para incorporar uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência”. Essas questões, dentre outras, demarcam também o que Eulália Perez Sedeño (2001, p 22-3) denominou de terceira fase da história da luta das mulheres pelo acesso à produção de saberes e conhecimentos científicos.

35). Esse pouco esclarecimento resulta do fato de que as relações sociais de gênero e suas interseccionalidades são construções históricas e culturais contextualizadas, construídas e reelaboradas constantemente a partir das lutas, embates e, até mesmo, de acordos que os sujeitos (homens e mulheres) e ou grupos realizam entre si para manterem ou obterem posições estratégicas em determinadas situações, sejam elas relativas aos espaços públicos ou privados. Por isto é de suma importância desconstruir os discursos que procuram legitimar a exclusão das mulheres das situações estratégicas, entre as quais as atividades científicas se inserem.

O ACESSO DE MULHERES ÀS UNIVERSIDADES: A RETOMADA DE UMA POSIÇÃO-ESTRATEGICA.

Não considero luta pelo acesso aos altos estudos, em específico os relacionados às áreas da biomedicina, mas sim **luta de retomada a uma posição-estrategica**, produção e aplicação de conhecimentos, que as mulheres tinham antes do domínio da escolástica e da medicina ter valor na esfera social, e que lhes permitiu gozar das situações estratégicas nas comunidades e sociedades das quais eram parte e produtoras. Em relação os conhecimentos aplicados e/ou sistematizados na medicina ou áreas de saúde, ao longo da história, considero, ainda que hipoteticamente e sem querer causar querelas ou sensação, que eles têm suas origens nas práticas empíricas das mulheres. Exemplo clássico é o caso já mencionado de Hipocrates e a própria constituição, no século XIX, da chamada medicina da mulher.

Apesar das discussões e polêmicas presentes nos séculos XIV ao XVIII sobre o acesso feminino aos altos estudos, a exemplo de Christine de Pisan, as Preciosas e Mary Wollstonecraft⁴⁸, e a presença isolada e esporádica de algumas mulheres em cursos

⁴⁸ Andrew Vincent (1995) ao classificar o feminismo como uma das ideologias políticas moderna, salienta que sobre as suas origens há três vertentes: a primeira afirma que o feminismo existiu sempre uma vez que as

superiores, somente no século XIX foi que presença feminina nas universidades aconteceu de fato, ainda que de maneira tímida, porém, contínua. A retomada feminina dos espaços universitários foi fruto das reivindicações isoladas ou coletivas de mulheres que, ao lutarem para serem reconhecidas como cidadãs, tornaram-se precursoras de movimentos feminista do século XIX, tanto na Europa como na América. Este momento constituiu-se a segunda fase da história da luta feminina pelo acesso aos espaços de produção do conhecimento.

O segundo momento histórico na luta para as mulheres conseguirem acesso ao conhecimento se produz na segunda metade do s. XIX, quando se pleiteia em diversas partes do mundo ocidental, não só o acesso à cultura geral, mas também o acesso as instituições educativas de mais altos níveis, as universidades (e também as academias). Graças a estratégias variadas se foi conseguindo pouco a pouco o acesso à universidade para primeiro ouvir, para obter depois o título de licenciada, para doutorar-se e até exercer. (SEDEÑO E., 2001, p. 19).⁴⁹

As ações (estratégias e táticas) empreendidas por algumas mulheres em países ocidentais, não só a partir do século XIX, mas também anteriormente, para ingressarem nos cursos superiores, foram descritas por autoras como Schiebinger (2004, 2001), Gomes (2001; 2004), Herráiz (1999), Dall’Ava-Santucci (2005), Aparício, Alcaide e Zuasti (2001). Apesar da pressão feminina na Europa, para terem acesso a este nível de instrução, foram às americanas as primeiras a terem acesso formal e contínuo às universidades.

Em 1847, Elisabeth Blackwell ingressou na Faculdade de Genebra, na cidade de Nova York. Diante da sua experiência e das resistências ao ingresso das mulheres nas instituições formais, criou a *Infirmery Medical School* – 1864. A partir desse momento outras instituições

discussões sobre a condição feminina procede desse o primórdio da humanidade; a segunda atribui a Chistina de Pisan no século XIV-XV; a terceira indica Mary Wollstonecraft no século XVIII. Apesar de discutir essas três opções de origem, Vincent (1995, p. 179) alerta para o fato de que qualquer que seja a mulher escolhida como precursora ela teve antecessoras que se indignaram com as situações vivenciadas pelas mulheres ao longo da história e a partir do contexto em que estavam inseridas demonstraram a sua indignação. Nessa perspectiva a existência das “preciosas” na Inglaterra e na França, século XVII (DULONG, [1990], p. 479-483), também é um marco do pensamento feminista. No entanto, em relação ao movimento feminista podemos marcar sua origem no século XIX, pois foi a partir daí que as mulheres passaram a se organizar em associações empreendendo uma luta coletiva e articulada pelos direitos femininos.

⁴⁹ Tradução livre de: “El segundo momento histórico em la lucha por las mujeres para lograr acceso al conocimiento se produce em la segunda mitad del s. XIX, cuando se plantea en diversas partes del mundo occidental, no ya el acceso a la cultura general, sino a las instituciones educativas de más alto nivel, las universidades (y también las academias). Gracias a estrategias variadas se fue logrando poco a poco el acceso a la universidad para escuchar primero, para obtener título de licenciada después, para doctorarse y hasta ejercer.” (SEDEÑO E., 2001, p. 19).

específicas foram criadas tanto nos Estados Unidos, a exemplo da Escola da Filadélfia, como na Europa. Encontrei no **O Monitor**, de 21 de junho de 1879, a seguinte notícia sobre o funcionamento de uma escola superior para as mulheres inglesas: “Está atualmente em construção em Oxford, um collegio destinado às mulheres que desejarem seguir os cursos da Universidade. Este collegio estará sob a direcção da irmã d’um dos membros do parlamento”. (EDUCAÇÃO..., 21/6/1879).

Não só acontecimentos pertencentes ao cotidiano inglês foram noticiados por periódicos baianos, o acesso das francesas aos cursos superiores também foi divulgado. No mês de setembro de 1897, especificamente a partir da edição do dia 18, **A Bahia**, publicou uma coluna intitulada *A Educação das Moças*, assinada por A. de Verdilhac, a questão da instrução tanto voltada para o exercício do magistério e outras profissões liberais como uma maneira de garantir as mulheres uma forma honesta de se sustentar em caso de desventura econômica da família, a quem, em princípio, caberia ser provida pelo homem (marido ou pai). A família Rothschild foi citada, na referida coluna, como um exemplo desse tipo de preocupação com o futuro das mulheres da família.

Usa-se agora (e a família de Rothschild foi a primeira a dar exemplo) ministrar às moças, a educação necessária e bastante para que ellas, em caso de revéz, possam exercer sem difficuldade o magistério. Não há, até mesmo as noviças de conventos, quem não deseje prestar o seu exame no Hotel de Ville Paris, ou perante as comissões das províncias. (VERDILHAC, 21/9/1897, p.1)

Nas edições que deram continuidade a referida coluna, encontramos a do dia 22 de setembro que continua a discutir as resistências enfrentadas por estas moças ao tentarem ingressar nos cursos superiores, cita o exemplo inglês, frisando que as francesas não se intimidavam e tornavam-se *perfeitamente* instruídas. Diante da leitura dessa parte da coluna e articulando com um contexto maior das discussões científicas acerca das conseqüências “nefastas” para as mulheres que se dedicavam às atividades intelectuais, fica a hipótese de que o autor/a autora tenha utilizado o adjetivo “perfeitamente” para sinalizar que estas moças, ao

contrário do que divulgavam os adeptos da teoria do óvulo, da complementaridade, da evolução sexual, não haviam se distanciado das funções e modelos sociais destinados às mulheres. Pergunto-me, ainda, quantas baianas leram essa notícia e se sentiram estimuladas a enfrentarem as resistências ingressando na Faculdade de Medicina da Bahia⁵⁰:

Isto, porém, de modo algum impede que todo mundo queira concorrer a taes exames; a França torna-se ao mesmo tempo um vivero atopetado de preceptoras, e um paiz de mulheres perfeitamente instruídas. (...). Depois, essas jovens, ainda que não se destinem ao magistério, podem aspirar ao diploma superior. Para isso, eis o que se lhes exige: um thema em línguas vivas; provas escriptas de Arithemtica, álgebra, sciencias phisicas e naturaes – industria, agricultura, litteratura e moral. (VERDILHAC, 22/9/1897, p.1)

Italianas, alemãs, entre outras européias, bem como americanas do norte, ao lutarem e ingressarem nas universidades, a partir da segunda metade dos novecentos, foram lembradas, ainda genericamente a partir de dados numéricos, por artigo publicado na **Gazeta Médica da Bahia** em 1901, sob o título de *As mulheres médicas*.

O numero de mulheres que se dedicam ao exercício da medicina tem augmentado muito nos últimos annos, na Europa e na América.
De um artigo publicado na Illustration em seu numero de 9 de Fevereiro ultimo, transcrevemos o seguinte:
" O numero das estudantes inscriptas nas diversas Faculdades francezas de medicina e pharmacia passa actualmente de 200. em 1898-1899 só na Faculdade de Paris 22 mulheres receberam o gráo de doutoras.
Em 1899-1900 (até 6 de fevereiro somente) o numero de doutoras tinha sido 12.
Desde 1882 as estudantes são admittidas nos externatos dos hospitaes; depois de 1885 no internato. M. elles Plumkte e Edwards entraram juntas por essas duas portas.
Fora as 77 mulheres doutoras exercendo em Paris conta-se 2 em Bordeaux e em Marsella, 1 em Lyon, em Nice, em Cannes, em Vichy, em Lille, em Rennes, em Grenoble e em Angers; 1 na Algeria e 1 no Tonkin.
No estrangeiro a América foi o primeiro paiz que concedeu o titulo de doutoras às mulheres; Miss. Blackwell fez com successo seus exames em Boston, em 1847.
É também a América que tem mais mulheres medicas; só em Chicago existem 300, depois vem a Rússia e em terceiro lugar, a Inglaterra com 396 mulheres doutoras, sendo que 85 exercem em Londres, outras tantas nas Índias e 15 na China. Até a Abyssinia conta-se uma mulher doutora, porém é uma Suissa, Melle Zurcher" (GAZETA MEDICA..., março de 1901).

Apesar de mencionar o nome das primeiras médicas formadas no Brasil⁵¹, nota-se um destaque para o ingresso das americanas nos cursos superiores, têm-se a sensação de que a menção das européias e brasileiras foi apenas para contextualizar. Não se deve esquecer que a

⁵⁰ Essa questão será pontuada nos capítulos seguintes.

⁵¹ Esse trecho do artigo foi analisado em parte específica dessa tese.

partir do início dos novecentos a influência cultural no Brasil foi norte-americana, e se o intuito do texto era demonstrar que os países civilizados possuíam mulheres nas profissões liberais, principalmente nas das áreas da biomedicina, nada mais eloquente que buscar o exemplo do país que, naquele momento, estava se tornando o modelo para o Estado brasileiro. Colabora com esta interpretação o fato de que naquele momento os Estados Unidos da América e Brasil não eram os únicos países no Continente Americano a ter mulheres nas universidades.

Na mesma época, entretanto, em que várias jovens inglesas, norte-americanas e brasileiras ingressavam, vitoriosamente, nas escolas médicas estadunidenses e européas, nas faculdades sul-americanas quatro moças formavam de sua vez, a dianteira do movimento emancipador em seus países, ingressando no curso médico: uma chinela, uma brasileira, uma argentina e uma uruguaia. Chama-se a chinela Eloiza Dias Inzunza, nascida entre 1863 e 1868 e diplomada em medicina pela Faculdade de Biología e Ciência Médicas de Santiago, Chile, aos 29 de novembro de 1886. Foi esta inquestionavelmente a primeira médica sul-americana isto é, a primeira mulher sul-americana formada em medicina numa Faculdade sul-americana. Segue-lhe, como segunda médica sul-americana a senhorinha Rita Lobato Velho Lopes, diplomada a 10 de dezembro de 1887 pela Faculdade de Medicina da Bahia, Brasil. Também a terceira jovem, Cecília Guierson, recebia em 1889 o seu diploma de Doutora em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Buenos-Aires, Argentina. (SILVA, [195-], p. 42).

Não sei os motivos pelos quais Eloiza Dias Inzunza e Cecília Guierson não foram mencionadas no artigo da **Gazeta Médica da Bahia**. Aventuro-me, no entanto, a especular sobre a autoria desse artigo. Não foi assinado, o que revela a sua construção sob responsabilidade do editorial do periódico, em cuja composição encontrava-se a médica feminista Francisca Prager Fróes, primeira mulher a ter um artigo publicado nesse periódico (BASTIANELLI, 2002, p. 149), e seu esposo João Américo Fróes. É possível que tenha sido a médica baiana que selecionou e retirou esse trecho da revista *Ilustración* para sedimentar a afirmação de as mulheres cada vez mais ingressavam na medicina, uma vez que a maioria dos seus textos publicados, quando não se dedicavam a temas específicos da sua atuação profissional, voltavam-se para a discussão acerca da situação das mulheres e seus direitos.

Em 1903, ao mesmo tempo em que levava ao conhecimento dos leitores um estudo de caso sobre “Eclampsia no trabalho de parto” (FROES, 1903) seleciona e traduz um artigo intitulado “Emancipação das Mulheres na Rússia” para ser publicado na

Gazeta Médica da Bahia. O artigo sugere que as mulheres fossem aceitas em todas as Faculdades de Medicina, de preferência mistas e abertas aos dois sexos. Além de imaginação, Francisca demonstrou estar a par das acalentadas lutas travadas na Rússia, no período em que jovens estudantes do sexo feminino forçaram a criação de cursos médicos para elas. (RAGO, 2005).

Permanece também a dúvida de porque a sutileza e ausência de uma discussão própria, neste artigo, sobre o processo de acesso feminino as universidades e a sua articulação como uma das bandeiras de luta tanto do feminismo europeu como americano, visto que estas idéias já circulavam na Bahia desde o final dos oitocentos⁵²; talvez ela estivesse verificando as reações ao utilizar esse importante periódico médico para defender os direitos femininos – sobre tudo à educação superior, como fez mais tarde em 1903 (RAGO, 2005).

A idéia de que o acesso dessas mulheres foram frutos de ações individuais, mas também pauta dos discursos feministas ou reivindicação de um movimento não apareceu no artigo que o jornal **Cidade do Salvador** publicou no último ano dos oitocentos.⁵³ Uma das características que demarcou o que Eulália Sedeño (2001, p.19) denominou de segunda fase da história da luta feminina pelo acesso aos conhecimentos formais – movimento feminista – foi pontuada pelo mencionado periódico baiano, principalmente, no que diz respeito à América do Norte.

Pillar Ballarin e outras (2001) ao discutirem sobre a historia das mulheres na Europa, afirmam que o acesso às universidades foi uma das pedras angulares do movimento feminista europeu do século XIX e inicio do XX, conjuntamente com as reivindicações por direitos econômicos e políticos. A movimentação das feministas inglesas e, também, portuguesas, no final do XIX, foi noticiada na Bahia pelo **Diário de Noticias** em pelo menos dois momentos: 1881 e 1884. Na sua edição de 2 de outubro de 1881 traz a noticia da atuação de Angelina Vidal, portuguesa, que, ao seguir o exemplo de uma francesa, fazia discursos nas reuniões políticas e o redator concluiu a noticia perguntando: “estas heroínas não terão que fazer em

⁵² A discussão sobre a circulação de idéias femininas e a capacidade intelectual feminina na Bahia, segunda metade do século XIX, foi realizada no capítulo a seguir.

⁵³ O conteúdo deste artigo será transcrito a seguir.

casa?” (DIARIO DE..., 3/10/1881). A outra notícia relata a atuação de feministas inglesas em defesa de uma companheira que, em protesto, provavelmente pela ausência dos direitos políticos, se recusou pagar os impostos.

Já temos alguma coisa dito sobre o direito que as mulheres inglesas dizem ter ao eleitorado; Agora vamos noticiar as eleitoras, que no calendário da pequena igreja há mais uma santa martyr – Miss Henrietta Mueller, que declarou que não pagava mais as taxas, e portanto o collector penhorou lhe todos os moveis e os mandou vender em hasta pública. Um grande meeting feminino, de indignação, reuniu-se no aposento viúvo dos trastes que o ornavam. Oraram Miss Babb, Miss Briggs e Miss Todd; foi declarado o sr. Gladstone responsável perante toda a população feminina do Reino Unido da Inglaterra, Escócia e Irlanda pela atrocidade e iniquidade que se perpetrava em nome da Rainha, uma senhora! Contra senhora; e apellou Mis Mueller para a justiça eterna e a posteridade. (DIARIO DE..., 13/8/1884).

A possível articulação entre o movimento feminista que nos Estados Unidos da América e Europa começava a reivindicar entre outras coisas o acesso à educação e as universidades – fossem elas específicas para mulheres ou mesmo mistas – foi evidenciada na Bahia do final dos oitocentos com a publicação, em 11 de fevereiro de 1899, do artigo *A mulher nos Estados* pelo **Cidade do Salvador**. O mencionado artigo trás uma estatística comparativa, referente às décadas de 1870, 1880 e 1890, sobre a participação das mulheres em profissões tidas como masculinas, a saber: medicina, arquitetura, engenharia etc.⁵⁴

Uma interessante estatística, publicada recentemente nos Estados Unidos, mostra os progressos feitos pela mulher americana, de trinta anos a esta parte, e sua formidável invasão em todas as carreiras em que só predominava o homem.

Assim é que em 1870 contava-se alli (...) architecta; em 1890, 22, e em 99, 63, e nos mesmos annos, de 1870 a 189(...) as diversas profissões registraram (o) seguinte movimento progre(ssivo) (da) influencia feminista.

	1870	1890	1897
Escriptoras	159	2.72(...)	3.164
Dentistas	24	337	417
Engenheiras	0	127	201
Jornalistas	35	888	1.436
Legistas	5	208	471
Musicas	5.853	34.518	47.309
Funcionarias	414	4.875	6.712
Medicas	528	4.555	6.682
Directoras de Theatro	100	634	943
Guarda livros	0	27.755	43.071
Copistas/Secretarias	8.016	64.046	19.824
Tachygrafhas e Typografas	7	21.185	50.733

⁵⁴ A relação destes índices com os brasileiros, para o mesmo período, será tratado no capítulo a seguir.

Por estes algarismos, avalia-se facilmente o desenvolvimento feminista que se tem operado na grande nacionalidade americana do norte. (CIDADE DO SALVADOR, 11/02/1899, p. 2)

Os números indicam a participação feminina nas profissões relativas a medicina, odontologia e engenharia, com o aumento gradual ao longo das décadas mencionadas, cuja lentidão explica-se pelas reações contrárias e, até, violentas, que muitas destas mulheres tiveram que enfrentar ao ingressarem nas referidas profissões⁵⁵.

A intensidade das resistências à presença feminina pode ser medida pela comparação entre as profissões destacadas, no artigo do periódico **Cidade do Salvador**, tendo como critério a aproximação das funções desempenhadas com os padrões de comportamentos, valores e atividades instituídos para o feminino. Se considerarmos que atividades como musicista, secretaria/copista, taquígrafa, guarda livros, por exemplo, não representavam, pelo menos em teoria, perigo de desvio da conduta feminina, além de requisitarem sensibilidade e paciência, características tradicionalmente atribuídas ao feminino, necessárias para o seu bom desenvolvimento, não acharemos estranho serem estas profissões as que demonstram um crescimento elevado em relação a atividades como medicina, engenharia, odontologia, legista, que além de exigirem do profissional força, frieza, raciocínio lógico, características historicamente definidas como masculinas, poderiam colocar em risco a conduta moral das mulheres que as exerciam, como alertava a **Gazeta Médica da Bahia**⁵⁶, em 1869, ao publicar artigo contrário ao acesso feminino nos cursos de medicina e revelar a utilização de teorias como a da complementaridade sexual, do óvulo, a evolucionista, por aqueles que se mostravam contrários ao acesso das mulheres às Faculdades de Medicina.

Os artigos publicados em periódicos como **Cidade do Salvador**, **O Monitor**, **Diário de Notícias**, **A Bahia** e **Gazeta Médica da Bahia**, são indicativos de que a discussão em

⁵⁵ Para uma maior compreensão dos tipos de reações enfrentadas pelas mulheres, no século XIX, ao ingressarem nos cursos superiores, a exemplo do de medicina, recomenda-se a leitura do livro **Mulheres e médicas: as pioneiras da medicina** (DALL'AVA-SANTUCCI, 2005).

⁵⁶ O conteúdo deste artigo será trabalhado no segundo capítulo.

torno do acesso das mulheres aos cursos superiores e outras reivindicações, a exemplo do direito de voto, não era exclusiva de um único país ou continente, estava presente também no Brasil, e na Bahia, a partir do século XIX (HAHNER, 1994) tanto nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia, como pelos jornais femininos e do movimento feminista brasileiro que, dentre outras reivindicações, defendiam o acesso das mulheres aos cursos superiores, às profissões liberais e ao voto.

CAPITULO II

DIALOGOS E PRÁTICAS SOBRE A INSTRUÇÃO SUPERIOR FEMININA NA BAHIA: “FEMINISTAS” *VERSUS* “ANTIFEMINISTAS” ENTRE O SÉCULO XIX E XX.

June Hahner (1994) ao refletir sobre as profissionais liberais latino-americanas no século XIX, afirma que a discussão acerca do acesso feminino à educação superior no Brasil “tornou-se um assunto digno de atenção em poucos e restritos círculos sociais” (HAHNER, 1994, p. 55) e acrescenta-se: recheados de posições polêmicas entre “idéias feministas”⁵⁷ e “antifeministas”⁵⁸. A autora em questão faz uma breve descrição destes debates a partir da segunda metade do século XIX; existem, porém, estudos que direcionam a existência desta discussão entre nós desde as primeiras décadas dos oitocentos, bem como informações acerca da prática feminina formal e legalizada, na área de saúde, antes da Reforma Leôncio de Carvalho. Analisar e articular estes indícios e diálogos é a finalidade deste capítulo.

ENTRE A PRIMEIRA CONSTITUINTE (1823) E A REFORMA LEONCIO CARVALHO (1879): A PRÁTICA PROFISSIONAL DE LEONOR DOS SANTOS.

⁵⁷ Neste trabalho “idéias feministas” são compreendidas como os discursos, idéias, do período que se referem à situação feminina e são favoráveis ao acesso das mulheres à educação superior e ao voto. E que, em muitos casos, são expressas individualmente.

⁵⁸ Estamos denominando de “idéias antifeministas” os discursos que se manifestam contrários a inserção das mulheres no espaço público e as reivindicações pela cidadania feminina.

Nos estudos sobre o curso de medicina, o nome de Lycurgo Filho é uma das referências obrigatórias uma vez que o seu livro **História da Medicina no Brasil**, em dois tomos, faz uma exposição detalhada das práticas médicas e de cura tanto no período colonial como no imperial; torna-se, portanto, uma fonte de informação importante para os estudos em questão.

Ao descrever os processos de instituição das Faculdades de Medicina, o autor menciona as ações dos professores das Escolas de Cirurgia e Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro que enquanto políticos participaram na elaboração e aprovação de Leis, Decretos, Regulamentos e Instituições de ensino superior no período Imperial. Entre estes deputados destaca-se a figura do médico Antonio Ferreira França, a quem Lycurgo Filho (1991, p.75) atribui à autoria de um projeto de lei que permitia o acesso feminino aos cursos de medicina ainda nas três primeiras décadas do século dezenove.

As informações prestadas por esse historiador da medicina, somam-se as registradas por Fanny Tabak (1989, p.37) para quem a questão do acesso feminino ao ensino superior foi pontuada ainda durante as reuniões da Constituinte de 1823 pelo então deputado paulista José Bonifácio de Andrada e Silva quando este defende o voto feminino, desde que exercido por mulheres com formação intelectual. A presença de discussões acerca da educação superior feminina no Brasil Império não se torna inviável ao considerar que as formas de educação e os processos de ensino-aprendizagem realizadas e efetuadas no continente europeu e, também, nos Estados Unidos da América, ainda que tardiamente, são importadas e discutidas por intelectuais brasileiros e representantes do império.

Construir o meu discurso a partir das falas de Lycurgo Santos Filho (1991) e Fanny Tabak (1989), associadas ao inegável fato de importação de discussões e experiências educacionais alienígenas, seria mais que suficiente para avançar na finalidade proposta para o

presente capítulo. No entanto, apesar da ciência histórica ser construída de discursos, a matéria prima do historiador é o fato; antes da construção de uma versão/discurso, que é também histórica e culturalmente situada, torna-se condição *sine qua non* que algo tenha ocorrido, tenha se dado no passado. É de tal prerrogativa que deve partir a minha análise sob pena de negar a linha divisória, ainda que nebulosa, existente entre ficção e história.

Encontro-me, portanto, às voltas com essas questões teórico-metodológicas do fazer historiográfico quando me confronto com três questões: a fonte utilizada por Fanny Taback (1989); a contradição entre as informações registradas por Lycurgo Santos Filho e as fornecidas por Eduardo Sá Oliveira (1932) e Drake (1893) acerca da atuação do deputado Antonio Ferreira França; e, por último, o fato de que as discussões acerca do acesso feminino à universidade e a sua concretização se tornaram proeminentes a partir da última década da primeira metade dos oitocentos em países europeus e na América do Norte⁵⁹, além de que é consenso na literatura específica de que a questão do direito à formação intelectual por parte das mulheres no Brasil foi discutida inicialmente por Nísia Floresta e tornou-se objeto de apreciação e reivindicação das Revistas e Jornais Femininos que começaram a circular a partir do início da segunda metade do século dezenove. Diante das questões impostas pelo confronto bibliográfico, acredito ser importante investigar algumas destas informações.

Fanny Tabak (1989) teve como base para a construção da sua assertiva o trabalho de João Batista Cascudo Rodrigues (1962), que propõe analisar o processo de conquista dos direitos políticos e civis pelas brasileiras. O referido autor ao iniciar a sua análise acerca do feminismo no Brasil faz a seguinte observação:

Na primeira Câmara dos Deputados Gerais do Império, José Bonifácio advogou a causa do sufrágio de qualidade, defendendo o voto para as mulheres diplomadas por uma escola superior. A pretensão não vigou, amortecendo-se, por toda a época imperial, em suas fases distintas” (RODRIGUES, 1962, p. 43).

José Bonifácio de Andrada e Silva representou a Província de São Paulo na Assembléia Geral Constituinte de 1823, cuja existência foi efêmera, de 17 de abril a 11 de

⁵⁹ Esta questão foi analisada no primeiro capítulo.

novembro. Ele foi inclusive um de seus presidentes, apesar de que a partir da segunda quinzena do mês de julho começou a se ausentar, pedindo licença para cuidar de problemas de saúde; afastando-se definitivamente em 11 de setembro, quando para viajar a Portugal a fim de cuidar da saúde que se encontrava em estado agravado. Nessa mesma sessão, afirma que a sua tarefa de elaborar a constituição encontrava-se adiantada e que a mesma só precisa de algumas alterações. (ANAIS DA CONSTITUINTE..., 1823).

Em nenhuma de suas participações consta o registro de sugestão do voto feminino, ainda que concedido àquelas possuidoras de formação superior. Da contraposição da análise dos **Annais da Assembléia Geral Constituinte de 1823** e a informação imputada por Rodrigues (1962, p. 43) à José Bonifácio de Andrada e Silva, tenho como resultado a certeza de que este deputado, durante a sua participação⁶⁰, não apresentou nenhuma emenda, projeto ou discurso onde manifestou o seu apoio ao sufrágio feminino e, por extensão, mencionou a educação superior feminina.

Teria sido Antonio Ferreira França⁶¹, contemporâneo do deputado José Bonifácio Andrada e Silva, a trazer a baila, nas sessões da constituinte, a questão da educação superior feminina? Ferreira França foi eleito para representante da Província da Bahia na Constituinte de 1823, e continuou a exercer a função nas três primeiras legislaturas, que compreendem um lapso de tempo de doze anos (1826/1837).

O médico baiano, apesar de pouco ter exercido a profissão por dedicar-se a política, tem sua biografia registrada em **Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia concernente ao ano de 1942**; escrita por Eduardo de Sá Oliveira (1992), que seguindo o exemplo das obras do gênero que o antecederam dedica-se a apresentar os eméritos professores da instituição desde o primórdio desta até o ano de 1942. Sá Oliveira fez um breve

⁶⁰ Foram analisadas todas as atas das sessões da Assembléia Geral Constituinte de 1823 e em específico as participações de José Bonifácio Andrada e Silva.

⁶¹ Nascido em Salvador, formando médico em Coimbra. Pouco se dedicou ao ensino, teve uma carreira longa começando na Câmara de Vereação de Salvador (1822), chegando a deputado pela Província da Bahia. Era Médico do Imperador D. Pedro I. (BLAKE, 1893; OLIVERIA, 1932).

inventário da produção intelectual do deputado baiano, mencionando apenas 05 (cinco) projetos da autoria deste. Para fazer o resumo bibliográfico do médico e deputado baiano, Sá Oliveira (1992) utilizou-se, entre outras, das informações registradas por Sacramento Blake (1893) e Caio Moura (1914), os quais também não mencionam o referido projeto acerca do “direito de a mulher habilitar-se ao exercício da profissão médica-cirúrgica” (SANTOS FILHO, 1990b, p. 75).

Quiçá devêssemos atribuir a não pontuação do referido projeto de Ferreira França por parte de Sá Oliveira (1992) a uma visão androcêntrica de ciência e que se refletiu no trabalho do referido autor; uma vez que no período abrangido pela **Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia concernente ao ano de 1942** no concurso de 1936 para a cadeira de otorrinolaringologia foi a médica Lili Lages que passou⁶², fato que foi noticiado pelo **Diário de Notícias** (10/06/1936, p. 1) e não é sequer mencionado pelo autor. Fato é que Sá Oliveira não menciona o referido projeto aludido por Lycurgo Santos Filho (1990b, p.75). Realizei pesquisa sobre a participação⁶³ do deputado baiano na Assembléia Legislativa no período em que este lá esteve e não encontrei nenhum indício que ele tenha apresentado mencionado projeto.

No entanto, o fato dos deputados José Bonifácio Andrada Silva e Antonio Ferreira França não terem mencionado ou defendido a formação superior feminina nas primeiras décadas do Império não significa a ausência destas discussões no decorrer das décadas imperiais posteriores. A **Gazeta Médica da Bahia** sinaliza neste sentido quando em 1869, no

⁶² Ao que tudo indica Lyli Lages apesar de ser aprovada para o concurso não assumiu a sua função junto a Faculdade de Medicina da Bahia, pois se tornou deputada pelo Estado em Alagoas. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/01/1937).

⁶³ Ao longo das legislaturas que representou a Província da Bahia, Ferreira França participou ativamente das atividades legislativas e como resultado existe um total de 65 (sessenta e cinco) pareceres emitidos, 167 (cento e sessenta e sete) discursos proferidos e a apresentação de 40 (quarenta) projetos e 40 (quarenta) emendas sobre os mais diversos temas desde os referentes à abolição da escravidão até a normatização de queimadas, imposto único, passando pela criação de uma confederação dos países americanos. O referido deputado sem dúvida nenhuma apresentou propostas e idéias inovadoras para a época e que refletem o seu posicionamento político. Como exemplo pode-se ainda citar projetos para a criação de um porto franco, que seria estabelecido na Bahia (FRANÇA, 17/5/1827), e o que se destinava a permitir o casamento para religiosos (as) e, conseqüentemente, a extinção destes (as) em terras brasileiras (FRANÇA, 3/9/1827).

número 56, publica o artigo “A mulher médica” onde se declara veemente contra a inserção feminina na profissão médica.⁶⁴

O fator motivador da publicação desse artigo pela **Gazeta Médica da Bahia** teria sido a criação de Escolas Superiores Femininas em outros países, uma vez que era comum o registro de notícias estrangeiras, a publicação e circulação de revistas e jornais femininos que passaram a reivindicar a formação intelectual superior para as mulheres ou ainda seria a existência de mulheres atuando formalmente no mercado médico de Salvador? As três possibilidades são viáveis e não se excluem, apesar da última poder causar *frisson* se relacionada à inegável circunstância legal de que o acesso feminino a formação nas ciências biomédicas e, conseqüentemente, o seu exercício só existiu a partir de maio de 1879 com a Reforma Leôncio de Carvalho.

Há indícios que comprovam a atividade legalizada na área biomédica, especificamente odontológica, de pelo menos uma mulher em Salvador antes de maio de 1879⁶⁵. Estou me referindo a cirurgiã-dentista Leonor dos Santos que a partir de outubro de 1878 começou a anunciar os seus serviços no **Jornal O Monitor** juntamente com Henrique Álvares dos Santos.

Henrique Álvares dos Santos e Leonor H. A dos Santos como cirurgião dentista, se prestando a chamados para os conventos de freiras e colégios de meninas.
Faz todas as operações de odontécnica.
Rua Direita do Palácio. Antiga casa do Dr. Renaldy. Cirurgião Dentista da Casa Imperial. Especialidades: moléstias e operações da boca, peito, pele e febres.
Consulta grátis aos pobres. (O MONITOR, 17/09/1878)

Este anúncio apareceu nos últimos três meses do ano de 1878. No ano seguinte, só começou a aparecer a partir de 22 de janeiro, não tenho notícias se neste intervalo ela não estava exercendo a profissão. Interessante que na divulgação feita a partir de janeiro o texto mudou, ela aparece sozinha e se intitula a primeira dentista do Brasil.

⁶⁴ O conteúdo do referido artigo será analisado na segunda parte deste capítulo.

⁶⁵ Em estudos recentes, ainda em fase de desenvolvimento, Mott e outras (2008) sinalizam para a existência da atuação de odontólogas em São Paulo antes de 1879.

D. Leonor H. A. dos Santos
Primeira dentista do Brasil.

De volta a esta cidade continuará a exercer a arte dentária (grifos nossos) a contento de suas clientes; e agradecida às Exmas. Sras. Que se teem dignado aceitar os seus préstimos. Presta-se a chamadas para collegios, conventos de religiosas, e sras. Que não podem ir a seu gabinete.

Antiga casa do Dr. Renaldy, cirurgião dentista da casa imperial – Rua Direita do Palácio. (O MONITOR, 22/01/1879, p. 4)

O que chama atenção é o fato dela afirmar que voltou a cidade e continuará a exercer a profissão, teria ela naqueles vinte e dois dias de ausência nos classificados do **Monitor** tido problemas com o exercício da sua profissão e ao resolve-los voltou a anunciar destacando a existência de uma carta profissional que lhe dá o título de “primeira dentista do Brasil”? Não tenho respostas para essa dúvida, sabemos que ela passou a atuar e não fugiu a regra do que parece ter sido a clientela das profissionais da área de saúde, o atendimento a mulheres e crianças.⁶⁶

Apesar de não encontrar o registro da sua carta de cirurgiã-dentista na Faculdade de Medicina da Bahia, não posso supor que ela tenha atuado de forma ilegal uma vez que os profissionais da área teriam tomado providências no sentido de eliminar a concorrência.⁶⁷ Enfim, não possuo informações que me permitam descrever e analisar as estratégias empregadas por essa odontóloga para atuar legalmente no mercado antes da Reforma Leôncio de Carvalho, mas sei que ela atuou na segunda metade da década de 1870 e continuou a exercer a profissão em parceria com o irmão ou pai⁶⁸ como evidencia os anúncios publicados no **Jornal O Monitor** a partir de fevereiro daquele ano.

Dr. H. Álvares dos Santos

E

D. Leonor H. Álvares dos Santos
Primeira dentista do Brazil
MÉDICO E DENTISTA
RUA DIREITA DO PALÁCIO

⁶⁶ O perfil da clientela dessas profissionais, na Bahia, será apresentado e discutido no quarto capítulo.

⁶⁷ A disputa entre os profissionais da saúde (médicos, farmacêuticos e cirurgiões dentistas) e os indivíduos leigos que exerciam atividades de cura foi comum ao longo da história do Brasil, remete ao final do período colonial e início do imperial. Muito tem se produzido acerca do tema, bem como sobre os mecanismos utilizados pelos primeiros para eliminar os segundos. Essa questão foi abordada tanto por Barreto (2000), como por Witter (2001), Sampaio (2001).

⁶⁸ Esta afirmação será esclarecida no quarto capítulo.

Antiga casa do Dr. RENALDT, cirurgião dentista da casa imperial.
Especialidade – operações e moléstias da bocca, peito, pelle e febres.
Consultas grátis aos pobres. (O MONITOR, 04/02/1879, p. 3)

Não posso, também, negar ou afirmar que ela tenha sido a única mulher em exercício legal na área de saúde bucal⁶⁹, mas a sua presença nos faz supor que talvez tenha se inspirado nos exemplos de Maria Augusta Generoso Estrela, que diante da impossibilidade de fazer o curso de medicina, foi estudar em Nova York onde se forma em 1877. Ela só retornaria em 1882 ao Brasil, quando um ano antes foi a ela se juntar uma outra brasileira: Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira que desde 1879 tentava conseguir recursos que permitissem a sua ida para os Estados Unidos. (SILVA, 195-, p. 33-37; HAHNER, 2003, p. 143-144). Foi com este intuito que ela solicitou em março de 1879 uma subversão à Assembléia Provincial de Pernambuco, ato que causou discussões a favor e contra. No entanto, só em 1881 foi que passou a receber uma ajuda de custo do legislativo pernambucano.

Maria Augusta Generosa Estrela decidiu ser médica após leitura de uma notícia, em um jornal publicado por brasileiros em Nova York cujos exemplares circulavam na corte imperial, sobre o acesso das mulheres americanas à instrução superior. (HAHNER, 2003, p. 139). O mesmo pode ter acontecido com Josefa Águeda, que pode ter servido, também, de exemplo para que outras mulheres passassem a atuar e, principalmente, exigir dos poderes constituídos o acesso à formação superior ainda que como pedido de auxílio financeiro para estudarem no exterior.

Aliás, a atitude de Josefa Águeda daquela não passou despercebida entre as suas conterrâneas, ao contrário serviu de estímulo imediato para que outras moças pernambucanas, ou seus representantes, solicitassem, também, subvenção para ir estudar no estrangeiro, visto que no Brasil ainda não era permitido, por lei, o acesso feminino aos cursos superiores. Tenho

⁶⁹ O **Boletim SDO Informação**, publicado pela Faculdade de Odontologia da USP, em seu n.1, de jan.-abr. de 2008 traz registro de mulheres que exerceram a profissão de dentista ainda nas décadas de 1850 e 1860. A fonte que utilizam é o artigo “A mulher na Odontologia brasileira” publicado pelo **Jornal da APDC**, v. 587, março de 2006, que não traz nenhum indicio das fontes utilizadas.

notícias deste fato por meio do discurso que Tobias Barreto fez em defesa do acesso feminino às universidades e ao atendimento da petição apresentada pelo pai de Josefa Águeda; pois, no final da sua fala Tobias Barreto pede que se incluísse no processo como emenda a petição de Maria Amélia Florentina.

Votando, portanto, como desde já empenho o meu voto em favor do projeto, eu ousou adicionar-lhe uma emenda, em prol de um outro espírito esperançoso e prometedor, de quem tive, por algum tempo, a honra de ser mestre e mestre que muitas vezes teve de possuir-se de uns certos receios diante do talento da discípula. Refiro-me à Sra. D. Maria Amélia Florentina, filha do Sr. João Florentino Cavalcante. Esta moça estudiosa, aproveitando a ocasião que mais azada se lhe oferece, dirige assim, por meu intermédio, à representação da sua Província um pedido que já algum tempo projetara dirigir-lhe, para ver se consegue levar a efeito o seu mais íntimo desejo, que é o desejo de ilustrar o seu espírito, o desejo de instruir-se. (BARRETO, 22/3/1879, p. 86).

Maria Augusta e Josefa Águeda passaram a editar um jornal feminino intitulado **A Mulher**, em 1881, quando ainda estavam nos Estados Unidos, que circulou em Recife e defendia os direitos ao acesso à educação por parte das mulheres brasileiras inclusive a formação superior e o exercício de carreiras liberais. Segundo Hahner (2003, p. 143), elas desejavam por meio do seu periódico “informar suas compatriotas das conquistas e atividades das mulheres americanas em campos absolutamente diversos, desde o do direito até a medicina, passando pela filantropia e a luta contra o álcool.”. Pretendiam incentivar as mulheres brasileiras a lutarem pelo acesso à educação a partir do exemplo de suas próprias experiências e das americanas. Teria Leonor dos Santos se inspirado nessas duas mulheres ou lido os textos da escritora Joaquina Navarro da Cunha Menezes de Lacerda que “participou de uma polêmica no periódico intitulado *O Farol*, no ano de 1869, onde defendeu os direitos da mulher”? (LEITE, 2005, p. 89).

Não tenho certeza. No entanto, ao divulgar os seus serviços em periódicos pela Província da Bahia ela própria tornou-se, também, um exemplo concreto e próximo das reivindicações que alguns jornais destinados, principalmente, ao público feminino faziam acerca da instrução superior. Não só esses periódicos, houve mulheres que a partir da segunda

metade do século XIX passaram a ser manifestar em prol “iguais oportunidades de educação que os homens” (HAHNER, 2003, p. 135) e estas vozes ainda que mínimas, foram notadas e sua mensagem provocou discussões em alguns meios de intelectuais do Império.

Uma destas vozes foi a da gaúcha Luciana de Abreu que era membro da Sociedade Partenon Literário, constituída por intelectuais gaúchos que, dentre outras coisas, dedicavam-se à luta pela abolição e pela República. Ao discursar sobre os direitos das mulheres à educação superior e ao exercício das profissões liberais, tornou-se, em 1873, a primeira brasileira a falar para uma platéia, reunida na associação gaúcha Partenon Literário, sobre as condições e direitos das mulheres. (HAHNER, 2003, p. 136).

Pedro Maia Soares (1980) ao pesquisar a figura feminina na produção literária do Rio Grande do Sul, revela que encontrou “vozes do passado reivindicando direitos para as mulheres, vozes que estavam enterradas e mudas entre livros e papéis.” (SOARES P., 1980, p. 121). É em sua tentativa de nos fazer ouvir essas vozes, no artigo **Feminismo no Rio Grande do Sul**, que me deparei com os ruídos do discurso feito por Luciana de Abreu em prol da educação superior feminina.

Ao contrário das outras senhoras e senhoritas ligadas ao Partenon, que se limitavam a tocar, a cantar e recitar, Luciana de Abreu foi para a tribuna e atacou com veemência as injustiças cometidas pelos homens contra as mulheres: “Nós temos sido condenadas à ignorância, privadas dos direitos de cidadãos e reduzidas a escravas dos caprichos políticos de legisladores e egoístas...”. Embora se refira de passagem ao direito de voto, ela está mais preocupada com a igualdade de oportunidades: “o que convém pedir (...) é, de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarece-nos, de exercer as profissões a que as nossas aptidões nos levarem”. A preleção foi ovacionada pelas senhoras e jovens progressistas do Partenon e Luciana transformou-se numa espécie de bandeira, recebendo homenagens e homenagens (caneta de ouro das senhoras, cruz de ouro do Partenon, soneto de uma menina). (SOARES P. , 1980, p. 138).

Luciana de Abreu também publicou artigos com estas idéias na Revista da Sociedade Partenon Literário. A sua voz não foi única, várias se manifestaram, mesmo anonimamente, em prol da instrução superior em periódicos destinados ao público feminino em todo o

Império. Essas vozes causaram discussões, ainda que em círculos restritos, fazendo surgir opiniões contra e a favor.

Os contrários defendiam a tese que as mulheres deveriam continuar se dedicando ao ambiente doméstico e à família, visto que este era o seu papel natural. Os a favor utilizando-se de exemplos de países – considerados *tops de linha* na evolução civilizatória – que permitiam o acesso das mulheres aos cursos superiores, defendiam que o “Brasil se colocasse na ‘vanguarda da civilização’.” (HAHNER, 2003, p. 129).

Um dos espaços onde ocorreram esses tipos de discussões foi a congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde partidários das duas posições se fizeram ouvir. O episódio, segundo Hahner (1994, 2003) e Saffioti (1969), chegou ao conhecimento da Assembléia Geral Legislativa do Império por meio do relatório do ministro imperial João Alfredo Correa de Oliveira àquela casa. Um outro acontecimento que mostra a vinculação da instrução superior feminina à idéia de progresso e desenvolvimento do Brasil, encontra-se em artigo publicado por estudantes brasileiros de engenharia em Nova York.

O referido artigo foi traduzido e publicado por um jornal feminino. (HAHNER, 2003, p. 137). O cuidado que tenho em relatar estes episódios, já conhecidos e analisados pela historiografia especializada, é o de pontuar que esta discussão já existia décadas antes da Reforma Leôncio de Carvalho (1879), aprofundando-se a partir do início da década de 1870; principalmente no véis em que há uma vinculação da instrução superior feminina como uma característica de nação civilizada.

Modernizar o Brasil e colocá-lo entre as nações civilizadas foi um desejo do sucessor de Correa de Oliveira, o ministro Carlos Leôncio de Carvalho para quem a instrução pública de livre acesso para todos era uma premissa importante. José Ricardo Pires Almeida (2000, p. 181) o descreve como um jovem impetuoso que desejava “a todo custo realizar, sem demora,

reformas que seu espírito um pouco aventureiro, considerava úteis e até indispensáveis ao desenvolvimento da instrução pública no Brasil”.

Entre as idéias inovadoras que Leôncio de Carvalho tentou implantar encontra-se o ensino livre, não obrigatoriedade do ensino religioso, frequência não obrigatória nos cursos superiores, co-educação até os 10 anos de idade e a educação superior feminina. Esse último item foi objeto do § 20, do artigo 24 do Decreto 7.247 de 19/04/1879: “É facultada a inscrição de que tratam § 16, 17, 18 e 19 ao individuo do sexo feminino...” (DECRETO 7.247..., 1879, p. 214).

Quarenta dias após a publicação do referido decreto, o ministro divulga um aviso onde informava que a reforma educacional ali estabelecida teria aplicação limitada – só os artigos que não necessitavam de regulamentação.⁷⁰ A notícia publicada pelo **O Monitor**, dentre outras informações, era a seguinte: “Reforma da Instrução – por avisos do dia 21 determinou o Sr. Ministro do Império, de conformidade com a 2ª parte do art. 28 do decreto n. 7.247 de 19 de abril último, que tivessem execução desde já, por não dependerem de regulamento, as seguintes disposições do mesmo decreto: (...). O art. 24 §20, que permite a inscrição de matricula ou de exame aos indivíduos do sexo feminino. (...)” (O MONITOR, 29/01/1879, p. 1).

Será que os motivos que fizeram com que o direito das mulheres ingressarem nos cursos superiores permanecesse em vigor foi mesmo só o fato de não precisar de regulamentação ou o próprio contexto de discussão entorno desta questão também teve a sua parcela de colaboração na continuidade do § 20, do artigo 24? Não tenho a resposta, mas gostaria de acreditar que a existência do mesmo não foi apenas uma benesse do então ministro do Império, mas fruto também das reivindicações que as mulheres fizeram a partir dos recursos que dispunham naquele momento – artigos nos jornais femininos e, quiçá, discursos

⁷⁰ O projeto do Decreto foi então enviado à comissão de Instrução Pública, cabendo a Rui Barbosa elaborar os pareceres. (MACHADO, 2005).

públicos, a exemplo de Luciana de Abreu – ou mesmo a existência de mulheres exercendo as atividades ligadas a esses campos de saberes especializados de forma legalizada, não esqueçamos o caso de Leonor dos Santos, em Salvador.

Uma outra questão que se faz presente na Reforma Leôncio de Carvalho e que não teve a sorte que o § 20, do artigo 24, e precisou esperar pela Reforma de 1881 foi a autorização para o funcionamento de faculdades livres, entenda-se particulares, desde que se submetessem as normas estabelecidas para as públicas. E a possibilidade de se criar uma escola superior da área médica específicas para mulheres, baseada na legislação vigente tanto no fim do Império como nos primeiros anos da República, e a existência de uma clientela não passou despercebida ao doutor Bráulio Gomes, clínico conceituado que atuava na maternidade de São Paulo, ao inaugurar, em 13 de fevereiro de 1899, a Escola Livre de Farmácia que tinha entre seus nobres fins o de "diplomar mulheres, formar pharmaceuticas,(...)"(A MENSAGEIRA, 15 de março de 1899).

Em fragmento do seu discurso, o doutor Bráulio Gomes deixa entrever que a clientela da instituição poderia ser composta por mulheres uma vez que chama atenção para a necessidade da formação profissional como mais um elemento na "luta da vida" diária das mulheres: "É tempo de dilatarmos os horisontes para a actividade da mulher: dar-lhes profissões mais liberaes, mais intellectuaes, mais e melhores elementos para a lucta da vida" (BRAULIO GOMES, 1899 *apud* A MENSAGEIRA, 15 de março de 1899).

Percebe-se no texto o entusiasmo da redação de **A Mensageira**, esta é uma noticia que figura na seção *Notas pequenas* e não tem assinatura, ao comunicar as suas leitoras, e por que não também leitores, a inauguração da Escola Livre de Farmácia. Faz uma descrição detalhada dos espaços do prédio e o destino de cada um deles, apresenta o currículo do curso com as matérias e os seus respectivos professores, menciona a colaboração de comerciantes da área farmacêutica que doaram materiais para os laboratórios, além de elogiar a pessoa do

doutor Bráulio Gomes e a sua iniciativa. Elogio que vem acompanhado dos votos de sucesso do empreendimento e de que as mulheres formadas por este não desonrem a imagem da mulher brasileira.

Damos os mais sinceros applausos ao D.r Bráulio Gomes, que mais uma vez poz em evidencia sua grandeza moral, seus altos dotes de coração e de espírito, e cujo nome se acha para sempre vinculado à *Maternidade* de S. Paulo; e fazemos votos para que da *Escola de Pharmacia* só saíam diplomadas senhoras que honrem em todos os sentidos o nome da mulher brasileira. (A MENSAGEIRA, 15 de março de 1899)

A referida instituição foi criada em outubro de 1898 por um grupo de médicos e farmacêuticos, liderados pelo doutor Bráulio Gomes. Em sua **História Geral da Medicina Brasileira**, Lycurgo Santos Filho (1991b, p.369-70) ao discorrer sobre o ensino farmacêutico menciona rapidamente a Escola Livre de Farmácia e o seu fundador; não há menção aos fins da instituição: "A 'Escola de Farmácia de São Paulo' seria fundada apenas no fim do século, em 1898, uma iniciativa do médico Bráulio Gomes" (SANTOS FILHO, 1991b, p.370). Não é nosso intuito, neste estudo, discutir a presença feminina na Escola Livre de Farmácia de São Paulo⁷¹, mas somente pontuar, de acordo o registro feito pela **A Mensageira**, de que a presença feminina em cursos superiores da área medica, no final do século XIX, era uma realidade possível não só na Bahia, mas também em outros Estados do Brasil.

É o que demonstra o **Jornal Cidade do Salvador**. Quase dois meses após a publicação da noticia da Faculdade Livre de São Paulo em **A Mensageira**, o **Jornal Cidade do Salvador**, na secção *Dentro do Paiz*, traz informações sobre os cursos de medicina e farmácia no Rio Grande do Sul revelando a presença de mulheres nos mesmos: "Nos diversos cursos da Faculdade de Medicina e Pharmacia d' aqui já estão matriculados mais de 60 alunos, inclusive algumas senhoras" (CIDADE DO SALVADOR, 11/03/1899).

⁷¹ Encontra-se em desenvolvimento pesquisa, coordenada por Maria Lucia Mott e Olga Sofia Fabergé Alves, que tem como finalidade, a partir de uma perspectiva de gênero, "contribuir para a discussão sobre formação, inserção profissional e mercado de trabalho na área da saúde em São Paulo (1892-1978)". (MOTT; ALVES, 2006, p. 24)

Se 1899 há o ingresso de mulheres nos cursos de Farmácia e Medicina no Rio Grande do Sul e o início das atividades da Escola Livre de Farmácia em São Paulo, que tinha como um dos seus fins a formação de farmacêuticas, na Faculdade de Medicina da Bahia encontrei o registro de formatura de Glafira Corina de Araújo, que em 1892 tornou-se a primeira farmacêutica formada pela instituição baiana.

Enfim, durante o intervalo de tempo que compreende as duas décadas posteriores à Reforma Leôncio de Carvalho encontraremos o registro de um número insignificante de mulheres que obtiveram títulos de médicas, farmacêuticas e odontólogas, na Faculdade de Medicina da Bahia. É um número insignificante se comparado ao total de médicas e dentistas formadas nos Estados Unidos, apresentado no **Jornal Cidade do Salvador**.⁷² Nos Estados Unidos da América, em três décadas (1870, 1890, 1899) houve um total de 12.543 (doze mil quinhentos e quarenta e três) profissionais da área de saúde (dentistas e médicas), aumentado para 13.227 (treze mil duzentos e vinte e sete) se considerarmos as legistas.

Na Faculdade de Medicina da Bahia no mesmo período (1870 a 1899), entretanto encontrei o registro de 09 (nove) profissionais da área médica. Confirmando-se neste intervalo a predominância de escolhas pela medicina em detrimento da opção, táticas ou não, pelos cursos de farmácia e odontologia como se confirma ao verificar os números por curso de forma isolada: Medicina (06); Farmácia (02); Odontologia (01). As médicas foram as únicas lembradas pela **Gazeta Médica da Bahia**, no início do século XX, quando esta faz uma relação das mulheres formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia.

O decreto de 19 de abril de 1879 abriu as portas das Faculdades de Medicina do Brasil ao sexo feminino facultando-lhe as inscrições de matrícula e exame nos cursos de medicina, farmácia, partos e cirurgia dentária. Desde essa época matricularam-se e fizeram o curso na Faculdade da Bahia, recebendo o grau de doutoras em medicina.

D. Rita Lobato Velho Lopes, em 1887.
D. Amélia Pedroso Benebien, em 1889.
D. Ephigenia Veiga, em 1890.
D. Glafira Corina de Araújo, em 1892.
D. Francisca Barreto Prager, em 1896.

⁷² Esse artigo foi citado na sua íntegra no capítulo anterior.

D. Laura Amélia de Souza Bahiense, em 1898. (GAZETA MÉDICA..., março de 1901).

Farmacêuticas e Odontólogas foram apagadas. A invisibilidade destas profissionais não foi causada somente pelo discurso androcêntrico dos que produziram o referido artigo, mas também, e de forma clara, pela visão setorizada das categorias funcionais; isto é, os médicos se consideravam no topo da pirâmide formada pelos profissionais que atuavam na área de saúde. Bem parece que esta visão perpassou a redação do artigo da **Gazeta Médica da Bahia**, onde nem mesmo a dupla formatura de Glafira Corina de Araújo foi mencionada. A referida médica formou-se primeiramente em farmácia em outubro de 1892, apesar de no mesmo ano graduar-se também em medicina.⁷³

Para minha sorte, parece que o discurso setorizado aparentemente não se fez presente durante a redação do artigo *A Mulher nos Estados* quando este reproduziu estatística referente às profissões liberais femininas, na América do Norte. Evidente que devemos considerar que nos dados apresentados pelo **Jornal Cidade do Salvador** foram contempladas as mulheres formadas pelas instituições americanas, enquanto que em relação ao Brasil só estou considerando os números da Faculdade de Medicina da Bahia. E que para fazer uma análise comparativa mais segura deveria ter dados de outras instituições que não a baiana. Neste período além da baiana há a carioca, cujo número de mulheres formadas não deve ter sido superior ao da Bahia, haja vista as observações feitas por Saffioti (1969, p.215-216) sobre o acesso feminino aos cursos superiores brasileiros nas últimas décadas do século XIX. O número reduzido de mulheres nas profissões médicas também foi ressaltado por Susan Besse (1999, p. 127-131) ao se referir a educação feminina, em São Paulo, nos anos de 1930 e 1940.

Um estudo comparativo, no entanto, não é meu objetivo e a tentativa de traçar um paralelo é apenas uma estratégia para instigar a reflexão sobre as condições de acesso feminino aos cursos superiores, as dificuldades que estas mulheres enfrentaram ao

⁷³ Essa discussão será retomada e aprofundada em uma perspectiva de gênero no próximo capítulo.

ingressarem em uma instituição definida como masculina e que tinha "a seu favor o que sempre foi o seu forte e o seu maior patrimônio: os homens" (TEIXEIRA, 2001, p.80). Não está no mérito simplesmente a questão quantitativa, o que devo considerar são os avanços qualitativos: o que importa não é o número de mulheres, mas o registro e análise, ainda que a partir de escassos fragmentos, das experiências, enquanto alunas e profissionais, das mulheres formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia, bem das estratégias que estas empreenderam para se fazerem presentes na instituição e no mercado de trabalho.⁷⁴ Experiências balizadas pelo gênero e que tinham pontos de interseção com idéias feministas, fossem estas expressadas individualmente ou por um grupo, que por certo ao pontuarem os oitocentos contribuíram para a inclusão do artigo 20 da Lei Leôncio de Carvalho, e a sua vigência .

O FEMINISMO E O “ANTI-FEMINISMO” BAIANO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR FEMININA

Sobre as balizas temporais que demarcam o feminismo no Brasil um dos pontos de consenso é a publicação, em 1832, do livro **Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens** de Nísia Floresta, onde essa faz uma tradução livre de *Vindication of the rights of women* escrito por Mary Wollstonecraft, que passou a circular nos meios intelectualizados influenciando a discussão pelos direitos civis e políticos das mulheres no Brasil (HAHNER, 2003, p. 128; SOARES, 1980, p. 131-133). Para Edith Gama e Abreu (1950, p. 236), Nísia apenas iniciou a discussão acerca da situação da mulher brasileira coube, no entanto, a Bertha Lutz⁷⁵ concretizá-la em forma de movimento organizado em prol dos direitos civis e políticos das mulheres por meio da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que

⁷⁴ Esse será o tema dos próximos capítulos.

⁷⁵ Devo destacar que o documento é uma construção de quem o produz e do contexto em que isto acontece: Edith Gama e Abreu ao atribuir este título a Bertha Lutz estava reafirmando um posicionamento político do grupo do qual fazia parte e que não aceitava o fato de que Deolinda Daltro ter sido a primeira a organizar um movimento organizado em prol dos direitos políticos e civis das brasileiras. Esta questão inclusive causou polemica e o afastamento de integrantes da Federação Baiana pelo Progresso Feminino que não concordavam com a posição de Edith Gama e Abreu. Voltarei a esta questão no decorrer do presente capítulo.

teve como uma das suas finalidades “promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina” (FEDERAÇÃO..., 1936, p. 6).

Gama e Abreu (1950) mencionou tanto Nísia Floresta e Bertha Lutz, no seu artigo **Percussoras do Feminismo na Bahia**, como uma estratégia para fazer a transição entre o contexto do feminino internacional e o baiano no século XIX. Apesar de citar vários nomes de mulheres de talento, inteligência e cultura que “teve-as sempre a Bahia” (GAMA E ABREU, 1950, p. 236), a autora atribuiu a duas baianas o título de percussoras do feminismo no estado, umas das quais foi Ana Teofila Filgueiras Autran, cujos motivos para a atribuição do título foram expressos da seguinte forma:

...Mas o que nela me interessa acima de tudo, ao formular a história do feminismo na Bahia, é a bravura combativa da situação inferior da mulher no mundo, pelo que subiu ao extremo da polêmica jornalista com um competidor do talhe de Belarmino Barreto; é a clarividência admirável num meio ainda obscuro a esse respeito, plasmando de ideais um futuro em que a personalidade feminina não sofresse as mutilações ultrajantes que no seu tempo sofria; é a infatigabilidade em mourejar, sob a égide da Razão, com os mesmos sonhos, a mesma largueza de inteligência, a mesma excelência de coração, que a fizeram abolicionista e feminista”. (GAMA E ABREU, 1950, p. 238)

Nos discursos/poemas de Ana Autran se fazem presente às idéias acerca da educação feminina, não a voltada para as prendas do lar e sim a cultural baseada na razão, cujos espaços de acesso encontravam-se nos cursos superiores. As idéias de Ana Autran com certeza causaram reações, é o que se intui pela polêmica discussão entre essa e o jornalista Belarmino Barreto, que se estabeleceu por meio de artigos publicados no jornal **Diário da Bahia**, no período de julho a de novembro de 1871 (BLAKE, 1893; LEITE, 2005, p. 85-97) ou ainda pela mensagem anônima publicada no número 2 da **Revista Álbum de Família** (1876) dedicada à poetisa. O teor da “Saudação a’ maviosa poetiza Anna F. Autran” é uma mensagem de estímulo para aquela continuar a escrever, quiçá apesar das críticas as suas posições em relação à situação da mulher e a escravidão (LEITE, 2005, p. 85-97): “Não morre o que na luta envolto em louros cõe. Feliz o que succumbe cravando olhos em Deus!... Aí! Canta e canta sempre”. (SAUDAÇÃO..., 1876).

Saliento que outros escritores, jornalistas, poetas, contemporâneos da escritora/poeta baiana, expressaram-se favoravelmente acerca dos direitos políticos e civis das mulheres, ainda que essas idéias apareçam associadas aos discursos abolicionista e republicano. O poeta Castro Alves foi um exemplo destes intelectuais baianos, ainda que não sendo a emancipação feminina um tema central nas suas discussões, pois declarou-se favorável ao voto feminino em texto publicado no **Jornal O Abolicionista** (1871). Um outro exemplo encontrado foi o do jornalista Leônidas e Sá, que na **Revista Brasil Avança** (1887), publicou o texto “A mulher”, define esta como a “bíblia do futuro” e afirma ser a emancipação desta “a base da civilização futura” (LEONIDAS e SÁ, 1887). Por isto declarava-se favorável a instrução superior feminina e a participação da mulher nas ciências.

Não só nestes periódicos manifestavam-se vozes favoráveis aos direitos civis e políticos das mulheres. Na Bahia apareceram periódicos femininos a exemplo da **Crysalia** e do **Álbum de Família**, onde mesmo protegidas pelo anonimato ou por pseudônimos existiram produções femininas tanto as dedicadas a conselhos como as políticas, estas últimas ligadas à situação feminina.

Exemplo é a produção de artigos de Francisca Rosa Barreto⁷⁶, que os assinava como a “cachoeirana”, em jornais baianos nas últimas décadas do século XIX, que versavam sobre a questão da mulher e seus direitos civis, fato que levou a sua filha – Francisca Prager Fróes – afirmar que era feminista por herança. Juntamente com Ana Autran, ela foi considerada por Edith Gama e Abreu (1950, p. 236) precursora do movimento feminista na Bahia.

Apesar da existência de reflexões acerca da situação das mulheres na Bahia oitocentista, e de reivindicações ligadas à educação e aos direitos políticos, a organização de um grupo com finalidades ligadas a promoção política, cultural e social só ocorreu na década de 1931 com a criação da filial baiana da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Esta

⁷⁶ Juliska Rago (2006), em sua tese “Feminismo e medicina”, dedica um capítulo a vida da “cachoeirana”.

última surge a partir da consciência de Bertha Lutz acerca da situação de subordinação econômica e política das mulheres brasileiras, além das dificuldades que enfrentavam no âmbito cultural e intelectual. (SAFFIOTI, 1969; LEITE, 1980; BESSE, 1999; SOIHET, 2006)

Esta percepção relaciona-se com a experiência que a líder feminista presenciou acerca do feminismo inglês, quando viveu na Europa, e amadureceu quando retornou ao Brasil; aqui ao enfrentar preconceitos para exercer a profissão e mesmo o cargo público, redigiu uma carta à **Revista A Semana**, em 1918, onde incentivava as brasileiras a lutarem por educação, trabalho e direitos políticos. E “complementando suas sugestões, Bertha propunha a formação de associações, imprescindíveis para funcionarem como elemento de pressão e para fazer frente às reações...” (SOIHET, 2006, p. 29).

A partir das suas idéias acerca dos direitos femininos passa a publicar, a partir de 1919, no Rio Jornal na seção “Rio feminina” – foi apresentada como uma expoente das idéias acerca da emancipação feminina. Neste mesmo ano, fundou com “um grupo de companheiras, a liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que se dispunha a fazer reconhecer os direitos da mulher”. (SOIHET, 2006, p. 31). O fato de ser reconhecida como uma das líderes do movimento feminista a fez representar o Brasil na Primeira Conferencia Inter-Americana de Mulheres, em Baltimore (EUA), naquele evento fundou-se a Associação Pan-Americana de Mulheres, onde foi eleita vice-presidente. Esta entidade tinha como uma das suas finalidades promover a criação nos países latino-americanos de associações nacionais com os mesmos objetivos. Quando Bertha retornou ao Brasil, a Liga Intelectual Feminina, atendendo as prerrogativas da Associação Pan-Americana, transformou-se em federação e se inicia uma campanha, que contou com o apoio de Carrie Chapman Catt⁷⁷, para fundar filiais nos estados.

Os objetivos da FBPF reproduziam os da Associação Pan-Americana: promover a educação feminina e elevar o nível de instrução ao alcance das mulheres; conquistar direitos civis e políticos para as mulheres; proteger mães e filhos; obter garantias legais em favor do trabalho feminino; promover organizações femininas e abrir

⁷⁷ Sobre o movimento feminista americano e a sua influencia no brasileiro, recomenda-se a leitura de Leite (1980).

novas oportunidades para as mulheres se engajarem na ação social e política; e fortalecer os vínculos de amizade com outros países americanos para garantir a preservação da paz. (BESSE, 1999, p. 185-186).

A Liga Intelectual Feminina foi, portanto, transformada em 1922 na Federação Brasileira pelo Progresso feminino, atendendo a uma recomendação do encontro Pan-Americano, passou a defender um programa de reivindicações como educação, direitos políticos (votar e ser votada) e trabalho, que se pretendeu nacional. Para legitimar as suas pretensões de falar em nome da mulher brasileira, iniciou um processo de fundação de filiais nos demais estados. A articulação para a criação da filial baiana foi realizada pelo então senador baiano Moniz Sodré, um dos defensores do voto feminino, que sugeriu o nome de Edith Gama e Abreu à Bertha Lutz, para que aquela assumisse “a presidência da Federação na Bahia”. (ALMEIDA, 1986, p. 20).

O motivo para tal indicação foi esclarecido pela própria Edith Gama e Abreu, em entrevista concedida a Solange Kaufmann do **Jornal A Tarde**, em 15 de julho de 1979, quando diz que foi um artigo seu sobre a proibição de uma mulher, por um juiz, de permanecer num tribunal, enviado e publicado pelo **Diário da Bahia** que motivou o senador baiano a apresentá-la a líder nacional do movimento feminista a Edith Gama e Abreu.

Certa vez ante a proibição por um juiz da entrada da mulher numa sala de júri, escrevi um artigo forte e mandei-o ao “Diário da Bahia”, solicitando-lhe a publicação. Foi imediata. E seu diretor, o grande Moniz Sodré, apresentou-me depois à Bertha Lutz a líder feminista. Assim fundei, com excelentes companheiras, a “Federação Baiana pelo Progresso Feminino”, cujo objetivo era a emancipação intelectual, econômica e política da mulher perante a lei e a sociedade. (ABREU, 15/7/1979).

Nesta mesma entrevista, a líder baiana afirma que a sua inclinação para o feminismo nasceu ainda na infância quando percebeu a situação de subalternidade da mulher na sociedade baiana; passando a partir desse momento a “observar e futuramente a pesquisar a respeito” (ABREU, 15/7/1979). Se foram as vivências e experiências que levaram a esta escritora baiana ao feminismo, foram motivos parecidos que levaram “as excelentes

companheiras” a ela se unirem para fundar a filial baiana da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ilustrativa foi à fala de Nair Alves⁷⁸, em entrevista a Maria Amélia Almeida (1986), ao revelar os seus motivos: “Creio que o ressentimento de ver as portas da universidade aberta aos meus irmãos e fechadas para mim gerou o perfil verdadeiro da inferioridade feminina jogando-me nos braços da luta pelos direitos da mulher”.

Lutar contra o preconceito que ainda impossibilitava as mulheres o livre acesso ao ensino superior e o exercício das profissões liberais que tinha como justificativa e legitimidade as idéias acerca da inferioridade feminina e as suas funções naturais de mãe e esposa, e de votar e ser votada foram os pontos catalisadores da luta pelos direitos femininos durante toda a existência da filial baiana. O que demonstra que na Bahia da primeira metade dos novecentos, apesar do § 20, art. 24, do Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879⁷⁹, o mundo biomédico ainda era definido como masculino; e que remover os obstáculos externos e internos a formação e exercício profissional em medicina, farmácia e odontologia, pelas mulheres, foi necessário a criação de entidades específicas.

Fundada em 1931, a Federação Baiana teve a mesma estrutura da Brasileira, em toda a sua existência as suas ações, atividades e setores sempre obedeceram à estrutura proposta pela matriz carioca. Para concretizar as finalidades dessa organização havia diretórios específicos, por exemplo, para estimular a formação superior voltada para o exercício das profissões liberais havia a União Universitária Feminina. A proposta da filial baiana foi apresentada à sociedade baiana na solenidade de fundação desta, onde compareceram diversas autoridades – do representante do Governador até ao Diretor do Colégio Central, passando por membros da Faculdade de Medicina da Bahia. (FEDERAÇÃO..., 1931-1948, p. 1). Vários periódicos baianos noticiaram o evento, mas coube a Maria Luiza Bittencourt escrever o artigo “Feminismo na Bahia”, publicado no **Jornal Diário de Notícias** (26/3/1931), onde

⁷⁸ Formou-se em medicina na instituição baiana, na década de 1930.

⁷⁹ As questões relativas a esse decreto já foram discutidas na primeira seção deste capítulo.

discorreu sobre toda a estrutura da organização feminista, articulando-a com as suas finalidades.

A União Universitária Feminina foi apresentada como o setor da Federação Baiana pelo Progresso Feminino que seria responsável por “promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina”; para isso, a formação desse diretório “reuniu as senhoras diplomadas em escolas superiores e estudantes em universidades para defenderem os interesses femininos nas profissões liberais” (BITTENCOURT, 26/3/1931). No decorrer do texto, Maria Luiza descreveu as ações realizadas pelo diretório nacional e as que deveriam ser desenvolvidas pelo estadual.⁸⁰

O diretório estadual que teve na sua constituição “figuras representativas da nossa elite intelectual” (DIARIO DE..., 16/3/1931), foi composto por: “Doutora Francisca Prager Fróes – presidente – Hermelinda Paes – primeira vice-presidente – Aguinaldina Santiago – segunda vice-presidente – Quitéria Lyra – secretária – Jessy Vieira – auxiliar de secretária – Maria Carmem Germano Costa – tesoureira – Perouse Pontes – Augusta Chiachio – Arlinda Figueredo – Maria Visnovich – Elnathan Oliveira ...” (FEDERAÇÃO..., 9/4/1931, p. 2).

A União Universitária começou com todo o fôlego, três dias antes de ser apresentada formalmente ao público baiano, sua primeira vice-presidente respondeu a um questionário do **Jornal A Tarde**, em uma sessão específica intitulada “Tribuna Feminista”, que durante o mês de abril contou com a participação de várias filiadas da federação, que se declaravam feministas e explicavam os motivos.

Hermelinda Paes (6/04/1931) foi a primeira a ter a sua entrevista publicada e fez a defesa da instrução superior ao atribuir a inferioridade feminina a falta de educação nos

⁸⁰ Algumas destas ações serão apresentadas nos capítulos a seguir, por acreditar que me ajudará a explicar o aumento da presença feminina nos cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia a partir da década de 1930; ao mesmo tempo em que sinalizaria as possibilidades de relações que se instituíram no interior da instituição a partir da entrada das mulheres.

mesmos níveis oferecidos ao sexo masculino⁸¹. E era devido a isto que ela sustentava “a igualdade intellectual dos dois sexos, porque convencida estou de que, desenvolvendo-se na mulher a intelligencia; cultivando-se-lhe o espírito, será ella capaz de emprender o que o homem emprehende, realizar o que elle realiza”. (PAES, 6/04/1931). A mesma linha de raciocínio e defesa da instrução superior feminina foi realizada por Lyli Lages, também membro da União Universitária Feminina, que acrescenta na sua fala as vantagens para a sociedade ter uma mulher com formação superior:

A mulher elevando-se intellectualmente não abandonará jamais o sublime papel de filha, esposa e mãe. Maior inspiradora, companheira dedicada, colaboradora, intelligente, será. Possuindo uma visão nítida das causas, torna-se affectuosa e terna, como, pelo saber, mais útil e melhor ao coração e a razão. (LAGES, 08/04/1931).

A discussão que estas duas feministas trazem ao público baiano, por meio da Tribuna Feminista, não era algo inédito, o próprio **Jornal A Tarde** já havia publicado noticiais e opiniões acerca da formação superior feminina – na enquête que realizou em 1917 com mulheres formadas nas faculdades baianas acerca dos direitos políticos das profissionais liberais. Outro exemplo é o **Jornal Diário da Bahia** que no primeiro semestre de 1930 publica uma serie de noticias sobre o feminismo, a educação e o trabalho feminino. Em um dos seus artigos publica uma conferencia realizada no Radio Cluby, cujo titulo era “Pela Educação da Mulher Brasileira” e onde a conferencista fez menção a União Universitária Feminina carioca:

De uma maneira geral, temos para nós, é inculta a mulher de nosso paiz. Nas capitães mais do que no interior, esta incultura chega, às vezes, a ser clamorosa! Foi, pois, da observação desses factos, que nasceu a iniciativa da fundação de varias associações tendentes a incentivar a intellectualidade feminina. Dentre as associações sob esse relevante escopo merece menção especial a ‘União Universitária Feminina’ fundada na Capital Federal por uma plêiade de brilhantes e illustres patricias diplomadas em nossas escolas superiores com o fim de estimular e desenvolver intellectualmente a mulher patricia. (PELA EDUCAÇÃO..., 19/03/1930).

⁸¹ Apresentei algumas destas teorias no primeiro capitulo. Destaco que o fato de Hermelinda Paes refutar um dos argumentos destas teorias – a inferioridade intelectual da mulher – sinaliza a utilização destas na Bahia não só no século XIX, mas também nas primeiras décadas do XX.

Como já mencionei, o diretório baiano tinha as mesmas diretrizes e características do carioca. E poucos dias depois da publicação das entrevistas de Hermelinda Paes e Lyli Lages, comemorou-se, com uma sessão litero-musical, o dia da abolição da escravatura; destacando a atuação da princesa Isabel e propondo a criação de um momento dedicado a ela, pois era uma forma de lembrar um ato da Princesa Isabel que ao libertar os escravos do Brasil havia representado de forma digna “a mulher brasileira num cargo de alta administração”⁸² (FEDERAÇÃO..., 2/5/1931). Destaco que a união não se prestou somente a publicar artigos e realizar/ propor eventos para a Federação Baiana como à comemoração de 13 de maio de 1931, mas teve outros mecanismos de ação mesmo que tenha sido provavelmente englobada a um outro setor: a Ala Moça. A duração breve da união foi provavelmente influenciada por incidentes quase que consecutivos: a desvinculação de Hermelinda Paes da Federação e a morte de Francisca Prager Fróes.

O desligamento da advogada Hermelinda Paes deu-se após a participação desta, enquanto representante do diretório baiano, do grupo que defendeu durante o II Congresso Internacional Feminino o título de precursora do movimento feminista brasileiro para Deolinda Dalto e não Bertha Lutz, posição contrária a de Edith Gama e Abreu. Ela deixou evidente o motivo pelo qual pede exoneração do cargo de primeira vice-presidente da união em ofício que dirige a segunda vice-presidente, a farmacêutica Agnaldina Santiago, publicado pelo **Diário de Notícias**:

Tendo observado “de visu” a orientação dada ao feminismo pela Associação matriz, Federação B.P.F., verifiquei não estar a mesma de acordo com os postulados feministas adoptados em êxito pelas nações civilizadas. Do mesmo modo estou em completo desacordo com a norma de agir da sua presidente, que vem ferir os princípios de liberdade de pensamento e independência da acção por mim professados.

E como esta agremiação é filiada àquella, resulta dahi a minha incompatibilidade em continuar como um dos seus membros, embora permaneça coherente com as minhas idéias de emancipação econômica da mulher, pelo seu levantamento intellectual, moral e social, as quaes com ardor sempre defendi e assim pretendo continuar. (DIARIO DE..., 20/07/1931).

⁸² Não cabe aqui discutir a afirmação feita de que a abolição foi apenas um ato caridoso de uma mulher.

Na leitura do **Livro de Atas** da Federação Baiana verifiquei controle exercido por Edith Gama e Abreu em todas as atividades que levavam o nome da instituição, de forma que os seus posicionamentos não fossem contrariados, e que isso foi uma constante durante toda a existência da filial baiana. Logo, poucos meses, depois deste episódio a médica Francisca Prager Fróes faleceu. A partir da sessão de 22 de dezembro de 1931, sete dias após o falecimento da presidente da União Universitária Feminina, não houve mais menção da atuação deste diretório na filial baiana.

Pela leitura das atas subseqüentes, verifiquei que as atividades antes desenvolvidas pela União Universitária passaram a ser realizadas pela *Ala Moça*, que tinha a princípio a função de divulgar os ideais feministas entre a juventude, até meados de 1948 – período final de atuação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino conforme afirma Almeida (1986, p. 29): “A federação existiu de 1931 até 1948, ano da última ata de que temos conhecimento, ainda que nela não esteja registrado o encerramento de suas atividades”.

Bem, dando prosseguimento às atividades que concretizariam a sua primeira finalidade, as federalistas escreviam artigos⁸³, realizavam conferências, apoiavam as candidatas durante os exames ou mesmo realizavam ações junto às esferas governamentais com o intuito de facilitar o ingresso feminino nas faculdades. Exemplo dessa forma de atuação foi a seguinte decisão da comissão de Educação Cívica e Ação Política, da 2ª. Convenção Nacional Feminista⁸⁴, ocorrida em Salvador (agosto/1934), que se encontra registrada no **Livro de Atas** da Federação baiana:

Não se descurando da parte relativa a formação dos professores e ao seu legítimo desejo de ingressar em cursos superiores sem exigência de um novo curso secundário, a comissão sugeriu um apelo aos poderes públicos federais, validez do

⁸³ Artigos acerca da importância da instrução superior continuaram a serem publicados em vários periódicos baianos. Neles aparece o cuidado em frisar que o desenvolvimento intelectual das mulheres e o exercício das profissões liberais por essas não seria um fator de destruturação da sociedade. Como bem, sintetiza Leite (2005, p. 305): “A chamada fase do ‘feminismo liberal’ na realidade brasileira tinha em suas bases o essencialismo enquanto visão de mundo. Ao mesmo tempo em que se fazia campanhas pela educação, reforçavam-se os papéis sociais antigos. O casamento e a maternidade, de modo geral, foram preservados pelas mulheres nas discussões que encetaram e divulgaram nos periódicos femininos.”

⁸⁴ Sobre a 2ª. Convenção Nacional Feminista, ver: Costa e Vanin (2008).

curso normal oficial com exigência apenas do exame de matéria que não conste do curso normal. (FEDERAÇÃO..., 30/8/1934)

Além destas ações, a filial baiana correspondia-se com a matriz enviando o nome das mulheres que estavam nos cursos das faculdades baianas bem como as formadas e as que exerciam a profissão (FEDERAÇÃO..., 16/01/1933), indicava nomes de recém-formadas para bolsas de estudos⁸⁵, participava de suas atividades a exemplo do convite feito a Edith Gama e Abreu, por Bertha Lutz, para “tomar parte numa caravana de intelectuais feministas em excursão a vários pontos do Brasil” (FEDERAÇÃO..., 30/5/1935, p. 44). Acredito que esta caravana foi realizada com o intuito de divulgar a Federação Brasileira e, principalmente, a sua primeira finalidade: a formação intelectual feminina. E nada mais exemplar do que apresentar as mulheres que se destacavam pela produção intelectual bem como pelo sucesso no exercício profissional.

Destaco que além de estimular o ingresso feminino nos cursos superiores, havia ainda o interesse, da filial baiana, em cooptar estudantes universitárias para o seu interior, haja vista algumas estratégias efetivadas como a assessoria jurídica e a assistência médica criadas como parte do programa de divulgação das idéias feministas. A fala de Maria Luiza Bittercourt, durante a reunião do dia 28 de abril de 1937, onde se discutiu as ações da federação, retrata bem que além de auxiliar na conquista dos direitos femininos, a partir da compreensão dos códigos legais e da prestação de serviços a criação da Assessoria Jurídica seria um meio eficiente para aproximar estudantes de Direito do feminismo.

Propõe a Dra. Maria Luiza que o Consultório Jurídico não só atenda às consultas das mulheres da Bahia, mas ainda dê assistência jurídica às mulheres envolvidas em crimes. Diz que para isso será preciso consentimento do Conselho Penitenciário, e teremos assim o patronato das mulheres. Resolve-se marcar uma hora ou duas por semana para atender às interessadas, sejam ou não sócias da Federação, cobrando das que tiverem posses uma certa quantia que reverterá em benefício da Federação Bahiana. A Dra. Maria Luiza diz pretender crear o Consultório Jurídico de maneira que interesse às estudantes de Direito, para assim atrahil-as à Federação. (grifo meu). (FEDERAÇÃO..., 28/4/1937)

⁸⁵ Em carta a Edith Gama e Abreu, provavelmente do mês de novembro de 1933, Bertha Lutz faz a seguinte oferta a filial baiana: “Se alguma moça formada por escola superior universitária quiser estudar, pode preparar os documentos e mandar dizer para cá. Precisa expor o que quer estudar e porque.” (FEDERAÇÃO..., 11/12/1933).

Nesta mesma ata, verifica-se a adoção de ações desenvolvidas pela União Universitária Feminina em outras filiais e na própria matriz para comemorar a vitória alcançada ao se formar ou se conseguir acesso a um cargo de destaque.

A acadêmica de Direito Carmem Coelho pede um voto de congratulação à Dra. Lourdes Ramos Costa pela recente nomeação para medica do Instituto Oswaldo Cruz e, sendo este aprovado, ouvem-se palmas pela oradora da Federação. Esta, agradecendo, pede que sejam as palmas revertidas ao capitão Juracy Magalhães, por quanto este acto vem mostrar mais uma dedicação do nosso governador ao feminismo. (FEDERAÇÃO..., 28/4/1937).

Freitas (2003, p. 7) revela que havia o “chá das calouras”, para as que ingressavam nos cursos superiores, e o “chá da vitória”, como uma estratégia para “contribuir com o aumento do número de jovens estudantes no ensino superior e de (...) favorecer o seu ingresso no mercado de trabalho”, ou seja: “A estratégia inicial consistia na promoção de chás, entre as estudantes e recém-formadas, para favorecer a sociabilidade e sensibilizar para o engajamento conjunto em prol da realização acadêmica e profissional de cada uma delas.” (FREITAS, 2003, p. 7). Assim, como a “cerimônia do chá” registrar o voto de congratulação e ovacionar-se com palmas era também uma forma de reconhecer a vitória conquistada e incentivar a procura da realização profissional e intelectual.

A atuação da União Universitária Feminina, da Ala Moça e as discussões sobre a instrução superior feminina que já vinha sendo realizada desde o final do século XIX e a participação de médicas como Perouse Pontes, Francisca Prager Fróes, Lily Lages, esta última primeira professora concursada da Faculdade de Medicina da Bahia em 1937⁸⁶, Jessy Vieira, Laura Bahiense Lacerda, Gladys Browne, Lourdes Ramos Costa, Nair do Passo Cunha, Carmem Germano Costa, Agnaldina Santiago, entre outras, na Federação Baiana, demonstra uma relação entre a atuação do movimento feminista e a busca pelos cursos

⁸⁶ Não encontramos indícios que ela tenha exercido o magistério na Faculdade de Medicina da Bahia, apesar dos jornais locais divulgarem a sua aprovação no concurso. Ela foi uma das responsáveis pela fundação da filial alagoana da Federação e foi eleita deputada pelo Estado de Alagoas no mesmo período.

superiores da área médica, tornando-se uma das explicações plausíveis para o aumento número de alunas nos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia a partir da década de 1920⁸⁷, como também indica a possibilidade do caminho inverso: algumas mulheres ao ingressarem em cursos superiores passam a discutir e refletir sobre a condição feminina e participar de movimentos femininos.

A existência da relação entre estudantes universitárias/movimento feminista/“o pensar a situação das mulheres”, em Salvador, foi reforçada pela discussão que Leda Ferraro⁸⁸ fez no artigo “As estudantes de hoje” publicado em outubro de 1944 pelo **Jornal Unidade**.

No nosso meio, as primeiras manifestações femininas surgem nas faculdades, onde as moças estudam e algumas vezes trabalham (sic) com boa vontade. O fato de cursarem faculdades já representa um início que recomenda, pois, nem sempre foi fácil a u'a moça conseguir consentimento dos pais para estudar, o que ainda é, na opinião de muitos, esforço desnecessário que se anula num casamento. Certamente que o esforço é grande. Não é fácil considerar (sic) apenas por si simples observações, quais os problemas que enfrenta a estudante do nosso meio. (FERRARO, 1944).

Apesar da importância do discurso de Ferraro (1944) para o meu trabalho, pois é um depoimento acerca da presença feminina nos cursos superiores da Bahia, nas primeiras décadas do século XX, bem como da existência de vínculos entre as idéias feministas e as universitárias, algumas observações devem ser feitas quanto a sua afirmação de que na sociedade baiana as primeiras manifestações femininas surgem nas faculdades por meio das mulheres que passaram a frequentar cursos como medicina, direito, farmácia, odontologia, engenharia dentre outros.

As primeiras manifestações feministas na Bahia datam, a princípio, das primeiras décadas da segunda metade do século XIX, quando, por exemplo, Anna Filgueiras Autran ao polemizar com o jornalista Berlamino Barreto discorre acerca da situação da mulher e define esta não como consequência natural, mas como fruto de relações sociais, culturais, políticas etc.: “Portanto, a mulher não procura usurpar os direitos do homem, como se diz, e sim

⁸⁷Essa questão será analisada com maior detalhamento no capítulo a seguir.

⁸⁸Nome de solteira de Leda Jesuíno.

readquirir os seus, que barbaramente foram usurpados por aqueles, que para fazer crer às gerações presentes e futuras que ela nascera sem eles.” (AUTRAN, 15/08/1871 apud GAMA E ABREU, 1950⁸⁹). Ou, ainda, quando intelectuais baianos como Leônidas e Sá e Castro Alves expressam a idéia acerca dos direitos civis e políticos das mulheres.

A associação unilateral “acesso à formação superior com surgimentos de idéias feministas” é, portanto, questionável e nos obriga a fazer uma reflexão sobre essa associação e classifica-la como bilateral. Primeiro, como já foi discutido neste capítulo, a discussão acerca da situação das mulheres e, em específico, da educação superior feminina foi anterior a Reforma Leôncio Carvalho; segundo, não podemos ignorar, a possibilidade de que algumas destas mulheres fizeram o caminho inverso ao se depararem com obstáculos e resistências a sua presença em determinados espaços e profissões tomaram consciência da situação de controle a que estavam submetidas passando a refletir sobre a questão ao mesmo tempo em que construíram táticas para driblá-la.⁹⁰ Fato que por pressuposto fizeram emergir novas imagens e práticas femininas. É o exemplo concreto da relação dinâmica e relacional entre representações e práticas culturais. (CHARTIER, 1990).

As idéias feministas não são conseqüências unicamente do acesso à universidade como associa Ferraro (1944) e nem aparecem na Bahia, como pontuou Costa (1998), a partir da década de 1931, com a fundação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino.

Na década de 1930 a FBPF conseguiu ampliar-se e congregar 12 associações de mulheres em vários Estados. Na Bahia, a **Federação Baiana Pelo Progresso Feminino** foi criada em 1931. Imediatamente o feminismo ganhou espaço nos jornais e em eventos culturais da capital. Senhoras importantes, moças de famílias de bem (para escândalo dos conservadores), a exemplo de **Amélia Rodrigues, Lili Tosta, Edith Gama Abreu, Dra. Prager Fróes**, declaram-se publicamente como feministas em uma pesquisa realizada pelo Jornal “A Tarde”. (COSTA. 1994 [a]). Um feminismo essencialmente sufragista, bem comportado, católico. Um feminismo “**feminino**”, como se costumava identifica-lo. (COSTA, 1998, p.96)

⁸⁹ Não tivemos acesso a essas edições do **Jornal Diário da Bahia**, que se encontram na Biblioteca Central do Estado da Bahia, devido a falta de condições de uso dos mesmos.

⁹⁰ O que me direciona a refletir se posso afirmar ter ocorrido o rompimento do mundo biomédico baiano.

Algumas considerações, como já destaquei, devem ser feitas. Não há como negar que a partir da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, especialmente porque suas associadas tinham relações políticas, culturais e econômicas de destaque na comunidade, houve um aumento substancial de artigos que defendiam os interesses em relação ao voto, ao mercado de trabalho e à educação superior; porém, essas idéias já se faziam presentes nos idos do século XIX e se mantiveram nas duas primeiras décadas, haja vista, por exemplo, os artigos de Francisca Prager Fróes sobre o direito de voto e educação feminina. (RAGO, 2005). Ou mesmo, a coluna “As mulheres na política: deve-se-lhe facultar o acesso às profissões liberais?” editada entre 5 de janeiro e 1º de fevereiro de 1917 pelo **Jornal A Tarde**, onde publicou-se entrevistas de escritoras, médicas e advogadas, formadas e/ou em atuação na Bahia, sobre a questão do voto feminino.⁹¹

Tanto Edith Gama e Abreu como Francisca Prager Fróes já publicavam artigos que refletiam as situações vivenciadas pelas mulheres, e em específico pelas baianas, e manifestavam-se a favor do voto feminino, discussão que vinha sendo feita desde o século XIX, o que motivou o **Jornal A Tarde** a realizar a partir de julho de 1917 realizar um plebiscito acerca do voto feminino. Varias mulheres e homens participaram relatando a sua opinião. Houve quem foi contra e quem foi a favor.⁹²

È preciso, no entanto, contemporizar com Ferraro (1944) e Costa (1998) uma vez que não tenho notícias de que existiu no oitocento baiano um grupo ou movimento de mulheres ou feminista **organizado**. Isto só ocorreu na década de 1930, quando Edith Mendes da Gama e Abreu junto com outras notáveis senhoras baianas fundam a Federação Baiana pelo Progresso Feminino, que tinha como uma de suas “bandeiras de luta” o ingresso feminino na educação superior e nas profissões liberais.

⁹¹ Ao todo foram publicadas 03 entrevistas, das quais 02 eram de médicas e a outra de uma advogada. Devido ao fato desses depoimentos registrarem dados sobre a trajetória acadêmica e exercício profissional serão trabalhados nos capítulos a seguir.

⁹² O primeiro voto contra foi o de Amélia Rodrigues.

Parece-me que o fator que diferencia esses dois momentos da trajetória feminista na Bahia é a forma como as ações de reivindicações ou mesmo de expressão de opinião, são constituídas. Poderíamos dizer que até a criação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, foram empregadas táticas na medida em que estas mulheres e mesmo homens não dispunham de uma base, de uma fronteira, em relação ao universo de qual eram parte, e que contestavam com suas idéias e práticas, de maneira à “retê-lo à distância” e ir fazendo expansões com o intuito de alcançar a independência.

A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreende-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranhas” (CERTEAU, 1994, p. 47)

Os seus artigos, muitos como pseudônimos, foram frutos de oportunidades, de ocasiões, que surgiram e não resultado de um cálculo, de uma gestão das relações, o que diferencia a tática da estratégia. E isso só ocorreu quando a Federação foi constituída, criando “um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46). Assim, são as formas de ação (tática ou estratégia) que demarcaram os momentos distintos do feminismo baiano, o que não significa afirmar a existência deste somente a partir da terceira década dos noventa; uma vez que as “táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.” (CERTEAU, 1994, p. 47).

E a questão do acesso à educação superior e ao exercício das profissões liberais perpassou estes momentos por ser entendida como uma ferramenta essencial para a emancipação feminina. A importância desta “bandeira de luta” para a concretização dos fins

do feminismo, foi sintetizado no discurso de Maria Luiza Dorea Bittencourt por ocasião da comemoração do décimo primeiro aniversário da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujo resumo foi registrado pela filial baiana em seu livro de atas:

Foram oradoras as Doutoradas Maria Luiza Dorea Bittencourt e Maria Eugenia Celso. A primeira dissertou sobre “Diretrizes Futuras da Campanha Feminista”, abordando a fórmula da líder Bertha Lutz: igualdade política, jurídica e econômica dos sexos como princípio e como aplicação prática, a emancipação econômica pelo trabalho, a emancipação intelectual pelo estudo e a emancipação jurídica pela participação da mulher na feitura das leis. (LIVRO DE ATAS..., 28/06/1933, p.27)

A educação era um dos pilares não só para a emancipação intelectual, mas também para a jurídica e econômica. Tal pensamento foi ratificado pela voz de Edith Gama e Abreu, quando esta ao fazer o relatório das atividades desenvolvidas pela federação baiana, resgatou dentre as finalidades da Federação Brasileira e de suas filiais a seguinte: “Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina” (FEDERAÇÃO..., 1936, p.6), pois tinham consciência de que não bastava assegurar os direitos políticos e era preciso “preparar-a para o exercício inteligente desses direitos.” (FEDERAÇÃO..., 1936, p. 7).

O papel da instrução superior neste exercício inteligente dos direitos, em período anterior ao relatório redigido por Edith Gama e Abreu, foi frisado pela advogada Hermelinda Paes ao escrever para o **Diário de Notícias** acerca de suas impressões sobre a participação das delegadas baianas no II Congresso Internacional Feminino, ocorrido no Rio de Janeiro em 1931, onde as discussões sobre a educação foram pontos-chaves; pois, como ela destaca: “sem ter atingido a mulher brasileira este nível de educação intelectual, moral e social, a política em suas mãos terá o mesmo efeito de belo punhal de oito em mãos ingênuas de criança” (PAES, 17/7/1931)

Destaco que os direitos políticos e civis representavam mais do que poder votar, não era um fim e sim um meio para que “as mulheres realizem as suas aspirações e tornarem

effectiva a sua participação nos negócios públicos”. (FEDERAÇÃO..., 1936, p. 8).⁹³ Não é prolixo dizer que nesses “negócios públicos” estão inseridos os aspectos econômicos e jurídicos. E no início da segunda metade dos noventa, Edith Mendes da Gama e Abreu reafirmou o vínculo entre educação e liberação feminina, destacando a importância da cultura intelectual – educação superior – como uma das “bandeiras de luta” do movimento feminista:

Da cultura decorre, ineludivelmente a primordial emancipação da mulher civilizada. Sem que se lhe desvendassem os olhos d'alma para fitar a vida em sua plena expansão e reconhecer-se uma reclusa dentro da vida, nada se alcançaria de decisivo na portentosa causa. (...). Se, portanto, do labor do cérebro dependem a essencial libertação do sexo escravo, acertaríamos em chamar de primeiras feministas baianas as damas ilustres que, como literatas, mestras, artistas fincaram entre nós soberbos marcos no roteiro do passado...” (GAMA E ABREU, 1950, p. 236-7)

Apesar da utilização da palavra “bandeira de luta” não podemos homogeneizar as idéias e interesses presentes no interior da Federação Baiana, pois havia discordâncias, posicionamento divergentes, a exemplo da discussão sobre o divórcio. Ou afirmar que todas as médicas, dentistas e farmacêuticas que se formaram na Faculdade de Medicina da Bahia, no período circunscrito pela minha pesquisa, podem ser, em sua totalidade, classificadas como feministas. Isto não nos impede, no entanto, de articular a escolha profissional por uma área tradicionalmente masculina, a atuação profissional, como o início de forja do modelo de mulher soteropolitana moderna da primeira metade do século XX, cujas características, podem ser consideradas frutos de reivindicações feministas, são expressadas por Leda Ferraro (ENTREVISTA, 18/06/1999 *apud* LACERDA, 2000, p. 120):

Na década de 40, a mulher moderna era aquela que ia pra faculdade. Tinha pouquíssimas. Em engenharia eram Sinay Neves mais duas, no curso todo. Medicina tinha umas seis ou oito. Direito, o equivalente a medicina. Na Faculdade de Filosofia tinha mais. Essa mulher era aquela que galgou uma universidade, portanto, era considerada uma intelectual, porque era chamada de vez em quando para fazer palestras. Além disso, eram mulheres que, vistas pela sociedade chamada alta, vigente na época, havia certa restrição. Comentavam que essas mulheres eram hereges, porque não íamos à missa, não cumpríamos os rituais religiosos que em geral as moças faziam. Éramos mais liberadas sexualmente, porque saíamos todo dia pra universidade, íamos a festas, saíamos com rapazes, tudo isso movimentava um pouco a vida cultural da cidade, o que não era habitual antes. Em geral, as moças

⁹³ Os objetivos da Federação Brasileira, como de suas filiais, foram também apresentados por Maria Luiza Bittencourt (DIÁRIO DE..., 26/3/1931) em seu artigo “O feminismo na Bahia”, por ocasião da fundação da filial baiana.

iam pra colégios de freira e, terminado o ginásio, terminou, acabou tudo. Casavam; e, se não casassem, faziam um pouco de beneficência.

As medicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia com trajetórias diversas em momentos dispares pontuaram a presença feminina em um espaço masculino e demarcaram o processo de constituição da mulher soteropolitana moderna da década de 1940. A constituição desse novo perfil de mulher, que Leda Ferraro (ENTREVISTA, 18/06/1999 *apud* LACERDA, 2000, p. 120) denomina de “moderna”, não foi exclusivo da sociedade baiana, mas fruto das relações da família burguesa, a partir do século XIX, com o mundo do trabalho, onde mulheres, brancas e não pobres, passaram a exercerem atividades remuneradas fora do lar.⁹⁴

Evidentemente que tal redefinição das atividades femininas que se ampliam para além do lar, não significou mudanças nas estruturas das relações de gênero ou que uma equidade foi conquistada. Ao contrario, assim como as atividades foram reelaboradas a hierarquização das relações de gênero, e conseqüentemente as desigualdades, foram reformuladas; assim como os discursos que as legitimavam continuavam a persistir.

Se as idéias feministas já se encontravam presentes na Bahia a partir da segunda metade dos oitocentos, ganhando força nas primeiras décadas do vinte com a existência de grupos organizados que tinham como bandeira de luta os direitos civis das mulheres, o mesmo se pode afirmar sobre as reações a estas idéias e grupos por parte de alguns

⁹⁴ Devemos destacar que as mulheres negras, escravas ou livres, trabalhavam principalmente no pequeno comércio ao longo da nossa história como quitandeiras, fateiras, peixeiras, padeiras. O trabalho externo ao lar, com a finalidade de obter renda, feito por mulheres brancas pobres ou que empobreceram também não foi raro, principalmente a partir do início do século XIX. Como exemplo, podemos citar o caso da poetisa gaúcha Delfina Benigna da Cunha, que “com a morte do pai (1825) ela se vê sozinha no mundo, situação terrível para as mulheres despreparadas de então. A cega Delfina sabia, no entanto, compor poesias e com isso buscará se sustentar, fazendo o elogio dos poderosos.” (SOARES P., 1980, p. 125). Mulheres brancas pobres que trabalhavam também podem ser encontradas na Bahia, haja vista o fato do Colégio Sagrado Coração de Jesus, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, oferecer cursos de doceiras, floristas, chapeleiras para suas internas. Sobre trabalho feminino recomenda-se a leitura de: Dias (1995), Figueiredo e Magaldi (1983), Figueiredo (1993), Pedro Soares (1980), Cecília Soares (1994), Vanin (1998) e Silva (2008).

intelectuais e profissionais, cujos discursos utilizados não apresentam grandes variações durante o período mencionado.

Algumas mulheres que procuravam criar novos matizes no delineamento das imagens femininas de forma a lhes possibilitarem o exercício de atividades e funções negadas socialmente, o faziam sem colocar em “xeque” os papéis tradicionais femininos (ser mãe e esposa), aliás os utilizavam como justificativa para os novos perfis que começavam a desenhar; pode-se citar a conclusão do artigo “O feminismo na Bahia”, escrito por Maria Luiza Doria Bittencourt e publicado no **Jornal Diário de Notícias**, para apresentar a Federação Baiana pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina, onde ela garante que as ações da federação não serão “maléficas” para as características femininas:

Vede, pois, meus conterrâneos, que as filias bahianas destas associações em nada modificarão a acção útil até aqui, vem desenvolvendo em nossa terra a mulher; ella continuará a que conheceis: caridosa, trabalhadora, amiga da paz e do lar, apenas esclarecida, agindo sob a orientação commum, a que seguem suas irmãs do sul, pelo progresso da pátria e bem da humanidade. (BITTENCOURT, 26/3/1931).

Noto nesta fala da deputada baiana a defesa de que o feminismo não representa perigo para a forma como as relações sociais de gênero estavam estabelecidas na comunidade baiana; ao contrário dos seus opositores, afirma que ele – o feminismo e suas reivindicações – ao lograr sucesso serviriam como um apoio/reforço para que as mulheres exercessem melhor as suas funções no lar e na sociedade.

No embate entre “feministas” e “antifeministas” nota-se o conflito de uma ou mais representações para prevalecerem em detrimento de outra(s). É o jogo feito com o intuito de conseguir ou manter poder, para ocupar posições estratégicas ou hegemônicas em relação a outras que lhes são antagônicas; procurando, assim, garantir os interesses do grupo á que estão vinculadas. Nas palavras de Roger Chartier (1990, p. 17):

...sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta

impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

Interessante notar que as representações defendidas nos dois grupos têm como suporte a função e papel feminino de mãe e esposa, definidas como pilares da família e da sociedade. Os “anti-feministas”, ao contrário do “feminista”, tentavam convencer que a mulher ao assumir funções tradicionais masculinas, a exemplo das profissões médicas e jurídicas, seria uma figura que traria ou desenvolveria características impróprias e incompatíveis com a função primeira da mulher: a maternidade; uma vez que estas mulheres tornar-se-iam frias, mundanas, imorais, além de irem de encontro ao estabelecido pela natureza.

Nas manifestações encontradas, em alguns periódicos de circulação na Bahia em momentos diversos, principal eixo da argumentação foi o que denomino, neste capítulo, de “idéias anti-feministas”. Estas tinham como fundamentação da argumentação que apresentavam pressupostos científicos oriundos da Teoria da Complementaridade, do Útero, Evolucionista. Ou seja, as teorias científicas européias construídas e utilizadas nos séculos XVIII e XIX para justificarem e legitimarem a exclusão das mulheres da ciência, conforme vimos no primeiro capítulo deste estudo, foram importadas e reelaboradas para criticarem, ou melhor, impedirem e inibirem, por exemplo, o acesso das mulheres baianas a formação e ao exercício de profissões liberais ligadas, sobretudo, a área biomédica.

Neste sentido, o primeiro exemplo é o já mencionado artigo publicado na seção *Varietades* da **Gazeta Médica da Bahia** no. 54, de 31 de outubro de 1868, “A mulher médica” que não possui assinatura de autoria, o que me leva a pensar que tenha sido uma produção do editorial da gazeta; ou seja, a equipe responsável pela publicação do periódico confabulava com as idéias expressas de que a medicina não era uma atividade a ser exercida por mulheres, pois a referida ciência devia ser exercida por indivíduos possuidores de “sangue frio”, não emocionais, “duros”. (SANTOS FILHO, 1991a).

Era impossível que seres delicados, “anjos de azas multicolores”, “Rosa, d’onde devem emanar os perfumes enebriantes do amor” (GAZETA MÉDICA, 1868, p. 71), puros, inocentes, frágeis e que “creou-se para esposa e mãe” (GAZETA MÉDICA, 1868, p. 72) – pois, “Fez Deos a mulher para ser a companheira do homem, deo-lhe o logar mais santo da família, incumbio-lhe as funções instinctivas da maternidade” (GAZETA MÉDICA, 1868, p. 71) – passem a exercer uma atividade que vai transforma-las em seres sem pudor, sem timidez, com espírito forte e que “a sociedade, moralmente, parece-nos que havia de lucrar pouco com estas aquisições” (GAZETA MÉDICA, 1868, p. 71). Nem mesmo a justificativa de que as mulheres precisam ter uma profissão para não terem que se prostituir faz com que haja uma mudança de opinião.

Aliás, o artigo neste caso sugere que as mulheres sejam direcionadas às atividades “dignas e próprias do seu sexo” (GAZETA MÉDICA, 1868, p. 72) e desta maneira estas atividades deixariam de ser exercidas por homens que ao fazê-lo passavam os seus dias em *salamaleks* (frescuras?). Enfim, representações de gênero, em específico características próprias da masculinidade, como em outros aspectos da sociedade baiana, foram requisitados para justificar a quem se destinava à profissão médica: aos homens, pois estes ao serem viris, fortes, racionais, preparados para vida mundana, estariam aptos a exercerem a função sem ônus moral negativos para a sociedade.

Não se percebe todavia que haja prazer possível em uma mulher conviver com as doenças mais repugnantes, e passar os melhores dias da sua mocidade a dissecar cadáveres. Não pode haver mulher de gosto tão deploravelmante (sic) depravado! (grifo meu). Para se tornar bom cirurgião e bom médico é preciso que o homem desde o começo da sua instrução technica se dê com toda a vontade e perseverança aos estudos anatômicos. Na (sic) desempenho d’estes é mister vencer muita repugnância, desprezar muitos preconceitos, expor-se a muitos perigos. A mulher pela sua compleição, pelos seus hábitos, pela sua organização nunca poderia vencel-os. Se para ser bom prático é preciso tudo isso, a mulher nunca poderia ser boa médica. (GAZETA MÉDICA, 1868, p. 70-71).

O viés de raciocínio que conduz este artigo foi o mesmo que se encontra nas discussões do deputado e médico pernambucano - Malaquias, quando este se manifesta contra

a petição de bolsa de estudo feita por Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira para cursar medicina nos Estados Unidos, apresentada à Assembléia Provincial de Pernambuco pelo seu genitor – o jornalista Romualdo Alves Oliveira. A verificação de que este médico utilizou-se da Teoria Fisiológica para apresentar o seu parecer torna-se possível por meio da leitura do discurso que Tobias Barreto fez contrapondo-se a Malaquias, pois as idéias defendidas pelo médico e deputado pernambucano se fazem presentes neste discurso.

A análise ou mesmo a menção do debate entre estes dois legisladores não é algo inédito nos trabalhos que versam sobre ciência, educação e gênero no Brasil. É um episódio mencionado tanto por Hahner (2003, p. 141), quanto Saffioti (1969, p. 215), Rohden (2001, p. 85), Rago (2005b, p. 176-180) e Martins (2004, p. 217-258). As três primeiras apenas registram o acontecido e a posição de Tobias Barreto a favor do acesso das brasileiras aos cursos superiores, contrária ao do médico Malaquias. Martins (2004), ao estudar a presença feminina nos discursos dos nossos intelectuais e médicos, na segunda metade do século XIX, e Rago (2005b), ao analisar os contextos em que as primeiras médicas estavam inseridas, fazem uma descrição do conteúdo do referido debate. Para sustentar a sua posição, o médico pernambucano pautou-se em três pontos argumentativos; os quais o advogado Tobias Barreto rebateu no discurso que proferiu na sessão de 22 de março de 1874 na Assembléia Provincial de Pernambuco.

O primeiro argumento de Malaquias, na verdade, foi constituído de uma omissão. Ele omitiu no discurso que realizou o acesso das mulheres às universidades, bem como os debates que o envolveram, em países europeu e norte-americano. Esta omissão foi definida pelo jurista como uma tentativa de “má fé” em desqualificar a petição da qual ele era defensor. Por isso, na primeira parte do seu discurso cita casos de mulheres que se formaram na Suíça, na Alemanha e nos Estados Unidos da América, conforme vimos no primeiro capítulo.

Foi a forma como o jurista definiu estes países que me fornecem pistas para os prováveis motivos da omissão de Malaquias e a lembrança de Tobias Barreto. O jurista classifica estes países como o “alto mundo científico” (BARRETO, 22/3/1879, p. 66). E Nesta fala, entende-se que o “alto mundo científico” foi uma característica atribuída as ditas nações civilizadas. Tornar o Brasil um país civilizado foi uma discussão que permeou todo o século XIX, sendo uma preocupação de intelectuais, profissionais liberais e governantes. (MARTINS, 2004).

Nesta perspectiva, a omissão de Malaquias foi uma forma de evitar que o seu posicionamento fosse associado a uma possível tendência contrária as medidas e situações que levariam ao Brasil ser definido como civilizado. Enquanto, que a lembrança de Tobias Barreto mostra que o acesso das mulheres às faculdades era uma realidade das nações civilizadas, portanto, nada mais coerente que aqui também o fosse. Em outras palavras, aceitar a petição de Romualdo Alves Oliveira e ao mesmo tempo defender o acesso feminino aos cursos superiores, que era na verdade o âmago daquele debate, que se estendeu por duas semanas, como ele bem pontuou, era demonstrar que os legisladores pernambucanos estavam em sintonia com as premissas que definiam um povo como civilizado. E é, por isso, que finalizou o combate a esta omissão do oponente afirmando que ao explicitá-la estava evitando que os seus pares cometessem “um crime de lesa-civilização, de lesa-ciência” (BARRETO, 22/3/1879, p. 60).

Decrépita e anacrônica, no sentido em que não seria mais condizente com as discussões realizadas no “alto mundo científico”, são os adjetivos que o advogado utilizou, a partir da citação de cientistas europeus que fundamentam a sua afirmação, para se referir à Teoria Fisiológica⁹⁵ que constitui o segundo argumento do médico pernambucano, para quem,

⁹⁵ A discussão acerca dessa teoria e a sua relação com as justificativas acerca da inferioridade intelectual feminina foram feitas no capítulo precedente.

baseando-se nas idéias do doutor Bischoff, o que determina a incapacidade intelectual feminina era o tamanho do cérebro.

... não admito essa mecânica cerebral, essa proporção entre a massa do cérebro e o grau de inteligência. Acho-a incompreensível e acho-a assim porque não vejo razão alguma de força, que a possa sustentar.

O SR. MALAQUIAS: - As leis fisiológicas.

O SR. TOBIAS – Quais são elas?

O SR. MALAQUIAS – Quanto mais bem desenvolvido é o órgão, melhor é a função.

O SR. TOBIAS – E isto já será decerto uma lei? O maior peso do cérebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? A fisiologia, que até hoje, como diz pessoa competente, não se tem ocupado nem com as funções do desenvolvimento, nem com o desenvolvimento das funções, bem poucas *leis* apresenta, que não possam sofrer contestação; e nesse número não se contam as que dizem respeito ao cérebro. (BARRETO, 22/03/1879, p. 72).

E foram entre as linhas da fala de Tobias Barreto, para demonstrar o não procedimento desta lei fisiológica, que encontrei o combate a outras posições contrárias à instrução superior feminina que circulavam desde o início da segunda metade do século XIX: a de que ao ingressar nas faculdades e/ou universidades as mulheres perderiam as suas características naturais; aquelas apresentadas pelo artigo da **Gazeta Médica da Bahia** em 1868. A estes argumentos que persistem, não só no contexto da Assembléia pernambucana, Barreto rebateu com uma única sentença: “onde existe a cultura, existe de parceria com ela a docilidade.” (BARRETO, 22/3/1879, p. 70).

O emprego da palavra “docilidade” como característica feminina, que pode ser interpretada não só como ternura, carinho, invoca, para mim, a mensagem de que a instrução superior não representava perigo para as relações existentes entre homens e mulheres e, conseqüentemente, muito menos, o abandono das funções de mãe e esposa. Ao contrário, para os partidários da emancipação intelectual esta iria colaborar para o desenvolvimento civilizatório do país, uma vez que as responsáveis pela formação dos “homens de bem”, que definiam o futuro da nação, estariam bem mais preparadas para esta nobre função. (MARTINS, 2004, p. 218-237).

Este foi um argumento que continuou em vigor até meados da primeira metade do século XX, inclusive foi utilizado pelas feministas baianas nas suas estratégias de expansão (artigos) do número de mulheres com nível superior na Bahia. Ao fazermos o *link* entre esta fala do jurista pernambucano com o contexto nacional da luta pela emancipação das mulheres, podemos pensar que este era um incondicional defensor desta, em todos os seus sentidos. Percepção que se esvai ao analisarmos de que maneira ele combate o terceiro argumento apresentado pelo deputado Malaquias.

Pela transcrição da fala de Tobias Barreto, inferimos que o doutor Malaquias ao ser questionado, o que pode ter acontecido nas sessões anteriores, acerca da sua omissão do fato da emancipação feminina que acontecia em outros países tenha afirmado que se tratava de extravagâncias da natureza, pois, segundo as palavras do jurista: “a mulher nasceu para ter filhos (...) que ela não tem cabeça, que é fraca do juízo!...Eis aí! Eu não sei, Sr. Presidente, como o nobre deputado, antagonista do projeto, espírito emancipado, pode chegar, sob este ponto de vista..” (BARRETO, 22/3/1879, p. 78).

Parece que a teoria do útero também fez parte do embasamento científico do médico pernambucano, pois ao afirmar que além destes fatores a mulher tinha uma sensibilidade em vez de razão – necessária para o trabalho científico –, nota-se nas entrelinhas a idéia de que a mulher era governada pelo seu útero e a sua existência pelo exercício da função deste. Contra esses argumentos, Tobias Barreto afirmou que se a mulher não era emancipada intelectualmente era porque a sua educação não o permitia; e, para combater a definição de exceção que o médico atribuiu às mulheres que se emanciparam intelectualmente em outros países, ele vai fazer um verdadeiro resumo histórico, desde a Grécia Antiga até o século XVIII⁹⁶, sobre a participação das mulheres nas ciências.

⁹⁶ Esse trecho do discurso de Tobias Barreto foi transcrito no capítulo anterior.

Assim, para Tobias Barreto a emancipação da mulher era uma das questões contemporâneas mais importantes e não algo “extravagante”, que possuía, no entanto, três faces: a política, a civil e a social. As duas primeiras faces são dedicadas poucas palavras, apesar dos protestos de alguns deputados, porque era no aspecto social que estava “compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a este lado é que se prende o nosso assunto”. (BARRETO, 22/3/1879, p. 76). Com essas palavras o jurista consegue se livrar de explicar porque não é favorável a emancipação política das mulheres:

Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora. Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao mesmo no nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas de província.

Um Sr. Deputado – V. Exca. É oportunista.

O Sr. Tobias – Pelo que toca, porém, ao ponto de vista civil, não há dúvida que se faz necessário emancipar a mulher do jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados.” (BARRETO, 22/3/1879, p. 75)

No trecho citado acima, nota-se que ele ignora o insulto de um deputado, ao mesmo tempo em que deixar entrever que não está sendo “decrépito” e nem “anacrônico”, como adjetivou o médico, e muito menos cometendo o “crime de lesa-civilização” como sugeriu que os contrários ao seu pleito estavam passíveis de cometer. E ele demonstra isso ao afirmar que, em poucas palavras, que se a instrução superior feminina era uma realidade nas nações civilizadas o mesmo não acontecia em relação aos direitos políticos: “atendo muito às condições de tempo e de lugar” (BARRETO, 22/3/1879, p. 75). Destaco que este foi um dos argumentos utilizado quase duas décadas depois (1890/1891) para negar às mulheres o direito de votar e ser votada.

Ao longo da sua fala, o jurista deixou evidente que não havia nenhum vínculo entre a emancipação científica e a política; ou seja, as mulheres que desejavam cursar medicina, por exemplo, não estavam interessadas em assumir responsabilidades nos poderes legislativo ou executivo. Ledo engano, como mostra as táticas empreendidas por várias profissionais liberais

– odontólogas, médicas e advogadas – em tentarem exercer o voto ou mesmo se candidatarem ainda no século XIX.

Martins (2004, p. 204) ao analisar o pensamento de Tobias Barreto em relação à mulher, afirmou que em outros textos o jurista pernambucano continuou contrário aos direitos políticos das mulheres, fato que a leva a classificá-lo como “conservador”. Ou seja, a defesa dos direitos femininos por este intelectual pernambucano era parcial, devendo-se a isto a uma questão de *manutenção de situação estratégica* masculina em uma sociedade que era e continuou a ser patriarcal. Nesta perspectiva, possibilitar às mulheres as ferramentas para exercerem melhor o seu papel de formadoras, dos “homens de bem” que iriam dirigir a nação, era diferente de deixá-las assumir os cargos que permitiam a estes mesmos homens decidirem o futuro do país. É a idéia da mulher como redentora moral da sociedade que guia a discurso de Tobias Barreto, como ele bem acentuou ao concluí-lo: “Todo homem tem a sua mania; e é infeliz aquele que não a tem: a minha mania, senhores, é pensar que grande parte, se não a maior parte dos nossos males vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino”. (BARRETO, 22/3/1879, p. 87).

Certamente que dentre as manias do jurista pernambucano, a exemplo de muitos de seus colegas, não se encontrava a de dividir o poder político que detinha. A seguinte frase de Rohden (2001, p.86), sintetiza bem essa questão: “o impasse colocado pelas mulheres que queriam se tornar médicas é resultado, por um lado, de uma negação às mulheres do direito de ocupar uma profissão como a medicina – o que reflete uma rígida divisão de trabalho e também de poder”.

As idéias defendidas tanto por Tobias Barreto como pelo doutor Malaquias não estavam restringidas a sociedade pernambucana, elas permeavam toda a sociedade brasileira como bem demonstram Rohden (2001) e Martins (2004) ao analisarem a instituição da denominada “medicina da mulher” – a ginecologia e obstetrícia – no Brasil, bem como a

visão que esta tinha da mulher. Poucos anos após a polêmica ocorrida na Assembléia Provincial de Pernambuco, Hahner (2003) registra a existência de um artigo que retoma as idéias misóginas apresentadas tanto pelo médico e deputado pernambucano como pelos autores do artigo “A mulher médica”, publicado pela **Gazeta Médica da Bahia** em 1868.

E desta vez, sei o fator motivador para tal publicação na **Gazeta Acadêmica**, periódico certamente produzido por discentes dos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia⁹⁷: foi a chegada da gaúcha Rita Lobato ao curso de medicina, transferida da instituição carioca. No debate que se instaurou neste periódico, o grupo contrario a presença feminina utilizava-se de “argumentos fisiológicos como o de que o pequeno tamanho do cérebro das mulheres impedia-as de reter a ‘intrincada jóia’ das verdades médicas”; e que elas deviam dedicar-se ao mundo doméstico e a família. Enquanto que “o outro lado do debate (...) argumentava que algumas mulheres podiam dominar temas científicos que homens de cérebros menores não podiam, e que as mulheres podiam e deviam estudar medicina” (HAHNER, 2003, p. 149). Só de passagem, sinalizo neste dialogo como as categorias gênero e raça/etnia aparecem imbricadas; e, para isto, basta destacar que as mulheres “que podiam estudar medicina” pertenciam as camadas social e economicamente superiores – eram as damas brancas da sociedade baiana.⁹⁸

A verbalização de idéias baseadas nas teorias da Complementaridade, do Útero e do Evolucionismo na Bahia, a exemplo do ocorreu em outras partes do Brasil, não se circunscreveu apenas à segunda metade dos oitocentos, ela se fez presente nas primeiras décadas dos novecentos; revelando que “a idéia de inferioridade feminina foi compartilhada por boa parte dos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia, influenciados pelos trabalhos de Spencer e Proudhon; autores que atribuíam uma elevada dignidade à maternidade.” (

⁹⁷ Apesar de localizar vários periódicos produzidos pelos acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia, a exemplo do “O Acadêmico”, “Instituto Acadêmico”, “A Razão”, “O incentivo”, “Norte Acadêmico”, não conseguimos localizar nos arquivos baianos exemplares da *Gazeta Acadêmica*. A própria June Hahner (2003, p. 173) declara ter tido acesso a cópias desse periódico em arquivo particular nos Estados Unidos da América.

⁹⁸ O perfil das alunas dos cursos superiores da Faculdade de Medicina será objeto de análise no terceiro capítulo.

RAGO, 2005a, p.8). Como exemplo de tal fato, trago a cena às sessões de 1º. e 15 de agosto de 1937 da Sociedade de Medicina de Itabuna onde encontrei o debate entre os médicos Diógenes Vinhaes e Moysés Hage acerca da naturalidade ou não do parto.

Em defesa da obrigatoriedade do parto hospitalar⁹⁹ – realizado por um obstetra ou dirigido por esse –, o médico Diógenes Vinhaes centrou a sua apresentação em dois argumentos que julgava auxiliar a sua reivindicação: a não naturalidade do parto. A partir de uma visão eugenista¹⁰⁰ afirmava: “o parto não é função natural”, que ia se tornando “mais difícil à medida que o progresso se faz sentir e a civilização aumenta”. (VINHAES, 1/8/1937, p. 189-190).

A dor, as complicações – morte e lesões – que poderiam surgir para e nas parturientes; bem como as conseqüências advindas do momento de nascimento (traumatismo do nascimento) que poderiam comprometer a vida futura do feto, foram indicadores da não naturalidade do parto.

Taes e tantas as complicações, accidentes e cuidados, o empenho da obstetricca moderna em retirar a mulher – mãe das mãos bem intencionadas dos ignorantes, dos incompletos, que já não pode ver sem duvida angustiosa a mulher em trabalho de parto. (...). A sciencia tem a responsabilidade de corrigir os desacertos da natureza, deturpada por varias causas. Dahi essa recentíssima adquisicao da obstetrícia, reputada como capaz de emparelhar com a cesárea: o parto médico ou dirigido. (...). Os propósitos, muitos humanos, dos praticantes da medicina, devem abranger a idéia superior e efficiente de fornecer oportunidades optima de cumprir a sua missão biológica livre dos perigos e tranqüilizada dos temores que a assaltam.... (VINHAES, 1/8/1937, p. 207-210).

O doutor Diógenes Vinhaes não estava discutindo a naturalidade da maternidade, nem negando o papel primordial da mulher como mãe. Ele manifestou-se contra o “parto natural” que era realizado em casa e, geralmente, com a assistência de uma parteira. Estava

⁹⁹ Ele retoma uma discussão que havia feito anos antes na Sociedade de Medicina da Bahia. (VINHAES, 1/8/1937, p. 189).

¹⁰⁰ Sobre as concepções eugenistas na sociedade brasileira, sobretudo a sua influência no pensamento médico, recomenda-se a leitura de Schwarcz (1993) e Diwan (2007). A influencia dessas concepções nos trabalhos produzidos pela médica e feminista Francisca P. Fróes foi objeto de estudo de capítulos específicos da tese de Rago (2005b, p. 211-354)

defendendo um espaço de exercício profissional¹⁰¹, que “por ser tão cheio de empecos e tão preciso de cuidados, cotejado com as mais altas intervenções da cirurgia abdominal” não parecia lógico e “nem razoável” afirmar que o seu produto – o parto – se tratava “de uma função natural” (VINHAES, 1/8/1937, P. 201).

Após a apresentação do trabalho, estabeleceu-se uma discussão entre os presentes que foram quase unânimes em sugerir a mudança do título de maneira a não criar impressões errôneas nos prováveis leitores. A preocupação advinda do título da comunicação feita pelo referido médico, deveu-se ao fato daquele ocasionar interpretações acerca do direito da mulher escolher ser mãe ou não, da possibilidade da maternidade não ser mais considerada o principal objetivo da vida feminina. E foi contra o “absurdo” de “desviar as mulheres da maternidade” (HAGE, 15/8/1937) que insurge a fala do médico Moysés Hage contra as idéias pretensamente defendidas anteriormente por seu colega.

Foi na sessão de 15 de agosto de 1937 que Moysés Hage apresentou a comunicação “Contestação ao Trabalho do Dr. Diógenes Vinhaes: o parto não é uma função natural”. Iniciou o seu discurso afirmando que o fazia “porque convicto estou de me achar ao lado da verdade” (HAGE, 15/8/1937, p. 217). Cabe-me perguntar: que verdade era esta?

A crença de que homens e mulheres não eram iguais, devido ao fato destas últimas serem governadas pelas substâncias produzidas pelos órgãos reprodutores. Esta crença permeia todo o texto, mas foi exteriorizada de forma incisiva na seguinte frase: “a mulher é profundamente diferente do homem. Cada uma das células do seu corpo traz a marca do seu sexo” (HAGE, 15/8/1937, p. 225). E é por isto que “nunca a mulher poderá ter as mesmas ocupações do homem, nem os mesmos poderes, nem as mesmas responsabilidades” (HAGE, 15/8/1937, p. 225). Em outras palavras, a medicina, o direito e o próprio magistério não eram

¹⁰¹ A disputa entre parteiras leigas ou formadas e os médicos remete ao final do período colonial e início do imperial. Essa questão foi abordada tanto por Souza (1998), tanto como Barreto (2000), Witter (2001), Sampaio (2001). Permanecem nos dias de hoje uma série de restrições impostas às parteiras através das associações médicas.

ocupações a serem desenvolvidas pelo sexo feminino (HAGE, 15/8/1937, p. 221). Este devia dedicar-se aos filhos – concebe-los e criá-los –, uma vez que “a procreação é a finalidade naturalíssima da mulher” (HAGE, 15/8/1937, p. 225).

Dessa forma, “o seu papel no processo da civilização é muito mais relevante do que o do homem” (HAGE, 15/8/1937, p. 225) e ela não devia abandoná-lo em prol de responsabilidades ou ocupações outras – a exemplo do exercício político e profissional. São estes os argumentos apresentados pelo doutor Moysés Hage para defender a naturalidade do parto – com suas dores e complicações – como uma função. Considerando-se que Diógenes Vinhaes, apesar do polêmico título do seu trabalho, em nenhum momento desvincula a mulher da maternidade; acredito que Hage tenha se valido do trabalho do seu colega para manifestar a sua posição contrária às idéias feministas – em prol dos direitos políticos e de uma educação intelectual voltada para o exercício de profissões liberais – de então¹⁰².

Esta suposição origina-se das referências feitas no texto desse médico. Ele afirma que o que colocava a vida das mulheres em risco não era o parto natural, a maternidade, mas uma falsa educação e a atuação de um “feminismo pedante” (HAGE, 15/8/1937, p. 220). Chegou a expressar o seguinte ensejo: “praza a Deus que nenhuma mulher, ‘sadia’ se impressione pelos falsos conceitos dos propugnadores do feminismo” (HAGES, 15/8/1937, p. 225).

O que Hage definiu como “falsa educação” foi toda educação que não se pautava nas diferenças biológicas entre os sexos. Aspectos como tamanho e peso do cérebro, função reprodutiva, deveriam determinar o tipo de educação a ser ministrado ao sujeito: “Não se deve dar às moças a mesma formação intelectual, o mesmo gênero de vida, o mesmo ideal dos moços. Os educadores devem levar em consideração as diferenças orgânicas e mentaes do homem e da mulher” (HAGE, 15/8/1938, p. 226).

¹⁰² Dentre as quais se encontram as pertinentes a área biomédica, especificamente as que são tratadas por mim neste estudo: farmácia, medicina e odontologia.

Ao contrário do texto de Diógenes Vinhaes, o de Moysés Hage não causou nenhuma celeuma, dando-me a sensação de que as idéias por ele apresentadas eram comungadas por todos os membros daquela sociedade científica. Apesar de destacar, como o faz Juliska Rago, que “o saber médico comportava várias perspectivas, nem todas misóginas, não podendo ser visto como algo homogêneo.” (RAGO, 2005a, p. 8).

A contestação das afirmações misóginas utilizadas por Moysés Hage, já tinha sido feita por algumas feministas baianas; entre as quais se destacou Lauretina Pughas, que seis anos antes, ao participar da “A Tribuna Feminista” promovida pelo **Jornal A Tarde**, com fatos científicos (quantitativos), respondeu às colocações misóginas acerca da capacidade intelectual feminina. Assim, se tivesse participado das discussões que tiveram lugar na Sociedade de Medicina de Itabuna quando o mencionado médico apresentou as suas teses, Lauretina teria dito:

No dia em que os paes encararem igualmente a instrucção dos filhos e filhas deixando tem todos elles se manifestar o pendor profissional, outra mentalidade se formará em torno do feminismo e alguns homens não terão tanta sem cerimônia no desrespeitar o direito das mulheres. Bischoff, sábio fisiologista allemão, anti-feminista ferrenho, affirmava a inferioridade da mulher pela sua exigiuidade cerebral, porquanto achava para o cérebro do homem, um peso médio de 1350 grammas e para o da mulher 1250 grammas. Entretanto, morto Bischoff, pesaram o seu cérebro e acharam apenas 1245 grammas, 5 grammas abaixo da media por elle obtida para as mulheres. E então (grifo meu)? (TAVARES, 17/04/1931).

Obviamente que Lauretina procurou destruir os argumentos de seus contemporâneos acerca da inferioridade feminina. Certamente o Dr. Moyses Hage não tinha conhecimento da entrevista dela, seis anos antes, ao **Jornal A Tarde** e, com certeza, não sabia ou preferiu ignorar a história do cérebro do Dr. Bischoff. Não é destoante mediar o diálogo fictício entre essas duas personagens, uma vez que apesar do lapso de tempo entre suas falas permanece a discussão acerca das capacidades femininas e das atividades ou funções pertinentes às mulheres.

Um outro exemplo que ilustra a presença destas idéias na Bahia, em específico na capital baiana, foi o ocorrido com a indicação de Edith Gama e Abreu¹⁰³, em detrimento do jornalista e escritor Eduardo Tourinho, para membro da Academia Baiana de Letras, em 09 de agosto de 1938. Este seria mais um episódio “sereno” e lógico, se um dos candidatas não fosse uma mulher; pois, a partir desta candidatura criou-se uma celeuma que teve como um dos seus pontos altos a saída do presidente da academia, em uma das sessões de preparação para a votação, em sinal de protesto pela quebra do estatuto da instituição que segundo ele, e o grupo ao qual pertencia, vetava a participação feminina.

Constavam da ordem do dia, duas questões: a elegibilidade de candidatos do sexo feminino e a realização da eleição. (...). Um grupo de acadêmicos, porém, que ficava em minoria, manifestaram-se contra esse modo de ver sustentando que, dizendo o citado art. 5º. que “só podem ser membros efectivos os bahianos que tenham, em qualquer dos gêneros da literatura, publicado trabalho”, etc., as mulheres estavam assim excluídas de fazer parte da Academia. Só teriam esse direito si no artigo, em vez de “bahianos” simplesmente se lesse – “bahianos ou bahianas”, ou “bahianos de ambos os sexos”. (...). Mal, porém, ia sendo feita a proposta para proceder-se logo à votação, um dos membros da minoria retira-se, propositalmente afirmando de que desfalcando-se o “quorum” indispensável, não pudesse ser ella levada a efeito. (...). Basta o número mínimo para haver sessão, que é 7. Com essa atitude da totalidade dos membros da Academia que compareceram, não concordou o presidente, o dr. Braz do Amaral, que estava do lado da minoria, deixando a direcção e convidando para assumil-a o 1º. Vice-presidente, dr. Gonçalo Moniz. (ACADEMIA, 12/08/1938).

Vozes se levantaram em defesa da eleição de Edith, entre elas Muniz Sodré, Gonçalo Moniz, Heitor Praguér Fróes, entre outros, que na arena da academia faziam parte da corrente de J.J. Seabra, que “não só era favorável a entrada de mulheres, mas, até quebrava lanças pela eleição de d. Edith da Gama e Abreu.” (ELEIÇÃO..., 9/8/1938). Ao desenhar o perfil das fundadoras da Federação Baiana Pelo Progresso Feminino, Almeida (1986) ao falar desse episódio da vida da líder feminista baiana, faz a seguinte análise:

...aos 34 anos, entrea para a Academia de Letras da Bahia, quebrando a tradição nacional destas instituições de não admitir mulheres. Sua situação de classe mais uma vez reforçou as suas possibilidades e ajudou suas lutas individuais. J.J. Seabra e Dr. Praguér Fróes fizeram grande campanha e pressão para que fosse aceita. A resistência não foi pouca e alguns acadêmicos recusaram-se a frequentar as reuniões a partir de então. (ALMEIDA, 1986, p. 59-60).

¹⁰³ Em “Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu”, Cláudia Vieira faz uma análise da obra de Edith Gama e Abreu.

Por se tratar de uma instituição importante composta por homens de prestígio a luta extrapolou os domínios do privado para adentrar na dimensão pública, onde além de se acompanhar a “refrega”, passou-se a apoiar tanto a uma corrente como a outra. Os partidários da candidatura feminina por meio de entrevistas defendiam o seu ponto de vista, ou mesmo de maneira anônima as expressavam. Exemplo é a nota que saiu no **Jornal Cidade do Salvador**:

Poucas luctas temos visto mais desarrozoadas que a da Academia de Letras da Bahia querendo fechar as suas portas à entrada de um representante do sexo feminino no seu seio. Na verdade, nunca vimos cousa mais absurda. Cousa que colloca a Bahia de tanta fama numa situação pouco invejável. Por que, qual a razão de se negar à sra. Gama Abreu o direito de ser immortal na Academia Bahiana? Digna por todos os títulos de receber tal honraria a candidata foi eleita e tem direito ao seu posto. Reconhecer “sexo no espírito” só mesmo uma visão muito vesga poderá fazer isso. Se a maioria da Academia de Letras da Bahia elegeu a sra. Gama e Abreu para fazer parte do seu cenáculo é porque os seus trabalhos, os seus dotes espirituales estão à altura daquele tradicional templo da intelligencia bahiana. Querer desbanca-la agora pela razão mais tola, mais infantil, mais chocante possível é recuo que não fica bem para intellectuales que se presam. A contenda bahiana chegou ao Rio e tem sido glosadissima (sic.). Todos se collocam ao lado da representante do sexo fraco, porque como disse o sr. Afrânio Peixoto: - espírito não tem sexo! (NOTAS..., 14/9/1938).

Nota-se nas entrelinhas das falas dos protagonistas da ala contrária, que a circulação da idéia acerca dos espaços intelectuais não serem destinados para as mulheres – afinal ali o critério de participação era estabelecido por meio dos méritos alcançados pelos altos exercícios racionais, atributos não desenvolvidos pelo “fraco sexo” – se faziam ainda presentes no meio intelectual baiano da década 1930, uma vez que um dos principais argumentos para a não eleição de Edith Gama e Abreu era de que a Academia Francesa não admitia mulheres¹⁰⁴ e sendo tanto a baiana como a brasileira inspiradas naquela os seus estatutos não admitiam a participação feminina.

Duas correntes de opinião logo se formaram. Mas o que há de mais curioso é que a divergência, longe atingir o mérito, dizia, apenas respeito ao... sexo dos candidatos. Um grupo de acadêmicos fiel à tradição seguida pela Academia Franceza e pelos 40 do nosso Petit Trianon, se oppunha, terminantemente, a que a casa admittisse uma mulher. (ELEIÇÃO..., 9/8/1938).

¹⁰⁴ Discuti, no primeiro capítulo, algumas questões referentes a exclusão das mulheres das sociedades científicas.

Esta minha interpretação é reforçada pela análise da frase que Afrânio Peixoto proferiu em uma das reuniões da Academia Baiana de Letras, onde se discutiam os motivos para a aceitação ou não da candidatura de Edith: “Não conheço sexo do espírito” (A MULHER..., 1938). Se traduzirmos essa afirmação como “a razão, o intelecto não tem sexo”, evidente se torna que as idéias acerca da inferioridade intelectual feminina estavam presentes naquele ambiente e que seus adeptos – apesar de não as expressarem explicitamente – não permitiriam o acesso feminino aquele espaço. E com este intuito utilizaram dos mais diversos artifícios desde o argumento baseado na manutenção da tradição dos estatutos, fruto da Academia Francesa de Letras, que previa a inelegibilidade feminina até a sabotagem das eleição por meio das suas ausências, fato que inviabilizaria as eleições por falta de quorum.

A argumentação que utilizaram apareceu de forma mais elaborada e sutil no artigo “Eva e o seu domínio”, publicado pelo **Jornal A Tarde** (14/11/1938), onde a preservação da tradição bem como a não alteração do “pensamento dos seus criadores” – entre eles Machado de Assis - e nem o abandono do “modelo da Academia Franceza, à cuja cópia engendrou ele a nacional.” , deveriam ser fatores a serem considerados ao se permitir a presença feminina. Interessante que o autor desse artigo faz estas ressalvas para a Academia Nacional, pois, para ele: “Nada impede, porém, que as academias estaduais sejam mais urbanas e acessíveis as damas que não repudiam o estilo e o verso, a áspera proza e a rima suave, a forma do seu artigo de jornal e os ritmos de sua página de ficção.” (EVA..., 14/11/1938).

Ele, inicialmente, aparentou não querer se indispor com nenhuma das facções, pois, a exemplo das outras falas, não entra diretamente na discussão acerca das capacidades intelectuais das mulheres, dos seus papéis e espaços a partir desta. E mesmo aceitando o fato de que a vaga foi ocupada por uma mulher, revelou – ainda que de forma camuflada - a visão androcêntrica. Na sua fala há uma hierarquia, baseado no *status*, entre as academias regionais e a nacional, esta ultima em relação às outras tinha mais prestígio e destaque; portanto, as

mulheres poderiam ser admitidas nas regionais, mas não na nacional. E parece ser com este intuito que concluiu o artigo conclamando: “que os rapazes se apercebam da competição e aparelhem-se para defender os últimos redutos do seu antigo domínio.” (EVA..., 14/11/1938). Ao que tudo indica, porém, os acadêmicos da nacional, não quiseram ser taxados de vinhos e retrógrados como o foram os da baiana pela nota publicada no **Jornal Cidade do Salvador**, e a partir de discussões passam, também, a aceitar a presença feminina no seu interior.

A entrada de Edith para a Academia Baiana de Letras foi acompanhada pelas integrantes da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, não só pelo fato daquela ser a presidente da federação, mas, sobretudo, porque aquele fato representava não somente uma glória individual, mas também uma vitória para o movimento; uma vez que com o apoio de “bahianos illustres e eminentes que trabalharam pela causa da mulher (...) esmagaram ... um velho preconceito que proibia a candidatura feminina na Academia de Letras.” (FEDERAÇÃO..., 18/11/1938). Ou seja, na luta por direitos iguais conseguiram mais um degrau, reafirmando bem o seguinte princípio de Edith Gama e Abreu, expresso em entrevista ao **Jornal O Imparcial**:

Desde os primeiros anos de reflexão que formei para mim mesma essa norma indiscutível – “**um direito não se pede, toma-se**” (grifo meu). E se há quem nol-o recuse, também há quem nos ajude a conquistá-lo. Assim, resolvi candidatar-me à Academia de Letras da Bahia. Não me era estranho o obstáculo que certo grupo antepunha ao ingresso da mulher naquele cenáculo das letras. (A MULHER..., 1938).

Bem, o “obstáculo” não era fato exclusivo do contexto baiano e brasileiro e muito menos das primeiras décadas dos noventa: ele esteve presente desde o momento em que as mulheres passaram a questionar os motivos que lhes negavam o acesso aos espaços de produção e socialização dos conhecimentos, conforme vimos no primeiro capítulo. E a exemplo do que ocorreu em outros espaços e tempos, revela uma disputa por manutenção e acesso de um espaço estratégico – a exemplo da Faculdade e das Sociedades de Medicina da

Bahia, como veremos nos capítulos seguintes - que garantia e possibilitava, também, as benesses e/ou prestígios sociais, políticos e econômicos na sociedade baiana.¹⁰⁵

Nesta disputa, os discursos acerca das capacidades, dos papéis e funções femininas, ainda que não explicitados – talvez como uma atitude de evitar maiores conflitos – eram táticas e estratégias utilizadas por ambos os lados. E como já mencionei um dos pontos de convergências entre estes discursos era a preservação da família. Como consequência, os dois lados demonstravam uma preocupação em manter coerência com a *moral patriarcal* vivente naquele período.¹⁰⁶

A sociedade baiana, como qualquer outra, tinha estabelecido, tanto no costume como na legislação, normas e regras reguladoras das relações entre os seus membros a partir da compreensão hegemônica prevalecente do que era “ser homem” e do que era “ser mulher” que, conseqüentemente, mescladas com os referenciais de raça/etnia e classe existentes determinavam os espaços, ações e possibilidades das mulheres baianas, tanto negras como brancas. Estudos como o de Mattoso (1991), Leite (1997, 2005), Soares (1994), Ferreira Filho (1994), Almeida (1986), Rago (2005a; 2005b), Reis (2000) e Oliveira (1999), entre outros, analisam as possibilidades, ações, práticas e imagens femininas, em períodos que compreendem o século XIX e a primeira metade do XX, oferecendo-me meios para uma leitura dos contextos em que as mulheres baianas estavam envolvidas e como elas se moviam, e também teciam as complexas redes de relações sociais.

A vida das mulheres eram normatizadas e, de acordo com as normas, regras, ações e funções estabelecidas a partir dos referenciais de gênero existente, que estavam em consonância com a ideologia patriarcal, que servia, também, de esteio para a estruturação da

¹⁰⁵ Sobre “grupos de prestígio” na Bahia, recomenda-se a leitura de Azevedo (1996, p. 167- 180).

¹⁰⁶ Vasquez (2005, p.37-60) ao definir ética como a ciência que estuda a moral, demonstra o caráter histórico e cultural desta última. Entendida como um conjunto de normas e regras que regulam as relações dos indivíduos numa dada comunidade. A partir desta conceituação e compreendendo que ela não é a - histórica, associando-se a isto o fato de que todo grupo, comunidade ou sociedade pautam e regulam as suas relações a partir de categorias fundantes como gênero, raça/etnia, geração e classe, podemos falar na existência de uma moral patriarcal, que é temporal e espacialmente situada.

sociedade baiana. Ou seja, a sua organização e dinâmica se ajustam à definição de uma sociedade patriarcal – entendida aqui como um “sistema de organização (política, econômica, industrial, financeira, religiosa ou social) onde a maioria dos postos de prestígio estão ocupados por homens”¹⁰⁷ (DAHLERUP, 1987, p. 113).

Ou de forma simples, como ressalta Dahlerup (1987, p. 113) ao analisar as várias definições: “sem dúvida, algo que todas as definições do patriarcado têm em comum, é o enfoque do poder dos homens, a autoridade ou dominação sobre as mulheres”¹⁰⁸. Em suma, é toda sociedade onde houve ou há o domínio masculino das situações estratégicas, que para a sua manutenção exige/supõe a dominação/subordinação do feminino ou dos elementos associados ou definidos como tais: “O patriarcado é um sistema social de dominação que consagra a dominação dos indivíduos do sexo masculino sobre os do sexo feminino” (PALMERO, 2001, p. 34) .

Esta subordinação das mulheres ocorre tanto pela socialização dos indivíduos a partir de um conjunto de crenças, idéias, pensamentos acerca do feminino – tanto os sujeitos como os elementos a eles vinculados – onde este aparece e é definido, a partir de uma estrutura polarizada, como o frágil física, emocional e intelectualmente devido a sua constituição biológica que é entendida como uma construção feita para atender ao que foi definido como sua finalidade natural: a maternidade, a procriação da espécie.

A ideologia patriarcal determina ao mesmo tempo em que justifica e legitima os espaços, comportamentos, funções e atividades que os indivíduos ocupam, realizam e exercem na vida cotidiana. E para fazer valer os seus princípios e diretrizes, estas sociedades, além da veiculação do seu sistema de crenças, utilizam dispositivos que regulam as práticas sociais. Esses últimos nascem da real necessidade de garantir a adoção dos seus princípios e

¹⁰⁷ Tradução livre de: “...sistema de organización (política, económica, industrial, financiera, religiosa o social) dando la mayoría de los puestos altos em la jerarquía están ocupados por hombres” (DAHLERUP, 1987, p. 113).

¹⁰⁸ Tradução livre de: “Sem dúvida, algo que todas las definiciones del patriarcado tienen en común, es el enfoque del poder de los hombres, la autoridad o dominación sobre las mujeres” (DAHLERUP, 1987, p. 113).

diretrizes por parte dos indivíduos, pois, como pontuou Certeau (1994), o processo de socialização, normatização, não é automático. Ele sofre influências e interferências, é reelaborado a partir das experiências, das vivências, dos desejos, específicos dos sujeitos a quem se direciona.

Por isso, para evitar que a reelaboração realizadas pelas mulheres, nas suas relações cotidianas e concretas, acerca do que devem ser, de como devem agir, as sociedades patriarcais utilizam dispositivos como o controle e vigilância do espaço e do tempo feminino.

Palmero (2001) é categórica ao afirmar:

... fatores espaciais e temporais, restrições e vigilância, um conjunto de atividades prescritas, um rígido disciplinamento corporal e uma correlata domesticação intelectual e moral colaboram para que seja possível definir a “instalação” da mulher no privado como um regime de confinamento disciplinar.¹⁰⁹ (PALMERO, 2001p. 54)

Estes dispositivos estavam presentes no cotidiano da sociedade baiana, ao longo da sua história, e de suas instituições – a exemplo da Faculdade de Medicina da Bahia e do exercício profissional das mulheres por ela formadas.¹¹⁰ Dessa forma, podemos compreendê-la como patriarcal não somente por ter como modelo de chefe, seja das instituições domésticas ou públicas, o homem – devendo toda a obediência a ele –, mas também por sua organização social, cultural, econômica, política, ser estabelecida e legitimada por concepções ideológicas de gênero, onde a mulher identificava-se com a natureza, a sensibilidade, a emotividade, a fragilidade, com a pureza, com a compaixão e com o cuidado; tendo, portanto, espaços, funções e atividades em concordância com esses atributos.

E de acordo com essa visão as suas ações, comportamentos podiam fazer com que elas fossem classificadas, quando não julgadas, como “virtuosas” ou “não virtuosas”, “honestas” ou “desonestas”, “boas” ou “más”; remetendo-as inicialmente a duas posições antagônicas:

¹⁰⁹ Tradução livre: “En resumen, factores espaciales y temporales, restricciones y vigilância, un conjunto de actividades prescritas, um rígido disciplinamento corporal y una correlativa domesticación intelectual y moral colaboran en que sea posible definir la ‘instalación’ de la mujer en lo privado como régimen de confinamiento disciplinario.” (PALMERO, 2001, p. 54).

¹¹⁰ Essa questão será discutida no terceiro e quarto capítulo.

“aceitas” ou “transgressoras”. De forma ideal, na primeira posição identifico as mulheres cujo comportamento, gostos e ações eram estabelecidos tendo como parâmetro as imagens estabelecidas positivamente no imaginário em vigor; na segunda posição, encontraremos as que apresentavam comportamentos, valores, ações destoantes com o estabelecido. Mencionamos de “forma ideal” porque se deve ter em mente que “os conhecimentos e as simbólicas (sic) impostos são objeto de manipulações pelos praticantes que não seus fabricantes.” (CERTEAU, 1994, p. 95). Estas classificações vistas de forma estanque não são satisfatórias, uma vez que os posicionamentos e as práticas não são estáticos e imutáveis. Eles são estabelecidos de acordo com os interesses individuais ou coletivos que motivam as relações entre os indivíduos; há, portanto, uma porosidade entre estas classificações determinada pela fluidez dos interesses, vivências e experiências dos sujeitos, fruto dos usos e consumos que esses fazem das leis, ordens, prescrições, normas a que são submetidos. Em síntese, os/as atores/atrizes históricos não são constituídos *a priori* das relações sociais, não são “abstraídos das relações sociais e de poder, linguagem, cultura e todo o conjunto de práticas que tornam a ação [agency] possível”. (MOUFFE, 2005, p. 17).

As relações de poder que são constituídas pelos sujeitos em um determinado espaço ou universo, onde um tenta impor - não sem contestação - a sua concepção de mundo ao outro, foi também objeto de estudo de Michel Certeau (1994, p. 94-97). Ele por meio da discussão acerca das práticas cotidianas, seus usos e consumos, demonstra que o cotidiano é constituído de redes de relações de força, onde o definido como “fraco”, como “subordinado” ou “submisso”, tem possibilidades de empreender ações (estratégias e táticas) no jogo das relações onde se encontra inserido, de forma a obter vantagens ou satisfazer seus interesses. Os sujeitos, homens e mulheres, são forjados na dinâmica destas redes, ao mesmo tempo em que as forjam.

As damas da biomedicina baiana também foram sendo forjadas ao longo da sua existência, sejam como alunas ou profissionais, a partir das relações sociais - que são de poder – em que estavam inseridas. Serão seus afetos, desejos, paixões, interesses que funcionaram como catalisadores da fidelidade ou não ao desejado, ao estabelecido como hegemônico; bem como são as intensidades/ formas com que aqueles são vivenciados e/ou negociados – por meio de estratégias e/ou táticas - que estabelecem os limites, fazendo com que sejam *temporariamente* ou *constantemente* ora “aceitas”, ora “transgressoras” ou, ainda, ora “bem-comportadas”.

No liame da porosidade entre “aceitas” e “transgressoras”, encontramos as “bem-comportadas” que revertem às ações e discursos que podem ser definidas como negativos, por serem destoantes do desejado, em positivos uma vez que se utilizam de múltiplas estratégias e/ou táticas para promover uma inversão nas normas e valores de forma a terem os seus interesses considerados; situação que corrobora com a idéia de que a submissão das mulheres baianas é um mito. (LEITE, 1997, p. 22-37.) Este é o caso tanto das mulheres que passaram, individualmente ou em grupo, a reivindicar e lutar pelos direitos políticos e civis femininos, e em específico das profissionais da área de biomedicina (médicas, odontólogas e farmacêuticas) para ocuparem e atuarem em um território que lhes era negado. Evidente que a inserção no mercado de trabalho por meio do exercício de “profissões nobres” significava uma possibilidade de manutenção do *status quo*.

Diferentemente das mulheres negras e pardas, oriundas das camadas sociais pobres e que asseguravam a sua sobrevivência nas ruas de Salvador como quitandeiras, lavadeiras, costureiras, rendeiras ou engomadeiras, as mulheres dos escalões mais altos da sociedade vinham de famílias legítimas e tinham grande preocupação com a manutenção do seu status quo (LEITE, 1997, p. 35).

A partir dessa afirmação de que pela manutenção de *status quo* procuravam ser inseridas no mercado de trabalho, por meio de “profissões nobres”, podemos verificar como as relações de classe e gênero, e também de raça, estavam imbricadas. Estas mulheres não

criavam estratégias, táticas e discursos que visavam uma mudança das relações de classe ou de raça, o que significava pensar a situação econômica, cultural, política das mulheres pobres e negras¹¹¹, o que conseqüentemente abalaria a posição social, econômica e política da qual eram parte. Mas, utilizavam-se dos valores, normas, costumes aceitos para elaborarem as suas ações e discursos com vistas à manutenção do seu *status quo* e do grupo do qual eram parte, ainda que em posição hierárquica o que não lhes possibilitavam livremente (sem pressão) exercer/satisfazer todos os seus desejos. Em outras palavras, realizaram uma “virada de mesa” na perspectiva de gênero no interior do seu grupo social, econômico e cultural.

O mecanismo da utilização de normas, valores, costumes tradicionalmente aceitos e identificados como próprios de um indivíduo ou grupo e a serviço dos seus interesses, em favor de sujeitos ou coletividade em situação antagônica aos primeiros, em uma espécie de “virada de mesa”, foi bem explicitada por Robert Danton (1986), em **O Grande Massacre de Gatos**: e outros episódios da História Cultural Francesa, especificamente no ensaio “História que os camponeses contam: O significado de Mamãe Ganso” onde ao estudar a vida cotidiana dos camponeses franceses do século XVIII, por meio de contos, mostra que a velhacaria por parte destes era uma forma de resistência e, ainda que por frugais momentos, obter vantagens.

Se os considerarmos como fantasias de “virar a mesa”, verificamos que os contos parecem enfatizar o tema da humilhação. O fraco inteligente faz de tolo o opressor forte, provocando um coro de risadas às suas custas, de preferência através de algum estratagema obscuro. Ele força o rei a se humilhar, expondo as nádegas. Mas a risada, e até mesmo a risada rabelaisiana, tem limites. Quando termina, as mesas são de novo desviradas; e, como na Quarta-feira de Cinzas, que se segue ao Carnaval na sucessão do calendário, a ordem antiga retoma seu domínio sobre os foliões. A velhacaria é uma espécie de operação de resistência. Permite ao oprimido conseguir algumas vantagens marginais, jogando com a vaidade e a estupidez de seus superiores. Mas o velhaco trabalha dentro do sistema, utilizando em benefício próprio seus pontos fracos e, como isso, ratificando esse sistema. (DARNTON, 1986, p. 86)

¹¹¹ Que constituíam a maioria da população feminina de Salvador, e que entraram na vida profissional das médicas e odontólogas por duas vias: atendimento gratuito que recebiam no hospital da Santa Casa de Misericórdia, onde constituíam-se em material para as aulas práticas dos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia; ou atendimento gratuito nos consultórios enquanto necessárias para uma propaganda “boca-a-boca” o que significava para o (a) profissional de saúde um forte alicerce para a sua aceitação e manutenção no mercado de trabalho como autônomo (a). Essa discussão será tema do quarto capítulo.

Dentro do próprio sistema que lhes ditava as normas, valores e lugares eles conseguiam meios que “proporcionava uma maneira de lidar com uma sociedade dura, em vez de uma fórmula para subvertê-la” (DARNTON, 1986, p. 86). Ou seja, construir estratégias e/ou táticas por meio dos pontos francos para ter os seus interesses e/ou idéias validados de forma a permitir uma atuação – perene ou temporária – antes negada foi também uma prática das mulheres que ingressaram na biomedicina baiana, mas isto não significou a reversão da moral patriarcal existente ou ainda que a presença delas em medicina, farmácia e odontologia, entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, tenha resultado no rompimento do mundo masculino da medicina¹¹².

A idéia de que as relações entre os indivíduos não são polarizadas de maneira estanque e que as pessoas dentro de um sistema que não lhes é favorável podem se valer de artimanhas para obter vantagem em benefício próprio foi uma reflexão realizada também por Edward Thompson (1998, p. 329; 2001, p. 234-238), quando analisa a cerimônia da venda de esposas inglesas (séc. XVII-XIX) e procura mostrar que aquele ritual que a princípio parecia “bárbaro” pode também ser interpretado como uma tática empregada por aquelas esposas para se livrarem de casamentos ou companheiros que não desejavam mais e poderem construir novas relações sem sofrerem sanções por parte das comunidades a que pertenciam.

Ou seja, aquelas mulheres dentro do contexto em que estavam inseridas souberam articular as oportunidades ou possibilidades de forma a terem os seus interesses considerados ou concretizados, mesmo numa “sociedade em que as relações de gênero eram estruturadas em modos de dominação/subordinação” (THOMPSON, 1998, p. 345). As mulheres médicas, odontólogas e farmacêuticas, por mim estudadas, também construíram dentro de uma

¹¹² Esta questão será demonstrada nos capítulos III e IV.

sociedade patriarcal possibilidades de ação no sentido de concretizar os seus anseios, afetos, paixões e desejos políticos, culturais e profissionais.

Tinham, no entanto, consciência dos limites das suas estratégias e/ou táticas e evitavam ultrapassá-los sob pena de serem vistas com transgressoras e devido a isto serem relegadas ao ostracismo. Ao afirmarem que a educação feminina, aqui se inclui a superior, era importante para o bom desempenho de mãe e esposa, que por meio dos seus direitos políticos garantiriam que o país seria “grande, rico, coeso e forte” (ANDRADE, 17/04/1931); ou ainda ao afirmarem que a honra feminina estaria protegida ao se ter mulheres cuidando da saúde de outras mulheres¹¹³, elas estrategicamente demonstram que as suas ações, comportamentos e profissões eram importantes para a manutenção dos valores/instituições essenciais da sociedade ou comunidade e, por isto, deveriam ser preconizados ou “protegidos” em nome da moral patriarcal instituída uma vez que não representavam os perigos, aludidos pelos seus opositores, ao contrário procuravam preservá-la. Esta interpretação ganha cores nítidas quando analisamos a fala da editora do **Jornal A Mensageira**, quando esta expressa o seu júbilo pela criação de uma escola superior de Farmácia em São Paulo: “fazemos votos para que da *Escola de Pharmacia* só saíam diplomadas senhoras que honrem em todos os sentidos o nome da mulher brasileira.” (A MENSAGEIRA, 15 de março de 1899). Para continuarem a serem “aceitas”, tiveram que demonstrar que eram “bem comportadas” e necessárias.

Em outras palavras, o feminino como um ser delicado, frágil, honrado, construído para a maternidade e a família, aspectos propagados pela ideologia patriarcal, continuava, portanto, presente entre os oitocentos e as primeiras décadas dos novecentos. Não foi questionado e sim utilizado por mulheres ligadas ou não ao movimento feminista de acordo com os seus

¹¹³ Este foi um discurso empregado pelas pioneiras da medicina no Brasil para driblarem as resistências às suas presenças nos cursos e ao exercício profissional. Cf.: Rago (2000, p. 221), Mott (1999).

propósitos.¹¹⁴ A idéia de que havia lugares, setores, comportamentos, atitudes, gostos próprios para homens e mulheres, esteve presente, por todo o período que compreende este estudo, no imaginário acerca do mundo biomédico – definindo e legitimando quem eram as pessoas que poderiam nele atuar, como procurei demonstrar neste capítulo. E , como não poderia deixar de ser, guiaram as ações e espaços profissionais, casas-gabinetes e consultórios, assim como influenciaram as relações, as escolhas e determinaram os lugares de homens e mulheres no interior da Faculdade de Medicina da Bahia; lugares que a partir das estratégias e/ou táticas dos seus atores e das suas atrizes se constituíram como verdadeiros espaços/campos de batalha (MOUFFE, 2008).

¹¹⁴ Apesar de reivindicarem direitos civis e políticos para as mulheres, a primeira onda feminista foi definida como conservadora, ou como Costa (1998) afirma “é um feminismo bem comportado”. Isto se deve ao fato de que o questionamento de valores, idéias, representações, papéis, não ser contemplado, ou mesmo, ignorado por algumas alas deste movimento. Fato que para Soihet (2006, p. 97) não implica em negar que dentro das possibilidades que dispunham essas mulheres criaram formas de fazerem valer os seus interesses: “ Pelo contrário, reverenciam as regras estabelecidas, embora busquem perseguir objetivos próprios. Nesse sentido, impossibilitados de lutar abertamente por seus objetivos, tentam alcança-los, fazendo crer aos dominantes que é vontade deles, fazer o que eles, dependentes, querem que seja feito e para conseguir seus objetivos recorrem a alguns signos consagrados por aqueles”.

CAPITULO III

AS PERSONAGENS E OS SEUS ESPARSOS TRAÇOS

Salientar alguns traços das linhas tênues que compõem as experiências das discentes da Faculdade de Medicina da Bahia, ao mesmo tempo em que se tenta desenhar alguns aspectos das feições dessas personagens, considerando não só curso de medicina, mas também o de farmácia e odontologia, não foi uma tarefa fácil diante dos escassos fragmentos de experiências que chegam até nós, por meio das fontes pesquisadas, porém prazeroso e instigante. Esta é a finalidade do presente capítulo: desenhar alguns dos aspectos que constituem o perfil das discentes da instituição baiana.

A Faculdade de Medicina foi um reduto masculino até 1843, quando se diplomou a primeira parteira.¹¹⁵ Este curso, no entanto, não possuía o mesmo *status* do de Medicina e de Farmácia que continuam reservados aos homens até a década de setenta do século XIX, quando é concedido o título de *Cirurgião-Dentista prática* a Balbina Rosa de Souza, segundo o **Índice de Geral de Graduados (1808/1979)**, em 11 de novembro de 1879, poucos meses após a instituição do curso de odontologia e da obtenção do direito feminino de freqüentar Instituições de Ensino Superior no Brasil; bem como de validarem os títulos obtidos em instituições estrangeiras.

¹¹⁵ Sobre a discussão do curso de parteiras no Brasil, cf.: Barreto (1999) e Souza (1998).

O curso de cirurgia dentaria (odontologia) antes das Reformas Leôncio de Carvalho e Sabóia, não existia no Brasil, apesar de ser facultado aos dentistas formados no exterior, a partir do Decreto de 14 de maio de 1856, exercer a profissão após a verificação do diploma por meio de exame que exigia conhecimentos sobre: a) Anatomia, Fisiologia, Patologia e anomalias dos dentes, gengivas e arcadas alveolares; b) Higiene e Terapêutica dos dentes; c) descrição dos instrumentos que compõem o arsenal cirúrgico de dentista; d) teoria e prática da sua aplicação; e) meios de confeccionar as peças de prótese e ortopedia dentária (SANTOS FILHO, 1991b, p. 97-98). Enfim, deviam ter todos os conhecimentos teóricos, além da experiência prática, sobre a atividade, conteúdos que passam a ser exigidos no currículo de Cirurgia Dentária a partir de 1879 como se verifica respectivamente pela análise dos artigos que versam sobre o referido curso, tanto na Lei 7.247 como no Decreto 9311.

§ 7 ° O curso de odontologia constará das seguintes matérias: Pysica elementar. Chimica mineral elementar. Anatomia descriptiva da cabeça. Histologia dentária. Pathologia dentaria. Therapeutica dentaria. Medicina operatória. Cirurgia dentaria. (GAZETA MEDICA, 1879, p. 212).

e

‘Do curso de odontologia – Art. 9 ° Das matérias deste curso haverá três series: 1ª serie – Física, química mineral, anatomia descritiva e topografia da cabeça. 2ª série – Histologia dentária, fisiologia dentária, patologia dentária e higiene da boca. 3ª série – Terapêutica dentária, cirurgia e prótese dentárias. (DECRETO 9311 apud ROSENTHAL, 1995, p. 4)

Levando-se em consideração que este curso era composto por 08 (oito) matérias, distribuídas em 03 (três) séries, o que equivale a três anos, a formatura de Balbina Rosa de Souza, obtendo o título de Cirurgiã Dentista, em 1879, sugere alguns questionamentos: 1ª.) Teria estudado fora do país, a exemplo de muitas mulheres, e em 1879 ter dado entrada no pedido de verificação do diploma, sendo aprovada? 2ª.) Teria tido acesso aos conteúdos do curso e sido beneficiada pelas disposição do artigo 24, §20, da Lei 7.247, que permitia a inscrição “de matricula ou de exame aos indivíduos do sexo feminino” dos cursos das

faculdades de medicina? As respostas a estes questionamentos podem levar a duas trajetórias distintas.

O primeiro caminho me faz supor que ela teria se formado no exterior e após 1879 passou a atuar profissionalmente no Brasil, após ter feito o exame de validação do diploma. Este seria o processo mais lógico, pois na documentação consultada no Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia há exemplos de mulheres que pediram a validação do curso feito no exterior. Exemplos da situação mencionada são o da parteira Aurora das Dores Leitão e da médica Anna Torrão Machado. Aurora das Dores Leitão, parteira formada em 1897, na *Escola Médico-Cirurgica de Lisboa*, foi habilitada a exercer a profissão no Brasil pela Faculdade de Medicina do Brasil em 1900. Enquanto Aurora era portuguesa, nascida em Lisboa, Anna Torrão Machado era brasileira.

Anna formou-se na América do Norte (Nova Iorque) e foi habilitada pela Faculdade de Medicina da Bahia em 28 de janeiro de 1892, conforme consta no registro de apostilamento do seu diploma.

Registro da apostilla da Dr^a Anna T. Machado.
Considerada habilitada ao exercício da profissão nos Estados Unidos do Brazil, na forma dos Estatutos das Faculdades de Medicina da Republica. Bahia e Faculdade de Medicina 28 de janeiro de 1892. O director da Faculdade Dr. Antonio Cerqueira Pinto. O secretario Dr. Alessandro (?) dos Reis Meirelles Pinto. N.º 2 R\$ 200\$000. Pagou duzentos mil reis de sello. Alfândega da Bahia, 28 de janeiro de 1892. (LIVRO DE REGISTRO..., 1890/1897, p.31/32).

Além do **Livro de Registro de Diploma (1890/1897)**, Anna Torrão Machado teve o seu nome registrado no **Índice dos Graduados (1808/1939)**, onde consta local onde obteve a graduação em Medicina: *Collegio Medico de New York*. O mesmo ocorreu com Aurora das Dores Leitão, mas não ocorreu com Balbina Rosa de Souza. Esta última, portanto, não estudou no Exterior.

As conjunturas acima levam-me a optar pelo segundo caminho: Balbina Rosa de Souza teve acesso aos conhecimentos necessários para obter a sua carta de cirurgiã dentista

prática no local onde nasceu: a Bahia. Uma explicação plausível, uma vez que se podia requerer o título de prático, o que permitia a atuação profissional sem ter que cursar a faculdade. Para tanto, bastava fazer os exames – teóricos e práticos – perante uma banca especializada.

Sobre as formas de preparação para realizar estas avaliações, sobretudo as que remontavam a destreza prática, Samico (1992, p. 7) revela que, muitas vezes, era comum a contratação de profissionais com atuação na área como professores particulares. A contratação era uma possibilidade, assim como o convívio direto com o cotidiano destas profissões era uma outra alternativa, uma vez que não podemos esquecer que em algumas profissões ainda era comum à formação por meio da relação mestre-aprendiz.

Houve, evidentemente, algumas críticas à prática como se realizavam aqueles exames, mas, na verdade eles se constituíram no meio então possível à sua época para disciplinar a forma de qualificação profissional. Uma outra crítica referia-se ao fato de, por ainda não existir ensino oficial, os candidatos eram compelidos a se preparar numa forma livre de ensino, com professores particulares. (SAMICO, 1992, p. 7)

O diploma de prático, que comprovassem os conhecimentos, em odontologia e farmácia foi mantido pela Reforma Leôncio de Carvalho. O já mencionado artigo 24, § 20, da Lei 7.247 permitia as mulheres realizarem os exames de verificação, além da matrícula nos cursos, e se aprovadas terem o título de cirurgiã dentista. O parágrafo 20, juntamente com outros artigos da Reforma Leôncio de Carvalho, passou a ter aplicação imediata, não necessitando de regulamentação como o restante dos artigos da reforma, conforme o aviso que o próprio ministro do Império publica em 21 de maio de 1879. A notícia do aviso do ministro, bem como quais as disposições que ele se aplicava, foram publicadas pelo **Jornal O Monitor** oito dias após o acontecido: 29 de maio de 1879¹¹⁶, na mesma data em que o

¹¹⁶ Segundo **O Monitor**, dentre outras informações: “Reforma da Instrução – por avisos do dia 21 determinou o Sr. Ministro do Império, de conformidade com a 2ª parte do art. 28 do decreto n. 7.247 de 19 de abril último, que tivessem execução desde já, por não dependerem de regulamento, as seguintes disposições do mesmo

requerimento de Balbina Rosa de Souza dirigido à Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia foi deferido.

A congregação deferiu os requerimentos de Juvêncio Jose de Rezende e D. Balbina Rosa de Souza em que pedião para fazer exame de dentistas e nomeu por escrutínio secreto os Dr ° Moura, Barão e Freitas para examinadores. (SESSÃO DA CONGREGAÇÃO...,29/05/1879).

Os referidos exames, regidos pelo Decreto de 14 de maio de 1856, exigiam dos candidatos conhecimentos práticos e os que não comprovassem competências para o exercício profissional eram reprovados, como registra o **Diário de Notícias**, de 22 de abril de 1880: “foram reprovados os dois moços que hoje na Faculdade fizeram exame para dentista.” (DIARIO..., 1880). Não eram raros os casos de reprovação, provavelmente por falta de conhecimentos, sejam estes teóricos ou práticos, pois era estabelecido um prazo mínimo para que os reprovados voltassem a fazer os exames, quiçá este intervalo de tempo permitiria a busca de preparação adequada para os exames, e o que deixa entrever a já mencionada ata da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia ao mencionar recebimento de correspondência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro informando que três candidatos haviam feito os exames para dentista e tinham sido reprovados.

Officio de 17 do corrente do Diretor da Faculdade da corte communicando que forão reprovados os dentistas Fernando S’Avily Carvalho, Miguel Perreira Nunes; (...) Adolfo M. de Mattos e Julio de Faria Paiva, aos quais foi marcado o prazo de um anno para novo exame. (SESSÃO DA CONGREGAÇÃO...,29/05/1879).

Entre maio e novembro de 1879, Balbina Rosa de Souza prestou os exames necessários, fazendo parte do conjunto de dez dentistas formados naquele ano, conforme registra doutor José Alves de Mello, responsável pela redação das memórias da faculdade do ano de 1879. Sobre o curso de Odontologia foi mencionado somente os nomes das pessoas

decreto: (...). O art. 24 §20, que permite a inscrição de matricula ou de exame aos indivíduos do sexo feminino. (...).” (O MONITOR, 29/01/1879, p. 1).

que obtiveram o título de dentista, que aparecem após a breve afirmação de que “durante o decurso do anno obtiveram o titulo de dentista 10 indivíduos.” (MELLO, 1880, p.6)

As possibilidades para que as pessoas se preparassem por conta própria para realizarem os exames de verificação, explica, talvez, parte das minhas indagações sobre o processo de formação desta dentista, pois é uma alternativa para que ela tivesse acesso aos conhecimentos teóricos da sua profissão. Em Salvador não era rara a venda de livros relacionados à área de saúde, que podiam ser encontrados tanto em gráficas como em livrarias. Nos jornais que pesquisei são vários os anúncios de venda de livros nacionais e estrangeiros destinados aos profissionais da área médica, a chamada descrita abaixo é um exemplo da estrutura destes anúncios.

LIVRARIA FRANCEZA
RUA DIREITA DE PALACIO
A PARIZ
RECEBEU AS SEGUINTEs OBRAS DE MEDICINA
Briand et Chaudé, Fort, anatomie
medicine legal.
Sedillot, medicine A. Richard, botanique
operatoire
Cazeaux, traité des Thousseaux et Pidoux, therapeutique
accouchements
Niemeyer, pathologie Nelaton, pathologie chirurgicale
interne
Milne-Eduards, zoologie A. Comte, structure de l'homme
Milne-Edwards et A. Thousseau, clinique medicale
Comte, cahier de zoologie
e geologie
A. Ganot, traité de F. Bouchut, pathologie generale
physique.
Malaguti, chinie minerale C. Morel, histologie humaine
et organique
A. Richet, traité Beclard, physiologie humaine
d'anatomie pratique
Beckuerel, hygiène. Jeannel, formulaire
Behier et Hardy, pathologie interne.

Além dos livros de medicina, recebeu a LIVRARIA FRANCEZA livros de direito, de ciencias políticas, de religião, de literatura, e as colleções de Michel Levy a 700 rs. o volume; fotografias, estampas, carteiras, tinteiros, cadernos para collegios, etc., etc. Incumbe-se de mandar vir da Europa qualquer obra; assim como recebe assignaturas para todos os jornaes francezes. (GAZETA MÉDICA..., 31 de março de 1872).

A propaganda da livraria Franceza serve de exemplo tanto sobre os prováveis tipos de leituras que agradavam o público baiano, no final dos oitocentos, como quais os títulos das publicações referentes às disciplinas médicas estavam a disposição do público leitor, este último podendo ser constituído tanto pelos estudantes como por pessoas que não freqüentavam os cursos da Faculdade de Medicina da Bahia mas que tinham interesses na área de conhecimento em questão. Se considerarmos a facilidade de acesso aos livros técnicos e que na educação feminina, tanto as dos colégios como a realizada por preceptores particulares¹¹⁷, era comum o ensino do francês, não parece inviável que Balbina Rosa tenha adquirido livros, de autores como A. Richet, Malaguti e Fort, cujas obras são respectivamente *Traité d' Anatomie Pratique*, *Chimie minerale et organique*, *Anatomie*, que lhes possibilitaram os conhecimentos teóricos necessários para que esta realizasse com sucesso o exame de verificação.

Permanecem, no entanto, interrogações sobre os conhecimentos práticos necessários para a realização do exame e as respostas para as mesmas continuam imersas na nebulosidade que envolve, muitas vezes, as experiências femininas do passado cujos registros ou vestígios não se encontram ao alcance dos (as) pesquisadores (as). Fracos *flashes* de luz podem romper esta nebulosidade, e permitir apenas a formulação inicial de frágeis conjecturas, ao direcionarmos a minha linha de raciocínio para um outro espaço dos saberes sobre cura, que

¹¹⁷ No século XIX era comum a “educação doméstica”, realizada em casa a partir da contratação de preceptoras, principalmente estrangeiras. Vasconcelos (2005) fez um estudo comparativo entre Portugal e Brasil, centrado no século XIX, sobre essa forma de educação; que é definida pela autora como: “Educação doméstica – era aquela que ocorria na Casa do aprendiz, na esfera privada, na qual os pais contratavam, mediante sua livre escolha, os mestres, os conteúdos e as habilidades a serem ensinadas a seus filhos, no tempo e disposição exclusivamente determinados pela Casa. Essa modalidade de educação tinha como agentes, já caracterizados anteriormente, os professores particulares, os preceptores, os parentes ou agregados e, ainda, padres que ministravam aulas-domésticas.” (VASCONCELOS, 2005, p. 17). Rago (2005, p. 79) e Leite (1997, p. 48-49 e 85-86) atestam a existência dessa modalidade de educação para as moças de famílias baianas abastadas, tanto no Império como nas primeiras décadas da República. É provável que Balbina Rosa tenha tido esse tipo de educação, pois a maneira como ela foi mencionada na ata da sessão da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, que julga o seu requerimento, indica que pertencia a uma família de posses: o título de “Dona” que precede o seu nome. Barman (2005), em sua biografia sobre a Princesa Isabel, ao contextualizar as relações de gênero no século XIX afirma que o distintivo “Dona” não significava estado civil e sim um predicado da posição social.

não o formal: o contato, ou mesmo o papel de auxiliar, com o exercício profissional realizado por terceiros.

Uma questão que se coloca e que reforça esta hipótese é o fato de que não era raro as mulheres assumirem as atividades comerciais e econômicas dos seus pais ou maridos por ocasião da falta destes. Registros na nossa historiografia confirmam isso, por exemplo, sobre São Paulo temos o estudo de Maria Odília Dias (1995), **Quotidiano e Poder**, que analisa o trabalho feminino, incluso o das mulheres pobres brancas, que para sobreviverem exploravam o comércio de alimentos e de pequenos itens. Andréa Lisly Gonçalves (2006) ao fazer reflexões sobre a constituição da História das Mulheres no Brasil, dedica um capítulo específico para discutir sobre temas, abordagens e fontes trabalhadas. E foi nesta parte do seu estudo que Gonçalves (2006, p. 85-137) traz a cena a atuação de Dona Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, esposa do deputado Luis Paulino d'Oliveira, representante da Bahia nas Cortes de Lisboa, que durante a ausência do esposo era responsável pela administração dos bens da família: “No caso de Dona Maria Bárbara, como também no da viscondessa do Arcozelo, como se verá – e que seria característico da aristocracia escravista brasileira –, seu mundo doméstico incluía a supervisão da propriedade e o ‘governo dos escravos’, sobretudo na ausência do marido.” (GONÇALVES, 2006, p. 103)

O caso de Maria Bárbara ilustra as décadas da primeira metade do século XIX. Na segunda metade dos oitocentos, na Bahia, pode-se utilizar como exemplo as experiências de Francisca Rosa Barreto Prager, Raymunda Porcina de Jesus e a viúva Estebenet. Ao analisar a trajetória de Francisca Prager Fróes, Juliska Rago (2005) dedica um capítulo do seu estudo as experiências da progenitora da referida médica baiana. Francisca Rosa Barreto Prager que, com a morte do pai e do irmão, juntamente com a mãe teve que administrar os bens familiares: “herdeiras de terras, dos escravos e de uma fábrica localizada no mesmo local, tiveram de assumir, de modo inesperado, a administração dos negócios da família.” (RAGO,

2005, p. 46). Ao situar as experiências de Francisca Rosa no contexto baiano, Rago (2005) afirma que não era tão raro o fato de mulheres assumirem a gestão de bens familiares na ausência de um membro masculino da família, ou ainda na incapacidade deste em fazê-lo: “A perda ou a ausência do *pater família* – ou, na falta deste, do primogênito – acarretava, em muitos casos, mudanças significativas na condição feminina. Temos notícia de que, na região do Recôncavo Baiano, muitas mulheres tiveram acesso à posição de mando, levadas pelas condições de viúvas, ou mesmo em consequência da ausência prolongada do marido. (RAGO, 2005, p. 47)”.

Ao discurso de Gonçalves (2006) e Rago (2005), somo o de Silmária Souza Brandão (2007) e a experiência da viúva Estebenet. Silmária Brandão (2007) ao estudar a atuação feminina na praça comercial soteropolitana nas quatro primeiras décadas da segunda metade dos oitocentos, traz à cena a primeira empresária musical baiana: Raymunda Porcina de Jesus. Por meio da análise documental, principalmente de inventários, foi possível a Brandão (2007, p. 117-119) construir o perfil dessa baiana: mulher de posses que morreu solteira aos 62 anos, sem deixar herdeiros. A sua fortuna não veio somente do comércio no ramo de alimentação (taberna), mas também das rendas que aferia da propriedade “de uma filarmônica composta de negros, conhecida como a Banda da Chapadista. As exibições de escravos músicos denotavam para os senhores distinção e poder” (BRANDÃO, 2007, p. 117), além de renda.

Numa tentativa fictícia de fazer uma viagem a este cenário, imagino que os instrumentos da Banda da Chapadista, ou os produtos de manutenção destes, poderiam ter sido adquiridos em uma loja de variedades situada na Rua d’Alfandega número 50 e de propriedade da viúva Estebenet. É provável que a viúva Estebenet tenha herdado o comércio de seu marido e na falta de um outro membro masculino da família para assumir o negócio, ela teve que fazê-lo. E em 1888 anuncia no **Jornal Diário de Notícias** a variedade de produtos disponíveis no seu estabelecimento.

VIUVA ESTEBENET
50 – Rua d'Alfandega – 50

Apparelhos de electro-plata para chá e café.
Galheteiros de electro-plata com e sem tampa.
Canecas e copos do mesmo metal.
Bules e assucareiros de metal polido para chá e café.
Machinas para café, de todos os modelos.
Instrumentos cirúrgicos.
Machinas electricas, de Gaiffe, thermometros etc.,
Colheres e garfos de todos os tamanhos, do fabricante potosi.
Facas para meza com cabos de ébano, búfalo, marfim, etc.
Sortimento, sem igual, em caixas com compassos.
Idem, idem, idem, em esquadros, tés, réguas, etc.
Thesouras para unhas, costuras, cabelo, papel e outros misteres.
Óculos e lunetas de todas as formas e qualidades.
Variado sortimento em arreios inglezes.
Idem, idem em carteiras de couro da Rússia, para dinheiro.
Idem, idem em ornamentos para Igreja.
Rua d'Alfandega n. 50, junto ao Elevador. (DIARIO DE..., 5/11/1888)

Pela exposição feita nas linhas anteriores, percebe-se que as mulheres podiam assumir atividades financeiras com o intuito de sobreviver de forma honesta. Penso que os conhecimentos para realizar estas atividades foram adquiridos a partir do convívio com as mesmas. É chegado o momento de unir as pontas das linhas que formam os elos da minha versão para o pedido de exame para obtenção do titulo de cirurgiã dentista feito por Balbina Rosa de Souza.

O convívio com as atividades profissionais de um cirurgião dentista, provavelmente seu pai e/ou irmão visto que parto do pressuposto de que era solteira por ocasião do exame na Faculdade de Medicina da Bahia e, a partir do final do século XIX, como veremos no decorrer deste capitulo não foi rara a convivência com as atividades profissionais dos pais e/ou irmãos influenciarem a escolha profissional de algumas odontólogas, farmacêuticas e médicas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia, possibilitou a esta baiana experiências profissionais (saberes e práticas) e uma atuação enquanto leiga, o que lhe garantiria o sustento na ausência de um provedor.

A atuação para aqueles que não tinham as cartas de registro profissional era difícil e conturbada, a isto soma-se o fato de uma mulher exercer uma atividade que esperava do seu

executor coragem e mão cruel, além do imaginário de que essa devia gostar de ouvir, apesar de se fingir de surda e ser discreta, “um murmúrio de amor a seus pés, e nunca a gritaria selvagem do cliente antanho com dores de dentes impossíveis e cuja única terapêutica era a extração sem anestesia” (RABELLO, GODOY, PADILHA, 2000). Possivelmente ao se movimentar entre o tratamento destinado aos que não possuíam uma carta profissional e as idéias acerca de uma mulher dentista, enfrentando os reveses entre o “proibido” e o “permitido”, Balbina encontrou na Reforma Leôncio de Carvalho o amparo legal para a sua profissão, a exemplo das médicas e das farmacêuticas.

Não é esdrúxulo enveredar por este raciocínio na tentativa de reconstruir as experiências que levaram a Balbina Rosa de Souza procurar a legitimação da sua escolha profissional por meio da obtenção da carta de prática em cirurgia dentária, fornecida pela Faculdade de Medicina da Bahia, uma vez que não podemos ignorar as várias vozes femininas que nos falam de um cotidiano complexo e dinâmico, cujas tramas formadas pelas estratégias, permutas, acordos, embates, sutilezas masculinas e femininas, chegam até nós por meio de pequenos fiapos e vão expressando o quanto era tênue a linha entre o “permitido” e o “não permitido”, o “possível” e o “não possível”, e, principalmente, a mobilidade dos indivíduos entre estes dois campos. Ignorar este cenário é correr o risco de não escutar as fracas, mas presentes, vozes de Balbina e Leonor acerca das possibilidades de práticas formais e informais de cura e prevenção da saúde em um mundo definido, por uma visão androcêntrica, *a priori* como masculino. Em suma, no dia 11 de novembro de 1879, Balbina teve a sua carta de odontóloga registrada pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Registro da carta de D. Balbina Rosa de Sousa.

Império do Brasil, Diploma de Dentista. A Faculdade de Medicina da Cidade da Bahia considerando que a s[enho]ra D [ona] Balbina Rosa de Sousa natural da Bahia, filha de Luis Soares de Sousa nascida no dia 2 de dezembro de 1843, foi examinada e aprovada na arte de dentista lhe mandou passar este título, com o qual gozará das prerrogativas que as Leis do Império outorgão (...) de sua profissão. Eu o D[outo]r Itamar de Aquino Gaspar, secretario interino da mesma Faculdade, o subscrevi: Bahia 11 de novembro de 1879. O vice Diretor da Faculdade, D[outo]r Francisco Rodrigues da Silva. O Secretario Interino da Faculdade D[outo]r Itamar

de Aquino Gaspar. N[umer]o 570 (...) pagou dois mil réis de emolumentos. Recebedoria da Bahia 11 de novembro de 1879. Daltro Araújo n[umer]o 8 (...) Pagou dois mil réis de sello. Recebedoria da Bahia 11 de novembro de 1879. Daltro Araújo.

Se não fosse por Leonor dos Santos, Balbina Rosa de Souza seria a primeira brasileira a ter um diploma equivalente ao nível superior¹¹⁸. Saffioti (1969, p. 215) afirma que somente em 1881 “registrar-se-ia a primeira matricula feminina em um curso superior”. Ela se refere a Ambrosina de Magalhães que se matriculou no curso de Medicina da Faculdade de Rio de Janeiro, mas que só cursou os três primeiros anos, não concluindo o curso. Alias, ao mencionar a inserção das mulheres nos cursos superiores, no século XIX, só se considerou o de Medicina. Os cursos de Farmácia e Odontologia foram relegadas às margens, mesmo sendo nesta última profissão, cujo exercício legal dependia de diploma expedido pelas Faculdades de Medicina, onde encontraremos a participação feminina antes da Reforma Leôncio de Carvalho, conforme vimos no capítulo anterior.

Enfim, durante o intervalo de tempo que compreende a Reforma Leôncio de Carvalho e a separação dos cursos de Farmácia e de Odontologia da Faculdade de Medicina da Bahia, encontrarei o registro da presença de 412 (quatrocentos e doze) mulheres que concluíram os cursos superiores oferecidos pela Faculdade de Medicina da Bahia. Um número insignificante se comparado ao total de medicas e dentistas formadas nos Estados Unidos, apresentado no **Jornal Cidade do Salvador**. Nos Estados Unidos da América, em três décadas (1870, 1890, 1899) teremos um total de 12.553 (doze mil quinhentos e cinqüenta e três) profissionais da área de saúde (dentistas e médicas), aumentado para 13.237 (treze mil duzentos e trinta e sete) se considerarmos as legistas¹¹⁹; enquanto que na Faculdade de Medicina da Bahia no mesmo período (1870 a 1899) teremos a formatura de 09 (nove) profissionais da área médica (farmacêuticas, odontólogas e médicas).

¹¹⁸ O curso de Odontologia, cuja instituição inicia-se com a Reforma Leôncio de Carvalho e finaliza-se com a Sabóia, tinha o status de superior (SANTOS FILHO, 1991b, p. 101-2)

¹¹⁹ O trecho do artigo que contém estes dados foi transcrito no primeiro capítulo.

Confirmando-se neste intervalo a predominância de escolhas pela medicina em detrimento da opção, estratégicas ou não, pelos cursos de farmácia e odontologia como se confirma ao verificar os números por curso de forma isolada: Medicina (06); Farmácia (02); Odontologia (01). Como já mencionei anteriormente¹²⁰, as medicas foram às únicas lembradas pela **Gazeta Médica da Bahia**, no início do século XX, quando esta faz uma relação das mulheres formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia. Farmacêuticas e Odontólogas são apagadas. A invisibilidade destas profissionais foi causada talvez pela visão setORIZADA das categorias funcionais; isto é, os médicos se consideravam no topo da pirâmide formada pelos profissionais que atuavam na área de saúde. Fonseca (1893), ao escrever sobre as atividades nos cursos, no ano em questão, nas **Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia**, evidencia o fato dos cursos de Farmácia e Odontologia não terem o mesmo prestígio do de Medicina.

O pouco prestígio da Odontologia, segundo Figueiredo (2007), devia-se ao fato deste ser uma arte manual e que envolvia a “carne e o sangue” (FIGUEIREDO, 2007, p. 128), ou seja, ligava-se ao mundo das coisas tidas como impuras. Carvalho (2003), ao estudar a instituição da odontologia no Brasil, fez as mesmas observações que Figueiredo além de acrescentar que na escala de prestígio o dentista e depois o cirurgião dentista ficava em último grau em relação à Farmácia e Medicina.

Da parte dos homens livres que aqui viviam, os ofícios de dentista e de sangrador não eram atrativos, exatamente pela sua baixa posição social, sendo melhor, na escala social a opção pelo ofício de cirurgião. Uma análise dos tipos de praticantes dos ofícios da arte de curar, nessa primeira metade do século XIX, sugere uma certa hierarquia social, com os barbeiros, sangradores e dentistas possuindo um status social mais baixo que o dos cirurgiões, e estes mais baixo do que farmacêuticos e médicos. Essa hierarquia vai se perpetuar por todo século XIX, acentuando a diferença entre cirurgiões e barbeiros, pela aproximação dos primeiros aos médicos. (CARVALHO, 2003, p. 104).

Se o baixo *status* da cirurgia dentária era devido ao tipo de ofício, manual e envolvendo sangue, o de farmácia por causa da sua identificação como uma arte

¹²⁰ Capítulo II.

complementar à medicina. Preparar os medicamentos necessários para efetivar a cura era uma função do médico além do diagnóstico da doença. A separação da arte de curar iniciou-se a partir do século VIII, quando os médicos começaram a comprar os remédios de que necessitavam em vez de prepará-los. (MARQUES, 1999).

Assim os médicos foram abandonando lentamente a tarefa de preparar os medicamentos. E os farmacopóles tornaram-se os farmacêuticos de farmácia. (...). Vale notar, no entanto, que a preparação e a venda do medicamento adquirem status menor e subserviente ao serem caracterizadas como atividades mecânicas. Os médicos, ao não conseguirem mais realizar o processo de cura por inteiro, vendo-se compelidos a dividi-lo, abrem mão da preparação do medicamento. Estigmatiza-se, porém, a parte do trabalho que deixou de ser de sua competência. (MARQUES, 1999, p. 161).

O estigma criado para a farmácia foi de que era “a cozinha da medicina”, assim caberia a este profissional “a função de ‘cozinhar pra os médicos’,” (MARQUES, 1999, p. 157). É justamente devido a este imaginário que a presença feminina foi aceita sem muitas resistências, como não aconteceu com a medicina, pois como afirma Schiebinger (2004, p. 346): “Não se surpreende que a botânica fosse considerada apta para as mulheres, pois – como a farmácia [grifo meu] – estava estreitamente unida (e delas haviam se originado) à cura por meio de ervas e a jardinagem, terrenos a que as mulheres se dedicavam há muito tempo”.

O imaginário acerca da posição menor da odontologia e da farmácia persistiu no Brasil do século XIX. Maria Aparecida Pourchet Campos (1966) escreveu a história da Farmácia no Brasil, em **Perfil do Ensino Farmacêutico**, baseada nas legislações e em registro sobre o ensino dessa ciência a partir de 1832, e revela que devido ao fato deste ser um curso tido como preparatório para o de Medicina, o Decreto 849 de 31 de maio de 1856 permitiu aos discentes do segundo ano de Farmácia efetuarem matrícula no curso de Medicina.

A duração do curso era a mesma anterior, ou seja, três anos. Considerando o curso de farmácia da época como verdadeiro “preparatório” ao curso médico, o Decreto 849 de 31 de maio de 1856 autorizou os alunos dos cursos farmacêuticos a se matricularem no 2º. Ano do curso de médico, ou , mesmo no 3º. Se realizassem determinados “preparatórios”. (CAMPOS, 1966, p. 24)

Segundo a mesma autora os Decretos que se seguiram até o de 1891, não apresentaram grandes mudanças na estrutura do ensino de farmácia. O que sugere que esta tenha sido a brecha que Gláfira utilizou para se formar em Medicina após seis meses de se graduar em farmacêutica. Fica a dúvida se este foi o caso. Isso não inválida, no entanto, o fato de que a visão setorizada em relação aos farmacêuticos e odontólogos perpassou a redação do artigo da **Gazeta Médica da Bahia**, onde nem mesmo a dupla formatura de Gláfira Corina de Araújo – primeiramente em farmácia em outubro de 1892, apesar de no mesmo ano graduar-se também em medicina – foi mencionada, revelando a hierarquia de *status* existente entre os vários cursos baianos da área biomédica que pode ser analisada por uma ótica de gênero na medida em que se identificam as concentrações femininas em cada curso, relacionando-as com as representações construídas acerca de cada um deles.

As práticas setorizadas da medicina em relação à farmácia e odontologia somada a uma compreensão sexista de ciência produziram no interior da Faculdade de Medicina da Bahia a segregação territorial. Eulália Sedeño (2001) ao analisar de que forma as concepções de gênero estão imbricadas na constituição das instituições que se dedicam ao fazer científico, ao longo da história da ciência, elabora os conceitos de *discriminação territorial e hierárquica* para explicar tal fenômeno:

Por exemplo, se comprovou como as mulheres dedicam-se a determinadas disciplinas consideradas “mais” femininas (discriminação denominada territorial) e como ocupam os lugares mais baixos do escalão profissional (discriminação hierárquica), uma vez que se constata que o prestígio de uma disciplina é inversamente proporcional ao número de mulheres que a praticam. (SEDEÑO E., 2001, p. 23)¹²¹

¹²¹ Tradução livre minha de: “Por ejemplo, se ha podido comprobar cómo las mujeres suelen dedicar-se a determinadas disciplinas consideradas más ‘femeninas’ (discriminación denominada territorial) y cómo ocupan los lugares más bajos del escalafón profesional (discriminación jerárquica), a la vez que se constata que el prestígio de una disciplina es inversamente proporcional al número de mujeres que la practican” (SEDEÑO E., 2001, p. 23).

Estes não são conceitos exclusivos de Eulália Sedeño (2001), uma vez que outras estudiosas feministas da ciência, ao analisarem de que maneira as relações de gênero estruturam essa última, chegam às mesmas conclusões da feminista espanhola. Exemplo é o caso de Schiebinger (2001), que ao dialogar com outras especialistas, constata no contexto norte-americano as mesmas características apontadas por Sedeño para o europeu. Há, no entanto, algumas diferenças entre estas duas autoras: a nomenclatura que Schiebinger (2001) utiliza é diferente da de Eulália Sedeño (2001), apesar de o conceito ser o mesmo. Aquela utiliza “segregação” em vez de “discriminação”.

No início da década de 1980, Margaret Rossiter propôs dois conceitos para compreender a massa de estatísticas sobre mulheres na ciência e as desvantagens que as mulheres continuam a sofrer. O primeiro ela denominou segregação hierárquica, o conhecido fenômeno pelo qual, conforme se sobe a escada do poder e prestígio, cada vez menos rostos femininos são vistos. (...) Rossiter discutiu também “segregação territorial” ou como as mulheres se agrupam em disciplinas científicas.” (SCHIEBINGER, 2001, p. 76-77)

Optei por utilizar “segregação” em vez de “discriminação”, pois o primeiro termo me parece mais adequado ao universo do meu estudo uma vez que além da discriminação houve a segregação, implicando em criação de “guetos”. A aplicação destes conceitos, contextualizados, se justifica quando é o caminho para explicar a presença feminina nos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, pois a partir da sua utilização é possível ver além do número crescente de mulheres naquela instituição, o que de forma simplista levaria a uma interpretação de que o crescente processo de feminização dos seus cursos significou uma ruptura do mundo masculino da biomedicina na Bahia.

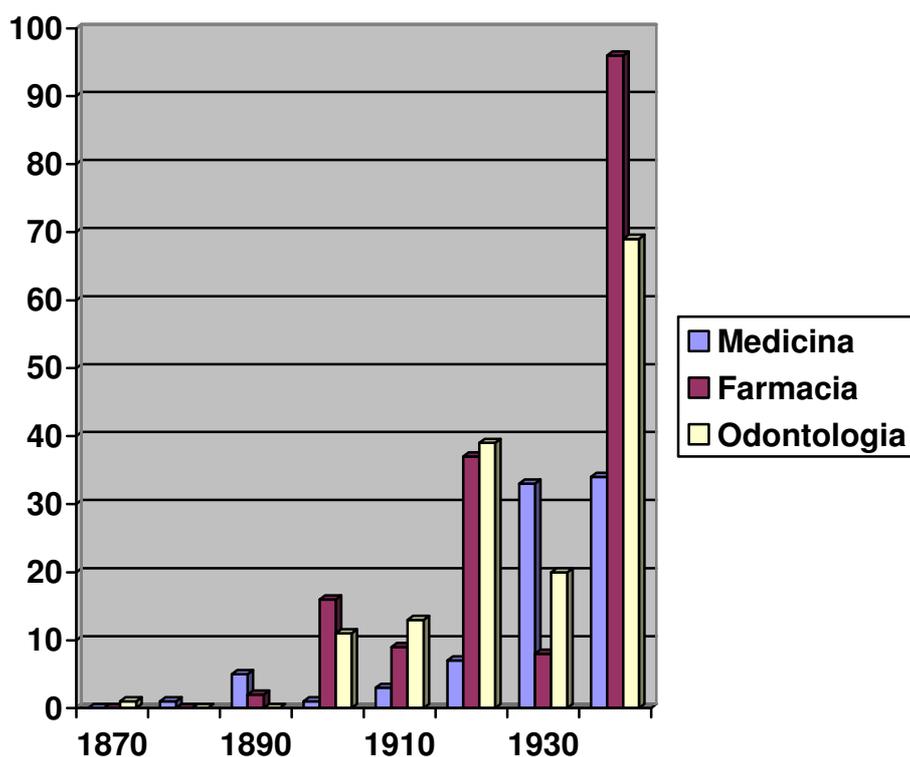
É preciso ir além da cifra numérica. É necessário verificar os valores sociais atribuídos a estes cursos ou mesmo às especializações dentro da área de saber. A partir do “matrimônio metodológico” entre quantitativo e qualitativo, proposto por Poncela (1998, p.167), a presença feminina nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia ganham um outro sentido e caracterizam bem a afirmação de Adriana Vallejos, Silvia Yannoulas, Zulma Lenarduzzi e

Syomara Deslandes Tindera (2003) que a exclusão das mulheres, das instituições responsáveis pela produção formal dos saberes, bem como o exercício profissional daí resultante, “não se efectua mais pela limitação no ingresso, mas pela transferência a seu interior” (VALLEJOS e outras, 2003, p. 288).

Em outras palavras, a exclusão evidenciada pela proibição de acesso às universidades não deixa de existir no momento em que as mulheres adentram este espaço, ela apenas muda de direção, na medida em que a exclusão se fez presente no interior deste espaço com a criação de “guetos”. Assim, a segregação territorial e hierárquica, são os aspectos visíveis da performance da exclusão feminina na ciência e na medida em que estavam presentes na estruturação do mundo biomédico baiano, no período que compreende meu estudo, é um indicio de que não houve o rompimento da sua classificação como masculino, mas apenas o *acomodamento* da presença feminina no seu interior.

A segregação territorial torna-se visível nos números de formadas em cada curso. O universo feminino que frequentou os cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia, no período aqui trabalhado, encontrou a sua maior representatividade no curso de Farmácia com um total de 168 (cento e sessenta e oito) formaturas femininas, seguido por Odontologia, que fica em segundo lugar com um número de 160 (cento e sessenta), e por Medicina com um total de 84 (oitenta e quatro).

GRAFICO I
CONCENTRAÇÃO FEMININA NOS CURSOS SUPERIORES DA
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA – 1879/1949



Fonte: Livro Índice de Graduados (1808-1939); Livros de Registro de Diploma (1940-9)

As representações de gênero da sociedade baiana do período estavam presentes na Faculdade de Medicina da Bahia e mesclavam-se com as imagens de cada curso, isto é perceptível quando nos dados apresentados no Gráfico I encontramos em Farmácia e Odontologia 76,09% do universo constituído entre 1879 e 1949, cuja dimensão equivale a 412 (quatrocentos e doze) mulheres. Essa não é uma característica exclusiva dos cursos da instituição baiana, a partir de 1930, no Brasil, houve um progresso na formação superior feminina em áreas específicas como as ligadas ao magistério enquanto que nas áreas médicas houve uma concentração em Farmácia e Odontologia (BESSE, 1999, p.128-9).

A presença feminina nas profissões liberais, nas décadas de 1930 e 1940, também foi estabelecida de acordo com os estereótipos de gênero vigente. As mulheres, em sua maioria, dirigiam-se para as licenciaturas, das recém-criadas Faculdades de Filosofia; pois, o ato de ensinar era compreendido como uma atividade própria para elas devido as suas características

e funções “inatas”. Passos (1999), no entanto, revela que mesmo no interior destas instituições havia uma hierarquia de gênero que estruturou desde as escolhas pelos cursos, até mesmo as atividades desenvolvidas. Os poucos homens, que fizeram a Faculdade de Filosofia da Bahia, optavam por Filosofia, Química e Física; ou seja, “identificavam-se com os cursos da área das ciências, da pesquisa, da abstração, e as mulheres com os que levassem ao ensino, cuidar e a ajudar no crescimento do outro”. (PASSOS, 1999, p. 133).

A concentração feminina nos cursos da Faculdade de Filosofia, cuja uma das finalidades era a formação de docentes, de São Paulo, nas décadas finais da primeira metade dos novecentos, foi objeto de discussão do artigo “A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero” (TRIGO, 1994). Pela leitura comparativa de Passos (1999) e Trigo (1994), chego à conclusão, não tão nova, de que esta especificidade das referidas instituições em ter um público eminentemente feminino, característica que atribuiu à instituição baiana, no período, a pecha de “a faculdade de saias” (PASSOS, 1999), foi reflexo da influência que os estereótipos de gênero tiveram nas escolhas profissionais dessas mulheres.

Nem todas que freqüentaram cursos universitários o fizeram nas Faculdades de Filosofia; houve aquelas que buscaram a formação em cursos das áreas de prestígio como a biomédica e a jurídica. Como pontuado no Gráfico I, foi no intervalo temporal das décadas de 1920 e 1940, que encontrei um maior número de mulheres nos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, precisamente em Farmácia e Odontologia. Situação que se estende para o Brasil, conforme índices analisados por Besse (1999, p. 128-9) e por Saffioti (1969, p. 234), para quem “a mulher não havia, realmente, penetrado nas escolas superiores, em números significativos, até 1930”.

A hierarquia de gênero na escolha da formação não se revelou, especificamente na área biomédica, não só pelo pequeno número de mulheres naquele universo, mas também

pelas sub-áreas específicas de formação (medicina, farmácia e odontologia) em que encontrei estas mulheres. A segregação territorial é notável e justificável ao se pensar que eram profissões a que se atribuíam relações com o feminino, como pontuei anteriormente, e de pouco prestígio, desde o século XIX. A inserção destas mulheres no espaço da biomedicina, foi direcionada em sua grande maioria para áreas que possuíam identificação com o “ser feminino” – farmácia e enfermagem¹²² - ou de pouco prestígio como a odontologia. Esta foi uma conclusão a que chegou Saffioti (1969) ao procurar explicar a concentração no curso de Farmácia, em São Paulo, para as décadas de 1930 e 1940:

A maior concentração feminina nesses ramos do ensino, notadamente no ramo farmacêutico, encontra explicações no processo de desvalorização social sofrido pela profissão de farmacêutico. Na verdade, o farmacêutico só tem conservado suas funções tradicionais nas pequenas comunidades onde o médico inexistente ou onde o nível de salários é suficientemente baixo para impedir que os pacientes se dirijam a um facultativo ou, ainda, onde persistem as tradições que envolviam a personagem do boticário. É muito provável que o referido desprestígio em que caiu a profissão de farmacêutico, transformando este em vendedor de remédios industrializados, seja o fator grandemente responsável pela penetração do elemento feminino neste setor ocupacional. Este argumento parece ser corroborado pelo fato de que a procura desse ramo de estudos por parte do elemento masculino era reduzidíssima em face da procura dos cursos de medicina, não chegando a procura daqueles a representar sequer 14,0% da procura destes. (SAFFIOTI, 1969, p. 233)

As observações feitas por Saffioti (1969, p. 233) também foram realizadas por Hahner (2003, p. 198), que justificou a concentração feminina nos cursos de Farmácia e Odontologia afirmando que: no primeiro era devido a perda de prestígio deste; no segundo, a cirurgia dentária, era porque “as mulheres podiam praticar em abandonar os serviços domésticos”. Os cursos mencionados não apresentavam discordâncias aparentes com os estereótipos femininos: um não tinha prestígio e estava relacionado com o mundo doméstico; o outro não atrapalhava os desempenhos femininos na vida doméstica.

As explicações que apontam para a concentração da presença feminina nestes cursos, majoritária em relação ao de medicina, podem ser utilizadas como exemplo da forma como a Teoria da Complementaridade, como vimos anteriormente, continuou a atuar para além do

¹²² A atuação e formação feminina em enfermagem foi objeto de análise de Elizete Passos, em **De Anjos a Mulheres** (1998).

início do século XIX e do acesso feminino à área biomédica, pois aquela “ensinava que alguns campos científicos eram mais adequados para as mulheres” (SCHIEBINGER, 2004, p. 344). E foram para os cursos de farmácia e odontologia que as mulheres, em sua maioria, se dirigiram; demarcando explicitamente como a exclusão feminina se manteve nesta área do saber: segregação territorial. A segregação territorial como uma expressão da forma pela qual as concepções e relações entre gênero e ciência estruturaram os cursos da área de biomedicina, perpetuando a exclusão, não foi um fato isolado da Bahia e do Brasil, encontra-se presentes em outros países, ao longo do século XX, como pontuam Pillar Ballarin, Margarita M. Birriel, Cândida Martinez e Tereza Ortiz (2000) ao analisarem como o trabalho na área de saúde pública (que elas denominam de sanitárias) esteve e está estruturado a partir dos estereótipos de gênero.

Uma das primeiras profissões de formação universitária a que as mulheres acenderam no século XIX é a medicina, apesar das resistências na maioria dos países europeus. (BONNER, 1992). (...) Uma olhada no setor sanitário a partir de uma perspectiva de gênero, permite exemplificar bem as políticas sexuais que envolveram a atividade profissional e a importância dessas na organização atual do sistema, onde a segregação sexual e a discriminação das mulheres, declarada ou implícita, tem sido a norma. O termo profissões sanitárias engloba todas aquelas que desenvolvem atividades relacionadas com a saúde das pessoas, como o caso do partejo, enfermagem, fisioterapia, medicina, farmácia, odontologia ou veterinária. Em todos os países europeus a participação feminina nessas profissões foi crescendo ao longo do século XX até se situar em 70% nos anos vinte ou trinta, uma porcentagem que continuará aumentando até o momento presente. Porém como acontece para o conjunto das atividades remuneradas, a participação feminina nestas profissões está marcada por dois processos que têm coexistido no tempo: a exclusão durante séculos das mais qualificadas (medicina, farmácia, odontologia e veterinária) e a segregação no resto, uma segregação que tem funcionado não só limitando-as a outras profissões (enfermagem e partejo) que são marcadas como femininas, mas gerando especialidades dentro das tradicionalmente masculinas em forma de especialidades ou tipos de prática. (BALLARIN e outras, 2000, p. 26 -27)¹²³

¹²³ Tradução livre minha de: “Una de las primeras profesiones de formación universitaria a al que acceden las mujeres en el siglo XIX es a la medicina, en medio de tremendas resistências en la mayoría de países de Europa (BONNER, 1992). (...). Una mirada al sector sanitario desde una perspectiva de género, permite ejemplificar bastante bien las políticas sexuales que han tenido lugar dentro de la actividade profesional y la importancia de tales políticas en la organización actual del sistema, en el que la segregación sexual y la discriminación de las mujeres, abierta o implícita, han sido la norma. Bajo el término de profesiones sanitarias englobamos a todas aquellas que desarrollan un actividade de algún modo relacionada con la salud de personas, como es el caso de la matronería, enfermería, fisioterapia, medicina, farmacia, odontología o veterinaria. En todos los países europeos la participación en ellas de las mujeres va ascendiendo a lo largo del siglo XX hasta situarse en un 70% en los años veinte o treinta, un porcentaje que continuará en aumento hasta el momento presente. Pero como sucede para el conjunto de la actividade laboral remunerada, la participación femenina en estas profesiones está marcada por dos procesos que han coexistido en el tiempo: su exclusión durante siglos de las más cualificadas (medicina, farmacia, odontología, veterinaria) y su segregación laboral en el resto, una segregación que ha funcionado no sólo limiándolas a otras profesiones (enfermería o matronería) que son marcadas como femeninas, sino

Voltemos à Bahia, no Gráfico I é visível uma oscilação crescente do número de formaturas, sendo que a partir da década de 1930 houve uma oscilação menor, chegando quase a uma constância em relação ao período posterior. Verifica-se, portanto, que apesar da Reforma Leôncio (1879) permitir o acesso feminino nos cursos superiores, somente a partir do início do século seguinte é que verifiquei um número expressivo, considerando o universo estudado, de mulheres, o que suscitou a necessidade de refletir sobre o que teria incentivado um aumento da busca feminina por estes cursos.

Não podemos deixar de considerar que no período em questão situa-se entre o denominado processo de modernização das grandes cidades do país, que compreende desde uma reestruturação arquitetônica até a mudança de comportamentos, e a intensificação do movimento feminista, com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que dentre outras coisas dava prosseguimento às reivindicações por educação feminina. O cotidiano feminino, em proporções diferenciadas, foi afetado por estas transformações.

Ao destacar que a capital soteropolitana “não se integrou de imediato nesse processo” de modernização por que passou outras localidades do Brasil, desde os finais do século XIX, Leite (1997, p. 74) pontuou que este foi um empreendimento pensado pelas elites intelectuais, onde a educação era um dos pontos principais: “Qualquer possibilidade de mudança na sociedade estava associada à modificação da educação intelectual, moral e cívica, não das ‘massas ignorantes’, mas de todos aqueles empenhados em elevar-se ao mundo civilizado” (LEITE, 1997, p. 75).

As mulheres continuavam, nesse projeto, nos tradicionais papéis de mães e esposas, de moralizadoras da sociedade, e a educação, inclusive a que possibilitava uma profissão, foi pensada e defendida com este intuito. Leite (1997, p.94-109) ao apresentar e analisar o

generando espacios dentro de las de tradición masculina en forma de especialidades o tipos de practica.” (BALLARIN e outras, 2000, p. 26-27)

imaginário republicano baiano, acerca da educação feminina, trabalha a palestra (1913) da professora Cordula Spinola como um exemplo desta questão:

Na memória apresentada, propugnava-se “a abertura de escolas profissionais, onde a educação marche de acordo com as exigências da sociedade actual”, o que contribuiria sobremaneira para o equilíbrio feminino, pois o conteúdo ministrado nestas escolas normais não prejudicaria as funções da mãe e da esposa. A professora afirmava ainda que a degradação moral da mulher, bem como a sua falta de autonomia na sociedade, decorriam da falta de instrução profissional, já que “a mulher no Brasil, embora bem instruída, é quase sempre rica de theorias e paupérrima na pratica do trabalho da vida”. As idéias finais do trabalho de Cordula Spinola resumem as argumentações presentes nos discursos de vários intelectuais do período que pensaram e escreveram sobre a mulher. Entretanto, existiram algumas diferenças marcantes no pensamento da professora que, além de criticar a exclusão social da mulher, dava ênfase ao processo de autonomia econômica, obtida através de uma profissão. (LEITE, 1997, p. 104-105).

A fala da referida docente, por intermédio da voz de Márcia Barreiros Leite, salientou uma outra faceta do cotidiano feminino na capital baiana: o trabalho remunerado fora do lar para as mulheres da classe média e da elite, uma vez que as pobres – em sua maioria mestiças e negras – já trabalhavam fora dos muros do espaço doméstico desde o período colonial. Assim,

O projeto e as idéias educacionais dirigidas às mulheres constituíam apenas uma face da construção de uma cultura feminina de elite na Bahia republicana. Outras formas de socialização, como o trabalho e o lazer, vão evidenciar a dialética dos papéis sexuais e as múltiplas relações entre os gêneros nos diversos espaços sociais. (LEITE, 1997, p. 109).

O exercício profissional feminino nas décadas intermediárias da primeira metade do século XX, foi também um assunto abordado por Maria Amélia Almeida (1986) que, ao analisar o contexto de constituição da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, apresentou uma comparação entre índices sobre a presença das baianas no setor terciário, que de quase 3% (três pontos percentuais), em 1920, aumentou para 15% (quinze pontos percentuais), em 1940. Apesar de indicar o aumento de quase 12% (doze pontos percentuais) em duas décadas, sinalizando que “a profissionalização da mulher e sua participação nas chamadas atividades produtivas era contudo inexpressivas no contexto da cidade, durante toda a primeira metade deste século “ (ALMEIDA M., 1986, p. 47), suas reflexões são insuficientes para explicar os

fatores que ocasionaram o crescimento destes índices. Ela apenas relaciona o baixo percentual feminino ao fato de que “o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, elemento incentivador e desencadeador desses processos no meio urbano, encontrava-se ainda num estágio incipiente e parecia não demandar tanto por braços femininos” (ALMEIDA M., 1986, p. 47).

Foi em notícias publicadas pelo **Jornal A Tarde**, especificamente em 1917, e nas vozes de Maria Luiza Bittercourt, Lili Tosta e de Leda Ferraro que encontrei indicativos do que teria ocasionado o aumento desses índices e o direcionamento, “no final da década de 40”, das mulheres de classe média e da elite, “de forma acentuada para atividades do setor terciário” (ALMEIDA M., 1986, p. 47), facção do mercado de trabalho onde se encontram as profissões liberais como medicina, farmácia e odontologia.

A feminista baiana entusiasmada como “a invasão victoriosa da mulher em todos os campos de actividade” (BITTENCOURT, 26/3/1931, p.2), afirmou que tal fato era reflexo do desenvolvimento das idéias feministas que já existiam na capital baiana. Concordo com essa afirmação, idéias feministas já estavam em atuação em Salvador desde a segunda metade do século XIX e tiveram um reforço a partir das primeiras décadas do XX como demonstram os artigos de Francisca Prager Fróes e até mesmo aqueles que, por serem contrários a essas idéias, negam a existência das reivindicações pelos direitos políticos. Por ocasião da apresentação do projeto do deputado Mauricio Lacerda que previa o voto feminino, o **Jornal A Tarde**, diante dos constantes artigos, fruto de enquêtes feitas de janeiro a julho de 1917 aos seus leitores (as), chegou à conclusão, ao encerrar o plebiscito, de que na Bahia não havia adeptos ao feminismo. Vejamos em que o periódico baseou-se para fazer tal afirmação:

É o que se pode concluir, computadas as opiniões que a “A Tarde” tem recebido a propósito do projeto Mauricio de Lacerda, concedendo o direito de voto às mulheres brasileiras. De todos os ângulos do Estado, mãos mimosas de gentis patrícias tiveram a gentileza de traçar o seu voto para o plebiscito desta folha, que, infelizmente, devido à angustia de espaço não pode a todos registrar. (O PLEBISCITO..., 20/07/1917)

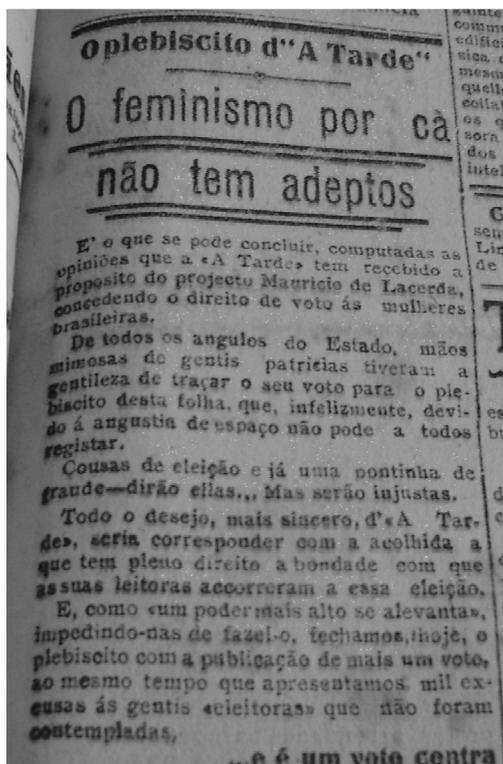


Fig. 1 (A TARDE, 20/7/1917,p.3)

As cartas das leitoras se posicionando acerca do referido projeto foram os dados que levaram a conclusão do periódico baiano. Havia resistências ao exercício de atividades e funções femininas que não fossem as de esposa e mãe, mas não podemos ignorar que a exposição pública desses posicionamentos ocorre pela existência do fato de que novas idéias acerca dos papéis e atividades femininas estavam em circulação e que as ações resultantes dessas não eram tão invisíveis.

E nega-las, então, pode ser compreendido como uma ação feita com uma forma de neutralizá-las ou ainda de chamar atenção para elas. Qual das duas alternativas corresponde ao objetivo do periódico ter feito esta chamada para o artigo que divulgaria a última das respostas ao seu plebiscito e que o encerraria não me é possível afirmar. Fica, no entanto, a questão para reflexão e posteriores posicionamentos, assim como permanece a certeza de que táticas foram empreendidas para burlar essas resistências.

Quem nos dá um exemplo é Lili Tosta, quando em um outro plebiscito acerca do feminismo feito pelo **A Tarde**, especificamente em 1931, revela as maneiras pelas quais, na década de 1920, recém chegada da Europa, onde teve contato com as idéias feministas inglesas, começou a divulgar as suas opiniões acerca da situação e dos direitos das mulheres.

Durante os dois anos que estudei na Escola Polytechnica de Londres, o convívio diário de cinco horas de trabalho naquele pequeno mundo de nove mil estudantes, de ambos os sexos, e de todos os ramos de estudo, muito concorreram para a expansão do que, então, chamavam algumas pessoas, “as minhas idéias subversivas”. Estudei o feminismo no seu berço, por assim dizer, me irmanei com as suas lutas e os seus triunfos. Finalmente, voltei ao ninho pátrio! Triste experiência! Quase asphyxio! Durante dois longos anos lutei desesperadamente para me acclimatar, para me adaptar aos preconceitos locais! A cada passo

tropeçava num impecilho. Uma luta titânica entre os meus ideaes e a desharmonia do meio. Felizes aquelles que nunca conheceram esta qualidade de luta! Mas, como para tudo há remédio, equilibrar-me, sendo feminista pratica, dando expansão pratica aos meus ideaes e, ao mesmo tempo, tolerando e respeitando o meio. Porém, desde 1922 que venho exteriorizando, mui discretamente, as minhas theorias por meio de artigos, publicados nos jornaes desta Capital, com o pseudonymo Russo de Souza Makaroff e algumas vezes com nome de homem. Sou, por conseguinte, feminista innata, convicta e de facto! (A TRIBUNA..., 9/4/1931, p.2)

Cruzando as falas de Lili Tosta e de Maria Luiza Bittercourt, continuo a concordar que a expressão de idéias que questionavam a situação feminina e mostravam novos horizontes para as mulheres, além do papel de mãe e esposa, possivelmente puderam influenciar a participação delas no mercado de trabalho, principalmente no setor terciário; no entanto, as resistências explicitadas por Lili Tosta, me fazem refletir que existiram outros fatores que explicariam o aumento do índice feminino no mercado de trabalho apontado por Maria Amélia Almeida (1986, p. 47).

Evidente que a fala de Maria Luiza Bittercourt é apaixonada, de uma militante, apesar de solicitar de seus leitores que “não vejaes nisto exaggeração partidária” (BITTENCOURT, 26/3/1931, p. 2), que no afã de ter as suas idéias ouvidas e, quiçá, aceitas, atribuiu a estas a crescente presença da participação feminina em variadas atividades econômicas, desenvolvidas no espaço soteropolitano.

É bem verdade que a outro despreocupado visitante, oriundo de um grande centro como o Rio, onde corriqueiro, encontradiço é o trabalho feminino, a impressão que nos causou a mulher bahiana se traduzira pela aceitação natural do facto a que se habituara. Mas, para nós, que já vivemos, assistindo, compreendendo, participando da luta surda que a este resultado procede – da necessidade contra o preconceito, da vontade contra a opposição do ambiente, da consciência do dever contra o medo da responsabilidade, à acção da mulher no norte, onde, não ignoramos, a importância destes obstáculos infinitamente maior, exigindo somma de sacrificios, nos admira. Surpreendeu-a nossa ignorância, acompanha-a nossa sympatia, relata nossa orgulhosa satisfação. Entrei nas lojas, visitei as escolas, percorri as repartições, ingressei nas redacções, e por toda a parte incontrei, capaz, culta, respeitada, acatada a minha conterrânea, a minha irmã que trabalha, que estuda, que desempenha funcções, que escreve. Procurei ouvir os que a cercavam, e soube do respeito e da consideração que lhe votam. Procurei ouvi-la e surpreendi a história milagre da sua vontade, inteligente, aproveitada, apta. Por isso aceitei satisfeita a missão honrada de convidal-as para que se reunissem num centro onde promovessem a defesa do seu direito, a propagação das suas idéias. (BITTECOURT, 26/03/1931, p.2)

O cenário descrito por Maria Luiza Bittercourt não era exclusivo de Salvador. O contexto econômico vivenciado pelas famílias de classe média e, também, da alta em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, no período em questão, para manterem os padrões de vida a que estavam acostumadas, foi pontuado tanto por Besse (1999, p.143-181) como por Hahner (2003, p. 183-256) e Rocha-Coutinho (1994, p. 94-95) como um dos fatores para o exercício feminino de profissões remuneradas fora do lar; pois as famílias aceitavam os rendimentos obtidos por suas mulheres, por meio de trabalho honesto, como complementares a renda familiar.

Na década de 1910, as mulheres de classe média e até de classe alta urbanas estavam cada vez mais participando, juntamente com as mulheres pobres, de mão-de-obra assalariada. Isso era resultado de uma associação de fatores: (1) a passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e o conseqüente declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres; (2) a situação econômica precária da crescente classe média urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia rapidamente; (3) a procura cada vez maior de funcionárias no setor de serviços; e (4) a adoção pelas próprias mulheres do valor burguês do trabalho, o que promovia seu desejo de maior auto-suficiência econômica e realização profissional. (BESSE, 1999, p. 143)

Devo salientar ainda, os índices encontrados por Maria Amélia Almeida (1986, p. 47) para a Bahia não são destoantes dos apresentados por Saffioti (1969, p.253-255) para outras áreas do Brasil. Ao analisar a força de trabalho feminina na primeira metade dos novecentos, esta autora afirma ter ocorrido um aumento de 4,4% em 1900 para 22,4% em 1920, chegando a 22,7% na década de 1940. Apesar dela destacar a elevação do número de mulheres atuando no mercado de trabalho, alerta que isso não significou uma transformação na proporção entre o número entre homens e mulheres, eles continuaram a ser maioria. Esta é uma discussão importante, pois demonstra a continuidade das hierarquias de gênero atuando na organização do contexto nacional, específico no mundo do trabalho; porém para o meu estudo o que interessa, nesse momento, é a explicação que Saffioti (1969, p. 254) construiu para esse fenômeno: com o advento das guerras e o fortalecimento do desenvolvimento da indústria

nacional houve um direcionamento da mão de obra feminina do setor secundário para o terciário.

A influencia das transformações de comportamento ocasionadas pelas guerras mundiais, sobretudo na Europa, encontra-se sinalizada por Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) quando esta menciona a necessidade de mão-obra para substituir a masculina que foi captada para o combate, “as divisões entre os papéis masculinos e femininos, que incluíram o principio da mãe no lar, foram esquecidas e varias facilidades criadas (como creches e cantinas, por exemplo) para que elas melhor pudessem cumprir seus novos papéis profissionais” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 44).

Esta mesma autora afirma que no período pós-guerra, as atividades domésticas (mães, esposas e donas de casa) foram novamente reafirmadas como próprias das mulheres, para que elas retornassem as suas funções tradicionais e cedessem os espaços no mercado do trabalho para os homens que retornavam, foram criadas intensas campanhas de valorização da “imagem estereotipada da boa mãe no lar” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 95). Ou seja, no período pós-guerra houve uma nova transformação das relações de gênero, de tentativa de imposição dos antigos papéis femininos, que afetaram também a sociedade brasileira: “O período do pós-guerra assiste, com assinalamos em capitulo anterior, a uma profunda transformação nas sociedades européias e norte-americanas, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade, transformação esta que vai ter reflexos na sociedade brasileira.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 95).

Pode-se intuir nesta afirmação de Rocha-Coutinho (1994) que se as transformações do pós-guerra refletiram no contexto feminino brasileiro isso ocorreu porque as próprias mudanças decorrentes das guerras também afetaram a sociedade brasileira. A influência dos comportamentos femininos norte-americanos e europeus, nas décadas iniciais dos noventa,

nos das brasileiras, sobretudo as de classe média e alta, foi frisada por June Hahner (2003) da seguinte forma:

As inovações culturais e tecnológicas que chegaram aos centros urbanos do Brasil no início do século XX afetaram as mulheres assim como os homens. Como seus parceiros homens, as mulheres das “famílias mais finas” encontravam-se e passavam seu tempo em casas de chá e teatros. Logo elas estariam dirigindo seus automóveis e indo ao cinema, onde tomavam contato com novas atitudes e modos de comportamento da mulher. As mulheres da elite tinham visitado muitas vezes a Europa, fazendo “freqüentes viagens com seus maridos, trazendo para casa as últimas novidades da moda, tanto no vestuário como na decoração de suas casas”. Além de voltar com os paramentos da modernidade e da moda, algumas mulheres também adquiriam novas idéias sobre atividades e direitos femininos. (HAHNER, 2003, p. 248)

As informações que Rocha-Coutinho (1994) sinaliza e que Hahner (2003) aplica para o Brasil acerca da influência das transformações ocasionadas nos comportamentos femininos no período das e entre guerras, podem ser aplicadas na Bahia se levarmos em consideração que algumas notícias acerca das atividades que as mulheres passaram a desempenhar com sucesso, na ausência dos homens, foram lidas pelas baianas e influenciaram nas ações e desejos destas. Vestígios de que estas notícias podem ter estimulado as baianas encontrei na última opinião favorável ao voto feminino enviada ao **Jornal A Tarde** e que foi a antepenúltima publicada na coluna que este periódico dedicou aos resultados do seu plebiscito (1917).

Anna de Almeida Soares Junquillo, residente na Villa Nova da Rainha, manifestou a sua opinião favorável ao voto feminino e justificou esse posicionamento afirmando que as mulheres tinham tanta capacidade quanto os homens. E para ilustrar sua afirmação citou como exemplo a participação das mulheres russas na guerra: “Não se discute, hoje, a capacidade da mulher para as conquistas dos grandes ideais. Ella está substituindo o homem em todos os cometimentos na luta intensa da vida, dando o último exemplo as jovens Russas, formando ao lado do exercito, para a defesa de sua pátria.” (O PLEBISCITO..., 10/7/1917, p. 2)

Essa não foi à única vez que, no período de janeiro a julho de 1917, o **Jornal A Tarde** mencionou a participação das mulheres européias na Guerra. Em um artigo publicado na

primeira pagina do dia 9 de janeiro de 1917, mas que foi escrito na cidade Luz em dezembro do ano anterior, provavelmente por um correspondente, com o titulo de “As Revoluções da Guerra – As novas profissões das mulheres inglesas”, relata a coragem das mulheres, que visando a paz em um futuro próximo, colaboram assumindo as vagas deixadas pelos homens nos vários setores da economia do seu país.

Novos horizontes se desvendaram para aquellas que são obrigadas a ganhar a vida. O trabalho das munições tornou-se a sua ocupação corrente; mas há também muitas mulheres nos escriptorios de commércio, nos bancos, nos ministérios. Por toda a parte ellas substituíram, corajosamente, os homens auzentes, nos “trans” e nos “burses”. São mulheres que conduzem os carros; e, atarvez (sic) da chuva, vêm-se outras que manobram as alavancas dos pesados caminhões de mercado, envoltas n’um “mackntoflh”, com um gorro enterrado na cabeça a tal ponto, que não se saberia o seu sexo, se alguma me acha espaçada ou o brilho e a frescura da sua tez não as trahissem. Na Inglaterra as mulheres substituíram ainda os carteiros: vêm-se algumas, de facto, percorrendo as ruas, a passos largos, com o sacco ao hombro, cheio de pacotes postaes. Ellas acceitaram também, corajosamente, o papel de bombeiros, e nos “films” de cinema de Londres, vêm-se mulheres bombeiros que sobem por escadas de cordas e brandem as lanças de esquiço. (...). É, sobretudo, no momento da messe e das colheitas que o esforço das mulheres inglesas se torna característico. Ellas se inscrevem para o “farning work”, em listas abertas pelos grande proprietários ou pelas universidades. Quando, em algum lugar, falta a mão d’obra, é a esse corpo de voluntários que a nação se dirige pela via dos jornaes. Durante o estio vêm-se mulheres que manobram pesadas machinas agrícolas as cegadoras, as enfeixadoras e as batedoras. São ellas que colhem as fructas. Nenhuma tarefa lhes repugna. Uma immensa força moral sustenta as suas forças physicas: *sabem que cada dia do seu trabalho adeanta um pouco a hora da paz.* (AS REVOLUÇÕES..., 9/1/1917, p.1)

Apesar de, os artigos destacados apontarem nesta perspectiva, as relações de gênero não aparecem somente no momento em que se destaca o valor das mulheres e os sacrifícios, em deixar os seus lares e assumirem profissões masculinas, como uma forma de colaborar com a futura paz e, conseqüentemente, o retorno de seus esposos e filhos. É notável como os estereótipos de gênero ordenaram o mundo em guerra: as mulheres davam o suporte necessário para que eles permanecessem nos campos de batalha, fossem cuidando dos feridos, levando alimentação ou mesmo assumido seus postos, ou ficassem na área de estratégia e diplomacia articulando o futuro. Isto fica evidente quando apesar de falar sobre as mulheres, a fotografia que o **Jornal A Tarde** utilizou para ilustrar o texto foi de homens, que possivelmente pensavam e decidiu o futuro daquela nação.



Fig. 2 (A TARDE, 9/1/1917, p.1)

As notícias da guerra eram constantes no referido periódico baiano e era tanto um assunto de interesse do público, que foi criada uma espécie de coluna com *flashes* da guerra, onde pude verificar mais uma vez como os estereótipos de gênero se faziam presentes. Em 10 de janeiro de 1917, a imagem publicada que aparece, sob a chamada “Aspectos da Guerra”, são de mulheres francesas trabalhando na confecção da artilharia que os homens utilizaram na guerra, como mostra uma outra foto publicada em 15 de agosto de 1917, sob o título de “visões da guerra”. Que estas fotografias podem ter influenciado algumas reflexões por parte das baianas é uma possibilidade, ao se considerar que as imagens também ajudam aos sujeitos construírem as suas interpretações da realidade; pois podem se constituir como meios de transmissão de idéias e valores que direcionam comportamentos e ações dos seus consumidores. (LOURO, 2000; SABAT, 2001).



Fig. 3 (A TARDE, 10/1/1917, p. 1)



Fig. 4 (A TARDE, 15/8/1917, p. 1)

Esta idéia se fortalece quando analisarmos a explicação que Leda Ferraro (1944) construiu para a presença feminina, no espaço público soteropolitano na década de 1940, não só nas faculdades, mas também no mercado de trabalho e verifica-se que ela atribui tal fenômeno também a mudança de comportamentos ocasionada pelas duas guerras.

Aquele velho conceito que predominou no Oriente de que a mulher letrada não obedece nem quer trabalhar e que se estendeu no Ocidente permanecendo ainda hoje petrificado no pensamento de muitos homens, vai desaparecendo tal o Niágara de fatos que se tem desencadeado, arrastando aquelas velhas tradições, fazendo delas pedaços de pensamentos que a correnteza leva. Fatos esses que são trabalhos intelectuais e práticos realizados pela mulher agindo com eficiência e reagindo muito bem ao grande reativo psicológico que é a guerra. Trabalhos esses que tem merecido considerações elogiosas de intelectuais de valor. (FERRARO, 1944).

Evidentemente que os exercícios profissionais eram perpassados pela classe, associada à raça/etnia; ou seja, as damas baianas não estavam ou não iriam exercer atividades não condizentes com a sua posição social. Elas se dirigiam para as profissões de prestígio que dessem ou sedimentassem o *status quo* e, talvez, por isto optaram pelos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia. Um outro ângulo da questão referente ao aumento da presença feminina nos referidos cursos, entre as décadas de 1920 e 1940, deve ser problematizado: a atuação de grupos como a Federação Baiana pelo Progresso Feminino, primeiramente por meio da *União Universitária Feminina* e depois pela *Ala Moça*, que tinha como um dos seus objetivos principais estimular a formação intelectual feminina.¹²⁴ Colabora com este argumento a estreita aproximação de algumas profissionais com as idéias e mesmo com organizações feministas do período.

È possível que todos estes fatores tenham contribuído para o aumento da presença das baianas da classe média e da elite nos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia. Investigações mais aprofundadas precisam ser realizadas, mas por ora vou me ater ao escopo deste capítulo. Antes, porém, de prosseguir com a análise das variáveis que evidenciam

¹²⁴ A atuação da União Universitária Feminina e da Ala Moça, na Bahia, não foi ainda objetos de estudos aprofundados. Procurei, no entanto, no capítulo anterior explicitar as finalidades e algumas das formas de atuação dessas duas entidades.

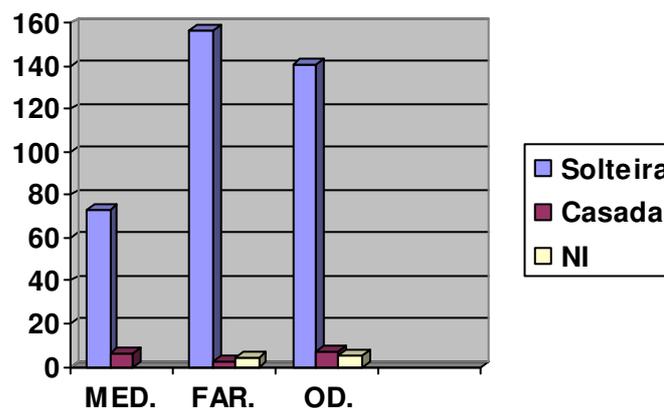
alguns traços do perfil da clientela feminina dos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, e com o intuito de evitar contradições, desejo destacar a oscilação existente nos totais apresentados no Gráfico I e nos que se seguem. A diferença de 17 (dezesete) pontos deveu-se às condições de conservação, impossibilitando a consulta, de alguns dos **Livros de Registro de Diploma**.

Foram nestas fontes que as informações acerca da idade, local de nascimento/origem, possível estado civil, e, em alguns casos, a profissão do genitor, foram obtidas; e, por estarem com a seriação incompleta, pelos motivos especificados, apresenta um valor total menor do que existente no **Livro Índice de Graduados** (1808-1939) que tem apenas o registro nominal de todas as pessoas formadas ou que validaram diplomas na instituição neste período.

Uma outra questão que se coloca diz respeito ao provável estado civil das egressas, não se afirma que elas sejam casadas ou solteiras, essa é uma inferência que realizo ao comparar o sobrenome da recém-formada com o do seu genitor. Neste período, usa-se o sobrenome do pai até o momento em que se contrai formalmente matrimônio, após este se acrescenta o último sobrenome do esposo¹²⁵. Corrobora com este meu argumento o fato de que localizei, em alguns casos, nas margens dos textos, que continham a transcrição dos diplomas, a informação de que a graduada havia pedido a segunda via do diploma e solicitado que o seu sobrenome fosse modificado devido ao casamento.

GRAFICO II ESTADO CIVIL DAS EGRESSAS (1879-1949)

¹²⁵ Antes da proclamação da República as mulheres podiam ou não usar o sobrenome do marido. Foi a partir de 1890 que o uso do sobrenome do esposo pela esposa foi incorporado pela legislação. (RAGO, 2005, p. 104).



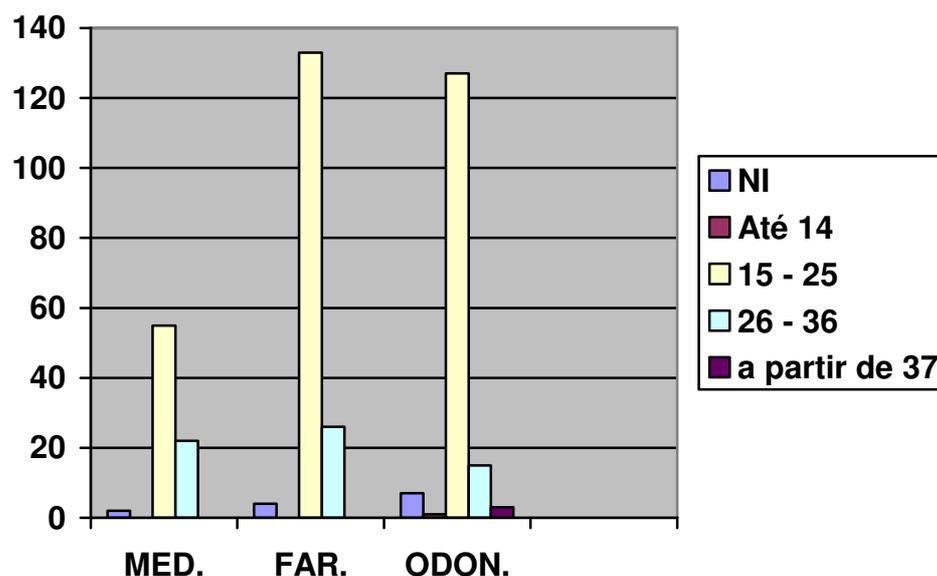
Fonte: Livros de Registro de Diplomas (1879-1949)
 NI – Não Identificado.

Das que obtiveram diploma na Faculdade de Medicina da Bahia, no século XIX, nenhuma era casada. O fizeram após a formatura, no caso das médicas Francisca e Gláfira o fizeram com colegas de profissão. Balbina Rosa casou-se também após ter o título de cirurgiã dentista e com uma idade em que, pelos padrões da época, já era considerada “solteirona”. Um outro dado que se destaca é que a faixa etária obedece a uma ordem decrescente em relação à ordem crescente de mulheres nos cursos e do status de solteira dessas. Se foi aos 36 anos que Balbina Rosa obteve o título de dentista prática, em um curso que tinha o *status* de superior, as suas colegas de profissão, nas décadas de 1920 a 1940, concluíram o curso com uma variação etária¹²⁶ de 20 (vinte) anos¹²⁷. E essa foi uma característica válida para a graduação em Farmácia. Na medicina essa variação foi de 24 (vinte e quatro) anos.

GRAFICO III FAIXA ETÁRIA DAS EGRESSAS (1879-1949)

¹²⁶ Esse número foi encontrado a partir da soma e divisão da menor e maior idade encontrada.

¹²⁷ Em sua pesquisa sobre a presença feminina nas áreas de saúde, no período em questão, Mott (2008) chegou ao mesmo dado para a faixa etária das odontólogas formadas em São Paulo.



Fonte: Livros de Registro de Diplomas (1879-1949)
 NI – Não Identificado.

Uma hipótese sugerida pelos dados apontados acima é a idéia de que casamento e filhos fossem impedimentos para a formação profissional, além de que era preciso estar preparada para o futuro. Assim, enquanto esperavam que os futuros maridos concluíssem os seus cursos ou ainda lhes fossem apresentados, pois o casamento ainda era o caminho a ser seguido e “estudar ainda, é, na opinião de muitos, esforço desnecessário que se anula num casamento” (FERRARO, 1944), iam realizando os seus desejos de cursarem medicina, farmácia e odontologia; ao mesmo tempo em que se mostravam de acordo com o perfil de mulher moderna, para quem a inatividade era um aspecto negativo.

Como decrescia a necessidade e o valor do trabalho doméstico das mulheres, deixando as mulheres “ociosas”, e como a ociosidade era cada vez mais menosprezada e proibida pela moralidade burguesa, a dependência econômica das mulheres em relação a seus parentes ou maridos começou a ser rotulada de “parasitismo”. Subitamente, intelectuais de ambos os sexos começaram a encarar esse “parasitismo” como vergonhoso, degradante, desestabilizador da família, inimigo do “progresso” e contrários às leis da natureza. (BESSE, 1999, p. 143)

Fica a pergunta, não respondida, no entanto, se o fato de não estarem casadas até aquele momento e não terem no futuro, portanto, o suporte econômico necessário de um

marido, associado, quiçá, a impossibilidade ou não desejarem permanecerem sob a proteção financeira de um irmão ou cunhado, fez com que as famílias vissem nas profissões que desejavam seguir uma forma de garantir um futuro. E por isso permitiram que saíssem das suas cidades ou estados de origem para irem se “aventurar”, não sem controle, na Faculdade de Medicina da Bahia.

Encontrei exemplo desse tipo de preocupação, em garantir o futuro para os filhos por meio de uma profissão, num depoimento, em 9 de janeiro de 1917, de uma jovem advogada ao **Jornal A Tarde** sobre a participação feminina na política. A sergipana Marietta Guimarães, a primeira mulher formada pela Faculdade de Direito da Bahia, descreveu da seguinte forma porque foi para a capital baiana para estudar.

A sua resposta ao nosso inquérito, a dra. Marietta a escreveu assim: - percebo, sr. representante d'A Tarde, que a causa determinada da vossa visita reside no facto de ser eu portadora de um título académico. Mas, se attenderdes por que o possuo, vos apercebereis de que não cuidastes acertado em mim, solicitando uma entrevista. Sou formada, hoje, pelo justo desejo de satisfazer a vontade de um pae extremosissimo, que nunca regateou esforços para bem instruir os filhos. (AS MULHERES..., 9/1/1917)

Nos registros que encontrei no Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia, precisamente para as décadas de 1930 e 1940, tornou-se perceptível a movimentação de mulheres de cidades do interior da Bahia e mesmo de outros estados que se dirigiam para a instituição baiana com o intuito de graduar-se nos cursos superiores que esta oferecia. Por certo havia moças que não tinham parentes na capital baiana, o que poderia tornar difícil a sua permanência ao não se ter um local adequado, não colocando em dúvida as suas “virtudes”, para se hospedar. Parece que esta foi uma das preocupações da *União Universitária* e posteriormente da *Ala Moça*, pois no cumprimento da sua finalidade em facilitar o acesso feminino ao ensino propõem a criação de uma “casa do estudante”, empreendimento liderado por Maria Luiza Doria Bittencourt e que contou com o apoio de vários jovens estudantes

baianos, que receberam os agradecimentos de Maria Luiza por meio do artigo “Pela Casa do Estudante – um agradecimento”.

Agora moços colegas anies de um agradecimento, o jubilo intenso de encontrar irmanados na consecução de um ideal expressaria, se não tivesse a certeza delle partilhareis vendo erguer-se, padrão de gloria também vossa, à “Casa do Estudante Pobre”. Com a generosidade nata da juventude, batalhão sagrado com que Periclet (sic) creou a sua Athenas contei sempre nas batalhas em torno do ideal que aqui me trouxe, moça, estudante, patriota. (BITTENCOURT, 11/04/1930, p.02)

A quem se destinaria – se somente a discentes do ensino superior ou também de outros níveis, a exemplo do secundário – o artigo não indica. Mas, não tenho dúvidas de que este seria um empreendimento que daria suporte a permanência de estudantes, de outros estados ou mesmo do interior da Bahia, que se dirigiam a instituição baiana para obterem o grau de bacharéis em medicina, farmácia e odontologia.

Uma outra característica se evidencia quando se cruza às informações pertinentes à idade com as relativas ao local de origem, sugestões surgem de que houve uma associação entre o grau de controle exercido sobre elas, pela família, e a idade que possuíam ao ingressarem no ensino superior. Parece que a liberdade de negociação para fazer o curso aumentava de acordo com a idade. Os fatores que levaram a isso, não o sei precisar. Destas mulheres 279 (duzentos e setenta e nove) eram baianas, que em sua grande maioria localizavam-se entre a faixa etária de 15 a 25 anos. A maioria das discentes de outros estados era do Norte e Nordeste: Ceará (6), Sergipe (37), Alagoas (24), Maranhão (5), Piauí (4), Acre (1), Pernambuco (7), Amazonas (2), Mato Grosso (1), Rio Grande do Norte (1) e Pará (1). Fazem parte deste universo, ainda, sulistas (9) e estrangeiras (7).

Parece que a atitude de evitar que as moças andassem sozinhas, tanto na rua, como nas Faculdades, como revela Elizete Passos (1999) ao afirmar que as alunas dos cursos da Faculdade de Filosofia dispunham de acompanhantes que as iam levar e buscar, não foi um fato exclusivo da referida instituição e nem da sociedade baiana daquele período. É interessante notar que as damas da Faculdade de Medicina da Bahia também tinham alguém

conhecido a sua volta durante o período de aulas, no caso das baianas, e as de outros estados, com algumas exceções, vinham em grupos.

E as que estavam sozinhas tinham uma idade que variava entre 27 e 35 anos, e algumas destas eram casadas. As com uma faixa etária entre 18 e 24 anos, com algumas exceções, tinham conterrâneas como colegas. Para ilustrar cito o exemplo de 05 (cinco) alagoanas na década de 1920: em 1922 encontrei a formatura de Aurélia de Oliveira, aos 32 (trinta e dois) anos em Odontologia e em 1923 a de Maria Octavia Plácido, aos 22 anos, em Farmácia; considerando-se que, nesse período, a formação em Odontologia tinha uma duração de 02 (dois) anos e a de Farmácia de 03 (três), Aurélia e Maria Octavia podem ter chegado juntas a instituição baiana.

O padrão se manteve para o final da década de 1920, onde encontrei as outras 03 (três) alagoanas: duas se formam em Farmácia em 1927 e 1929, respectivamente aos 20 e 33 anos – Quitéria de Oliveira Lyra e Benedicta Lima Rocha de Menezes; e a outra em Medicina em 1928, aos 28 anos – Maria de Oliveira Rego. Na década de 1930, há exemplos de moças que aparentemente estavam sozinhas: em 1937, Maria Alves Ribeiro, oriunda de Pernambuco, concluiu o curso de Odontologia aos 26 anos; em 1938 encontrei o registro da Russa Annita Uchitel, que aos 27 anos obteve o título de médica. No início da década 1940 foi a vez da acreana Aracy Lopes Aguiar de Souza, possivelmente casada, tornar-se médica aos 28 anos. Pelos exemplos acima, verifica-se uma faixa etária maior em relação àquelas que explicitamente estavam acompanhadas. Claro que houve exceções, este foi, por exemplo, o caso de Odette Roselli, do Rio Grande do Norte, que sozinha frequentou a Faculdade de Medicina da Bahia e graduou-se em Cirurgiã Dentária aos 22 anos, no entanto, ela era casada.

Como mencionei anteriormente a média etária do curso de medicina era de 24 (vinte quatro) anos, isto se deve ao fato de que no cálculo a menor idade foi representada pela formatura de Gladys Browne Boia, que aos 18 anos formou-se em medicina, além do fator

etário há um outro que a diferenciava de algumas estudantes: pertencia a *Ala Moça* da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino e tinha como contemporânea uma colega a quem os laços que as ligavam iam além do curso de medicina: Nair do Passo Cunha, integrante da Federação Baiana e que se formou, juntamente com Gladys, aos 24 anos.

Além das relações familiares que ligam algumas dessas moças, encontram-se também os laços políticos que as mantinham unidas, mesmo com aquelas que já haviam se graduado em anos anteriores. Refiro-me, aqui, ao fato de que apesar de Quitéria Lyra ter concluído a faculdade em 1927, ela mantinha contato com Nair e Gladys porque não retornou ao seu estado de origem e, principalmente, devido ao fato de também ser membro da União Universitária, como mostra artigo “O Feminismo Thimphando – Leaders do movimento far-se-hão ouvir amanhã” publicado pelo **Jornal A Tarde** e que noticiou a criação dessa entidade e da Federação Baiana pelo Progresso Feminino; nomeando inclusive o nome das mulheres que faziam parte das suas diretorias.¹²⁸

As mulheres transitavam, muitas iam e voltavam; outras permaneciam. E uma grande maioria teve contato com as reivindicações feministas, esta minha hipótese tem sua origem no momento em que verifico de que foram os estados nordestinos que tinham filias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, os que enviaram mais moças para os cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, justamente no período de atuação da entidade feminista. Esta é uma questão a ser pelo menos considerada. Exemplo é a presença das sergipanas.

E elas também são um dos exemplos de grupos de moças que estudaram juntas, e dentre elas ilustrativo é o caso de Maria do Carmo de Faro Franco, que se formou em Odontologia em 1944, aos 41 (quarenta e um) anos de idade. Apesar da sua idade, ela não estava sozinha; provavelmente metade do curso foi realizado tendo por companhia sua irmã,

¹²⁸ Esse trecho específico do artigo foi transcrito no capítulo anterior.

Maria do Faro Franco, mais nova duas décadas e que obteve o título em cirurgia dentária em 1942, aos 21 anos.

Formaram-se no mesmo ano de Maria (a irmã mais nova), outras três sergipanas que possuíam a sua mesma faixa etária: 21 a 23 anos. Suponho que essas moças vieram juntas estudar odontologia; e que um dos motivos para se encontrarem sem parentes e terem a permissão das famílias foi o fato de que seriam assistidas por Maria do Carmo; uma vez que essa apesar de solteira, já havia passado do período em que as emoções e paixões dominavam os sentidos e levavam as jovens a cometerem atos impensados e indesejados para moças de “boa família”.

De mera “guardiã” da virtude da irmã mais nova e de suas colegas, a quem deveria acompanhar nas aulas do curso, Maria do Carmo passou a aluna; formando-se um dois anos após sua irmã e conterrâneas. De certo, ela não se encontrava satisfeita com o seu papel de “irmã solteirona”, que cuidava dos irmãos mais novos em casa e, posteriormente, tendo até mesmo que ir para outro Estado, para zelar pela irmã que fazia odontologia; e diante da perspectiva de se tornar futuramente apenas a “tia solteirona”, que cuidaria dos sobrinhos, vislumbrou uma oportunidade de ter uma alternativa diferente das destinadas, mesmo na década de 1940, para as mulheres que não se casavam e não tinham meios de se auto-sustentar: cuidar dos filhos dos outros.

Não interessa aqui o fato de ela ter ou não desenvolvido uma “consciência de gênero”, mas apenas que se constituiu um exemplo de como as mulheres podiam transitar pela movediça rede de relações, aproveitando circunstâncias para se empoderarem e serem sujeitos das suas próprias histórias. Não me foi possível acompanhar a trajetória de Maria do Carmo, sob pena de me desviar do foco proposto para este estudo, assim como aconteceu com Eleonor dos Santos e Balbina Rosa, mas gostaria de acreditar que ao decidir não só acompanhar e manter a “virtude” da sua irmã e conterrâneas, ela tenha se tornado senhora do

seu destino ao criar para si novas possibilidades de vida, mesmo em uma sociedade ordenada por uma moral patriarcal.

Não podemos ignorar que mudanças nos contextos econômicos e culturais ocasionaram possibilidades novas para algumas mulheres da classe média. Uma dessas possibilidades foi o exercício de atividades remuneradas fora do lar. A medicina, farmácia e odontologia certamente podem ser incluídas no rol destas atividades, apesar do pequeno número de profissionais formadas e que exerceram a profissão, tanto nas décadas finas dos oitocentos como na primeira metade dos novecentos¹²⁹.

O **Almanak Administrativo, indicativo e noticioso do Estado da Bahia**, publicado pela primeira vez no ano de 1897 por Antonio Alexandre Reis, nos auxilia não só na identificação de profissionais da área de saúde que atuavam na cidade e por meio do fornecimento de indicações acerca dos cenários de atuação destas profissionais, mas também na complementação de informações, para a construção do perfil destas alunas; um exemplo desta situação é o caso de Balbina Rosa. O estado civil da dentista indicado nas entrelinhas do texto de registro de sua carta profissional, foi confirmado alguns anos depois, precisamente 18 anos, nos **Almanak Administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia** (REIS, 1897, 1898), que trazia informações relativas às casas comerciais, indústrias, horários de trens e valores das passagens, além de relação de médicos, advogados e dentistas dentre os quais encontramos anúncios de Balbina com o sobrenome Lopes.

Balbina Lopes, rua do palácio. (REIS, 1897)

E

D. Balbina Lopes, resid. Rua do Palácio, 13. (REIS, 1898, p. 476).

¹²⁹ Algumas reflexões acerca do exercício profissional das mulheres formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia, sobretudo as baianas, serão realizadas no capítulo a seguir.

Ao comparamos os dois anúncios de Balbina publicados no Almanak, notaremos que o anúncio da segunda edição, 1898, traz um dado novo: Balbina atendia na sua residência, localizada em uma rua de vários consultórios odontológicos. A referida rua estava localizada na 1ª secção, a da Sé, conforme consta no registro de cento e quarenta e oito lojas que pertenciam aos mais variados ramos do comércio, desde perfumaria até escritório de advocacia, taxados pela prefeitura, nos anos de 1886 e 1887, era uma localidade onde havia uma concentração de estabelecimentos que ofereciam prestação de serviços na área de saúde: farmácia, consultórios médicos e odontológicos. (IMPOSTO DE..., 1886/1887). A própria Eleonor H. A. Santos possuiu na década anterior o seu consultório na intersecção da rua do Palácio com a Travessa Nossa Senhora d'Ajuda.

Gabinete.
Medico e dentista.
D. Leonor H. A. Santos
A primeira dentista do Brazil
Rua do Palácio - antiga casa do Dr. Renaldy. Travessa de Nossa Senhora d'Ajuda. (A CHRYSALIDA..., 1879).

Se Balbina estivesse atuando na década de oitenta do XIX e no mesmo local, casa n° 13, ela teria tido como uma de suas vizinhas Henriquetta Cândida de Souza, farmacêutica responsável por estabelecimento situado na casa n° 11, pavimento térreo. Como no anúncio que Balbina coloca no Almanak de 1897 deixa claro que atende em sua residência, supomos que o seu consultório ficaria no térreo e a sua casa no 1º andar. Uma combinação que não de todo estranha, haja vista alguns dos anúncios femininos que ofereciam serviços médicos e odontológicos, assim como não raro era a associação de duas atividades financeiro-profissionais no mesmo local como foi o caso do Barão de Itapuã e H. Pavie, que também podiam ter sido vizinhos de Balbina Rosa de Souza.

O consultório de H. Pavie que, em 1886/1887, funcionava no numero 26, em cima da casa de saúde do Barão de Itapuã. H. Pavie foi um cirurgião dentista francês que chegou a Bahia em outubro de 1883, formado no seu país de origem, onde atuava desde 1865,

especialista em colocação de dentes artificiais por meio de técnicas modernas o que diminuía os inconvenientes causados pela utilização de técnicas antigas e possibilitava uma maior perfeição do trabalho, além da segurança e beleza. Características do seu serviço que o tornava apto a atender mulheres, senhoras e jovens.

Fica subentendido no anúncio que H. Pavie publica no **Diário de Notícias** em 13 de agosto de 1884, além da sua trajetória profissional e estrutura do seu consultório, que a sua clientela foi formada principalmente por indivíduos do sexo feminino, mulheres que poderiam pagar pelos seus serviços.

H. Pavie.

Cirurgião Dentista.

Com 18 annos de prática nos hospitaes e clinicas de Paris, chegado à Bahia em outubro do anno passado, acha-se estabelecido e à disposição do publico em seu escriptorio à rua Carlos Gomes antiga rua de Baixo n.53.

Sem rival em sua especialidade, a collocação dos dentes artificiais, possui para este fim uma officina muito bem montada, a primeira em seu gênero n´esta capital, e os appparelhos mais modernos, destinados a obviar aos inconvenientes dos antigos processos.

Verifica com Lordorasex e chumba com massa, dita osso artificial, dous processos hoje generalizados em Paris, e preferidos pelas senhoras à vista da perfeição, segurança e belleza, garantidos por esses systemas.

Corrige a viciação dos dentes nos rapazes e raparigas até a idade de 18 annos, tendo obtido n´esta parte da arte os mais bellos sucessos em França.

Com um gabinete riquissimamente montado para todas operações dentarias. Garante a perfeição em todos os seus trabalhos a par de um preço muito módico e accessível a todas as classes sociaes. (DIARIO DE..., 13 de agosto de 1884).

H. Pavie parece ter obtido sucesso com os seus serviços, pois 1887, três anos após a sua chegada, o encontramos estabelecido na Rua do Palácio. Ao tudo indica estabelecido não só profissionalmente, mas também pessoalmente. É evidente que a importância em registrar a trajetória deste cirurgião dentista não é porque ele, ao mudar-se para a rua do Palácio, torna-se vizinho do Barão de Itapuã, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e especialista em partos e moléstias de senhoras como está especificado no anúncio publicado em 13 de agosto de 1884 no **Jornal Diário de Notícias**.

Consultório médico-cirurgico do Conselheiro Barão de Itapoan.

Especialidade:

Partos, moléstias das senhoras, das crianças e das vias urinárias.

Do meio dia às 2 da tarde.

1 – Rua do Commercio – 1. (DIARIO DE..., 13/08/1884)

O mesmo periódico que, em 02 de setembro de 1876, definiu o barão com um profissional conceituado ao registrar o parto que esse realizou com o auxílio e assistência de seus alunos: “Apenas alli entrada, procedeu o distinto clinico acima mencionado à operação, a qual foi coroada do melhor êxito, achando-se actualmente a enferma em condições lisonjeiras.” (DIARIO DE..., 02/09/1876). Apesar de importante essa atuação do Barão de Itapoan, para a construção do meu texto como se verifica nas paginas seguintes deste capítulo, cita-lo aqui se deve ao fato de que foi vizinho de H. Pavie.

Nas linhas que constituem o traçado da minha análise, e que constituíram a rede de relações do mundo biomédico da Bahia, há pontos de interseções entre diversas trajetórias ou experiências vividas em momentos específicos que apenas tangenciam levemente o meu objeto de estudo, como é o caso da casa número 26 da rua do Palácio, que nos últimos anos da década de 1880 abrigou respectivamente a clinica de saúde do Barão de Itapuã e o gabinete odontológico de H. Pavie, progenitor de Alice Pavie que na primeira década do século XX, precisamente 1908, se graduou em odontologia pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Ao relacionarmos a escolha profissional de Alice e a atividade de seu genitor, uma nova característica soma-se ao perfil das nossas médicas, farmacêuticas e cirurgiãs dentistas. A escolha profissional não foi, para algumas dessas damas, aleatória: identifiquei tanto pela profissão dos genitores, informação obtidas nos **Livros de Registro de Diplomas** quando estes as mencionavam, como pelo cruzamento do sobrenome de algumas discentes com os de famílias proprietárias de estabelecimentos comerciais ligados a área de saúde, estes últimos obtidos nos anúncios de serviços médicos pesquisados e em alguns ofícios recebidos e expeditos pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Bahia, na década de 1910.¹³⁰

¹³⁰ O conteúdo desses anúncios e ofícios foi trabalhado no último capítulo.

Dos 279 (duzentos e setenta e nove) registros de diplomas de baianas encontrados, a profissão do genitor só foi mencionada em 32 (trinta e um) casos, especificamente quando essa indicava o prestígio da família. Assim, temos apenas o registro de médicos, advogados, dentistas, engenheiros, capitães e professores. Interessantes que das 18 (dezoitos) filhas de médicos somente 2 (duas) graduaram-se na mesma área do progenitor. A maioria continuou na área de saúde, mas em farmácia (9) e odontologia (7): este é o caso, por exemplo, de Eunice Martagão Gesteira, filha do médico Joaquim Martagão Gesteira, formada em Farmácia em 1929, e de suas irmãs Eurydice e Jennyee que se graduaram em odontologia no ano de 1935. Ao recuarmos duas décadas encontraremos o caso das irmãs Maria da Piedade e Maria da Conceição de Calazans, filhas de médico e que se formaram em 1910 em farmácia. O dr. Calazans era empresário do ramo farmacêutico, como mostra o anúncio publicado no **Jornal Diário de Notícias**.

Pharmacia e drogeria Calasans

Este antigo estabelecimento, fundado há 14 annos, acha-se actualmente transferido para o vasto, espaçoso e ventilado às ruas Formosa e dos Cobertos, n. 54, e sob a hábil gerencia do conhecido pharmaceutico sr. P. Jutuca. Continuando as suas honrosas tradições e o seu methodo de trabalho, esperam os seus proprietários dos clínicos e do público a protecção e a preferênciã que sempre lhes foram dispensadas. Tem um laboratório completamente dotado de todos os aparelhos e melhoramentos introduzidos na arte pharmaceutica. Esta casa continua a ser o deposito geral dos preparados do dr. Calasans, geralmente conhecidos e usados.

54 – Ruas Formosa e dos Cobertos – 54. (PHARMACIA..., 14/3/1895)

Nos quinze anos que separam o anúncio da formatura das irmãs, talvez o negócio tenha prosperado e suscitou a necessidade de membros da família com conhecimentos específicos nessa área de saber, que participassem ativamente do empreendimento. Existiam ainda alunas baianas que seguiram a atividade profissional de seus pais: além Alice Pavie, em 1908, encontrei registros da farmacêutica Anna Ferraz Moreira no ano de 1933 e das odontólogas: Auta Cajado Leal, Maria de Góes Baptista dos Santos, Vanda Rabello Leite e

Duse Eleonora Barbosa de Amorim¹³¹, que obtiveram seus títulos respectivamente em 1938, 1940, 1942 e 1944. A influência da tradição familiar em um ramo de atividade na escolha profissional das mulheres foi um aspecto caracterizador do processo de acesso dessas nas ciências pontuado por Londa Schiebinger (2004):

A química era outra ciência que se considerava especialmente apropriada para os talentos e a situação das mulheres. A autora britânica Maria Edgworth enumerava as virtudes da química para as suas leitoras: “A química não é uma ciência de ostentação; oferece ocupação e uma infinita variedade; não exige força corporal, pode ser cultivada em uma vida reclusa; aplica-se de forma imediata a finalidades úteis e domésticas”. Deste modo se animava as mulheres para desenvolverem as ciências que tinham utilidade doméstica ou que fortaleciam a virtude moral. Se tratava também de campos nos quais já existia uma presença na família; a química, como a botânica, estava aliada com a farmácia e com a cozinha medicinal: terrenos bem conhecidos das mulheres. (SCHIEBINGER, 2004, p. 345).¹³²

Devo frisar que essa afirmação, no entanto, traz apenas um aspecto do fenômeno e na Bahia, como deve ter acontecido em outras partes do país e do mundo, algumas mulheres, provavelmente, não tinham uma relação familiar com o curso escolhido. E apesar de não poder afirmar quais os motivos que as levaram a escolhê-lo, me faltam dados para isso, alguns vestígios aparecem acerca de algumas escolhas. Além de que a leitura de estudos acerca de mulheres médicas, farmacêuticas e odontólogas em outras regiões do Brasil, fornecem indicações para problematizar o caso de Salvador, uma vez que esta última apesar de suas especificidades não estava deslocada do contexto mais amplo, conforme veremos no capítulo seguinte.

Interessante que se para algumas destas moças os motivos para justificarem o desejo de se formarem em médicas, farmacêuticas e odontólogas, não o foram para os rapazes uma

¹³¹ Duse se formou no mesmo ano que sua irmã: Maisa Cândida Barbosa Amorim. Maisa, no entanto, não seguiu a profissão do pai a exemplo de Duse, ela formou-se em medicina.

¹³² Tradução livre minha de: “La química era otra ciencia que se consideraba especialmente apropiada para los talentos y la situación de las mujeres. La autora británica Maria Edgworth enumeraba las virtudes de la química para sus lectoras: “la química no es una ciencia de ostentación; ofrece ocupación y una infinita variedad; no exige ninguna fuerza corporal, puede cultivarse en una vida retirada; se aplica de forma inmediata a finalidades útiles y domésticas”. De este modo se animaba a las mujeres a que disfrutaran como aficionadas de las ciencias que tenían una utilidad doméstica o fortalecían la virtud moral. Se trataba también de campos en los cuales había ya una presencia de la familia; la química, como la botánica, estaba aliada con la farmacia y con la cocina medicinal: terrenos bien conocidos de las mujeres” (SCHIEBINGER, 2004, p. 345).

vez que para eles a escolha por um dos cursos da faculdade de medicina era esperada e tida como natural. Assim, enquanto estas moças precisavam se justificar, os seus irmãos e primos não. E muitas destas mulheres fizeram o curso simultaneamente a um membro masculino da família. Conforme constatei através da verificação dos **Livros de Registro de Diploma** onde constam informações sobre a filiação. E ao fazer isto aparecem vestígios dos motivos que geram as escolhas pelos cursos e da formação recebida no interior da instituição baiana, bem como das relações ali estabelecidas entre rapazes e moças; evidenciando como as linhas de ação da ideologia patriarcal as delinearão, assim como demarcaram o exercício profissional dessas mulheres. Estas são reflexões construídas no capítulo que se segue.

CAPITULO IV

FRAGMENTOS QUE DESENHAM ASPECTOS DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

RELAÇÕES E FORMAÇÃO

Não ter um irmão como colega de curso ou faculdade, no entanto, não implica que as estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia estavam “sozinhas” e a mercê dos perigos que uma moça desacompanhada correria ao freqüentar um espaço eminentemente masculino, uma vez que o número de homens era infinitamente maior do que o de mulheres¹³³. Sei, por meio da análise dos **Livros de Registro de Diplomas**, pertinentes ao período deste estudo, elas muitas delas eram acompanhadas por familiares ou outras pessoas conhecidas e de confiança que permaneciam durante as aulas no prédio da instituição e poderiam ajudá-las em situações de risco. Esse não era um “cuidado” tido apenas pelas famílias das alunas que freqüentaram a instituição no final dos oitocentos, ao contrário se manteve por toda a primeira metade dos

¹³³ As formaturas femininas representavam aproximadamente um total de 0,5 % (meio por cento) do universo de médicos, dentistas e farmacêuticos graduados pela Faculdade de Medicina da Bahia desde 1832 até a primeira década do século XX (1908). Carvalho (1909) ao apresentar os dados estatísticos de graduações, no período mencionado, traz o número de 2.502 de títulos médicos, 1.446 de diplomas farmacêuticos e 284 de dentistas. Do total de 4.232 sabemos, por meio do acompanhamento do **Livro de Índice de Graduados** (1808-1939) que 29 destes títulos foram concedidos a mulheres tanto em medicina como em farmácia e odontologia.

novecentos. Sobre esses “cuidados” no intervalo das décadas de 1920 e 1940, Maria Amélia Almeida (1986) informa:

Para freqüentar escolas, pretexto até para saídas diárias, além da farda que também servia para aparente nivelção social nos estabelecimentos públicos, ainda era comum ver-se mulheres acompanhadas de empregados ou parentes que ficavam à espera, inclusive de algumas poucas que freqüentavam faculdade. As alunas que se impusessem não eram perturbadas pelo sexo masculino...(ALMEIDA M., 1986, p. 53)

Ilustrativos, desse contexto, foram os casos de Alice Pavie, cujo pai tinha consultório a poucos metros da Faculdade, de Francisca Prager Fróes que teve a companhia do irmão durante o curso, e o caso de Rita Lobato Velho que contava com a companhia do pai na Faculdade todos os dias, mesmo tendo dois filhos cursando medicina na mesma instituição ele permanecia na secretaria a espera da filha ou em sua companhia nos intervalos entre as aulas: “Nos intervalos das aulas, Rita Lobato vinha sempre vê-lo na Secretaria, que ficou sendo o lugar reservado para os jovens estudantes que aí aguardavam a aula imediata” (SILVA, 1954, p. 137).

O pai de Rita não permanecia na sala de aula, cabia, provavelmente, aos irmãos desta zelar pela sua integridade moral e física. Não podemos negar que a família se preocupava com o que poderia acontecer com suas filhas como consequência de estarem freqüentando cursos eminentemente reconhecidos como masculinos, fosse pelo fato do contato diário e quiçá próximo com os rapazes o que poderia desencadear um envolvimento emocional que não fosse do agrado ou mesmo pelo receio de prováveis constrangimentos que estas moças poderiam sofrer ao serem “avis rara entre homens””. (CIRCUNDES, 1932).

Foi com o intuito de preservar a filha que Henrique Prager fez com que o seu filho Antonio, que desejava fazer o curso de engenharia, freqüentasse o curso de medicina para acompanhar a irmã. (RAGO, 2005, p. 171-172). Rita e Francisca não se constituíram exceções ao terem a companhia dos irmãos. Encontrei registro de outros casos nas primeiras décadas do XX. Em 1902 formou-se em farmácia Maria Leite Velloso enquanto que seu

irmão, Eduardo Leite Velloso, concluiu o curso de medicina. Em 1910 Antonia Baptista dos Anjos e João Baptista dos Anjos, irmãos graduaram-se juntos em cirurgia dentária. Um caso é o de Alice de Sant'Anna que em 1922 formou em farmácia, um ano antes de seu irmão, Mario Sant'Anna, se graduar em medicina. (LIVRO DE..., 1900;1910;1920)

Durante todo o período consultado acerca da presença dessas moças nos referidos cursos, ficou patente que não se encontravam sozinhas; principalmente, as que vinham de outros estados. É comum nos registros à presença de grupos de sergipanas, alagoanas, maranhenses e pernambucanas, que ingressam e formam-se juntas e, muitas vezes, no mesmo curso. E dentre essas havia sempre uma com idade madura, na maioria das vezes solteira, que provavelmente seria a responsável pelas outras; representava o “olhar” da família distante. Os temores em relação os conflitos, sentimentos, emoções que poderiam surgir entre as alunas e alunos foram absorvidos pela legislação. A própria Reforma Leôncio de Carvalho registra nas suas entrelinhas a preocupação com o contanto, sem acompanhamento adequado, entre moças e rapazes que porventura pudesse acontecer durante as aulas dos cursos superiores ao deixar claro que “haverá nas aulas logares separados” (GAZETA MEDICA, 1879, p.214) para homens e mulheres.

A Reforma Leôncio de Carvalho, como já mencionamos, ao permitir o acesso feminino aos cursos superiores determinou, também, que as alunas teriam lugares separados – uma forma talvez de evitar a presença dessas mulheres nas mesmas salas de aula dos homens fossem interpretada como um estímulo a co-educação. A preocupação de evitar o contato entre moças e rapazes presentes nos outros níveis de ensino manteve-se, portanto, na educação superior baiana, pelo menos em relação à turma de Rita Lobato Velho uma vez que essa se sentava isolada dos colegas:

Rita Lobato passava, então, a manhã toda na Faculdade de Medicina (78) assistindo às aulas, sentada, destacadamente, numa cadeira especial, frente ao professor. Tomava poucas notas ou vezes outra nenhuma uma atenção absoluta às lições, gravando, por termo, na memória, tudo que ouvia sempre de cabeça baixa. (SILVA, 1954, p. 137)

Parece, no entanto, que essa separação entre moças e rapazes não era rígida durante as atividades práticas, entre as quais se encontrava a de visitação ao leito de enfermos no Hospital da Santa Casas de Misericórdia. Encontrei indícios de como eram estas aulas no relatório que o professor José Luiz de Almeida Couto fez das atividades desenvolvidas de sua disciplina – Clínica Médica – no ano de 1891.

Por vezes fizeram conferencias à cabeceira dos doentes os alumnos Correa de Menezes, Bonifácio Leão, Cruz Abreu, Juvêncio Mattos, Antonio G. Figueiredo, Barros Palácio, Glafira de Araújo [grifo meu], Leopolderio [...] que deram provas de intelligencia e satisfactoria applicação. [...]. Foram feitas pelo Dr. Assistente da minha clinica diversas autopsias, todas ellas confirmativas dos juízos anteriormente formulados, e que foram objecto de largas e detidas considerações da minha parte também em lecções no amphitheatro. (COUTO, 1893).

A descrição de sua aula prática sugere que a separação entre moças e rapazes, sinalizada pela descrição que Silva (1954) do espaço ocupado por Rita Lobato durante as aulas teóricas, não foi tão rígida; pois, segundo o professor em sua exposição a cabeceira de um doente todos os alunos estavam presentes e ao redor da cama do enfermo, participando ativamente do atendimento e das discussões referentes à enfermidade em questão.

O relato contido no **Summario annual dos trabalhos da segunda cadeira de Clinica Medica da Faculdade da Bahia durante o curso lectivo do anno de 1891** (COUTO, 1893), entra em contradição com um artigo publicado por Apophyse D’Ingracia, onde este sugere que o ensino às médicas devia ser em forma de romance, por meio de um conto, uma “história de amor” com um final que não é feliz. Assim, os órgãos, suas funções e reações a estímulos externos são apresentados de forma metafórica, suave e até poética. Vejamos como o ato sexual devia ser descrito para as futuras profissionais da medicina:

No ângulo maxillar, formado pelo encontro do canal de Fontana com o canal carotidiano, elevava-se, há quinze anos, um grancioso palácio, conhecido pelo nome de pavilhão da ovelha. As águas do âmniós, que ali formavam um verdadeiro golfo da vaia jugular, caminhando pelo canal thoracico, iam formar, a duzentos metros da praia , uma pequena bacia, cercada da mais caprichosa arborisação capillar. Próxima d’este sitio pittoresco uma arcada palmar conduzia ao vestibulo de entrada, para o magestozo pavilhão, que, pelo norte communicava com um intrincado labyrintho, em cujo centro se encontrava uma elegante cystema de Pecquet. (...). Ao longe

apareceu, então, um airoso mancebo, vestido de retina, e montado n'um cavallo de admirável cauda equina, ajaezado com sella turcica, estribos e freio lingual. Caminhou a galope, pelo conducto auditivo externo, e, chegado perto do encruzamento dos nervos ópticos, atou o cavallo a um tronco venoso. Houve então um grande complexo, ternos olhares entre os dois amantes, e o cavalleiro, com o auxilio de cordão espermático, verdadeiro conducto aéreo, ligeiramente trepou até junto da sua Julieta. A lamina vítrea da janella encobriu então os dois amantes; mas pelo ligeiro murmúrio de Kergaradec, que se ouvia, reconhecia-se que a conversação era bastante animada. (D'INGRACIA, 1879)

A leitura do conselho apresentado pelo autor de “Oliva: Romance Anatômico, dedicado às futuras medicas portuguezas” de como deveria ser o ensino para as mulheres, parece não ter influenciado em nada às aulas que eram ministradas no interior da instituição baiana, alunos e alunas tinham acesso aos mesmos conteúdos e as mesmas experiências práticas, como mostra o relato da aula de Clinica Médica. E o indicio de que assim foi se encontra presente em relato de atendimentos, em descrições anatômicas técnicas feitas por algumas dessas médicas, bem como na relação das disciplinas e preleções que algumas apresentaram nas suas teses de doutoramento. Antes de passar a apresentar estes indícios, destaco que o fato de participarem das aulas e não ter havido o emprego de uma linguagem mais “suave”, ou mesma poética, no ensino de matérias que tratavam de assuntos considerados “tabus” – a exemplo ato sexual e seu processo, dos órgãos envolvidos, suas funções e as formas como essas eram realizadas – não significa que a presença dessas moças durante essas aulas não tenha causado “piadinhas”, “risinhos”.

Em 14 de julho de 1895, Francisca Prager apresentou a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia, uma experiência profissional vivenciada no enfermaria do Hospital Santa Izabel onde atuava como medica-parteira. O relato feito pela doutora Prager foi registrado nos Anais da entidade.

Observação de um caso de gravidez extra-uterina abdominal pela Dra. Francisca B. Prager. [Medica-parteira da Maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia]. Submettemos ao criterioso juízo da illustrada Sociedade de Medicina e Cirurgia a seguinte observação de um caso que se deu no nosso Hospital, interessante pela sua raridade e muitas vezes pela dificuldade do seu diagnóstico.

Eil-a:

No dia 30 de janneiro do anno corrente, às 8 horas da noite, recolheu-se, à Enfermaria Santa Izabel, Maria da Conceição, de cor preta, com 22 anos de idade,

solteira e natural d'esta capital. Vimol-a no dia seguinte pela manhã e notamos que achava-se em estado adiantado de gravidez, apresentando febre (38°.5) dores abdominaes intensas e prostação extrema; nessa occasião procuramos examinal-a com o Dr. Nery, assistente da Clinica, mas só dados vagos e incompletos nos forneceram os meios de que lançamos mão.

Praticamos a palpação e nada de positivo obtivemos devido não só à distensão enorme da parede abdominal, como também à sensibilidade grande que ella accusava quando se procedia a este meio de diagnostico.

Pela auscultação havia ausência completa de ruídos fetaes. Ao toque vaginal encontramos o collo uterino com um ligero grão de amolecimento, muito dilatado, não delatável e deixando introduzir-se apenas a extremidade do urdex.

A falta de esclarecimentos mais ou menos precisos sobre a história da doente e o seu estado geral que não era o de uma mulher em trabalho de parto, de alguma sorte deixaram suspenso o nosso juízo; realmente, estávamos diante de uma doente que parecia no termo de sua gravidez, mas que não tinha contrações uterinas absolutamente nenhuma, e pelo estado do collo, como dissemos acima não se podia affirmar que o parto ia ter lugar em um tempo mais ou menos próximo.

Em vista d'isto resolvemos de accordo com o Dr. Assistente, prescrever uma poção antipyretica e calmante, lavagens antipseticas e fricções sobre o ventre com glycerina laudanesada, afim de ver se até o dia seguinte o estado da doente melhoraria e se após um exame mais minucioso se poderia cuidar em uma intervenção qualquer.

Retiramo-nos da enfermaria às 11 horas e meia do dia deixando-a sem maior novidade.

Aconteceu que n'esse mesmo dia tivemos necessidade de voltar ao Hospital e lá chegamos às 5 horas da tarde. Surpreendeu-nos o estado em que encontramos a doente; consideravelmente pecorada, achava-se em collapso, com febre intensa, diaphorese e resfriamento nas extremidades. (Soubemos pela enfermeira que às 3 horas da tarde tinha se manifestado uma perda vaginal sanguinea). Alguns momentos depois sobrevieram vômitos, hemorragia e a morte teve lugar.

Este facto impressionou-os profundamente, não só pelas circunstâncias que o acompanharam como também pela rapidez do seu desenlace. Resolvemos fazer a autopsia e isso comunicamos aos Drs. Nery e Climério.

No dia immediato, às 9 horas mais ou menos da manhã, começamos a trabalhar, auxiliada apenas pelos internos srs. Fróes e Rego, que a isso se prestaram com o maior interesse.

Feita a laparotomia e após a incisão das partes molles, a sahida de grande quantidade de gazes determinou uma notável reduccão de volume do tumor abdominal; immediatamente apresentou-se-nos à vista um feto completamente desenvolvido, revestido em toda a sua extensão pelo peritoneo. Era do sexo feminino, achava-se collocado em decúbito lateral direito, do lado direito da mulher, um pouco obliquamente e tendo a cabeça dirigida para baixo; estava morto e em estado adiantado de maceração.

Prosseguindo o exame cadavérico abrimos o sacco peritoneal e retiramos o seu conteúdo; a placenta inserida em sua parede uterina unia-se ao feto por intermédio de um cordão fino e pouco extenso. O útero recalçado para traz era hypertrophiado e o seu volume, o d'este órgão mais ou menos no sexto mez de gestação.

A mucosa uterina apresentava-se espessada e descorada. Ao nível do isthmo, e do lado direito havia uma grande ruptura, encontrando-se ahi alguns coalhos, bem como na pequena bacia.

As trompas e os ovários eram normaes. Os intestinos interamente recalçados para o lado esquerdo estavam vasios de fezes.

Retiramos o útero e os annexos afim de conserval-os para um exame posterior, mas o álcool foi de má qualidade e a decomposição se fez em pouco tempo, ficando inutilisado o nosso trabalho.

O resultado da autopsia affirmou-nos que tratava-se de uma prenhez extra-uterina abdominal, a termos; mas outros pontos ficaram obscuros no nosso espírito pois que não julgamos completo o exame que fizemos.

Era o primeiro caso de gravidez ectópica que nos chegava às mãos e cuja autopsia fazíamos, e, não tendo quem nos orientasse na investigação minuciosa dos diversos

órgãos, talvez nos escapasse muita cousa que tivesse a máxima importância para o diagnóstico.

Não nos bastava a certeza de que se tratava de uma prenhez abdominal: seria ella primitiva? Seria secundária?

Disse um grande parteiro, cujo nome não nos ocorre, que para affirmar-se o diagnóstico de gravidez intra peritoneal primitiva, seria preciso demonstrar a integridade absoluta dos órgãos da geração. No caso presente, é verdade que não existia a integridade do órgão uterino desde que se tinha produzido n'elle uma ruptura mais ou menos considerável, e se de um lado podíamos excluir a idéia de ter sido a gravidez primitivamente abdominal, não devíamos fazel-o diante da disposição do sacco fetal que era, como já dissemos, constituído pelo peritoneo, inteiramente independente do útero e sem conexão alguma com elle.

A sahida do feto determinando a ruptura uterina também não podia explicar a morte da mulher, porque, se isso tivesse succedido, teria sido n'uma epocha mais remota visto não estar o desenvolvimento do feto em relação com o volume que apresentava o útero. Entretanto achamos que por si só, a ruptura do órgão uterino poderia explicar a morte, nas circunstancias em que ella se deu: mas qual o seu mecanismo, n'este caso, qual a sua productura, eis o que nos resta saber.

São estas as considerações que tínhamos a fazer sobre este caso que passou quase despercebido entre nós mas que tomamos a resolução de submeter a aperciação d'esta distincta sociedade, afim de que se merecer as honras de uma discussão, seja o seu resultado, para nós a satisfação intima de ter mais um ensejo de aprender e elucidar o nosso espírito e, para ella, uma exígua prova de que também procuramos contribuir na medida de nossas forças, para a sua prosperidade e engrandecimento. (PRAGUER, 1895)

Dentre os aspectos importantes do relato de Francisca Prager Froés para o meu estudo, destaco a descrição técnica que a doutora faz do procedimento médico que realizou durante o parto de Maria Conceição. A sua precisão, associada à presença auxiliadora dos dois internos, revela a sua qualificação profissional acumulada durante a atividade que exercia como médica-parteira do Santa Isabel mas que teve inicio nas aulas práticas do curso, fossem essas nas visitas aos pacientes feitas em conjunto com os colegas e o professor responsável fosse nas aulas práticas de dissecação realizadas no anfiteatro da Faculdade ou no consultório ou clinica de algum médico, que também era professor.

O detalhamento técnico, indicando uma prática, pode ser encontrado também na discussão que Glafira faz sobre as hemorragias que acometem as mulheres durante a gravidez e após o parto. Em trecho onde descreve as formas e remédios utilizados para se evitar hemorragias, ela além de citar a literatura existente e que analisou, durante o tempo que passou no curso, mencionou as experiências feitas por médicos baianos.

Um outro meio aconselhado por auctores de grande nomeada é o centeio tomado na dose de duas grammas em três dozes e com intervallo de dez minutos entre ellas.

Muiots parteiros entre os quaes aqui na Bahia o illustrado mestre sr. Barão de Itapoan, reprovam o emprego d'este medicamento, reservando-o somente para os casos em que o feto e annexos já tiverem sido expellidos da cavidade uterina, preferindo ao centeio o perchlorureto (sic) de ferro. (ARAUJO, 1893, p. 34)

Não tenho indícios de que Glafira participou das reuniões que o Barão de Itapoan fazia em sua clínica para debater com os alunos as experimentações que fazia. Apesar de ser comum encontramos nos jornais acadêmicos de medicina relatos de reuniões feitas em consultórios e clínicas médicas entre professores e alunos a fim de realizarem estudos de caso em doentes internados ou em tratamento naqueles estabelecimentos, estes relatos não indicam que havia a participação de todos os alunos e que dentre estes se encontrava alguma aluna. Se não posso afirmar que elas participavam dessas reuniões, baseada na leitura de algumas teses destas médicas posso, no entanto, afirmar que elas participavam das experiências que ocorriam no interior da instituição. O relato que Glafira faz de como colocar um tampão para evitar hemorragia não revela só leitura, mas também prática.

Resta-nos agora tratar de um dos meios curativos muito importante: o tampão. Além de obstar a saída do sangue para o exterior e coagular-o, o tampão, meio heróico em muitos casos, pelo seu contacto irrita as paredes vaginaes, activa as contracções uterinas, completa a dilatação do collo, produzindo o descollamento do ovulo ou da placenta e sua expulsão. (...). O meio mais commumente usado para o emprego do tampão consiste em levar bolas de fio ou algodão embebidas de líquidos adstringentes ou unctadas com uma substancia oleosa, até o collo do útero; deve se amarrar um fio que ficará pendente a fim de facilitar a extracção do tampão. A sua introduccção é feita por meio dos dedos ou com o emprego prévio do speculum, o qual será retirado à medida que o canal estiver obturado, isto feito mantem-se externamente o aparelho por meio de uma atadura em T. (ARAUJO, 1893, p. 34-35)

Em suas recordações Rita Lobato narradas a Alberto Silva (1954), no entanto, sinaliza que apesar da ausência da presença de alunas nas reuniões de estudo feitas nos consultórios dos docentes, parece ter existido a possibilidade da constituição de grupos de estudo em que as discentes participavam. Ela mesma, em alguns momentos, estudava com os irmãos e colegas gaúchos em casa: “Boa alma, melhor, ótima aluna, estudava horas longas em casa com os irmãos e os conterrâneos, embora preferisse a Biblioteca da Faculdade de Medicina

onde ficava a manusear compêndios científicos que não possuía, e que tanto a favoreceram no curso brilhante que realizou e na tese distinta que escreveu' (SILVA, 1954, p. 138-9).

No necrológico que escreve sobre a Francisca Prager Fróes, um após a morte desta, o médico Anísio Circundes (1932) homenageia a antiga discípula falando da sua dedicação e interesse nas aulas: “Pela vez primeira ahi tive de conhecê-la entre os alumnos e a salientar-se pela correção impecável de seu proceder, por sua assinalada assuidade, demonstrações de inteligência e aplicação reveladas durante o curso” (CIRCUNDES, 1932, p. 8). O mestre lembra ainda que nesse período ela estava sempre em companhia do irmão, Antonio Prager: “juntos estudaram os preparatórios, juntos se matricularam, juntos fizeram todo o curso acadêmico da Faculdade de Medicina da Bahia, aonde juntos se diplomaram em 1893” (CIRCUNDES, 1932, p. 8). É possível que tendo a companhia do irmão, Francisca, a exemplo de Rita Lobato, tenha participado de algum grupo de estudo.

Um outro aspecto a se considerar é que as aulas práticas no curso de medicina eram poucas¹³⁴, o curso constituía-se quase que totalmente a partir da leitura e discussão de manuais médicos e, nesse caso, as preleções feitas no final das teses de doutoramento sobre as cadeiras cursadas demonstram que as médicas participaram dessas aulas e tinham controle das idéias ali debatidas e/ou dos conhecimentos transmitidos. A fala da médica Isaura Leitão acerca da sua formação, em 1917, confirma a idéia de que não houve distinção de conteúdos ministrados para as alunas e os alunos, e muito menos que as aulas práticas fossem distintas.

A doutora Leitão tem a bondade de nos lisonjear com expressões muito amáveis sobre a “A Tarde” e passa suavemente, a responder ao nosso inquérito. – Deve-se facultar às mulheres o acesso às profissões liberais? – Se eu já a exerço... – diz-nos graciosamente, e discorre a seguir: - Ainda não iniciei a minha vida clinica. No Hospital, como é do programma do curso médico, attendi a doentes de ambos os sexos e todas as espécies, sem preferências. (AS MULHERES..., 06/1/1917).

¹³⁴ Para um maior detalhamento sobre o ensino na Faculdade de Medicina da Bahia, no período em questão, cf.: Ribeiro (1997),

Um outro exemplo sobre a formação das médicas, se faz presente na tese que Ítala apresenta sobre a educação sexual¹³⁵. A referida tese foi dividida em três partes, na primeira encontra-se a descrição detalhada do aparelho reprodutor feminino e masculino: os órgãos e as suas funções. Vejamos como no capítulo “Apparelho Genital Masculino” ela descreve a ejaculação: “È o termino do acto carnal e se acompanha quase sempre de sensações de volúpia. A ejaculação é um reflexo cujo ponto de partida é a excitação dos nervos sensitivos do pênis, e, conseqüentemente, a contracção das ampolas e glândulas vericaes e de certos músculos períneos.” (OLIVEIRA, 1927, P. 51).

Pode-se inferir de tais relatos e experiências que mesmo aqueles temas que eram considerados impróprios para os ouvidos femininos, a exemplos dos relacionados à sexualidade eram debatidos com as alunas. Isso é perceptível no capítulo introdutório da tese de doutoramento da médica Ítala Silva de Oliveira, onde ela diz que a escolha do seu tema deu-se a partir das discussões feitas por seus professores e a da constatação da importância destas a partir de sua prática médica.

De uma feita, no derivar de uma aula de physiologia, (fazia eu, então, o curso de obstetrícia) a palavra ousada e nem por isso menos verdadeira de Arestides Maltez, rasgará à minh'alma, nos seus primeiros contatos com as sciencias médicas, mundos desconhecidos... Maduraram no meu cérebro as suas palavras nas quaes a verdade transluzia e, um dia, mais tarde, nas suas prelecções magistraes de therapeutica, Fernando de São Paulo toca, muiot embora ao de leve, no assumpto, attribuindo-lhe papel importante na gênese de varios estados mórbidos.

E, depois, essa Mestra rude que é a vida fez-me ver, em derredor, casos que solicitavam minha attenção, lagrimas a exorarem o consolo de uma palavra minha e tudo porque, aos que tanto padeciam, fallecia uma orientação e o sentimento da vida sexual.

A theoria das lições ouvidas se vinha juntar a prática da vida vivida em condições dolorosas e bem estranhas, não raro, e vi como era razoáveis em suas ponderações os meus Mestres. (OLIVEIRA, 1927, p. [2]).

È evidente, pelas fontes analisadas, que a formação não se fazia somente na sala de aula, fossem nas atividades práticas ou teóricas; havia espaços de formação extra-faculdade. E não só os consultórios e grupos de estudos na casa de estudantes se constituíram em locais de enriquecimento profissional, mas também as discussões científicas promovidas pela

¹³⁵ Aspectos da tese de Ítala serão discutidos no decorrer desse capítulo.

Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia foram prováveis espaços de interlocuções para as futuras médicas. A exposição de Francisca à Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia nos revela que não era apenas uma técnica da medicina, aplicando procedimentos e técnicas pré-estabelecidas, mas que era também uma cientista da área acerca da medicina da mulher e como tal buscava diálogos com os seus pares, ainda que dentro dos limites formais impostos pelas normas sociais. Ou seja, a médica buscou esclarecimentos para as suas dúvidas, não em uma reunião particular no consultório de algum médico e sim em uma sessão pública de uma sociedade científica reconhecida.

Isto implica em afirmar que ela atendeu casos interessantes, que classificou com dignos de registro e posterior discussão com seus pares, em seu consultório particular ou na própria residência dos pacientes. Este é o caso da senhora “S.” que sofre de um abortamento com retenção de placenta e atendida no local em que estava hospedada pela médica, indicando que apesar de não divulgar que fazia atendimentos fora do consultório ou do hospital ela atendia ao chamado das clientes¹³⁶. O relato dos procedimentos adotados com a senhora “S” foi digno de menção na **Gazeta Médica da Bahia**.

Na tarde de 3 de julho do corrente anno foram reclamados os meus cuidados médicos para uma sra. de nacionalidade italiana com que pelas referencias do marido achava-se sob as garras de uma infecção, conseqüente à expulsão de um embrião de três mezes aproximadamente. Expellido este, dous dias antes, deixara ficar aprisionada as suas dependências, contribuindo em parte para este accidente, ao que me foi referido, as doses repetidas de centeio administradas pela pessoa, que a assistira, naturalmente com intuito inteiramente opposto. Encontrei a doente bastante agitada e impaciente, accusando CEPHALALGIA não muito intensa, náuseas e cólicas uterinas; O ventre era tympanico, extremamente doloroso. O pulso freqüente e a temperatura de 38°.8. Ao toque apresentava-se o collo uterino, apezar de um pouco endurecido, ligeiramente entre aberto, deixando escapar os lochios manifestamente fétidos. Atravez do segmento cervical consegui attingir uma porção de placenta que pude desagregar em pequenos fragmentos, sendo difficil extrahir-a inteiramente, não só pela adherencia da parte restante, com também pela impossibilidade de penetração de mais de dous dedos na cavidade uterina. As perdas sanguineas que acompanhavam cada tentativa de extracção e o receio de uma hemorragia grave (não pouco freqüente n'estes casos), para o que não estava eu preparada no momento, ao lado das dores accusadas pela paciente, resolveram-me a adiar para o dia immediato a operação de curetagem, que julguei necessária n'este caso. Após larga irrigação vaginal antiseptica e prescripta a medicação mais urgentemente reclamada, retirei-me, obtendo de ante-mao a transferencia da doente para um prédio visinho pois o local onde a encontrara,

¹³⁶ Essa característica do exercício profissional das médicas foi discutida na segunda parte deste capítulo.

longe de preencher outras condições hygienicas indispensáveis, era desprovido quase inteiramente de luz.

Às 9 horas da manhã seguinte, munida do instrumental necessário, voltei a ver a Sra. S. Então installada em novo commodo, mais espaçoso e melhor illuminado. Praticados os cuidados preliminares e auxiliada pelo Dr. J. Fróes procedi ao desprendimento da placenta, empregando a cureta de Auvard, terminando com a irrigação antiseptica da cavidade uterina, para o que me servi da sonda de Bundin.

As condições da doente apesar de pequena elevação da temperatura (37°.5) em relação ao pulso (80 p.m.) eram as mesmas do dia anterior, persistindo as dores abdominaes intensas (apesar das cataplasmas laudanizadas applicadas), as náuseas, vômitos, etc.

A tarde o thermometro marcava 37°.., oscillando d'ahi por diante entre 37°. E 36°.5.

As cavagens intra-uterinas fiz sempre uma vez diariamente até o 7°. dia após a intervenção, em vista da fetidez persistente do corrimento lochial n'este intervallo, sendo feitas à tarde pela parteira as lavagens simplesmente vaginaes.

No 3°. dia o estado do aparelho gastrointestinal indicou-me a applicação de um purgativo, após o effeito do qual a dores abdonimaes cessaram inteiramente.

Desapparecidos os symptomas alarmantes e em franca convalescença deixei a sra. S. que, apenas para não infringir as prescripcões medicas conservava-se ainda no leito, restabelecendo-se completamente no fim de poucos dias. (PRAGUER FROES, 1905)

Nota-se neste relato, além da perícia profissional da médica, que ela não buscou ajuda de alunos (as), com quem tinha contato enquanto médico-parteira do Santa Izabel, foi médico João Fróes, que já era seu marido e clinicavam juntos, que ela recorreu, apesar da área em questão não ser especialidade deste. Foi também ao estudante Francisco de Oliveira Ramos, que Glafira Ramos ao não poder comparecer à Faculdade de Medicina pediu para matricula – lá. Esse colega não foi atencioso somente nesse momento, pela dedicatória que Glafira faz a ele parece que a colaboração entre eles foi uma constante: “ao bom amigo e collega Francisco de Oliveira Ramos e sua exma. família, verdadeira estima e consideração”. (ARAUJO, 1892). Ao comparar a relação entre Francisco e Glafira durante o curso com o sobrenome que essa adquire depois de casada – “Ramos” –, acredito que eles tenham sido mais que amigos e colegas. Sobre as relações que construiu durante a sua permanência da instituição baiana, ela apenas afirmou, citando nominalmente, que tinha gratidão por alguns mestres e reconhecimento por outros, ao mesmo tempo em que se despedia dos colegas que lhe deram demonstrações de amizade: “Aos collegas que me distinguiram com sua amizade, Adeus.” (ARAUJO, 1892).

As informações apresentadas pelas fontes analisadas acima, em uma primeira aproximação nos fornecem a pintura de um cenário de colaboração e cordialidade entre alunos e alunas, médicos e médicas, internos e internas, em específico do curso de Medicina. Esse cenário aparece na voz de Alberto Silva quando afirma que apesar da chegada de Rita Lobato ter causado surpresa - pois “é realmente a primeira jovem que se atreve a estudar Medicina na velha Escola Bahiana” (SILVA, 1954, p. 132) – ela tinha sido bem recepcionada por professores e colegas: “Recebimento amistoso! Mestres e colegas porfiam, em dispensar todas as atenções a nova aluna e colega. Tratam-na, mesmo, com muito afeto e com muito carinho, sensibilizando, assim, o seu coração enternecido.” (SILVA, 1954, p. 132).

A mesma cordialidade entre os discentes e as discentes pontuadas no depoimento que Rita Lobato deu à Alberto Silva para a memória que este escreveu sobre ela, apareceu na entrevista que a médica Isaura Leitão, formada em 1916 pela Faculdade de Medicina da Bahia, deu ao **Jornal A Tarde**. Além de trazer detalhes de sua formação, ela afirma que a convivência com os colegas foi cordial e que eles eram delicados e carinhosos.

Agradecemos-lhe a gentileza da recepção. E a doutora Leitão se despede de nós, obtemperando: - Ser gentil não é privilégio do sexo fraco. Os homens não o são menos. Passei seis annos entre elles na Faculdade e nos hospitaes, com mestres e condiscípulos, e pude aquilatar como o sexo forte sabe ser delicado e até o carinho. (AS MULHERES..., 6/1/1917)

A interpretação que Alberto Silva deu ao depoimento de Rita Lobato sobre o seu relacionamento com os colegas e professores no convívio cotidiano do curso, e a própria fala de Isaura Leitão, passar-nos uma idéia de harmonia. É como se houvesse apenas a supressa e nenhuma reação negativa ao fato de uma mulher ter adentrado ao reduto masculino daquela instituição. As reticências que notei no depoimento de Rita Lobato cortando a informação, e que podem ter sido feitas pelo próprio autor ou mesmo pela médica ao não desejar revelar outros detalhes que entrariam em contradição com a idéia de que a sua presença causou somente surpresa, me faz pensar se as relações tinham sido assim tão harmoniosas. E ao

acrescentar a análise de outras fontes, como veremos a seguir, não tão preocupadas em mostrar os espaços internos da faculdade ou a ela ligados como locais onde se fazia e discutia a medicina científica, o cenário ganhou novas cores e detalhes.

June Hahner (2003) ao mencionar a entrada das mulheres no ensino superior brasileiro, traz evidências, baseadas em artigos publicados na **Gazeta Acadêmica**, de que a chegada de Rita Lobato causou polêmica e existindo vozes contrárias a presença feminina nos cursos de medicina. Hahner (2003) traz o registro do pronunciamento de um colega da médica que se pronunciou afirmando que “ninguém desejaria casar-se com uma médica, ‘viciada pelo continuo costume de freqüentar a rua’; assim, tais doutoras deveriam abandonar suas carreiras ou permanecer solteiras.” (HAHNER, 2003, p. 149).

Outras fontes colaboram com a informação de Hahner. Por ocasião do falecimento de Francisca Prager Fróes, em 1931, foi editado um necrológico, onde varias pessoas amigas, colegas de profissão e conhecidas, fizeram suas homenagens póstumas à médica relatando a conduta desta na profissão, na vida pessoal e na luta por seus ideais políticos. E é através das vozes de Edith Gama Abreu e do professor Anísio Circundes, ao falarem da formação e atuação profissional da referida médica, que a cordialidade e colaboração da nossa pintura mostram-se difusas quando não ilusórias, pois aquele era um cenário também conflituoso e de demarcação de um espaço tido como masculino e que assim deveria permanecer.

Anísio Circundes revela que ao ser professor da doutora Fróes ficou impressionado com o seu comportamento, a ponto de perguntar como ela se sentia ao adentrar em um espaço masculino diariamente e ter que enfrentar os colegas, tendo apenas como “blindagem” a respeitabilidade pessoal.

Captando por esses predicados a minha estima de mestre, aventei uma feita a pergunta sobre o modo como se sentia, num Instituto de ensino médico, avis rara entre homens, obrigada a enfrentar-os, exclusivamente blindada na sua respeitabilidade pessoal e satifez imediatamente minha curiosidade, dizendo: “Mestre, vou desassombadamente seguindo meu caminho, sem olhar para atrás nem para os lados, completamente indiferente aos reparos que por ventura possa despertar a minha passagem”. Bati palmas à jovem discípula, animei-a em seus propósitos e nunca mais a perdi de vista. (CIRCUNDES, 1932, p. 9).

Fica a dúvida sobre quais teriam sido as situações que a médica teve que enfrentar, por ser uma mulher em um espaço masculino, e que a fez seguir em frente sem desanimar. Há uma sugestão nas entrelinhas de que as relações não eram tão harmoniosas e não era somente a surpresa que tinha que enfrentar. Isso fica patente no depoimento que Edith Gama e Abreu deu sobre o período em que a médica frequentou o curso.

O feminismo pode ser sentido com a maior das avarezas ou pregado com a melhor das abnegações. Ela foi a feminista abnegada. Desdenhou o preconceito mordaz, quebrando ousadamente as cadeias da rotina para galgar, das primeiras entre nós, uma altura dignificante na esfera intelectual. E com a magestade de suas virtudes domesticas ao lado da pujança de seus ideais feministas, abafou a grita dos increus na harmonia destas duas grandezas. (GAMA E ABREU, 1932, p. 21).

Esse posicionamento de “afastamento” ou de “indiferença” como uma forma de proteção e enfrentar os preconceitos – que podem ter sido expressados em falas e gestos – não foi específico de Francisca Prager Fróes. Apesar de afirmar constante o carinho e respeito com que foi recebida pelos seus colegas na Faculdade de Medicina da Bahia, Rita Lobato reafirmou sempre a sua figura respeitável e que agia sempre de acordo com o esperado por uma moça de família, mesmo estando ela inserida em um espaço tipicamente masculino. Alberto Silva (1954), baseado em depoimentos de contemporâneos da médica gaúcha, descreve a sua presença no curso de medicina da seguinte maneira:

Rita Lobato foi sempre aluna assidua e caprichosa. Não faltava às aulas. (82) Todas as manhãs lá chegava ela à antiga Faculdade, mui esbelta, “alva, gorda, vistosa, simpática” (83) vestindo decentemente (84) trajando-se quase sempre de escuro, (85) os olhos azuis, o rosto cheio, os cabelos castanhos penteados “em tranças presas atrás com franjas na frente” (86). Uma vez, porém, nas aulas, ou mesmo fora delas, mantinha-se concentrada, “isolada, retirada”. (SILVA, 195-, p. 137-8).

E quando questionada acerca dos motivos para se manter isolada e sempre de cabeça baixa, Rita responde: “como o Sr. Sabe na minha época uma moça não tinha a liberdade de hoje com os colegas” (LOBATO, 1948 apud SILVA, 1954, p. 138). Havia uma preocupação em respeitar a moral patriarcal vigente, e demonstrar que apesar de estarem em um espaço

masculino comportavam-se como o esperado, com descrição e de maneira virtuosa: “não usava ‘rouge’. Muito menos ‘baton’. Apenas o pó de arroz. Não seguia a moda” (SILVA, 1954, p. 138).

A preocupação do pai de Rita Lobato não era, portanto, em vão. Evidências há de que as relações não pacíficas, veladas ou explícitas, não foram vivenciadas apenas por Francisca ou Rita Lobato; elas fazem também parte das experiências das estudantes das primeiras décadas dos novecentos. Talvez tenha sido por tal fato que a União Universitária não atuou somente no sentido de estimular o acesso aos cursos superiores, fez também ações com o intuito de proporcionar a permanência destas mulheres naqueles espaços. No seu já mencionado artigo, sobre o feminismo na Bahia, Maria Luiza Bittencourt revela que apresentar as alunas aos professores, a médicos nos hospitais, foram algumas dessas ações. Um outro indicativo talvez seja a idéia de criar uma universidade feminina, no período em questão:

Na União Universitária Feminina – esta associação pleiteou e obteve o ingresso da mulher no corpo discente do Collegio Pedro II – como no Instituto de Ordem dos Advogados Brasileiros; Tomou parte em três congressos científicos, jurídico de 22, o penal e penitenciário, e de architectos de 29, apresentando theses aprovadas sobre: A constitucionalidade do voto feminino e reformatório para mulheres criminosas, inclusão da mulher no jury e projecto de Universidade Feminina. Protegendo a estudante desde o ingresso nas faculdades, apresentando-a a professores nas escolas, advogados e médicos, no foro e nos hospitaes. Foi, ainda há pouco, a intermediaria entre as alumnas que necessitavam de garantia para os seus direitos a prêmios, prejudicadas pelo decreto de exames, e o Ministério da Educação. (BITTENCOURT, 26/3/1931).

Os motivos para o desejo de criação desta instituição de ensino superior voltada especificamente para o público feminino não foi explicado no referido artigo, mas me faz pensar que tenha sido uma solução, encontrada a partir do exemplo americano e de outros países onde esse tipo de instituição era uma realidade desde o século XIX, para as resistências encontradas no cotidiano das faculdades a presenças das estudantes. Resistência que são mencionadas por Francisca Prager Fróes, quando essa no artigo “A União Universitária e a Federação Brasileira” menciona as finalidades destas entidades:

Não são ellas associações de combate, antes um santuário de ideas fraquilisadoras, onde deverão se irmanar todas as associadas sem distincção de seita, sem hesitações mal interpretadas, neste momento em que vae a mulher conquistando, com o seu prestigio indubitável o premio ambicionado de tantos séculos de luta invicta, profiada, sem tregoa, sem desalento, sem armas outras, além da consciência dos seus direitos da justiça dos seus actos. E conseguiu se impor no conceito dos seus próprios detractores rehabilitando a sua força physica, atrophada anteriormente pelo desuso, a sua mentalidade abafada pela rotina. (...). É o organismo social que se há de completar cujo funcionamento nunca existiu, porque não o permittiram até então as hostilidades e preconceitos do sexo dominante. A mulher normal há de attingir o fim que tem mira, com serenidade dos espíritos pertilisados na pureza e supremacia dos seus ideaes. É dessa pleide de intellectuaes dispostas a enfrentar, sem alarde, os preconceitos do meio ostensivo e desorganizado em que vivemos, que tudo devemos esperar e a todas devemos auxiliar, para que seja plenamente confirmado o lemma instituído pela ‘Federação Brasileira pelo Progresso Feminino’ – VIRIBUS UNITIS. (FRÓES, 02/4/1931, p. 2)

As resistências não eram somente dos colegas que quiçá se sentiam ameaçados pela concorrência feminina, mas também da sociedade que via convivência de moças e rapazes com certa desconfiança; ou mesmo de docentes, que apesar do carinho paternal pelas alunas, não acreditavam que elas teriam as mesmas condições dos alunos para exercerem a profissão e superar os seus desafios. Exemplo desse último caso foi o da psiquiatra Nise da Silveira que teve de provar a um professor possuir tanta capacidade ou coragem, para o trabalho que iria desempenhar na profissão escolhida, quanto qualquer outro discente do sexo masculino. Ela o fez aceitando o desafio que lhe foi imposto: segurar uma cobra.

Sabe-se que, mesmo trinta anos após o ingresso de Francisca Prager na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1921, a estudante Nise da Silveira – que se tornaria famosa por introduzir a arte da pintura no tratamento de esquizofrênicos -, ao lado de seus 158 colegas de turma, foi desafiada pelo mestre de parasitologia, Pirajá da Silva, a segurar uma cobra viva entre as mãos; e ela assim o fez por um minuto inteiro, entregando-a depois a um colega. (RAGO, 2005, P. 174).

Uma outra fonte que traz nas suas entrelinhas vestígios de que essas relações não eram tão harmoniosas, é o de artigo que Leda Ferraro escreveu sobre as moças universitárias. Nesse artigo, como já citei no capítulo anterior, além de falar das mudanças de comportamentos, os espaços ocupados pelas mulheres, Jesuíno afirma acreditar que na medida em que o numero

de mulheres fossem aumentando nas faculdades, entenda-se medicina, direito, engenharia, as resistências e os obstáculos a presença destas nestes espaços iria diminuir.

Certamente que o esforço é grande. Não é fácil considerar (sic) apenas por si simples observações, quais os problemas que enfrenta a estudante do nosso meio. Mas, vê-se que, de todos eles, um dos maiores é decorrente da falta do espírito universitário, o que também desejou [...]. Não tendo sido formado aqui um espírito universitário entre as nossas estudantes, sente-se a moça um pouco desambientada, sem aquela sinceridade de falar e agir com amplitude e naturalidade. 10 moças já me confessaram e, todas dirão o mesmo, que se sentem verdadeiramente embaraçadas ao entrar em outra faculdade que não seja aquela onde estudem. E há razões para isso. Assim não acontecerá entretanto quando o espírito universitário, que se vai criando, tornar mais intenso o intercâmbio de idéias e o convívio entre moças e rapazes e mesmo entre moças das diversas faculdades. (JESUINO, 1944)

Chego à conclusão de que para as damas da Faculdade de Medicina da Bahia as relações e formação harmoniosas, como algumas fazem questão de frisar em suas recordações, não foram uma constante nos períodos passados no interior daquela instituição. Uma vez que os poucos vestígios trabalhados nesse capítulo nos revelam algumas formas pela qual a compreensão de gênero estruturou o acesso feminino aos cursos superiores e as relações que as discentes construíram naquele espaço; sobretudo, a partir dos usos que fizeram das linhas de ação da ideologia patriarcal (regulação do espaço, do tempo, e vigilância), presentes também na suas atuações profissionais.

ESTRATEGIAS E TÁTICAS DE INSERÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL

A análise dos anúncios publicados nos periódicos baianos, nas três últimas décadas do século XIX, foi uma fonte importante na medida em que possibilita a visibilidade de alguns aspectos da rotina dos profissionais que se dedicavam à cura e prevenção de doenças. Por meio da seção de microfilmes do **Arquivo Público do Estado da Bahia** tive acesso a vários destes periódicos tanto os que circulavam na capital e como os do interior da província.

No entanto, a grande maioria dos jornais não possuía uma seriação completa, alguns constam apenas de escassos números. Diante das possibilidades oferecidas, só foi possível criar uma serie incompleta dos anúncios publicados no **Diário de Notícias**, periódico diário que inicia a sua circulação no ano de 1875. No entanto, a coleção do Arquivo Público do Estado da Bahia tem início com o número 199, datado de 02 de setembro de 1876, finalizando com a publicação do dia 06 de agosto de 1909, intervalo com falha. A minha serie foi composta inicialmente, portanto, de 60 (sessenta) anúncios masculinos e femininos, em cuja contabilização foram consideradas as repetências como uma estratégia para verificar as permanências, limitações e transformações ocorridas nesse universo profissional em questão.

Com o intuito de reforçar os dados obtidos no **Diário de Notícias** foram acrescentados anúncios oriundos de jornais que circularam na interlândia soteropolitana e em cujas páginas foram encontradas ofertas de serviços na área de saúde. A baliza temporal da minha seriação tem a década de 1940, precisamente o ano de 1949, o seu marco final, o fator definidor foi ser nas três últimas décadas da primeira metade do século XX que encontrei o maior número de mulheres formadas pela instituição baiana, como explicitado no capítulo anterior. A composição da serie pode ser visualizada no Quadro I, a seguir.

QUADRO I

Serie de anúncios de serviços odontológicos e médicos em Salvador (1876 a 1929)

Periódico	Localidade	Período Pesquisado	No. Anúncios		Total de Anúncios
			F	M	
Diário de Notícias	Salvador	1876-1909	03	56	59
O Artista	Santo Amaro	1877-1878	-	01	01
O Renerador	Nazaré	1877-1905	-	01	01
Tribuna	Salvador	1877-1879	-	01	01
A Ordem	Cachoeira	1877-1895	-	01	01
O Motor	Feira de Santana	1877-1881	-	02	02
Echo Popular	Cachoeira	1877	-	01	01
O Liberal	Santo Amaro	1877	-	01	01
A Verdade	Alagoinhas	1876-1882	-	01	01
A Chrysalida	Salvador	1879	01	-	01
O Americano	-----	1882	-	02	02
O Monitor	Salvador	1876 – 1881	270	9.573	9.843
Gazeta da Bahia	Salvador	1879-1886	92	30.911	31.003
A Tarde	Salvador	1920-1949	6.353	112.158	118.511

Ao todo foi contabilizado para as décadas finais do século XIX e a primeira do XX, um total de 40.917 (quarenta mil novecentos e dezessete) anúncios. Onde aproximadamente 0,5% (meio por cento) são femininos. Desse dado pode-se inferir que a divulgação do exercício profissional pelas mulheres foi ínfimo. No exercício de vislumbrar os autores e atrizes do referidos anúncios, encontrei 86 médicos e 11 dentistas que publicaram constantemente, nos periódicos relacionados no Quadro I, a oferta de seus serviços.

Desse universo, temos apenas 01 médica e 01 odontóloga. Se pensarmos as proporções profissionais pelo viés de gênero tendo como base os sujeitos que fazem os anúncios e não a quantidade desses anúncios, veremos que o pequeno número de anúncios foi consequência da pequena presença de mulheres que divulgaram, via imprensa, os seus serviços. Assim, a porcentagem para os anúncios se mantém para os seus autores: as mulheres representavam menos de 0,5% (meio por cento) dos profissionais presentes no mercado de prestação de serviços médicos de Salvador, que divulgavam os seus serviços nos periódicos diários. Fato que sinaliza a caracterização de que o exercício profissional nessa área, apesar da formação de mulheres, ainda era masculina.

A mesma conclusão é válida para o intervalo entre as décadas de 1920 e 1940, uma vez que dos 118.511 (cento e dezoito mil e quinhentos e onze) anúncios analisados 112.158 (cento e doze mil e cento e cinquenta e oito) são masculinos e 6.353 (seis mil trezentos e cinquenta e três) femininos. E esses anúncios correspondem a 242 médicos, 22 dentistas homens, 19 médicas e 07 parteiras. No universo de 290 (duzentos e noventa) profissionais, apesar de existir um aumento considerável em relação ao período anterior, a presença feminina continua mínima diante do universo apresentado: quase 7% (sete por cento). O controle do exercício profissional dos homens nesse setor continuou constante. Ou seja, percebe-se que apesar de um maior número, de baianas, formadas na Faculdade de Medicina

da Bahia em relação às décadas anteriores, o exercício profissional na área médica era eminentemente masculino.

Essa é uma amostra relativamente pequena quantitativamente para o lapso de tempo em questão. Deve-se, porém, considerar a ação do tempo no suporte de armazenamento da informação, causando a sua perda que é exteriorizada pelas falhas existentes na coleção de periódicos analisada. Uma outra consideração a ser feita, talvez a mais importante, é que as “complexidades das relações pessoais são especialmente resistentes” (THOMPSON, 1998, p. 324) a mensuração, elas não podem ser quantificadas. Ou seja, é como Certeau (1994) pontua, ao falar das análises feitas para captar os vestígios de movimentos empreendidos pelos sujeitos nos jogos ou embates de força com intuito de fazer valer os seus desejos dentro de um contexto.

Dessa água regulada [movimentos empreendidos] em princípios pelas redes institucionais que de fato ela vai aos poucos corroendo e deslocando, as estatísticas não conhecem quase nada. (...) não se trata, com efeito, de um líquido, circulando nos dispositivos do sólido, mas de movimentos diferentes, utilizando os elementos do terreno. (CERTEAU, 1994, p. 97).

A nossa intenção não é utilizar a seriação para somente quantificar, mas também como uma abordagem que permita por meio da comparação dos dois momentos que a constitui uma análise qualitativa. E como pontua Vallejos e outras (2003), a comparação é uma metodologia importante para os Estudos de Gênero uma vez que por meio do descentramento permite o exercício de uma subjetividade comprometida sem a perda do rigor científico. Ou seja, no caso específico do meu estudo, permite que se possa verificar as transformações ou não por que passaram o exercício profissional da área de saúde (medicina, farmácia e odontologia) de homens e mulheres entre dois períodos distintos da história soteropolitana.

A comparação entre esses dois momentos permitem verificar que a exclusão, baseada em parâmetros de gênero, verificada no interior da instituição baiana também se fez presente no exercício profissional. E por meio da leitura dessas fontes foi possível verificar que a

segregação territorial e hierárquica presente na formação, se fez presente no mercado de trabalho desses profissionais e, mais sinalizou a existência da *segregação institucional* no interior da instituição baiana e de outras ligadas a ela. Tal constatação só foi possível porque se somou a análise quantitativa o trabalho qualitativo dos textos desses anúncios; procedimento importantíssimo para os Estudos de Gênero, pois os dados quantitativos apontam à existência do fenômeno e o demarcam no espaço e tempo, permitindo uma leitura horizontal, mas apenas “arranham” os aspectos culturais, sociais que o explicam e que só é possível por meio de uma leitura vertical, qualitativa (DEMO, 2001). É a partir da característica desses dois tipos de pesquisa, horizontalidade e verticalidade, que Poncela (1998, p. 168) alerta para a importância de “complementar informação e dados que venham de abordagens quantitativas com os qualitativos” uma vez que esses últimos “dão voz, sentido e conteúdo as opiniões e as cifras”.

As observações que Poncela (1998) faz especificamente às pesquisas acerca da participação política das mulheres, concretizaram-se na minha pesquisa na medida em que a leitura dos textos dos anúncios possibilitou a percepção de certos padrões no atendimento médico-odontológico que permanecem ou desaparecem ao longo do período em questão, que somente a abordagem quantitativa (número de anúncios feminino e masculino) não permitiria verificar. Ou seja, na série de anúncios algumas limitações na atuação profissional das mulheres, possivelmente perpassadas pelas representações e práticas de gênero vigentes no contexto em foco, quando não intuídas, podem ser visualizadas de forma nítida e isso só foi possível por meio da leitura qualitativa dos mesmos.

A primeira limitação ocorre quanto a provável clientela e a maneira como o atendimento de determinadas moléstias era divulgado. Os textos da propaganda das médicas e odontólogas, nos dois períodos que compõem a série, indicam uma clientela bem específica - mulheres e crianças. Houve apenas duas exceções, na década de 1930 e 1940: Cleonice

Alakija e Carmem Mesquita, ambas formadas pela instituição baiana. A primeira especialista na área de otorriologia, como se verifica no seu anúncio:

Médica. Assistente da FAMED. Esp.: doença do nariz, gargata e ouvidos, diatermacoagulação nos tumores da face e cavidades anexas. Consultório: Rua Chile, Prédio Catharino, 1º. Andar; salas 24 e 26; segundas, quartas e sextas, das 9:00 às 12:00; terças, quintas e sábados, das 14:00 às 16:00. Residência: Siqueira Campos, 16; tel. 1693. (A TARDE, 17/08/1933)

A segunda afirma ser especialista em doenças internas: “Assistente da Clínica Médica da FAMED. Esp.: doenças internas. Consultas: Prédio Catharino, sala 22, 1º. Andar; tel. 6424; das 16:00 às 18:00. Residência: Lacerda do Tororó, 63.” (A TARDE, 02/06/1942). As outras profissionais que atendem nesse período, inclusive na década de 1920, dedicam-se a doenças de senhoras e crianças, a exemplo de Nair do Passo Cunha, que durante os meses de abril, maio e junho publicou o seguinte anúncio: “Médica. Esp.: moléstias das senhoras. Consultas diariamente das 15:00 às 17:00. Consultório: Ed. A Tarde, 3º. Andar, sala 318. Residência: Campo Grande, 17” (A TARDE, 1939).

Deve-se destacar que a concentração em uma única área da medicina não ocorre nas propagandas masculinas: os médicos atendem a todas as especialidades, desde clínica geral até oftalmologia, passando por doenças venéreas. Aqui é patente que o gênero demarcou a atuação profissional, as mulheres, em sua maioria, foram direcionadas para especialidades definidas como adequadas a elas ou não contraditórias às suas funções de mães e esposas. A isso podemos classificar como segregação territorial.

As odontólogas realizavam qualquer serviço da sua especialidade como anuncia durante o primeiro semestre de 1879 a dentista Leonor H. A. dos Santos no **Jornal O Monitor**, não havendo, portanto uma diferenciação do tipo de serviços atendidos pelos dentistas, apesar da clientela a quem se dirigia ser feminina. Em relação a esse aspecto do atendimento odontológico, cabe destacar que no segundo momento da série, de 1920 e 1940, só encontrei o anúncio de uma única dentista: Adelaide C. Amorim, que também era médica

de crianças: “Cirurgiã dentista e clinica de crianças. Consultório: avenida sete, 34; 1º. Andar, sala 1 (Ed. Almeida); Consultas: diárias das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00.” (A TARDE, 25/10/1948)

Além da clientela específica, Adelaide C. Amorim teve em comum com a médica Anna Marques de Freitas, a dupla formação: essa última além de médica era farmacêutica. Encontrei anúncios de Anna Marques de Freitas no **Jornal A Tarde** referentes aos anos de 1924, 1925 e 1928 com o mesmo texto e em uma sessão de anúncios específica: parteiras, a exemplo do ocorreu com Noelia Burgos e Zaphira Ferreira, no mesmo período. Também na década de 1920, os atendimentos eram dirigidos para as mulheres.

Uma outra característica dos anúncios das médicas foi o fato de não mencionarem as moléstias, principalmente as venéreas. Enquanto os homens colocavam que tratavam sífilis, gonorréias, e outras doenças do gênero, elas não o fazem apesar do termo “moléstia de senhoras” congregar um amplo leque. Isso não significa que não o fizessem, mas o não declarar talvez tenha sido uma tática tanto para atrair clientes, pois possivelmente uma “mulher de família” não iria a um consultório que publicamente afirmava tratar dessas doenças, pois isso poderia suscitar questionamentos acerca dos seus comportamentos; uma outra possibilidade era o cuidado com a própria imagem, em não fornecer elementos para a associação entre a profissão e a falta de conduta moral adequada.

O zelo com a imagem bem como as conseqüências desta para a sua vida profissional e pessoal estavam presentes e eram cobradas como se verifica nos discursos, tanto contrários como favoráveis, acerca da inserção de mulheres nas profissões médicas ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX, conforme vimos no segundo capítulo; e no ostracismo social que a médica sergipana Ítala da Silva Oliveira sofreu após defender a sua tese de doutoramento sobre a educação sexual. Tema que nas primeiras décadas do século XX foi discutido pela medicina, pois era vista como um meio para evitar doenças como neuroses,

vício solitário, perversão sexual ou mesmo a prostituição, que conjuntamente com a sífilis, a gonorréia, entre outras enfermidades venéreas, assombram a vida cotidiana dos centros urbanos. (BESSE, 1999, p. 141-2). O monopólio dessas discussões, com poucas exceções, era masculino. Besse (1999) ao mencionar essas discussões ressalta a figura do médico Francisco Vasconcellos, profissional de destaque nessa área e que defendia a educação sexual feminina e que “acusava o ‘analfabetismo sexual’ de ter ‘naufragado muitas gerações de moças’ que se haviam transviado da trilha reta e estreita da pureza sexual”. (BESSE, 1999, p. 139)..

Essas discussões também estavam presentes na Bahia. Dentre as teses de doutoramento femininas, defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia, encontrei uma que discutia a questão, ela foi escrita pela feminista sergipana Ítala da Silva Ribeiro, que apresentou a sua crítica a forma como a sexualidade era vista e negada.

Para a médica o amor sexual era “mais excelle e o mais natural dos sentidos humanos... obra de procreação e beleza” (OLIVEIRA, 1927, p. 121) e a ignorância em que as mulheres eram mantidas ao seu respeito não as protegia e sim as expunham aos perigos que poderiam leva-las, quando não educadas, a uma “vida calçada na lama”. Dessa forma, a ignorância acerca da sexualidade era prejudicial em vez de salutar.

O homem tem sede de provar e saber tudo o fructo prohibido. D’ahi, males gravíssimos gerados do abuso, dos desvios na marcha geral do trabalho orgânico, pela incompreensão do amor e das necessidades do sexo. E lá se vão, paz individual, sossego no lar e, não raro, a vida calçadas na lama, porque a ignorância de uns, os preconceitos de outros, costumes que se julgam tradições immutaveis mandam se deixe a mocidade na ignorância absoluta da vida sexual. (OLIVEIRA, 1927, p. 124)

Tanto Francisco Vasconcellos como Ítala da Silva de Oliveira eram médicos que discutiam profissionalmente uma questão que inquietava o cotidiano nacional. No entanto, apesar da semelhança do tema discutido, essas não permanecem no tratamento que ambos receberam ao defendê-lo. Freitas (2003) ao estudar o caso da sergipana revela que após a defesa da sua tese, essa médica que tinha uma vasta atuação em Sergipe, como professora e

feminista, publicado constantemente nos periódicos sergipanos e de outros estados, sobre a questão feminina e a educação de forma geral, deixou de publicar e de ter uma vida política ativa. Não voltou a Sergipe, como aconteceu em 1922 após a sua formatura em parteira¹³⁷, e nem permanece em Salvador, muda-se para o Rio de Janeiro onde passa a clinicar.

Professora, médica, jornalista, escritora, empenhada na luta da emancipação feminina, através da educação e do exercício profissional, a trajetória de Ítala se aproxima muito da experiência de vida de Maria Rita, principalmente porque ambas deixaram Sergipe, quando estavam em pleno desenvolvimento de suas carreiras profissionais e foram presenças marcantes na imprensa local. Não foram encontrados indícios que Ítala teria exercido a medicina em Sergipe. Segundo o depoimento de parentes e de uma amiga, logo depois da formatura ela foi para o Rio de Janeiro. Trabalhou durante muitas décadas na Penha, se dividindo entre o posto de saúde e seu consultório particular no mesmo bairro. Durante muitos anos morou em uma pensão localizada no Bairro Botafogo. A atividade de colaboradora em jornais e revistas parece ter ficado restrita ao período em que morou em Aracaju e Salvador. A dedicação ao exercício da medicina pode ter dificultado esta prática. (FREITAS, 2003, p. 155)

Freitas (2003) apresenta a idéia de que afastamento do cenário da vida pública deveu-se ao exercício da medicina, que não deixava tempo para outras atividades. É uma possibilidade, no entanto, penso que isso pode ter sido reflexo das reações da tese que ela defendeu. No capítulo que intitulou "De como nasceu a ideia da presente these" (OLIVEIRA, 1927), a médica, além de revelar que um dos motivos para a escolha do seu tema foi o fato de ser "um problema ainda tão pouco curado e estudado entre nós, qual o da – Educação Sexual" (OLIVEIRA, 1927, p. [4]), construiu uma justificativa onde ressalta a importância da educação sexual feminina para a sociedade e a família, pois o acesso das moças àquela preparação para o convívio, cada vez mais comum naquele período, com o sexo oposto, ao mesmo tempo que evitaria muitos dos sofrimentos femininos.

A modéstia da minha contribuição me é patente. Ella vale registrada, porém, pelo esforço, representa a manifestação de boa vontade de quem vive, há annos, ouvindo, porque a tanto lhe dá direito o tirocínio académico, queixas amargas que evitadas seriam, si a educação sexual fosse curada e mais de attenção merecesse, si ella não fosse inda, em pleno século das mais engenhosas invenções – um espantallo e uma vergolha.

Hoje mais que hontem ella se impõe de maneira premente, indiscutível.

¹³⁷ Em Livro de Registro de Diplomas da Faculdade de Medicina da Bahia, referente aos anos iniciais da década de 1920, encontrei o registro do diploma de Ítala em parteira, obtido em 1922. Ao final do texto de registro há uma anotação que informa que ela teria voltado para Sergipe.

As conquistas sempre crescentes do feminismo, o contacto permanente e continuo dos dois sexos, no labor diuturno, nas fabricas como nas officinas, nos laboratórios como nas escolas superiores, nas industrias assim como no commercio, estão a pedir nos programmas de ensino, ao lado da educação physica, da moral e da intellectual, um logar para a educação sexual.

É preciso crear na mulher, sem falso nem mal entendido pudor, o sentimento da dignidade própria e no homem o respeito à companheira de luctas e trabalhos, de cujo sio elle veio à luz do dia e de cujas entranhas ferazes, ao calor da sua virilidade, novas vidas surgirão, novos seres lhe farão palpitar o coração na mais santa das alegrias – a alegria divina de crear. (OLIVEIRA, 1927, p. [7-8])

Feitas essas colocações, Ítala revela que, apesar da importância do tema, sabe que ele causará polêmica e reações:

Não foi, porém, sem temer e sem pesar o arriscado do assumpto que a mim mesma propuzera, que esta inicei. Sei quanto riso de ironia e escarneo o acolherá. Presinto, já de hoje, que muitos o classificarão de ridículo, porque vai ferir legítimos melindres; outros o acoimarão de impróprio, visto quererem haja uma sexualidade para o espírito como para o corpo; alguns levarão as mãos à cabeça, a perguntarem onde o decoro das mulheres de hoje, e, na falta disso tudo, haverá ainda quem me appllide de insensata, sem pudor senão immoral. (OLIVEIRA, 1927, p. [5]).

Freitas (2003, p. 221) ao concluir suas reflexões acerca dessa feminista sergipana, questiona-se a respeito do silencio sobre a trajetória da primeira médica sergipana. O referido silencio de personagem tão marcante do meio intelectual sergipano, indica os limites que não deveriam ser ultrapassados e as consequências para quem ousava fazê-lo. E finaliza perguntando-se se ela foi excluída ou se excluiu?

Sobre sua morte, seus primos recordam que foi em 1984, mas não conseguiram localizar a data exata, nem mesmo o cemitério no qual ela foi enterrada no Rio de Janeiro. Ela morreu internada em um hospital carioca, nenhum de seus parentes próximos estava presente. Depois da ida para o Rio no final da década de 1920, nunca mais teria retornado a Sergipe... foi excluída ou se excluiu? (FREITAS, 2003, p. 221)

Para o meu intento finalidade neste capítulo, que é demonstrar como a ideologia patriarcal estruturou o mundo biomédico, mesmo após o acesso feminino aos cursos superiores da área de saúde, o fato de ter sido excluída ou ter se auto-excluído não é tão significativo quanto à situação de ostracismo resultante dele. Diante dessa afirmação, fica a pergunta: se tanto Francisco Vasconcellos como Ítala eram médicos, porque ela temia sofrer constrangimentos, sanções, enquanto que o mesmo não se aplica a ele? Acredito que a

explicação encontra-se na hierarquia de gênero que delimita as relações e espaços sociais tanto familiares e de formação como profissionais.

O fato de ser médica não autorizava Ítala discutir abertamente e propor soluções para um assunto que era “tabu”; revela, ainda, que zelar pela virtude ia além da restrição as determinados atendimentos, perpassava também pelo controle do pensamento, das idéias – fatores, que aliás, não estão dissociados. E, diante das reações “negativas” que havia previsto na introdução de sua tese, Ítala, ao invés de “dá pouco opinião dos que assim me julgarem e pensarem. A todos eu direi: o soffrimento, a dor, a agonia só grammaticalmente tem um gênero” (OLIVEIRA, 1927, p. [5]), teria preferido afastar-se da vida pública e não enfrentar as críticas e recriminações?

As ações e reações explicitadas contra a tese e sua autora – as críticas e recriminações classificando-a de “insensata, sem pudor, senão imoral” (OLIVEIRA, 1927, p. 5) –, a exemplo dos silêncios, tem seus significados. No jogo do controle das atuações e espaços das médicas, o seu “ostracismo” desempenha o papel de “abjeto” em relação ao “sujeito”. Judith Butler (2000, p. 153-172) ao discutir a materialidade do corpo e a performatividade de gênero, analisa as questões que as envolvem e, para isso, trabalha o conceito de “abjeto” – “aqueles que ainda não são sujeitos” (BUTLER, 2000, p. 155) ou que devido a algum evento ou situação, deixaram de gozar das prerrogativas do *status* de sujeito social.

A despeito de sua relevância teórica e política, não me propôs a elaborar uma discussão sobre a questão das identidades e do sujeito. Acredito que para a minha interpretação da importância do ostracismo de Ítala a partir das categorias postas por Butler (2000) ser suficiente o conceito de “sujeito social” como a constituição dos indivíduos a partir das relações que ele estabelece no grupo e que o permite ser considerado, reconhecido, aceito ou excluído. Em outras palavras, como destaca Hall (2006), ao mencionar a contribuição da Sociologia para essas discussões:

Localizou o indivíduo em processos de grupo e nas normas coletivas as quais, argumentava, subjaziam a qualquer contrato entre sujeitos individuais. Em consequência, desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham. Essa “internalização” do exterior no sujeito, e essa “externalização” do interior, através da ação do mundo social (como discutida antes), constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização. (HALL, 2006, p. 31)

É como afirma Butler (2000, p.154) os sujeitos são formados também pelo medo da exclusão, de ser tornarem “abjetos”, de serem parias entre os seus. Assim, a sustentação da estrutura não se dá somente pela introjeção e normatização dos papéis, mas também pela contestação da mesma uma vez que a possibilita apresentar e reafirmar os limites e as fronteiras os quais os indivíduos não devem ultrapassar sob pena de serem excluídos.

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. (BUTLER, 2000, p. 155).

Adaptar a relação de “abjeto” e “sujeito” para o contexto da nossa discussão, sugere a possibilidade de compreender a existência da tese da médica sergipana como algo importante para a preservação e continuidade do estabelecido como normal, como regra, uma vez que evidenciou e reafirmou o limite entre o que era e o que não era desejável. E, principalmente, sinalizou para as consequências – se tornar “abjeto”, ir para a zona do “inóspito” – de expressar abertamente pensamentos, idéias ou ações que ousassem ultrapassar as fronteiras postas pela moral patriarcal vigente, onde o conhecimento acerca das questões relativas a sexualidade, para moças solteiras, era “vergonhosa, degradante e na qual se não deve falar à presença de pessoas castas e honestas” (OLIVEIRA, 1927, p. 119). E Ítala da Silva fez isso ao

defender a educação sexual feminina, vinculando-a à questão feminista, ao mostrar que sua discussão era necessária para o fim da situação de opressão em que viviam as mulheres.

E a mulher sente que a sexualidade desperta, se admirando de tudo, à menor causa tremendo, envenenando, não raro, a sua existência com estultos preconceitos e revoltantes hyprocrisias, - é o silêncio sagrado, a pureza ideal, verdadeira. Não acrediteis nisso; o conhecimento perfeito das funções orgânicas não tira a pureza a ninguém. Vezes mil a imoralidade mais baixa se alastra sob coberto de uma ignorância inexplicável. Não há muito, tive aos meus cuidados uma mocinha, ignorante por completo, desses tropeços todos que a sexualidade mal conduzida acarreta. Uma verdadeira revolução a abalava toda; noites insomnes, alimentos quase nenhum tomava, abatimento, lágrimas por tudo. Veio a mim fazer uma consulta, dizia ella, revoltada e medrosa por tormentos cuja causa não atinava. Indaguei o motivo d'aquilo tudo. Seu olhar esgazeado tinha medo de quantos a cercavam. Compreendendo a dificuldade de receber uma resposta e, desconfiada, também eu, do que fosse aquillo, entrei no assumpto com franqueza, falei lhe como uma irman, a uma amiga. Ganhara a partida. (OLIVEIRA, 1927, p. 122).

A sergipana ao defender as suas idéias publicamente, criticar a forma como a questão era tratada socialmente, taxando esse de “hipócrita”, e ainda revelar que ao atender as suas clientes as orientava de acordo com a posição que achava correta, foi ousada e pouco cautelosa. Talvez o resultado tenha sido a ida para o Rio de Janeiro, o que, na minha interpretação foi uma forma de “ostracismo”; pois como bem revela Freitas (20003, p. 221): “O silêncio em torno da trajetória de Ítala Silva de Oliveira, não é neutro, nem aleatório. Metaforicamente, poderíamos afirmar que é um silencio que grita de forma cortante. Como uma personalidade como esta foi esquecida? Por que sobre sua trajetória os indícios são tão restritos?”.

Posto isso, deve-se destacar que esse “zelo” ou mesmo punição, a exemplo do ostracismo para aquelas que ousaram discutir abertamente assuntos “impróprios para os ouvidos femininos” ou que podiam romper a lógica imposta para as relações, fossem estes médicos ou não, no entanto, não é sinônimo de não atuação feminina na cura de doenças ligadas geralmente a uma “sexualidade desvirtuada”, mas das diversas formas e estratégias

que deviam ser empreendidas para lidar com as imposições, regras, morais e sociais, feitas às denominadas “moças de família”, cuja categoria as médicas baianas, bem como as odontólogas e farmacêuticas, estavam incluídas.

Como já pontuei não só os médicos se debruçavam nos estudos e discussões sobre as formas de combate e prevenção a estas moléstias, as médicas também. É o que se verifica ao analisar casos que pontuaram a atuação profissional de Francisca Prager Fróes. Tanto no seu consultório como na Maternidade do hospital Santa Isabel, essa médica baiana não atendia somente parturientes em gestação normal ou com complicações, a exemplo de Maria da Conceição ou da senhora “S”, mas também mulheres com outras doenças como sífilis.

Pode-se concluir, portanto, que a atuação profissional em uma área específica estava correlacionada com as representações e práticas de gênero da sociedade baiana do período. Enquanto os médicos não precisavam restringir a sua clientela, podendo atender homens e mulheres, as médicas se restringiam ao atendimento de mulheres e crianças, tendo o cuidado de, nas entrelinhas dos seus anúncios, evidenciar que terminados enfermos e enfermidades não seriam atendidos, uma vez que nos parece existir o veto ao atendimento, por exemplo, a homens, principalmente os doentes venéreos, e a mulheres cuja conduta duvidosa fosse conhecida publicamente. E quando o faziam, a exemplo de Francisca Prager Froes, era de forma discreta, sem fazer críticas ao que estava posto, e explicitando que tinham em mente a preservação da família ameaçada por doenças como a sífilis, o que não entrava em choque com a moral existente – aliás, esta foi utilizada para reforçar a discussão de determinados assuntos como se verifica nas produções científicas de algumas médicas. Se assim não fosse, fica a indagação porque delimitar o seu atendimento a mulheres e crianças ou ressaltar a importância de sua ação profissional para a manutenção da ordem familiar?

Uma outra limitação que se relaciona com o zelo da imagem se faz presente ao se verificar os locais e o período de atendimento. Nos anúncios masculinos a rotina profissional

dos médicos se desenha: o atendimento na própria residência mesmo quando se tem um consultório em outro local é comum. Alias alguns deixam evidentemente que podem ser procurados a qualquer momento nas suas casas, inclusive à noite mesmo para os casos em que deveriam se deslocar até a residência do (a) paciente.

Clinica do Dr. Arthur Costa.
Consultório à rua das Princesas por cima do Trapiche Gaspar.
De 11 às 2 horas da tarde.
Residência à rua dos Barris – casa n. 05.
Chamados por escripto à qualquer hora. (DIARIO DE..., 22/04/1880).

Ou ainda,

DR. FERREIRA SANTOS.
ESPECIALIDADE
Moléstia de pele e syphiliticas.
Consultório
7 – Rua dos Ourives – 7
Onde será encontrado das 12 horas às 3 da tarde.
Residência rua do Mocambinho, n. 11 (DIARIO DE..., 07/07/1880).

O próprio tempo de dedicação à atividade profissional em cada um destes locais pode ser reconstruído. Exemplo é o caso do Barão de Itapuã, que além de médico da Faculdade de Medicina da Bahia, ministrando aulas, atendia no hospital da Santa Casa e na sua clinica particular. As aulas na Faculdade de Medicina começavam geralmente as 9 e iam até as 13 horas, no entanto no ano de 1876 o Barão além das aulas no período da manha também atendia no hospital da Santa Casa de Misericórdia. É o que revela a noticia de uma cesariana praticada pelo referido médico no dia 31 de agosto de 1876, publicada no **Diário de Noticias** de 02 de setembro do mesmo ano.

(...) ante-ontem praticada pelo sr. Barão de Itapoan, auxiliado pelos seus discipulos, a operação de parto laborioso, em consequência de estreitamento pronunciado ou má conformação da bacia, em uma mulher, cujo trabalho de parturição datava de muitos dias, o que obrigou a recolher-se àquella Santa Casa, por volta das 11 horas d'aquelle mesmo dia. (DIARIO DE..., 02/09/1876).

Foi um anuncio publicado oito anos depois da cirurgia cesariana que saberemos como o período das tardes do Barão de Itapuã era ocupado: em atendimentos à crianças e senhoras

que o procuravam em sua clinica particular, que ocorriam geralmente entre às 12 e às 14 horas. No anúncio de Glafira Araújo Ramos, o único feminino encontrado nos periódicos diários pesquisados para o século XIX, percebe-se que o consultório dessa médica funcionava no mesmo prédio que a sua residência; e ainda assim ela limitava-se os seus atendimentos das 8:00 às 10:00, possivelmente o exercício profissional era estabelecido de acordo com os seus afazeres domésticos : “Médica. Dra. Glafira de Araújo dá consulta em todos os dias úteis das 8 às 10 horas da manhã. Especialidades – partos e moléstias de senhoras. Residência – praça de 15 de novembro (antigo Terreiro). Consultório – no pavimento térreo. Grátis aos pobres” (DIARIO DE..., 21/6/1893).

Os indícios de que as primeiras médicas baianas ao estabelecerem consultórios o faziam no mesmo espaço da residência ou em local relativamente próximo a esta, se fortalece quando verificamos em um periódico anual o anúncio que Francisca Prager faz do seu consultório. Ele localizava-se no Campo Grande e a residência de seus pais, com quem morava antes do casamento, situava-se a poucos quarteirões do mesmo – corredor da Vitória. Após o casamento ela passa a clinicar no consultório do esposo, que se localizava no Sodré. Um outro caso de médica que não tem consultório no mesmo local da residência foi da doutora Amélia Perouse que clinica junto com o seu esposo – o dr. Perouse. (REIS, 1899, 1900).

O mesmo parece se aplicar as odontólogas, uma vez que o anuncio de Balbina indica que o seu gabinete seria no mesmo local da residência enquanto o de Leonor dos Santos deixa nas entrelinhas ao afirmar que está localizado na antiga casa do Dr. Renault. Não encontrei anúncios de serviços oferecidos por odontólogos em que o consultório encontrava-se no mesmo local da residência. Exemplo é o de Eloy Oliveira Guimarães, cujo consultório funcionava no primeiro andar do número 23, onde no térreo era a loja de Emilio Bausquet que atuava como dourador. Leonor, ao contrário de Balbina, não contava com a proteção do lar ao

exercer a sua atividade em um gabinete e não na casa-gabinete. A proteção do lar não se fazia presente na atuação de Leonor por esta acontecer em um espaço desvinculado da casa, mas ela contava com a presença do irmão ou pai, médico que atendia no mesmo consultório.

Essa foi uma característica que foi deixando de existir ao longo das décadas de 1920 e 1940. Nos anos vinte, encontrei anúncios de médicas, especialistas em partos, que atendem na própria casa: Ana Marques de Freitas (A TARDE..., 1924-1928), Zaphira Ferreira (A TARDE..., 1924/25) e Queiroz Amado (1925/1928). Nas décadas posteriores a 1920, os atendimentos não são mais feitos em casa. A partir desse momento aparecem duas situações nos anúncios: consultórios perto da residência, a exemplo da médica Alzira¹³⁸. No entanto, a maioria das profissionais que anunciaram os seus serviços possuía os consultórios em prédios comerciais.

MEDICA.

Esp.: tratamento clínico de doenças da mulher, perturbações da publicidade (sic.) e do climatério (menopausa); exames pré-nupcial.

Consultório: Ed. Sulacap, 4º. Andar, salas 413-414; tel. 1411; diariamente das 14:00 às 18:00. (A TARDE, 1946).

No entanto, as que clinicavam com outros médicos o faziam em companhia dos esposos, esse foi o caso da médica Ophelia Gaudenzi que atendia em parceria com o marido: o doutor Trípoli Gaudenzi

Raphael de Menezes Silva. Trípoli G. Gaudenzi. Ophelia B. Gaudenzi. Catedrático da FAMED; Assistente da FAMED;

Gabinete Eletroterapia – Cirurgia Geral.

Esp.: vias urinárias e doenças das senhoras.

Consultório: Ed. Bahia, rua Padre Vieira, 11 (Ajuda), salas 75 a 79; das 14:00 às 18:00, tel. 3256 (A TARDE, 07/06/1939).

Uma outra característica dos anúncios femininos do século XIX que não se mantém, com a exceção de um único caso, para o lapso de tempo de 1920 a 1940 foi o atendimento gratuito aos pobres. A localização dos gabinetes ou casas-gabinetes das médicas dos

¹³⁸ A transcrição dos textos desses anúncios foi realizada em outros trechos desse capítulo.

oitocentos nos revela a possível situação econômica e financeira delas ou de suas famílias. A rua do Palácio, local onde encontramos a maioria dos estabelecimentos de saúde do centro da cidade, no período em questão, era classificada de classe média alta, portanto, manter um consultório ali significava ter condições para tanto ou possuir uma família que pudesse fazer isso.

E poucos não foram os profissionais de saúde (médicos e odontólogos) que ao não terem inicialmente condições de montarem consultório na rua do palácio, o fazem em ruas menos valorizadas e quando já estão estabelecidos no mercado e, conseqüentemente, com condições de possuírem gabinete na rua do Palácio o fazem. Assim, as pessoas, com posses, que precisassem de serviços odontológicos e médicos teriam na rua do Palácio e adjacências uma variedade de profissionais prontos para atende-las. Não indicativo, porém, de que alguns dos que não possuíssem posses ficassem sem atendimento. Não são raros os anúncios de profissionais que expressam que os valores cobrados por seus serviços são "módicos", quando não afirmam que para os considerados "pobres" os serviços são grátis. A primeira situação é ilustrada pelo anuncio do cirurgião dentista Jansen, habilitado pela Faculdade do Rio de Janeiro, que em 04 de agosto de 1877 oferece, no **Jornal Tribuna**, os seus serviços garantindo perfeição e modicidade de preços.

DENTISTA

JANSEN, cirurgião dentista, habilitado pela escola de Medicina da Corte e acadêmico d ´esta Faculdade, pode ser procurado para todo e qualquer trabalho de arte dentária, em casa de sua residência a ladeira da Praça n. 7, por cima do muito conceituado Collegio Santa Clara – Garante perfeição e modicidade de preços. (TRIBUNA, 04 de agosto de 1877).

O cirurgião dentista Eloy de Oliveira Guimarães, nosso já conhecido personagem, exemplifica a segunda situação. Ele em 1880, sete anos antes de se mudar para a rua do Palácio, encontrava-se com um consultório na Rua Julião, localizada na Cidade Baixa, e ao anunciar no **Diário de Notícias** afirma que para os pobres os seus serviços são grátis.

CIRURGIÃO DENTISTA
ELOY DE OLIVEIRA GUIMARAES

Pode ser procurado para qualquer trabalho de sua profissão, das 8 horas da manhã às 2 da tarde, no seu gabinete dentário, à rua do Julião (Cidade Baixa) n. 3, 1 ° andar. Chamadas particulares por escripto. Operações, consultas e medicamentos – grátis aos pobres. (DIARIO..., 11 de junho de 1880).

Os dois anúncios, apesar da diferença de três anos entre eles, nos indicam dois caminhos. O primeiro que os serviços odontológicos não eram baratos e segundo que o atendimento aos considerados pobres era uma forma de se tornar conhecido por meio das propagandas "boca a boca" ou das indicações que os beneficiados pelos seus serviços podiam vim a fazer a conhecidos que tinham condições de pagar. Nos anúncios que analisamos não definem a categoria "pobre", ficando a interrogação acerca de quem seriam prováveis pacientes classificados como "pobres"? A falta da definição, não nos exime da busca de esclarecimento para este termo, visto que este é um dos elos dos fios que compõem o contexto onde se desenha algumas das práticas profissionais feminina na área biomédica na Bahia do final dos oitocentos e primeiras décadas dos novecentos; demonstrando como a interseccionalidade entre gênero, raça/etnia e classe se fazem presente nesse contexto.

Que os serviços dentários, principalmente a reposição de dentes, não custava barato percebemos no anuncio que o dentista F. Deserbelles faz na seção *Indicações úteis* do **Jornal A Bahia**, em 13 de setembro de 1897, onde além de informar que trabalha com dentes artificiais coloca os seus preços.

F. Deserbelles
Cirurgião Dentista

Tendo recebido um sortimento de dentes artificiais e artigos dentários resolveu fazer pelos preços seguintes:

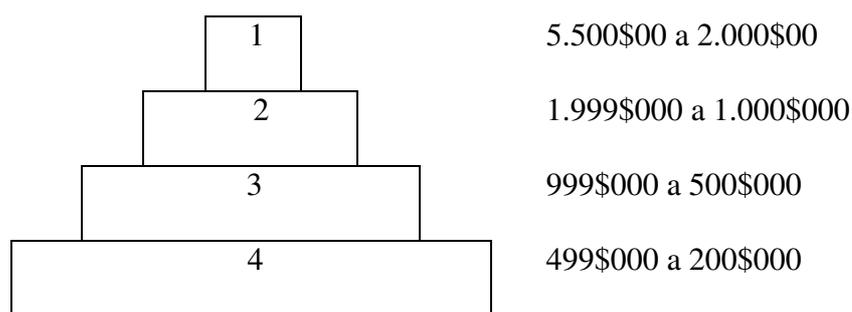
1 dente _____	15\$000
2 dente _____	25\$000
3 dente _____	30\$000

Passando de 3 dentes os demais a 5\$000.

Rua Direita do Palácio n. 34 (A BAHIA, 13 de setembro de 1897, p. 2)

Em seu estudo sobre o mercado de serviços odontológicos estadunidenses nos oitocentos, Carvalho (2006) define os serviços dentários como de luxo e restritos a uma pequena parcela da população. Se levarmos em conta valores monetários vigentes na Bahia do século XIX, podemos afirmar que era muito caro um dente para a maioria da população baiana. Kátia Mattoso (1992), em **Bahia Século XIX – uma província no Império**, realiza uma estimativa de salários em Salvador durante o século XIX a partir de listas de pagamentos realizados pelo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, do Colégio São Joaquim; bem como, pagamentos feitos a policia de Salvador, a partir de 1835, e a funcionários do governo e da instrução pública, de 1860 a 1889. As estimativas são apresentadas em forma de gráficos por atividades profissionais, onde os valores apresentam uma variação entre 200\$000 (duzentos mil reis) e 5.500\$000 (cinco contos e quinhentos mil reis) anuais nas ultimas décadas do XIX (1880 e 1890), com base nos dados apresentados por Mattoso (1991, p.548-50) elaboramos a pirâmide salarial abaixo, tendo como referencia as décadas de 1880 e 1890, com o intuito de facilitar a nossa exposição.

PIRAMIDE SALARIAL



Fonte: MATTOSO, 1991, p. 548-50.

Ao dividirmos os valores apresentados por 12 chegaremos, de forma aproximada, ao salário mensal, uma vez que Mattoso (1991, p. 548-50) apresenta salários anuais. Assim, no estrato 1 teremos uma variação mensal de salário entre 458\$833 e 166\$666; no 2 de 166\$583 a 83\$333; no 3 de 83\$250 a 41\$666; e, no 4 de 41\$583 a 16\$666. Nos estratos apresentados encontramos respectivamente os seguintes profissionais: Secretário-Geral da Assembléia

Provincial, Professor do Liceu, Capitão da policia, 1 ° Escrivão do governo, Inspetor do tesouro, Diretor-Geral da Instrução Pública, Chefe de Seção do governo; 3 ° Escrivão, Porteiro da Assembléia Provincial, Copista de orfanato, 1 ° Escrivão da Instrução Pública, 1 ° Escrivão da tesouraria, Professores do 1 °, 2 ° e 3 ° ano, Professores de escola privada; Pedreiros, carpinteiros, 1 ° sargento; Serventes, enfermeiras, porteiro de orfanato. (MATTOSO, 1991, p. 548-50).

Nesta perspectiva as possibilidades de uma enfermeira ou mesmo pedreiro colocar um dente "postiço" era remota visto que um único dente poderia representar quase todo o salário mensal, mas não impossível diante de alternativas como pedir um empréstimo a algum conhecido, pagando parcelado, ou ser incluído na cota grátis que estes profissionais destinavam ao que classificavam como "pobres".

Walter Fraga Filho (1996) ao analisar o cotidiano da mendicância em Salvador oitocentista, bem como as formas de repreensão aos classificados como mendigos e vadios, nos oferece pistas de quem seriam estes pobres. Como Kátia Mattoso (1991), o autor de **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**, faz uma descrição da estrutura social soteropolitana e afirma que grande parte da população baiana vivia no limiar entre a pobreza e miséria, fosse essa à exposta nas ruas ou a camuflada por trás das janelas e portas das casas da cidade.

São vendedores ambulantes, serventes, artesões, lavadeiras, ganhadeiras, taberneiros, pescadores, barqueiros, soldados de baixa patente, enfermeiros (as), porteiros, dentre outros, que viviam dos ganhos advindos dos serviços prestados a terceiros ou dos produtos que vendiam nas ruas. Ganhos que, muitas vezes, não eram permanentes, mas voláteis pois "a escassez de empregos obrigava a maioria deste contingente livre a viver de ocupações passageiras e instáveis" (FRAGA FILHO, 1996, p. 24). São ex-escravos (as), mestiços (as) e, também, brancos (as).

O terceiro grupo, o daqueles cujos rendimentos não passavam de 500.000 réis anuais, compreendiam funcionários públicos e militares de baixo escalão, integrantes de profissões liberais secundárias (sangradores, barbeiros, pilotos de barcos, músicos, práticos de medicina), artesões e os que comerciavam frutas, legumes e doces nas ruas. Muitas vezes eram ambulantes, e entre estes predominavam os alforriados. Incluíam-se ainda neste grupo os pescadores e marinheiros do Recôncavo e todos os que ganhavam seu pão em torno do mar e do porto. (MATTOSO, 1991, p. 598)

Voltando a nossa pirâmide salarial, 500\$00 anuais equivalem a 41\$666 mensais. E devemos ressaltar que o valor de 15\$000, apresentado no anúncio de F. Deserbelles, era só do dente, possivelmente não incluía os serviços e medicamentos do implante, uma vez que parece remota a idéia de alguém adquirir um dente e não utiliza-lo. Fato que indica o seguinte: no final, a compra de um dente e a sua colocação ultrapassaria o valor de 15\$000. Outros serviços odontológicos como a exemplo da extração e correção dentária parecem estar também acima das possibilidades da grande maioria da população baiana, o que se percebe na leitura do anúncio publicado no **Diário de Notícias**, em junho de 1880, por Eloy de Oliveira Guimarães, quando este afirma que não só os serviços mas os próprios medicamentos serão grátis para os pobres.

Não só os atendimentos particulares como os tratamentos e remédios odontológicos pareciam está aquém da grande maioria da população baiana, os referentes à medicina também. É o que se observa ao verificar os serviços e os seus preços oferecidos por dois estabelecimentos de saúde particulares, atuantes em Salvador a partir da década de 1880. O primeiro seria uma casa de saúde localizada no Bonfim, que com diárias oscilando entre 4\$000 e 6\$000 oferecia aos seus internos toda uma estrutura que ia do acompanhamento médico a dieta alimentar específica.

Casa de saúde estabelecida no Hospital da Real Sociedade Portuguesa ao Bonfim. Recebe doentes de qualquer nacionalidade, em tratamento, pelo preço de 4, 5 e 6\$ diários. Por este preço encontra allí qualquer pessoa que deseje trata-se ou mesmo restabelecer-se, casa, médico, roupas de cama, dieta etc. Para mais informações, podem os interessados dirigir-se à direcção. Bahia, 28 de junho de 1880 – O secretario Manuel Joaquim de Souza Vianna. (DIARIO DE..., 07/07/1880).

O segundo estabelecimento, localizado no Largo D'Ajuda, oferecia tratamentos terapêuticos, para varias moléstias que iam de diabetes a doenças venéreas (syphilis) e nervosas, a base de água (banhos) tanto na forma liquida como na de vapor, cujos preços variavam entre \$300 e 2\$000 – trezentos reis e dois mil reis – (DIARIO DE..., 13/08/1884). Tornava-se difícil a indivíduos que ganhavam por mês uma média de 41\$666 usufruir tais serviços. A eles, como já salientamos, caberia recorrer aos serviços de atendimento da Santa Casa de Misericórdia ou o atendimento gratuito por parte de algum(a) médico(a).

A prática de anunciar o atendimento gratuito os pobres era uma forma de tornar conhecido, conseqüentemente, sedimentando uma futura carreira para os homens, mas para as profissionais poderia trazer uma outra questão além da formação da clientela: driblar as resistências ao exercício profissional por mulheres. Tanto para a medicina como para a odontologia, tal raciocínio não parece de todo ilógico uma vez que nem todos os médicos ou odontólogos anunciavam a gratuidade apesar de pratica-la e os que anunciavam o faziam somente no inicio da carreira.

Anunciar a pratica de gratuidade além de ter sido feito por aqueles (as) que precisavam se tornar conhecidos ou romper barreiras de preconceito para formar uma clientela, era feita, possivelmente, também por aqueles (as) que não possuíam um diferencial em relação a outros profissionais do mercado. Há anúncios que mencionam a instituição de formação, a modernidade das técnicas e aparelhos usados nos tratamentos, a tradição familiar no ramo (*status* familiar), os clientes etc. E dentre estas varias maneiras de se estabelecer profissionalmente, pode-se fazer uma leitura de gênero inter cruzada com o *status* familiar como um dos caminhos para se explicar as varias formas com que as profissionais de saúde (médicas, odontólogas e farmacêuticas) forçaram a sua inserção no mercado de trabalho ou espaços de discussão profissional. Uma vez que fazer uma análise de gênero do processo de feminização dos cursos e profissões como medicina, farmácia e odontologia na Bahia, entre o

final dos oitocentos e décadas iniciais dos novecentos, não é apenas sinalizar as suas presenças, mas procurar explicitar as diversas experiências.

A análise de gênero não pode, portanto, se furtar a verificar espaços, lugares e as relações culturais, econômicas, sociais, familiares em que estas mulheres estavam inseridas e que permearam e podem ter determinado as suas trajetórias, táticas e estratégias profissionais.

Em outras palavras,

... a maneira pela qual os sujeitos se inserem na produção e na distribuição da riqueza social determina a estrutura de opções dentro da qual os indivíduos constroem seus projetos de vida e exercem suas pessoais e na construção dos seus projetos de vida, os sujeitos criam e recriam as estruturas de opções, suas determinações e sua própria inserção na produção e na distribuição da riqueza social (CARSON, 1995, p.198-9)

O *status* familiar, por meio do apadrinhamento ou parentesco, parece que foi um fator utilizado na conquista de clientes e inserção no mercado de trabalho, é o que se evidencia quando o doutor F. Deserbelles, no início da sua carreira, anuncia que é genro e sucessor de um conceituado dentista, o doutor Renaldy que dentre os seus clientes tinha a Casa Imperial. Pela série de anúncios é possível acompanhar a trajetória profissional do dentista F. Deserbelles. Em 1877 ele começa a anunciar os seus serviços, frisando que atende na casa do famoso dentista:

F. Deserbelles – Cirurgião dentista.
Antiga casa do Dr. Renaldy, Rua Direita do Palácio – entrada Rua da Ajuda.
Acha-se no gabinete das 7:00 da manhã às 6:00 da tarde.
Aos domingos e dias santificados até o meio dia. (O MONITOR, 10/04/1877).

Passado um ano, Deserbelles muda-se da antiga casa-gabinete. No entanto, a sua associação com o dentista imperial continua a ser utilizada como um capital social e possivelmente continuou a lhe auferir clientela. Vejamos como essa associação foi feita: “Rua Direita do Palácio, no. 23, por cima da loja A Paris. Genro e sucessor do Dr. Renaldy” (O MONITOR, 1878)

Em 1880, Deserbelles continua no consultório localizado em cima da livraria A Paris e não mais menciona os seus laços de parentesco, apenas pontua para os seus futuros clientes o ótimo preço dos produtos que utiliza¹³⁹. Ao que tudo indica não tendo uma tradição familiar na arte F. Deserbelles recorreu ao parentesco afim para se diferenciar e se estabelecer profissionalmente, quando obteve êxito não precisou mais fazê-lo e nem atender durante os domingos e dias santificados como fazia no ano de 1877.

Continuei a encontrar os anúncios do genro do dentista da Casa Imperial durante todo o ano de 1879, no jornal **O Monitor**, juntamente com os anúncios de Leonor H. dos Santos que além de salientar que já possuía uma clientela formada também menciona o dr. Renauldy pois passa a atender na casa gabinete desse. Ao informar que a sua casa-gabinete era localizada na antiga residência do dr. Renauldy, estaria, talvez, Leonor querendo reforçar a qualidade de seus serviços pois mencionar o ilustre dentista sugere a constituição de laços, mesmo comerciais ou sociais, indicando que fazia parte dos dentistas do círculo do afamado odontólogo, pois atendia na sua antiga casa e mencionava o seu nome em seus anúncios; caracterizando uma espécie de apadrinhamento profissional.

Esta não foi à única tática de Leonor ao anunciar os seus serviços, apesar de ser a que se mantém na sua propaganda tanto no **Monitor** como na **Chrysalida**. Ao divulgar os seus serviços no **Jornal O Monitor**, a dentista salienta que possui uma clientela selecionada, atendendo em colégios e conventos femininos; a gratuidade aparece quando passa a dividir o espaço do seu consultório com H. Álvares dos Santos, médico e que ao parece necessitava torna-se conhecido e formar uma clientela. O dr. H. era provavelmente irmão de Leonor se levarmos em consideração o sobrenome e que não seria bem visto atuar profissionalmente, longe dos “olhos” da comunidade, em um espaço onde teria contato com um homem que não fosse seu parente: marido, irmão ou pai.

¹³⁹ Esse anúncio foi citado na sua íntegra nas páginas anteriores.

Ao associarmos esta particularidade de Leonor, consultório em conjunto com o irmão, ao atendimento que Francisca Prager Fróes realizava em seu consultório antes e após o casamento, mais uma vez a preocupação com os julgamentos morais “negativos” que se podiam fazer sobre a conduta de mulheres que atuavam em profissões consideradas masculinas se faz presente. Francisca que durante o seu curso teve a companhia do irmão, depois de formada não o teve mais, pois este foi clinicar no interior da Bahia, mas isto não quer dizer que lhe faltou interlocutor para as discussões sobre o dia a dia de sua profissão: havia João Américo Garcez Fróes, colega de faculdade, de trabalho no Hospital Santa Isabel e mais tarde seu esposo.

A interlocução médica entre Francisca e João Américo parece permear toda a atuação profissional da médica ao comparamos os dois relatos publicados por Francisca, onde o médico aparece com auxiliar dos seus procedimentos médicos, tanto nos **Anais da Sociedade Medica e Cirúrgica da Bahia** (1895) como na **Gazeta Médica da Bahia** (1905), tornando-se mais próxima após o casamento.

Os casos descritos por Francisca suscita alguns pontos em relação à discussão que fazemos sobre as limitações da prática médica por parte das mulheres: o primeiro ponto, é a impossibilidade de uma médica ou odontóloga solteira trabalhar no mesmo consultório com um homem que não fosse seu parente. Francisca apesar de trabalhar em parceria com o doutor Fróes no Hospital Santa Isabel, como foi frisado no depoimento sobre o caso da paciente Maria da Conceição, eles só passaram a clinicar no mesmo consultório particular após o consorcio de ambos. Os anúncios que Francisca faz do seu consultório demarcam bem estes momentos e nos mostram, nas entrelinhas, mais uma vez a preocupação de evitar contrariar os valores e comportamentos socialmente estabelecidos para as mulheres, mesmo para aquelas que ousavam atuar em um território hegemonicamente masculino.

Referimos-nos aos anúncios publicados no **Almanak Administrativo, Indicador, Noticioso, Commercial e Litterário do Estado da Bahia** (REIS, 1899, 1900) respectivamente nos anos de 1899 e 1900. No primeiro aparece na lista dos médicos o anúncio de Francisca com o seu nome de solteira e indicando o consultório no Campo Grande, enquanto João Américo Garcez Fróes atende no Sodré. No segundo, que começa a circular em 1901, os dois estão no mesmo consultório e Francisca já apresenta o sobrenome Fróes. Assim, o que se passava no consultório no momento em que os Fróes encontravam-se sozinhos sem atender nenhum paciente não era mais relevante para que se fizessem julgamentos acerca do fato de trabalharem no mesmo espaço sem o controle de “olhares” externos, pois estavam protegidos pelo santo vínculo matrimonial.

Um outro ponto a ser mencionado é o fato que a comunicação feita por Francisca à Sociedade Médico e Cirúrgica da Bahia foi registrada em seus anais, mas não publicada em período da área e que circulavam pela cidade naquele período. A publicação em período especializado só ocorrerá em 1905 com o artigo sobre o atendimento a senhora “S” na Gazeta Médica da Bahia, o que fez de sua autora a primeira médica a publicar neste periódico. Comparando os dois casos, o de Maria da Conceição e o da senhora “S”, o primeiro é muito mais rico em detalhes e, como a própria autora destaca, traz um caso raro na medicina, o que nos leva a questionar porque ele não foi publicado na Gazeta e sim o segundo, que apenas a notificação de um atendimento às complicações após aborto.

Teria Francisca tentado publicar na Gazeta no ano de 1895 quando era recém-formada e não conseguido, obtendo sucesso somente em 1905 quando já era uma médica conceituada, cujo marido era professor de Clínica Geral na Faculdade de Medicina e membro do editorial da Gazeta Médica. Para nós é impossível construir versões para as táticas utilizadas pela doutora Prager Fróes para ter apresentado o seu trabalho na Sociedade de Medicina e

Cirurgia da Bahia e só publicar na Gazeta Médica da Bahia anos depois de sua formatura, quando passa a ser uma colaboradora deste periódico.

No entanto, podemos afirmar que múltiplas elas poderiam ter sido, assim como foram às utilizadas pela cirurgiã-dentista Leonor dos Santos. A mesma Leonor que ao contrário F. Deserbelles valeu-se de outros meios além do uso do nome de um famoso cirurgião dentista; porém, ao valer-se do mesmo recurso que o genro do doutor Renauldy nos indica que o parentesco e apadrinhamento tão conhecido na sociedade baiana, em relação à ocupação de cargos e posições, também se fizeram presente na disputa de mercado e no acesso a terminados espaços profissionais e que algumas mulheres não ignoraram tal característica e a souberam utilizar a seu favor. É o que sugere a leitura das páginas iniciais da tese de doutoramento de Glafira Araújo, que faz uma verdadeira genealogia familiar citando os pais, os (as) irmãos (irmãs), cunhados (as), a madrinha.

Ela explicita a sua rede familiar e social, componentes intrínsecos ao capital social de que dispõem os indivíduos para construir redes de ligações que possibilite o trânsito e atuação em espaços “proibidos”, neste caso específico a profissão médica. Assim, Glafira, a exemplo de Leonor dos Santos e Francisca Prager Fróes, provavelmente percebia o capital social de que dispunham como uma tática para romper ou contornar possíveis entraves ao livre exercício de sua profissão. Dessa inferência, outra se coloca: a consciência de que para ter sucesso com a tática era necessário evidenciar as possíveis posições estratégicas vivenciadas, expressas pelo emprego dos títulos, por alguns desses parentes ou conhecidos mencionados. Ou seja, quanto maior e poderosa fosse a sua rede de sociabilidade, mais fácil, talvez, fosse a sua inserção no mercado de trabalho médico. Como afirma Bourdieu (1998, p. 68-9):

O rendimento desse trabalho de acumulação e manutenção do capital social é tanto maior quanto mais importante for esse capital, sendo que o limite é representado pelos detentores de um capital social herdado, simbolizado por um sobrenome importante, que não têm “relacionar-se” com todos os “conhecimentos”, que são conhecidos por mais pessoas do que as que conhecem e que, sendo procurados por seu capital social, e tendo valor porque “conhecidos” (cf. “eu o conheci bem”), estão em condições de transformar todas as relações circunstanciais em ligações duráveis.

Glafira não explicitou só o seu capital social, mas também a sua relação próxima com as outras médicas formadas e que clinicavam em Salvador, como se verifica nas dedicatórias de sua tese de doutoramento.

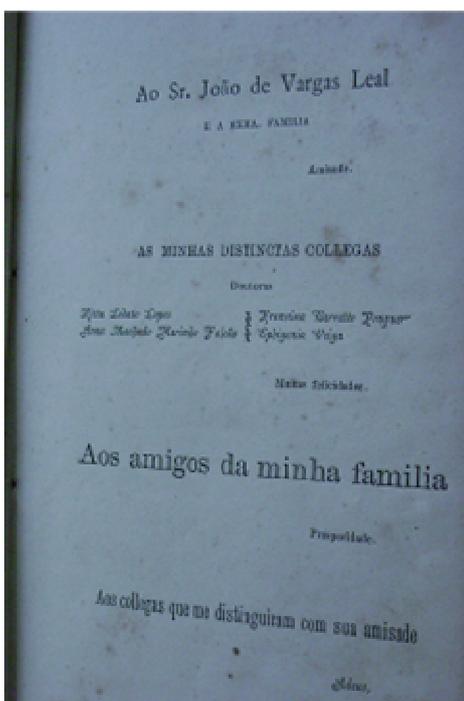


Fig.5 (RAMOS, 1892)

Tal ato de consideração parece ser uma forma de afirmação profissional, de reconhecimento solidário, ou ainda a indicação de que além da identidade profissional havia uma hipotética aproximação ideológica com a questão feminista. Uma outra médica, juntamente com a sua família e esposo – Dr. Perouse, mereceu agradecimento especial de Glafira: Amélia Benebien (INDICE...,

1808/1939), que havia se doutorado dois anos antes, foi, portanto, contemporânea de Glafira e deve ter sido mais um incentivo e apoio para que essa médica concluísse o curso. Amélia Perouse, assim como Francisca Prager, participou na década de 1930 da Federação Baiana Pelo Progresso Feminino.

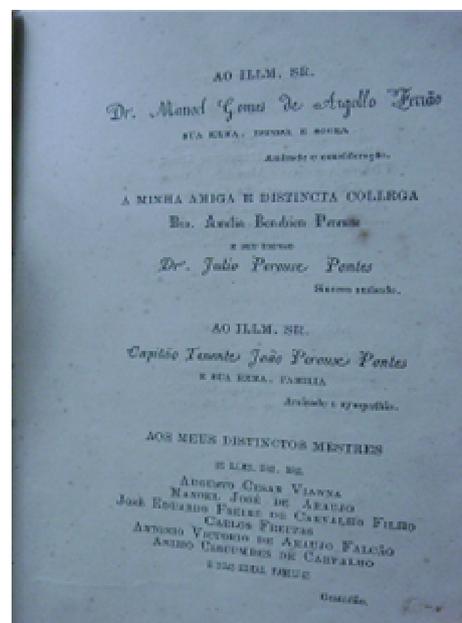


Fig. 6 (RAMOS, 1892)

Um outro exemplo da existência de vínculos que ligavam, pelos menos as

baianas, as alunas da instituição, mesmo aquelas que não estavam nos mesmos estágios de formação, encontrei na dedicatória que Francisca Prager Fróes faz a colega Laura Amélia Souza Bahiense, que no momento em que Francisca defende a sua tese ainda se encontrava no segundo ano do curso de medicina. Teria sido a solidariedade e o estímulo a uma amiga, que seguia o mesmo caminho que havia feito os seus pés sangrarem, usando uma metáfora de Edith Gama e Abreu para mencionar algumas situações do período de formação de Francisca, que teria feito

essa médica fazer tal dedicatória: “testemunho de consideração e lembrança”. (PRAGUER, 1893).

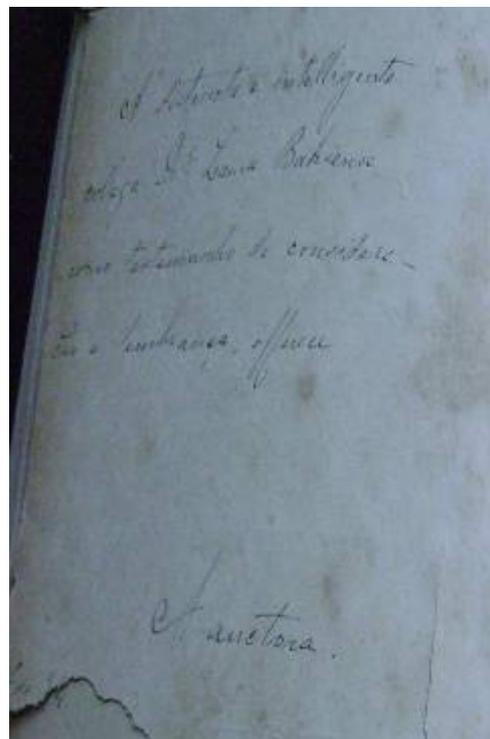


Fig. 7 (PRAGUER, 1893)

Fossem laços de solidariedade e estímulo ou não, é fato que tinham uma aproximação ideológica: Laura Bahiense também fez parte da Federação Baiana Pelo Progresso Feminino, na década de 1930. O interesse pelas questões feministas por essas médicas não afloraram apenas a partir da criação da Federação, Francisca é exemplo disso; Glafira Ramos, que não participou da Federação Baiana, interessava-se pelas discussões promovida por revistas e jornais femininos a exemplo do **Jornal A Mensageira**, periódico ao qual enviava correspondências: “Dra. Grafisa (sic) de Araújo Ramos, a qual reside actualmente na capital da Bahia e de que recebemos, há dias, honrosissima carta” (NOTA..., 15/02/1898).

Ainda sobre a sua trajetória profissional de Glafira indícios são fornecidos por Pelayo Serrano (1898) em **Ainda um assunto feminino** quando ao continuar a discorrer sobre o acesso feminino ao ensino superior e as profissões liberais no Brasil menciona que a médica baiana tinha prestado exame em concurso para professor substituto: “Se não me falha a rebelde memória, li, há tempos, 1894 (?), que se doutorára, na Bahia, dona Graphisa de (*) a qual depois concorreu a uma vaga de lente substituto da mesma Escola da Medicina.” (SERRANO, 1898, p. 131).

Não encontrei informações sobre os resultados desse concurso. Faze-lo teria sido mais uma tática de Glafira para se tornar uma médica conceituada, uma vez que o fato de ser docente da instituição baiana dava prestígio? Fica a pergunta a ser respondida. Fato é que essa médica não se utilizou de uma única tática para se estabilizar no mercado de serviços médicos, além do seu capital social ela utilizou as possibilidades de uma propaganda “boca a boca”, que como mencionei no início desse capítulo era uma prática de muitos profissionais em início de carreira. Ou seja, Glafira Corina de Araújo anunciou a gratuidade para os pobres, como uma maneira de tornar-se conhecida e superar as barreiras para a sua atuação profissional. Esta parece ter sido uma estratégia empreendida por algumas médicas até mesmo na primeira metade do século XX,

Em outras palavras, é possível que o atendimento aos pobres, a companhia de familiares, o atendimento quase que especificamente a mulheres e crianças, o discurso de cuidado e proteção da família, ao trabalharem com determinadas questões, a divulgação do respaldo profissional de uma figura masculina, a preocupação em estabelecer horários compatíveis à posição de “mulheres de bem”, tenham se constituído em formas de driblar a resistência ao exercício profissional por parte da sociedade.

Essas táticas não se mantêm para o período de 1920-1949. Quando não possuem distintivos em relação aos outros profissionais que atuam na mesma especialidade, apresentam o texto padrão - especialidade, locais onde podem ser encontradas, horários de atendimento. O anúncio da médica Nair Guerra é um exemplo:

MÉDICA
Esp. Doenças de senhoras, hemorróidas.
Consultório: avenida sete, 1; salas 24 e 25; 2º. andar.
Consultas: das 15:00 em diante.” (A TARDE, 28/05/1946).

Um outro caso que ilustrativo é o texto da médica Dulce Sampaio Martins:

MEDICA.
ESp: doenças de crianças.
Consultório: Ed.: Oubinha, S. Pedro, 712; 1º. Andar, diariamente, das 14:00 às 16:00.
Residência: João das Botas, 5º. Canela, te. 7348. (A TARDE, 02/10/1948).

No entanto, algumas dessas médicas tinham “um diferencial” e o utilizaram à mesma maneira que os seus colegas, que tinham o mesmo *status*, faziam: o fato de ensinar na Faculdade de Medicina da Bahia. Esse foi o caso das médicas Cleonice Alakija e Carmem Mesquita, que eram assistentes. A primeira notícia da atuação de uma mulher como professora na instituição baiana data de 10 de junho de 1931 quando o **Jornal Diário de Notícias** publicou, sob a chamada “É mais uma victoria da intelligencia feminina, no Brazil – o concurso de jovem professora em nossa Faculdade de Medicina”, a notícia de que Lily

Lages tinha passando no concurso para docente da cadeira de “Oto-thino-largologia” com brilhantismo. (DIARIO DE..., 10/6/1936).

A partir de Maria José Salgado Lages (Lily Lages), as mulheres passaram também a ensinar na instituição baiana. No entanto, as encontramos como assistentes e não como catedráticas, o que reforça mais ainda a interpretação de que o mundo da biomedicina na Bahia também se estruturou a partir da segregação hierárquica, além da segregação territorial. Porém, ser professora assistente agregou valor ao exercício profissional das médicas mencionadas, pois indicava para os (as) leitoras, possíveis clientes, que elas eram qualificadas.

Houve, portanto, no decorrer do período pesquisado transformações nas formas como esses (as) profissionais procuravam conquistar clientes, driblar a concorrência e se sedimentar no mercado de trabalho. Devo ressaltar que, no entanto, apesar do “atendimento gratuito aos pobres” não ser uma tática empregada nas décadas de 1920 a 1940 pelos médicos, encontramos três situações pontuais, mas significativas, de atendimento gratuito praticado por mulheres. A primeira situação é o da médica Alzira de Oliveira Chaves, que além de atender a qualquer hora o chamado das pacientes, atende gratuitamente, as terças e quintas:

Médica, parteira. Clínica Geral.
Consultório: Barão de Cotegipe, 139;
Consultas: das 14:00 às 17:00.
Grátis aos pobres às terças e quintas, das 8:00 às 10:00.
Atende a chamados a qualquer hora do dia ou da noite.
Residência: Barão de Cotegipe, 161. (A TARDE, 1940).

Alzira publicou o mesmo texto de propaganda até março de 1941, quando não aparece mais nos anúncios desses tipos de serviço. A sua propaganda foi a única que encontrei nesse período com promessa de atendimento gratuito aos pobres. Teria sido essa uma “blindagem” contra as resistências ao seu exercício profissional? Ela poderia estar dizendo, a comunidade da qual era parte, que apesar de está em uma profissão masculina e tendo, muitas vezes, que sair a noite para atender as suas pacientes, ela não havia se “desviado do esperado” para as

mulheres daquele período e o exemplo disso era que praticava a caridade; ou seja, mostrava que por meio da sua profissão “não só cuidaria de seus filhos em casa, mas de toda a humanidade, de todos aqueles precisados.” (LEITE, 1997, p. 118). Divulgar a prática da caridade, nesse sentido, tornava-se, portanto, mais uma “blindagem”.

Além de “blindagem” contra as resistências ao exercício profissional, a caridade parece ter tido uma outra função: legitimação da atuação de entidades ou mesmo formas de propagação das idéias dessas. Estou referindo-me aos outros dois casos que encontrei para as décadas de 1930 e 1940. O primeiro diz respeito à criação de uma espécie de assistência médica odontológica pela Federação Baiana do Progresso Feminino.

Quanto a comissão do Consultório Médico e Dentário, que fica encarregado da assistência das loucas, é assim organizada: Dras. Lourdes Ramos Costa, Nair do Passo Cunha e Gladys Browne e cirurgiã dentista Carmem G. Costa. (...) A Sra. Presidente alvitra que o Consultório Médico funcione no consultório [...] dos membros da comissão, para maior facilidade e conforto. (...). A Dra. Maria Luiza Bittencourt diz que deve-se organizar um posto de socorro na Federação e que arranjará o material médico necessário. Fala do corpo de enfermagem, lembrando que talvez algumas das enfermeiras da Bahia se interessem pela Federação e se prontifiquem a auxiliá-la no Consultório Médico. (FEDERAÇÃO..., 28/4/1937)

Essa era uma ação não só para atender as mulheres pobres, mas também tanto de demonstrar a sociedade baiana que as idéias propagandas pela Federação não representavam perigo à suas relações, ao contrário por meio da entidade as profissionais que a compunham estavam colaborando com a sociedade ao atender e cuidar gratuitamente daquelas que não podiam pagar, ao mesmo tempo em que fazia a divulgação das idéias feministas, pois como salienta Leite (1997, p. 131): “A benemerência revelava-se como ato político para possíveis projeções individuais na sociedade e escondia, às vezes, sua verdadeira função de estratégia de controle social”. Isso fica evidente quando Maria Luiza Bittencourt, referindo-se aos serviços jurídicos afirma que seria uma forma de criar o “patronato das mulheres”.

Doze anos após essa definição da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, encontrei o emprego da mesma tática, com o intuito quiçá de driblar as resistências, por uma outra entidade feminista: a União Democrática Feminina da Bahia, que seleciona mulheres

pobres para terem atendimento médico. A divulgação desse serviço foi realizado no jornal da própria União no artigo **Uma médica oferece seus serviços à U.D.F**, que além de dizer quais os motivos para tal atitude nos revela o perfil de quem seria as mulheres soteropolitanas pobres na primeira metade dos noventa e que recorriam à gratuidade dos serviços de saúde, sejam estes realizados por profissionais particulares ou em hospitais públicos.

As condições sanitárias dos bairros pobres são as piores possíveis. As mulheres vivem na maior promiscuidade, sem assistência médica ou hospitalar, completamente esquecidas dos poderes públicos. Não há postos médicos. Não há nem quem aplique uma injeção. E o dinheiro para receita? Isso é assunto fora de comentários, pois não há muitas vezes nem dinheiro para o bond. Conhecendo de perto esse triste aspecto da vida de milhares de mulheres, a União Feminina na impossibilidade de ministrar cuidados mais amplos, sempre se preocupou com a situação de esquecimento em que se encontram bairros como o Alto do Perú, Vila América, Liberdade e tantos outros.

Agora, recebemos o apoio e a ajuda de uma das médicas bahianas, Dra. Maria José Morais, que prontifica a atender diariamente, uma mulher, encaminhada pela União, em seu consultório no Edifício da “A Tarde”, 6 º, às 11 horas. (JORNAL DA UNIÃO..., abril de 1947).

O perfil das mulheres pobres que se desenha nas notícias acima não é diferente daquele que inferimos nas informações que Walter Fraga e Kátia Mattoso nos fornecem para a segunda metade dos oitocentos. Foram elas, provavelmente que recorreram aos anúncios de Glafira de Araújo, no final do dezenove, e no vinte ao atendimento feito por Francisca no Hospital da Caridade, ao atendimento que a médica Alzira de Oliveira Chaves fazia nas manhãs de terça e quinta do ano de 1940 e 1941, em seu consultório. Ou ainda aos serviços que a U.D.F oferecia por meio da médica de Maria José Morais, também formada pela Faculdade de Medicina da Bahia e especialista em “moléstia de senhoras”.

Dra. Maria José Morais.
Especialista em moléstia de senhoras.
Edifício d’ “A Tarde” – 6 andar – sala 1.
Atende diariamente à Tarde. (JORNAL DA UNIÃO..., abril de 1947).

E é comparando, guardadas as devidas proporções, os anúncios que um indicio surge e acrescenta mais uma especificidade ao atendimento médico realizado por mulheres: a prática da solidariedade e caridade, que sinaliza para a interferência da moral de gênero nas

atividades profissionais dessas mulheres. A benemerência era uma característica vinculada ao estereótipo feminino vigente no período, pois significava que a sua praticante era detentora de altruísmo, piedade, amor ao próximo, abnegação (LEITE, 1997, p. 110- 137); e, o seu exercício não se fazia somente por meio das doações de bens materiais, mas também pelo empréstimo dos seus saberes especializados aos necessitados.

E nas entrelinhas das fontes pesquisadas se percebe a presença de valores tradicionalmente atribuídos ao feminino, a exemplos dos ligados a benemerência, ou ainda à utilização da “proteção masculina” sendo acionados de maneira a resguardá-las de possíveis represálias. Enfim, considerando fatores como conquista de clientela e/ou caridade por parte dos profissionais de saúde que ofereciam serviços gratuitos para os pobres mencionei apenas duas alternativas, para aqueles que aparentemente não poderiam pagar pelos serviços oferecidos pelos (as) dentistas ou médicos (as), estampados nos anúncios que analisei. No entanto, há uma terceira possibilidade: o combate à busca dos serviços daqueles que exerciam os ofícios de odontólogos, médicos e farmacêuticos de forma leiga.

Talvez além da possibilidade de ganhar nome por meio da propaganda boca a boca que, os denominados pobres, poderiam fazer dos seus serviços ou mesmo da prática da caridade, odontólogos (as) e médicos (as) ao oferecem serviços gratuitos estariam também procurando ganhar a confiança de uma parcela da população baiana que os viam ainda com um certo receio e que, muitas vezes, preferiam às práticas leigas e processos de cura informais. A busca dos serviços de leigos comum no século XIX, permanece na primeira metade do século XX, tanto na capital como em cidades do interior.

Isto se torna perceptível ao se analisar os ofícios expedidos e recebidos pelo diretor de saúde pública para o licenciamento de farmácias, clínicas odontológicas e médicas, entre os anos de 1916 e 1924, onde aparecem correspondências de denúncias da prática leiga de medicina feita por farmacêuticos e cirurgiões dentistas; assim como, denúncias de

comerciantes e médicos que vendiam ou produziam remédios sem serem farmacêuticos como se pode verificar no ofício expedido pelo Diretor de Saúde Pública para o delegado de higiene de Itaparica.

17 de outubro de 1916.

Imo. Sr. Dr. Delegado de Hygiene da Cidade de Itaparica.

Pela recepção do vosso ofício no. 3 de 14 corrente fica sciente esta Directoria da excução... Nas localidades (art. 12) em que não houver pharmacia poderá o médico ter uma ambulância para socorrer aos seus clientes mas tão somente neste caso preenchidas as formalidades do § 3º.

Em Itaparica existe uma pharmacia legalizada, não há razão alguma para que um médico ou pharmaceutico prepare e forneça medicamentos contra as disposições legais.

A razão da falta de confiança na pharmacia existente não autoriza essa infração (grifo nosso), uma que os interessados devem proceder contra o proprietário da pharmacia, trazendo perante esta Directoria as provas da sua incompetência. (OFICIOS EXPEDIDOS..., 1916/1924).

A consulta a esses ofícios, que perfazem um total de 49 (quarenta e nove), foi valiosa para o meu estudo não devido à disputa entre médicos, farmacêuticos, dentistas e, também, “curiosos”¹⁴⁰ pelo mercado, mas devido ao fato que dentre eles existem pedidos de licença de funcionamento de farmácias no interior da Bahia cujos responsáveis são mulheres, algumas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia; e, que associadas a outras fontes de informação nos revelam o trânsito realizado por algumas dessas mulheres (médicas, farmacêuticas e odontólogas) entre espaços territoriais distintos e distantes para a formação e o exercício profissional.

A título de ilustração cito o ofício que o Diretor de Saúde Pública enviou, em 17 de setembro de 1917, a Carlos Macedo Guimarães, delegado de higiene de Itaberaba, solicitando que esse realizasse a vistoria em uma farmácia no Orobó (Mundo Novo), de propriedade de dona Elvira Albuquerque Mello, com o fim de autorizar o funcionamento sob a direção da farmacêutica Georgina Della Cella Camara.

Ilmo. Sñr. Dr. Delegado de Hygiene de Itaberaba, Carlos Macedo Guimarães.

Tendo a pharmaceutica D. Georgina Della Cella Câmara [grifo meu] requerido a esta Directoria para gerir profissionalmente uma pharmacia no Orobó da

¹⁴⁰ Pessoas que não tinham a habilitação técnica, mas realizavam práticas de curas.

propriedade de D. Elvira de Albuquerque Mello... (OFICIOS EXPEDIDOS..., 1916/1924).

Georgina formou-se no ano de 1908 na Faculdade de Medicina da Bahia. Se compararmos o sobrenome que consta no Livro de Registro de Diplomas e no de Índice de Graduados, com o registrado no ofício do Diretor de Saúde Pública, notaremos o acréscimo do sobrenome “Câmara”. O que sinaliza que essa farmacêutica contraiu núpcias após a formatura, indo viver no interior da Bahia.

Ampliando as reflexões sobre a presença de Georgina na cidade de Mundo Novo, acredito que ela tenha, a partir da sua atuação profissional, estimulado algumas moças do Orobó a ingressarem na Faculdade de Medicina da Bahia e especificamente no curso de Farmácia. É o que suscita a formatura das farmacêuticas Maria Thereza Figueiras Victoria e Maria Cide Gomes Bastos, respectivamente em 1948 e 1949 – ambas da cidade de Mundo Novo.

Se Maria Thereza e Maria Cide retornaram ao Piemonte da Chapada Diamantina não foi possível verificar. Mas, os ofícios expedidos pela Diretoria de Saúde Pública trazem mais dois exemplos o de Emilia dos Reis Meirelles e o de Maria Etelvina de Araújo Figueiredo Pinheiro de Almeida. A primeira formou-se em 1907 e em 12 de abril de 1917 solicitou ao órgão competente autorização para o funcionamento de uma farmácia na cidade de Aratuípe:

Ilmo. Sñr. Dr. Delegado de Hygiene da Cidade de Nazareth.
Tendo a pharmaceutica Emilia dos Reis Meirelles [grifo meu] solicitado desta Directoria licença para uma pharmacia na cidade de Aratuhype, e não havendo actualmente preposto sanitário nessa cidade, PEÇO procederes o exame da referida pharmacia... (OFICIOS EXPEDIDOS, 1916/1924).

Parece que Emilia teve a sua experiência como exemplo para as mulheres da família Meirelles, pois em 1946, 1947 e 1948 encontrei a formatura, em farmácia, respectivamente de Zildete de Magalhães Meirelles (filha de Victor Meirelles), Ady Meirelles (filha de Arnobio Meirelles) e Zélia Dulce Meirelles Vieira (filha de Edith Meirelles Vieira). Provavelmente essas moças, que durante o período de curso fizeram companhia uma as outras, eram primas e

sobrinhas de Emilia. Antes de trazer a cena o caso de Maria Etelvina, saliento que aparentemente Emília e Georgina não foram às únicas que, ao exercerem as suas profissões, estimularam gerações posteriores, de parentes e conhecidas, a buscarem um curso superior.

Um outro exemplo da constituição dessas “redes de influência” apareceu quando cruzei o nome de Edméia Novaes Nonato que, segundo anotações feitas nas margens da folha do livro que contém o registro do seu diploma, após a formatura foi para a cidade de São Felix, com o de Celeste Aida de Almeida Alves e Helena Lordelo Ferreira oriundas da referida cidade do Recôncavo Baiano e que se formaram respectivamente em 1949 no curso de farmácia. O fio que liga essas mulheres a de Maria Etelvina foi constituído não só da área de formação, mas da movimentação que essas faziam para se formarem e atuarem profissionalmente. Voltemos ao caso dessa farmacêutica. Em 12 de abril de 1917, o Diretor de Saúde Publica solicita ao delegado de Higiene de Itaparica que faça a vistoria da farmácia “Ivantéle”:

Ilmo. Sñr. Dr. Delegado de Hygiene da Cidade de Itaparica.
Tendo o sñr. Guimarães Cova & Baraúna solicitado licença para a sua pharmacia “Ivantéle” nessa cidade sob a responsabilidade da pharmaceutica D. Maria Etelvina de Araújo Figueiredo Pinheiro de Almeida [grifo meu], peço a execução das disposições do art. 23... (OFICIOS EXPEDIDOS..., 1916/1924).

Não encontrei o registro de Maria Etelvina nos documentos consultados no acervo da Faculdade de Medicina da Bahia, portanto essa farmacêutica formou-se em outra instituição que não a baiana. O que reforça a indicação de que o transito de mulheres não ocorreu somente no sentido de buscar uma formação, mas também em relação aos espaços para o exercício profissional. Um outro caso que aventa essa possibilidade foi o de Alzira Normélia Fernandes da Costa, egressa do curso de odontologia da Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1910, e que após a formatura mudou-se para o Amazonas conforme consta na observação feita no livro de registro do seu diploma. Os destinos das damas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia, nos seus cursos superiores, foram múltiplos, bem como os

motivos que os geraram e foi impossível registra-los não só por que envolvem as subjetividades dessas mulheres, mas também porque encontramos pouquíssimos vestígios dessas experiências.

No entanto, a partir do cruzamento das informações referentes à localidade de origem constante nos registros de diplomas com anúncios de serviços oferecidos para a interlândia soteropolitana e os ofícios de pedidos de licença para funcionamento de estabelecimentos ligados à área de saúde, foi possível verificar que aproximadamente 38% (trinta e oito por cento) das baianas formadas Medicina na cidade do Salvador ingressaram formalmente¹⁴¹ no mercado de trabalho local divulgando a sua atividade profissional, pois das 49 somente foi possível encontrar vestígios de apenas 19¹⁴² que divulgam a sua atividade profissional em consultório ou estabelecimento próprio ou aparecem como responsável pelo funcionamento desses ou atuando em parceria com outros profissionais.

Merece destaque o fato de que o maior número de baianas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia encontra-se no curso de farmácia (127) e odontologia (103). A inexistência de anúncios de farmacêuticas explica-se pelo fato dessas atuarem em estabelecimentos que nem sempre mencionavam o nome dos profissionais responsáveis pela sua direção. Essa explicação, no entanto, não é suficiente para explicar a ausência de anúncios das odontólogas; fica a interrogação: elas atuavam, mas não divulgavam os seus serviços ou, simplesmente, não exerceram a profissão?

Prováveis respostas para tal questionamento foram sinalizadas por Besse (1999) quando essa afirma que ao se casarem as mulheres deixavam de trabalhar, voltando a este somente em caso de ser necessário complementar a renda familiar. Assim, é possível que algumas dentistas, médicas e farmacêuticas ao se casarem tenham se voltado à dedicação

¹⁴¹ Quando dizemos formalmente, estamos querendo dizer que elas respondiam publicamente por consultórios ou estabelecimentos. Dessa maneira, não foi possível contabilizar aquelas que atuavam em parceria com outros profissionais e não assumia publicamente a responsabilidade pelos espaços onde exerciam a profissão.

¹⁴² Nesse calculo não foi considerado as profissionais que atuavam em Salvador, mas que não foram alunas da instituição baiana.

integral da família. Artigos publicados em periódicos baianos, nos anos finais da década de 1930, defendem que a mulher casada deve-se dedicar a família (marido e filhos) permanecendo no lar e deixando espaços no mercado de trabalho para homens, a quem cabia em primeira instância ser o responsável prover o lar. Um exemplo do conteúdo desses artigos, foi o publicado no **Diário de Notícias**, em 25 de novembro de 1938.

Na seção dedicada a expressar a opinião dos leitores, um senhor por nome Euvaldo Caldas, apresentou a sua opinião, contrária a de outros colaboradores do periódico, acerca do trabalho da mulher casada em um texto que intitulou de “collaboradora”. Ele faz uma rápida discussão sobre a necessidade que motivou as mulheres a assumirem atividades no mundo do trabalho por causa da guerra, mas com a volta dos homens isso não era mais necessário. Ressalta que reconhece a existência de atividades que podem ser desempenhadas por mãos femininas a exemplo da datilografia, o magistério (infantil e normal), a enfermagem, pois essas “não deturpam” e são condizentes “com a sua própria formação moral e espiritual, como filha, irmã, noiva, esposa e mãe” (CALDAS, 25/11/1938). E ele continua afirmando que sabe da existência de mulheres que “pela sua absoluta necessidade econômica, precisam de trabalho honesto”, no entanto depois de casadas não devia mais trabalhar.

Sei que é impossível, ou pelo menos desumano, generalizar a medida que defendo. Mulheres há que, pela sua absoluta necessidade econômica, precisam de trabalho honesto. Já por viverem como arrimo de mãe ou de pai enfermo, já pela ausência de pessoas outras consanguíneas, que respondam pela sua manutenção. Assim mesmo, quando estas venham a adquirir novo estado na sociedade, contraindo núpcias, devem ser automaticamente afastadas do emprego. Pode-se até mesmo, em circunstancias especiais, substituir a mulher, no emprego, pelo marido. Assim, feito, nada mas se faz do que zelar pela integridade do homem, beneficiando-se, por outro lado, a família. Com o casamento a mulher deve perder o lugar, cedendo-o ao homem. O homem, sim, é que precisa de trabalho. (CALDAS, 25/11/1938).

Essa idéia fazia parte do imaginário acerca de que as funções de mães e esposas eram a primordiais na vida das mulheres, e que todas as suas outras atividades deviam articular-se com essas. Isaura Leitão, na entrevista que deu ao Jornal A Tarde, afirma que a sua profissão

não será empecilho para os cuidados e deveres que ela, enquanto mulher – mãe e esposa – deve ter com a família. Assim,

Entretanto, a minha these versa sobre a transfusão sanguínea e se continuar a residir na capital, me dedicarei à clínica médica. Exercendo a minha profissão, como pretende-lo fazel-o (sic), com amor e dedicação, não me deixarei absorver completamente por ella; isto é, os desvelos pela família, o lar, continuarão a ter guarida no meu coração. Não há incompatibilidade entre uma e outra cousa, é a minha convencida opinião. (A MULHER NA..., 06/01/1917)

Um outro exemplo de que os deveres familiares vinham em primeiro lugar é o da odontóloga Carmem Germano da Costa, que ao contrair matrimônio foi deixando aos poucos de exercer atividade para poder cuidar da família. Maria Amélia Almeida (1986) ao apresentar o perfil de algumas mulheres que constituíram a Federação Baiana pelo Progresso Feminino, cita a atuação profissional de Carmem.

Não encontrou problemas por ser mulher, a despeito de não serem bem vistas as mulheres que trabalhavam, principalmente solteiras, como no seu caso. O casamento não significou um corte em sua vida profissional, fato excepcional para a época. (...). Com o nascimento de seus dois filhos, resolveu transferir seu consultório do centro da cidade para o lado de sua residência na Barra, o que resultou, devido à distância, em grande perda de clientela. Aos poucos, foi deixando de trabalhar.” (ALMEIDA M., 1986, p. 66)

Os dados, no entanto, de que disponho no momento não me permitem analisar em profundidade os prováveis fatores que interferiram na não publicização do exercício profissional dessas mulheres ou o não exercício profissional por parte delas. Ouso, no entanto, afirmar – a partir das reflexões feitas por Besse (199x) e Almeida (1986), além da fala de Euvaldo Caldas – que qualquer que tenham sido esses fatores houve uma interseção com as questões de gênero vigentes no período. Uma vez que não só os espaços físicos da Faculdade de Medicina da Bahia e a sua ocupação eram demarcados pelas representações de gênero, mas as próprias áreas de formação, de especialização, dos cursos iam sendo moldadas de acordo com estas representações.

Se a concentração feminina nos cursos de Farmácia e Odontologia é exemplo de que havia uma segregação hierárquica “gendrada” dentre os cursos da instituição, a própria

especialidade medica escolhida pelas doutoras é um exemplo de segregação territorial de gênero assim como a participação destas em algumas sociedades médicas o é da segregação hierárquica. Tal afirmação, no entanto, não quer dizer que estas médicas, como provavelmente odontólogas e farmacêuticas, estavam alheias as discussões que permeavam o mundo médico e outros setores da sociedade baiana, é o que notaremos na análise da produção e atuação intelectual de algumas destas mulheres.

Como exemplo, cito a participação de Lyli Lages em eventos científicos de sua área, até mesmo internacionais como foi o caso da apresentação que realizou em Congresso de Otorhino na Alemanha. A participação da alagoana no referido evento mereceu uma matéria de destaque no **Jornal Diário de Noticias**, que fez a chamada salientando que era a primeira vez que uma mulher brasileira participava de um evento daquele tipo. No artigo, após uma breve introdução da redação do periódico, è a própria Lily Lages que fala sobre essa sua viagem profissional, onde representou o Brasil:

Pela primeira vez – dissenos ella – uma mulher fez parte de um comitê internacional em certamen (sic) desta natureza. Trinta e duas nações se fizeram representar. Além dos representantes officiaes, outros alli estiveram por conta própria, attingindo um total de 800 médicos. Na reunião de gala, em que falaram sómente 17 nações o Brazil foi aclamado pelo Presidente, cabendo transmitir impressões de entusiasmo pelo desenvolvimento da cultura universal nos trabalhos que apresentei realcei os da Faculdade de Medicina da Bahia sob a orientação sábia do prof. Eduardo de Moraes. Imaginei ainda a idea interessante de fazer despertar o interesse por essas questões nossas. Traduzi monographias brasileiras para distribuir com os congressistas. Creio que percebi o interesse por parte das maiores notabilidades como sejam Vogel Graeff, Ramadier Eifinger e tantos outros a fim de conhecerem as monographias. O Brazil foi muiot homenageado no Congresso Internacional, sendo que a quarta sessão foi presidida por mim. Terminado o Congresso, parti para Kiel, onde apreciei os trabalhos do prof. Seiffert, verdadeiramente surpreendentes causando-me sensações de deslumbramentos. É um verdadeiro operador, que não obedece a methodos nem traçados. Depois, fui a Hamburgo, onde estive com o prof. Graeff, que baseado em investigações pacientes e valiosíssimas concluiu que a “Lymphogranulomatose” tem inicio na Rhino-pharynge. Visitei ainda os Drs. Nittmack e Albans. Dahi fui a Marburg, Praga, Vienna e Paris, mantendo contacto com as maiores celebridades medicas do velho mundo. Fiz o que pude em propaganda do nosso Paiz – concluiu a Dra. Lily Lages, que proseguirá viagem hoje às 18 horas. (DIARIO DE..., 13/01/1937).

A brilhante participação da médica alagoana em Berlim e nas visitas profissionais que a renomados médicos nas cidades de Praga, Viena e Paris, não indica, no entanto, que a

produção intelectual, bem como a participação feminina em sociedades médicas estivessem isentas das influências da ideologia patriarcal que permeou tanto a sua formação como o seu exercício profissional. Poderíamos dizer que o destaque que Francisca Prager Fróes e Lyli Lages tinham entre seus pares foi uma exceção. Assim, a exemplo da *segregação hierárquica*, que a participação feminina nos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia pontua, verificamos a presença da *segregação territorial* não só no exercício profissional, resultado de uma formação direcionada, mas também na produção intelectual dessas médicas como nos espaços que porventura ocuparam na ciência baiana.

A primeira produção intelectual das médicas, com as raras exceções, pode ser atribuída às teses de doutoramento que defenderam ao concluírem o curso, e que versavam sobre as áreas de especialização que desejavam seguir. Do conjunto das teses produzidas por mulheres, no período de 1886 a 1931 das 22 teses listadas por Silva (1954, p. 215-218), só encontrei 13 (treze) as quais em sua maioria podem ser classificadas como pertencentes à área da medicina da mulher, as que fogem a essa regra, entanto, articulam a temática trabalhada com o tido “universo feminino”.

QUADRO II
TESES DEFENDIDAS POR MULHERES (1887 a 1928)

Titulo	Autora	Ano
Hemorragias Puerperaes	Glafira Corina de Araújo	1892
Da alimentação das crianças na primeira infância	Laura Amália de Souza Bahiense	1898
Transfusão sanguínea	Isaura Leitão de Carvalho	1916
Da restauração do Períneo	Ludgera Fortunata Bernarda da Cunha	1924.
A ovariectomia e suas indicações	Anna Machado Marinho Falcão	1890
Contribuição ao estudo jurídico e médico-legal do crime de infanticídio	Maria Barbosa Gomes	1928
Paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana	Rita Lobato Velho	1887
Da sexualidade e da Educação Sexual	Ítala Silva de Oliveira	1927
As injeções de leite em otologia	Dagmar Matheus Sabino	1923
Breve noções sobre raspagem uterina	Francisca Barreto Prager	1893
Ligeira contribuição ao estudo da sub-alimentação das lactentes	Calcida Vieira dos Reis	1927

Ligeiras considerações clínicas sobre a febre amarela	Agrícola Guerra	1913
Clinica cirúrgica – disposições – anomalias do cordão umbilical: sua influencia sobre a gravidez e o parto.	Amélia Pedrosa Benebaim	1890

Fonte: Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia.

O conjunto desses trabalhos sinaliza, portanto, para a existência da segregação territorial e hierárquica, presentes na formação e no exercício profissional. A quase inexistência da publicação e participações científicas dessas, que é pontuada pela a participação única de Francisca Prager Fróes em sessões da Sociedade de Medicina bem como pela sua presença no editorial da Gazeta Médica da Bahia e a publicação de seus artigos, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, são constatações desse fato. Assim, como é para a década de trinta a ausência de participação feminina na Sociedade de Medicina de Itabuna, bem como a presença única na Sociedade de Medicina da Bahia, na diretoria de 1935-6, da médica Carmem Mesquita como bibliotecária da instituição.

A constatação válida para a Sociedade de Medicina da Bahia, onde as mulheres que porventura participavam diretamente da diretoria encontravam-se em funções de não destaque, também o é para o 1º. Congresso Regional de Medicina da Bahia ocorrido entre os dias 1 e 8 de dezembro de 1935, onde a presença feminina é insignificante na platéia da conferencia de abertura do evento, onde aparecem em fotografia reproduzida nos Annaes da Sociedade de Medicina da Bahia (1936, p.161) a presença de três mulheres.

A própria constituição do comitê que realizou o evento é significativa: onde dos 08 (oito) membros, cinco são da Sociedade e nenhum é a Dra. Carmem Mesquita, escolha lógica ao se considerar que dois dos membros não fazem parte da diretoria da sociedade e são apenas da comissão da revista da instituição. A participação feminina foi nula nas sessões onde se discutiram os temas oficiais do congresso:

a) – Esquistomose na Bahia – (estudo clinico-anatomo patológico e prophilatico). Relatores: Drs. Armando Tavares, Leôncio Pinto e Alexandre Leal Costa. Sobre o tema apresentaram contribuições os Drs. Heitor Fróes, Eduardo de Araújo e Herval Tarquínio.

- b) – Diagnostico e tratamento da sífilis nervosa. Relatores: Drs. Adriano Ponde, Helio Simões e José Coelho. Sobre o tema apresentam contribuições: o Dr. Artidonio Pamplona (Rio de Janeiro), lida pelo Dr. Carlos da Silva Araújo, representante da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e José Coelho.
- c) – O problema medico-social da lepra na Bahia. Relator: Dr. Octavio Torres. Apresentaram contribuições sobre o tema os Drs. Castro Rocha (Ilhéus) e José de Figueiredo – Octavio Torres.
- d) A campanha antituberculosa na Bahia. Relator: Dr. José Silveira. Apresentaram contribuições sobre o tema os Drs. Bráulio X. Filho, Alberto Silva, César de Araújo, Eduardo de Araújo, Almeida Gouveia e Otto Neuburger. (ANNAES..., 1936, p. 160-161)

Quiçá se alguns dos temas fossem ligados às questões da maternidade e/ou a infância, houvesse a participação das médicas. Visto que a produção intelectual, em específico as teses de doutoramento em medicina, realizadas pelas médicas, centram-se em sua maioria a temáticas ligadas à maternidade.

A aplicação dos conceitos proposto por Londa Schiebinger (2001) e Eulália Sedeño (2001) explicar a participação feminina nas ciências, pois aqueles me permitiram verificar a existência de espaços profissionais específicos para as mulheres: tanto médicas como dentistas atendiam especificamente ao público feminino e infantil. Isso associado a caracterização da produção e atuação intelectual dessas profissionais, indica que também nesses espaços, a exemplo do que ocorreu no processo de formação, o que houve foi um “acomodamento” das pouquíssimas mulheres conseguiram adentra-lo; fato que colabora com a idéia de que não houve um “rompimento” do mundo masculino da medicina baiana.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Portanto, não queiramos precipitar os acontecimentos. Preparemos conscienciosamente a nova geração de mulheres para poderem tomar uma parte mais activa nos destinos do nosso caro Brasil, cada uma dellas se dedicando à profissão que o seu temperamento exigir, isto é, a vida do lar, as profissões liberais, a vida pública, etc. Só depois de longos annos de luta de trabalho chegaremos à realização completa dos nossos ideaes. (...). Assim como as gerações passadas semearam nós colhemos, assim também que cada uma de nós plante o seu graozinho, sem interesses pessoais, sem preocupações de vaidades e de rivalidades, inspiradas todas nós, em idealismo fortes pelos laços de amizade, communhão de ideaes, de verdadeira camaradagem e de muita tolerância e no futuro aquellas que colherem os frutos do nosso modesto labor bendirão as lutadoras desconhecidas e honrarão suas memórias como actualmente honramos e veneramos a memória dos soldados desconhecidos, que tanto trabalharam e se sacrificaram pela pátria. (Lili Tosta, 09/04/1931)

Como afirmei na introdução o desenvolvimento desta monografia deve-se a tentativa de responder a perguntar: **A inserção de mulheres nos cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia (1879-1949) significou o rompimento do mundo masculino das ciências biomédicas na Bahia?** Como resposta, elaborei a tese de que as ciências biomédicas continuaram a ser um mundo masculino apesar da inserção feminina nos cursos e profissões de medicina, farmácia e odontologia.

A tese que defendo não é uma explicação imutável ou fixa, ao contrario o seu carácter hipotético permanece, uma vez que o conhecimento é sempre renovável e acumulativo. E foi a partir desse pressuposto, associado ao de que a produção do conhecimento é situada histórica e culturalmente, que a análise das fontes trabalhadas me permitiu elaborar a argumentação expressa nos capítulos apresentados.

Como é perceptível nas entrelinhas que ligam os capítulos apresentados, a minha compreensão do que seria esse “mundo das ciências biomédicas” pode ser descrita como: um conjunto composto não só pelo espaço de formação, mas também pela atuação profissional e pelas idéias que se tinha acerca dos sujeitos que o constituíam ou que seriam aptos para tal. E procurei analisar cada um desses “setores”, sem deixar de perceber a ligação entre eles, a partir de vestígios, nem sempre abundantes, encontrados nos mais variados documentos históricos.¹⁴³

Apesar das suas características específicas, a inserção ou exclusão das mulheres dos espaços destinados ao cultivo dos saberes bem como a aplicação desses na Bahia e, conseqüentemente, no Brasil, demandava um pergunta chave: os motivos para que tal fenômeno se mantivesse; a que essa situação de exclusão e inclusão estava relacionada. Responder, ou indicar caminhos para tanto, a essa pergunta foi à finalidade do primeiro capítulo que pode ser descrito como de contextualização.

Nele ensaiamos algumas considerações acerca da exclusão feminina das ciências ao afirmamos que essa se deveu as questões de acesso e manutenção de situações estratégicas, fosse por meio da não participação dos cargos públicos, engrenagem primordiais para o funcionamento dos Estados, onde concorreriam com os homens, como pelo controle do corpo feminino – essencial para a produção e reprodução das nações e suas riquezas. Foi também objeto de discussão do referido capítulo, as principais teorias que justificaram e legitimaram ideologicamente a exclusão feminina das ciências, bem como pontuamos a resistência de mulheres que ao se tornarem médicas, botânicas, químicas, astrônomas, etc., apesar dos obstáculos prepararam o caminho para que no século XIX outras mulheres, de forma sistemática e organizassem, pudessem lutar e retomar os seus espaços dentro da ciência.

¹⁴³ Ver introdução onde pontuamos a nossa compreensão de documento e conhecimento histórico.

A influencia dessas questões no contexto brasileiro foi tratada no segundo capítulo, onde procuramos verificar como se processou entre nós, principalmente no século XIX e primeiras décadas dos novecentos, as discussões acerca do acesso feminino aos altos estudos. Assim, as idéias acerca dos sujeitos que poderiam transitar por esse mundo, não como objeto de intervenção ou de estudo, mas como agentes do próprio fazer a ciência médica, foi apresentada. As mulheres eram definidas como inaptas para o exercício das profissões biomédicas devido a sua constituição física, biológica e intelectual que as direcionavam para somente o sua função “natural” – a maternidade.

Esses discursos que encontrei entre nós desde o início do XIX, quando começam a circular as idéias acerca dos direitos femininos a uma instrução superior, foram importadas e reelaboradas de pensadores europeus, a partir do século XVI, e foram rebatidos pelas mulheres e, também, homens simpatizantes que produziram discursos específicos para demonstrar a utilidade social delas enquanto profissionais liberais. Não podemos esquecer que os cursos superiores – medicina, direito e engenharia – foi, também entre nós, ferramentas importantes para se ter acesso ou manter situações estratégicas.

Assim, no primeiro capítulo procuramos apresentar a premissa de que a expulsão e posteriormente o acomodamento das mulheres das ciências da cura é explicada logicamente ao se considerar que essas eram bases para a manutenção ou acesso a situações estratégicas; no segundo capítulo procurei demonstrar que as idéias do mundo biomédico baiano como masculino continuaram a existir mesmo após o ingresso das primeiras mulheres nos cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia. Pontuei que em nenhum momento a *moral patriarcal*, que dava suporte para a hierarquia das relações entre homens e mulheres no cotidiano daquela sociedade, aqui incluindo todos os seus espaços e instituições, não foram questionados e sim utilizados de acordo com os interesses dessas mulheres.

No capítulo intermediário entre o segundo e o quarto, algumas características do perfil da clientela feminina dos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, como idade, localidade de origem, vínculos familiares, permitem a formulação de que o contexto histórico perpassado por transformações econômicas, social, culturais teve implicações no modo de vida dessas mulheres e suas famílias, permitindo a elas freqüentarem os referidos cursos. Quanto à formação obtida no interior da instituição baiana, que também foi objeto do terceiro capítulo, foi explícita a segregação territorial. As mulheres estavam concentradas, principalmente, em farmácia e odontologia que na escala de prestígio das profissões encontravam-se em situação subordinada à medicina. A própria constituição de “guetos” na especialidade seguida pelas médicas, explicitada nas teses de doutoramento defendidas, é um reflexo da segregação territorial de gênero que permeou as ciências biomédicas na Bahia.

Um outro dado apresentado foi à elevação do número de mulheres a partir de 1930, que relacionamos com a atuação das filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, uma vez que em todos os estados de origem das alunas havia uma filial e muitas delas faziam parte dessas instituições, bem como as novas relações de trabalho que foram sendo instituídas onde a presença de mulheres brancas não pobres tornou-se mais evidente. No entanto, verificamos um cuidado nas formas de se comportarem de maneira a não chamarem atenção para si ou mesmo evitar confrontos e sempre de acordo com o esperado de uma “moça de família”, bem como a presença de familiares e conhecidos que estiverem sempre ao lado delas durante o período de cursos, revelando o cuidado com a utilização do tempo e espaço que estas faziam ao estarem naquele local.

A segregação territorial e hierárquica que houve na formação, foi notada na atuação profissional e intelectual que, também, foi permeada e pontuada pelas representações e práticas de gênero vigentes. As mulheres tinham os seus exercícios profissionais diferenciados dos homens, fossem pela clientela fosse pelos espaços e horários em que

trabalhavam. E a exemplo das ações que realizaram para ingressarem na instrução superior, tiveram que elaborar táticas e estratégias para serem aceitas e respeitadas no mercado de trabalho.

Não houve, portanto, um rompimento do mundo masculino das ciências biomédicas na Bahia, pois os espaços que o constituem, a formação, a discussão e o exercício profissional, não rechaçaram a ideologia patriarcal. O que houve foi um acomodamento da presença feminina no seu interior, expressa pelas segregações hierárquica, territorial e institucional que tiveram como linha condutora a regulação do espaço e do tempo, como também a vigilância; linhas de ação da ideologia patriarcal. (PALMERO, 2001, p.51-2).

Devo, no entanto, pontuar que com as suas distintas e fragmentadas trajetórias, cujas ínfimas filigranas consegui captar, essas mulheres se constituíram pontos-chaves das trilhas de empoderamento feminino, que em nossa história ainda se encontra em processo de construção. Elas foram as “ondulações espumantes” que Certeau (1994) menciona na seguinte metáfora:

Traçam “trajetórias indeterminadas”, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam... essas “trilhas” continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e desejos diferentes. Elas circulam, vão e vem, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida. (CERTEAU, 1994, p. 97)

Após feitas essas considerações devo finalizar reafirmando que apesar dos acomodamentos, essas mulheres, por meio das suas estratégias, astúcias e ações forjadas a partir do disponível, deram “um passo a frente para [a] presente”. (PALMERO, 2001, p.45) condição feminina nas ciências e, em específico, na área biomédica no Brasil e Bahia. E coube-me apenas procurar realizar o ensejo de Lili Tosta (09/04/1931) não olvidando a contribuição delas.

CORPUS DOCUMENTAL

a) Documentos manuscritos:

ARQUIVO DO MEMORIAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

Livro Índice de Graduados (1808/1979) .

Inscrição nos exames preparatórios, nos concursos de Habilitação e nos cursos regulares de: Medicina, Obstetrícia,

Farmácia, Partejas, Odontologia, Enfermagem (1861/1970) .Cx.: Série Didática, Sub-série 1.

Matrícula nos cursos (1843/1952) , Série Didática, Sub-série 2.

Registro de exames. Resultados (1816/1974) , Série Didática, Sub-série 4.

Atividades Didáticas Hospitalares (1927/1968) , Série Didática, Sub-série 5.

Documentação Administrativa interna (comunicação) (1816/1930) , Série II, Sub-série 1.

Requerimentos (1905/1972) , Série II, Sub-série 5.

Registro de Editais e Contratos (em livros). Registro de Títulos (1853/1973) , Série II, Sub-série 12.

Termos de colação de grau (1870/1951) , Série II, Sub-série 13.

Livros de Registro de Diplomas (1870-1949), Série II, Sub-série 13.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER

Atas da Federação Bahiana Pelo Progresso Feminino (1931 1948) . Cx.: Banco de Dados Feminismo Baiano.

b) Documentos Impressos:

OLIVEIRA, E. de S. Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia: concernente ao ano de 1942. Salvador:Edufba, 1992.

ARQUIVO DO MEMORIAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

ARAGAO, E.C.M.S. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1877.

ARAGÃO, G.M.S de. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1924.

ARAÚJO, Glafira Corina de. Hemorragias puerperaes. Salvador, 1892. Cx.: 092-B

AZEVEDO, J. O. de. Memória da Faculdade de Medicina da Bahia, 1892.

BAHIENSE, Laura Amália de Souza. Da alimentação das crianças na primeira infância. Salvador, 1898. Cx.: Teses, 098

-D.

CAMPOS, J.C. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1905.

CARVALHO FILHO, J.E.F. de. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1909.

CARVALHO, A.C. de. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1903/4.

CARVALHO, Isaura Leitão de. Transfusão sanguínea. Salvador, 1916. Cx.: Teses, 902.

CERQUEIRA, A. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1904.

CUNHA, Ludgera Fortunata Bernarda da. Da restauração do Períneo. Salvador, 1924. Cx.: 124 F.

DORIA, J.R. da C. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1895.

FALCÃO, Anna Machado Marinho. A ovariectomia e suas indicações. Salvador, 1890. Cx.: Teses, 090-C.

FONSECA, L.A. da Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1893.

GOMES, Gelmirez de Souza. Da drenagem metálica como tratamento da infecção puerperal. Salvador, 1917. Cx.: Teses, 950.

GOMES, Maria Barbosa. Contribuição ao estudo jurídico e médico-legal do crime de infanticídio. Salvador, 1928. Cx.: Teses, 128-A.

LOPES, Rita Lobato Velho. Paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana. Salvador, 1887. Cx.: Teses, 0192/199.

MELLO, J.A. de. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1879.

MENDES, A.P. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1907/8

MONTEIRO, Ramiro. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1878.

MOURA, C.O.F. de. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1914.

OLIVEIRA, Hosannah de. O fígado na hipotrofia. Salvador, 1927. Cx.: Teses, 127 B.

OLIVEIRA, Ítala Silva de. Da sexualidade e da Educação Sexual. Salvador, 1927. Cx.: Teses, 127 B.

PEDREIRA, Myron de Moura. Operação de Gigli. Salvador, 1911. Cx.: Teses, 111-A.

PERREIRA, A.P. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1893.

PINHO, Dagmar Matheus Sabino. As injeções de leite em otologia. Salvador, 1923. Cx.: Teses, 123 D.

PRAGUER, Francisca Barreto. Breves noções sobre raspagem uterina. Salvador, 1893. Cx.: Teses, 093 F.

RAMOS, D. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1902.

REBELLO, F. de C. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1892.

REIS, Cacilda Vieira dos. Ligeira contribuição ao estudo da sub-alimentação das lactentes. Salvador, 1927. Cx.: Teses, 127 C.

RODRIGUES, R.N. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1896.

SILVA JUNIOR, F.A. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1911.

SILVEIRA, Tuse Magalhães da. Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil. Salvador, 1926. Cx.: Teses, 126-A.

TEIXEIRA, Maria Odília. Algumas considerações acerca da curabilidade e do tratamento das CIRRHOSES Alcoólicas. Salvador, 1909. Cx.: Teses, 109-C.

VALADARES, P. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1915.

VEIGA, Ephigenia. Métodos antissépticos em obstetrícia. Salvador, 1890. Cx.: Teses, 090 J.

VIANA, A. C. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1908.

VIANNA, A.R. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1910.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

ALMANACH das famílias (1878). Microfilme 10, flash 01.

ATHENEO Bahiano (9/4/1878 a 7/1879). Microfilme 10, flash 09.

DIÁRIO de Notícias. (15/11/1876 a 6/8/1909). Microfilme 27.

GAZETA Médica da Bahia (1866 a 1906). Microfilmes 1 a 20.

TRIBUNA (02/01/1877 a 01/9/1894). Microfilme 26.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA BAHIA

COUTO, J.L. de A. Sumário anual dos trabalhos da segunda cadeira de clínica médica da Faculdade da Bahia, durante o curso letivo do ano de 1891. In.: FONSECA, L.A. Memória

histórica da Faculdade de Medicina da Bahia: relativa ao anno de 1891. Bahia: Diário da Bahia, 1893.

ARAGÃO, G.M. de. Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia concernete ao anno de 1923. Bahia: Diárioda Bahia, 1924.

DIARIO official do Estado da Bahia, 1923.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Jornal A Tarde, 1920-1949

Jornal O Monitor, 1879-1881

Jornal A Gazeta da Bahia, 1879-1886.

AS MULHERES Médicas. In. **Gazeta Médica da Bahia**, março de 1901, Ano XXXII, Número 9.

A MULHER nos Estados. In. **Jornal Cidade do Salvador**. Salvador, 11/02/1899.

VERDILHAC, A de. A educação das moças. In.: **Jornal A Bahia**. Salvador, setembro de 1897.

DIARIO DE NOTICIAS. Salvador, 3 de outubro de 1881.

DIARIO DE NOTICIAS. Salvador, 13 de agosto de 1884.

EDUCAÇÃO de mulheres. In.: **Jornal O Monitor**. Salvador, 21 de junho de 1879.

LEONIDAS E SÁ. A mulher. **Revista Brazil Avança**. Anno I. Salvador: 1887. (Revista mensal).

AUTRAN, A. F. Porque Choras...? **Álbum de família**. Ano I, no. 1. Salvador: Typographia de Marques Aristides EC., 1876.

SAUDAÇÃO à Maviosa poetiza Anna F. Autran. **Álbum de família**. Ano I, no. 1. Salvador: Typographia de Marques Aristides EC., 1876.

BIBLIOTECA ISAIAS ALVES – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

BARRETO, Tobias. Sessão de 22 de março de 1879, da Assembléia Provincial de Pernambuco. In.: _____. **Estudos de Sociologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962. (Biblioteca Popular Brasileira).

ARQUIVO DA ACADEMIA BAIANA DE LETRAS

A VAGA de Almachio Diniz – Academia de Letras: como aprecia o fato um dos concorrentes. **Jornal A Tarde**. Salvador, 31 de agosto de 1938.

A ILEGIBILIDADE das mulheres. **Jornal Diário de Noticias**. Salvador, 12 de agosto de 1938.

EVA e o seu domínio. **Jornal A Tarde. Salvador**, 14 de novembro de 1938.

A PRIMEIRA imortal – eleita para a vaga de Almachio Diniz, d. Edith Gama e Abreu. **Jornal Diário de Noticias**. Salvador, 10 de agosto de 1938

A MULHER na Academia – palavras da escriptora d. Edith Mendes da Gama e Abreu a “O Imparcial”. **Jornal O Imparcial**. Salvador, agosto de 1938.

ELEIÇÃO de elemento feminino – dividida em duas correntes a Academia de Letras da Bahia. **Jornal O Imparcial**. Salvador, 9 de agosto de 1938.

AINDA as eleições na Academia de Letras da Bahia – Declarações do prof. Moniz Sodré. **Jornal O Imparcial**. Salvador, agosto de 1938.

ACADEMIA de Letras da Bahia – A eleição da escriptora Edith Mendes da Gama e Abreu. **Jornal O Imparcial**. Salvador, 12 de agosto de 1938.

NOTAS Cariocas - A Academia de Letras da Bahia – Os cavallos que sabem pensar. **Jornal Cidade do Salvador**. Salvador, 14 de setembro de 1938.

BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

VINHAES, Diógenes. O parto não é uma funcção natural. In.: SOCIEDADE DE MEDICINA DE ITABUNA. **Annaes**. Ata da sessão de 1 de agosto de 1937. Itabuna: [s.n], 1937. **[BFIOCRUZ]**

HAGE, Moysés. “Contestação ao trabalho do Dr. Diógenes Vinhaes: o parto não é uma funcção natural”. In.: SOCIEDADE DE MEDICINA DE ITABUNA. **Annaes**. Ata da sessão de 15 de agosto de 1937. Itabuna: [s.n], 1937. **[BFIOCRUZ]**

ACERVO DA PESQUISA “REMANDO CONTRA A CORRENTE: FEMINISMO NA BAHIA (1910-1949) – ANA ALICE COSTA

A DRA. HERMELINDA Paes. Exoneou-se da “União Universitária Feminista”. **Diário da Bahia**. Salvador, 20 de julho de 1931.

PAES, Hermelinda. A Tribuna Feminista – “sustento a igualdade intelectual dos dois sexos”. In.: **A Tarde**. Salvador, 06 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

PAES, Hermelinda. A mulher bahiana, no Congresso Feminista. **Diário de Noticias**. Salvador, 17 de julho de 1931.

LAGES, Lily. A Tribuna Feminista – a mulher elevando-se intellectualmente não abandonará o sublime papel de filha, esposa e mãe. In.: **A Tarde**. Salvador, 08 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

TOSTA, Lili. A Tribuna Feminista – Como a professora Lili Tosta encara o grande movimento. In.: **A Tarde**. Salvador, 09 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

CUNHA, Marietta do Passo Pimenta da. A Tribuna Feminista – A senhora Pimenta da Cunha responde ao questionário: Revisão e Reforma das Leis Civis). In.: **A Tarde**. Salvador, 10 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

SEABRA, Anisia. A Tribuna Feminista – Como vê o problema a senhora Anisia Seabra. In.: **A Tarde**. Salvador, 13 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

ANDRADE, Maria Rita Soares de. A Tribuna Feminista – “Tenho soffrido tudo que é possível soffrer na conquista do ideal.” In.: **A Tarde**. Salvador, 16 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

TAVARES, Laurentina Pughas. A Tribuna Feminista – “Acho que a mulher póde concorrer com o homem em todos os misteres da vida”. In.: **A Tarde**. Salvador, 17 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

AGUIAR, Alice Kelech. A Tribuna Feminista – A inauguração da estatua de Mrs. Paukhurst: como opina uma legionária do movimento. In.: **A Tarde**. Salvador, 20 de abril de 1931, p. 2. (Entrevista).

CONDESSA DE ALYS. A Tribuna Feminista – Como a “Condessa de Alys” opina no inquérito. Uma campanha prestes a encerrar-se. In.: **A Tarde**. Salvador, 22 de abril de 1931, p. 3. (Entrevista).

SOUZA, Seleneh Carneiro de. A Tribuna Feminista – Seleneh Carneiro de Souza e a sua confiança na victoria na grande campanha. In.: **A Tarde**. Salvador, 25 de abril de 1931, p. 3. (Entrevista).

TAVARES, Edelzuita. A Tribuna Feminista – uma longa manifestação em prol da campanha. In.: **A Tarde**. Salvador, 29 de abril de 1931, p. 3. (Entrevista).

FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO. **Ligeira exposição de suas finalidades e resumo do programma cumprido e a cumprir**. Bahia: A Luva, 1936. (publicação no. 2)

GAMA E ABREU, E. M. da. Precursoras do feminismo na Bahia. In.: **Anais do 1º Congresso de História da Bahia**. n. V, vol. IV. Salvador: IGHB, 1950.

BITTENCOURT, M. L. Pela “Casa do Estudante” – um agradecimento. **Diário da Bahia**. Salvador, 11 de abril de 1930.

DIARIO DE NOTICIAS. **De regresso ao Congresso de Oto-rhino em Berlim** – fala ao “Diário de Noticias” a Dra. Lily Lages, representante do Brasil. Salvador, 13 de janeiro de 1937. [Ana Alice]

CALDAS, E. Collaboradora. **Diário de Noticias**. Salvador, 25 de novembro de 1938. (Ana Alice)

REFERENCIAS

ALMEIDA, J.R.P. de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**: História e legislação. São Paulo: EDUC, 2000.

APARICIO, M. M.; ALCAIDE, A. S.; ZUASTI, N. Biografias de algunas mujeres matemáticas acompañadas de ciertas reflexiones sobre la educación y las condiciones de vida de las mujeres. In.: RUIZ, V. F. (org.). **Las mujeres ante la ciência del siglo XXI**. Madrid: Complutense, 2001.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

AZEVEDO, T. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & Classes Sociais e grupos de prestígio. Salvador: EDUFBA, 1996.

BACON, F. **Da proficiência e o a avanço do conhecimento divino e humano**. São Paulo: Madras, 2006.

_____. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. (versão eletrônica). Disponível: www.egroups.com/group/acropolis.

BARMAN, R. J. **Princesa Isabel do Brasil**: Gênero e Poder no século XIX. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BARRETO, M. R. N. **Nascer na Bahia do século XIX**: Salvador (1832-1889). Salvador: Universidade Federal da Bahia/Programa de Pós-Graduação em História, 2000. (dissertação).

BARSTOW, A. L. **Chacina de feiticeiras**: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

BASTIANELLI, L. (org.). **Gazeta Médica da Bahia – 1866/1934/ 1966-1976**: por uma Associação de Facultativos. Salvador: Contexto, 2002.

BEAUVALET-BOUTOUYRIE, S. As parteiras-chefes da maternidade Port-Royal de Paris no século XIX: obstretas antes do tempo?. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 403, 2/2002.

BERRIOT-SALVADORE, Evleyne. O discurso da medicina e da ciência. In.: DAVIS, N. Z.; FARGE, A. (org.) **História das Mulheres**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, [199-]. (Coleção História das Mulheres no Ocidente, vol. 3).

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999.

BETHENCOURT, F. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In.: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.) **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. 8ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Ciências sociais da educação).

BRANDÃO, S. S. **No lar e no balcão: as mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)**. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, 2007. (dissertação).

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In.: LOURO, G.L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, M.A.P. **A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo: notas históricas**. São Paulo: USP, 1984.

_____. **Perfil do Ensino Farmacêutico no Brasil**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Superior/MEC, 1966.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARTILHA de Educação Erótica. Lisboa: Périplo, 1988. (Coleção Galateja).

CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire. **Notícia histórica sobre a Faculdade de Medicina da Bahia**. Salvador: Typ. Bahia, 1909.

CARVALHO, Cristina Leite. **Dentistas práticos no Brasil: história de exclusão e resistência na profissionalização da odontologia brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. (Tese).

CITELI, M. T. Fazendo diferença: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 131, 1/2001.

COSTA, A. A. A. **As donas do poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: Edufba, 1998.

DAHLERUP, D. Conceptos confusos. Realidad confusa: una discusión teórica sobre el Estado Patriarcal. In.: SASSOON, A. (org.) **Las mujeres y el Estado**. Madrid: Vindicación Feminista, 1987.

DALARUN, J. Olhares de clérigos. DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres – Idade Média**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

DALL'AVA-SANTUCCI, J. **Mulheres e médicas: as pioneiras da medicina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, N. Z. **Nas margens**: três mulheres do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, M.O.L. da S. **Quotidiano e poder**: em São Paulo no século XIX. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIWAN, P. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGO, P.B. et all. Las mujeres y la Historia de Europa. In.: DOMINGO, P.B. **Las Mujeres en Europa**: convergencias y diversidades. Granada: Universidade de Granada, 2001. (colección Feminae).

DULONG, Claude. Da conversão à criação. In.: DAVIS, N. Z.; FARGE, A. (org.) **História das Mulheres**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, [1990]. (Coleção História das Mulheres no Ocidente, vol. 3).

ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. (volume 2).

FALCON, F.; RODRIGUES, A. E. **A formação do mundo moderno**: a construção do ocidente dos séculos XIV ao XVIII. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FERREIRA FILHO, A. H. **Salvador das Mulheres**: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. Salvador: Universidade Federal da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em História, 1994. (dissertação de mestrado).

FIGUEIREDO, L. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FIGUEIREDO, L. R. de A.; MAGALDI, A.B. de M. Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7, 1983, São Paulo. (texto datilografado).

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade I**: a vontade de saber. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. A Política da saúde no século XVIII. In.: _____. **Microfísica do Poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

_____. O nascimento da medicina Social. In.: _____. **Microfísica do Poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.

_____. Poder-corpo. In.: _____. **Microfísica do Poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985c.

FRAGE, A; DAVIS, N.Z. Introdução. In.:_____. (org.) **História das Mulheres**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, [1990]. (Coleção História das Mulheres no Ocidente, vol. 3).

FREITAS, A.M.G.B. de. **As sergipanas nas Faculdades Baianas e o papel da União Universitária Feminina, nas primeiras décadas do século XX**. In.: SEMINÁRIO

Internacional – o Feminismo Acadêmico em debate/ IX SIMPOSIO Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero. Salvador: NEIM/UFBA, 25 a 28 de novembro de 2003. (texto).

GARCIA, M. I. G. Una mirada desde la psicología científica sobre el pasado, el presente y hacia el futuro de la educación de las mujeres. In.: RUIZ, V.F. (org.) **Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI**. Madrid: Complutense, 2001.

GILES, T. R. **História da Educação**. 3 ed. São Paulo: EPU, 2003.

GÓMES, T.O. Espacios de sociabilidad femenina en la profesión médica en los siglos XIX e XX. In.: RUIZ, V.F. (org.) **Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI**. Madrid: Complutense, 2001.

_____. Historia de la medicina e Historia de las mujeres. In.: VALDIVIESO, Ma. I. del Val et all. (org.). **La historia de las mujeres: una revisión historiográfica**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004.

GONÇALVES, A. L. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAHNER, J. E. Educação e ideologia: profissionais liberais na América Latina do século XIX. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1º. Semestre de 1994.

_____. **Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Mulheres, 2003.

_____. Educação e ideologia: profissionais liberais na América Latina do século XIX. **Estudos Feministas**. Vol. 2, n. 3/ 94. CIEC/ECO/URFJ.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HARDING, S. **Ciência y feminismo**. Madrid: Morata, 1996.

HARDT, M.; NEGRI, A. A Constituição Política do Presente. In.: _____. **Império**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERRÁEZ, E.R. Nuevos horizontes en la educación científica. In.: SANCHEZ, M.D.; MAGALLÓN, C.; BARRAL, M.J. **Iteracciones Ciência y Gênero: discursos y práticas científicas de mujeres**. Barcelona: Icaria, 1999.

HILSDORF, M. L. S. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

HIPOCRATES. **Aforismos y sentencias**. (200-). [versão eletrônica]. Disponível: www.br.egroups.com

HOBSBAWM, E. **A Era do Capital (1848-1875)**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HUBBARD, R. Algumas idéias sobre a masculinidade das ciências naturais. In.: GERGEN, M.M. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Roda dos Tempos, 1993.

KELLER, E. F. **Reflexiones sobre gênero y ciencia**. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim; Institució Valenciana D'Estudis I Investigació, 1991.

KLAPISCH-ZUBER, C. Introdução. In.: DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres – Idade Média**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, manjas, putas, presas y locas**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993. (Colección Posgrado 8).

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 4 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEITE, B. M. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LEITE, M. M.da S. B. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930**. Salvador: Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal da Bahia, 1997. (dissertação de mestrado).

_____. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2005.

LIMA E SOUZA, A.M.F. de. **As armas de Marte no Espelho de Vênus: a marca de gênero em Ciências Biológicas**. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal da Bahia, 2003. (Tese de doutorado).

LOURO, G. L. O cinema como pedagogia. In.: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, M.C.G. O Decreto de Leônicio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In.: STEPHANUO, M.; BASTOS, M. H. C. (org.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005. (vol. II).

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 3ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, A. P. V. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 320, set.-dez./2005.

_____. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

_____. **Visões do feminino**: medicina da mulher nos séculos XIX – XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. (Coleção História e Saúde).

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção a obra prima de cada autor).

MEILLASSOUX, C. Quem são os explorados? In. _____. **Mulheres, Celeiros & Capitais**. Porto: Afrontamento, 1976. (Capítulo 5, pp. 125-145)

MITCHELL, J. Mulheres: a Revolução Mais Longa. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, julho/1967, Ano III, n. 14.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma – reformar o pensamento. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORO, C. C. **A questão de gênero no ensino de ciências**. Chapecó: Argos, 2001.

MOTT, M.L.; ALVES, O.S.F. Farmacêuticas em São Paulo (1901-1919). In.: **BIS**. São Paulo, no. 38, abril/2006.

MOTT, M.L. De educadora a médica: trajetória de uma pioneira metodista. In.: **Revista Cogeime**. 15 de dezembro de 1999.

MOTT, M.T et. All. ‘Moças e senhoras dentistas’: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. In.: **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 15, jun./2008. (suplemento)

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia Política** Curitiba, 25, nov./2005.

MUCHEMEBLED, R. **Uma história do diabo**: séculos XII – XX. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

OLIVEIRA, E. de S. **Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia –** concernente ao ano de 1942. Salvador: Edufba, 1992.

OLIVEIRA, N. F. de. **Representações e práticas de gênero em distratos de casamento –** Salvador (1890-1920). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa em História Social, 1999. (dissertação de mestrado).

PALMERO, M. J. G. **Teoria feminista contemporânea**: una aproximación desde la ética. Madrid: Complutense, 2001.

PASSOS, E.S. **Palcos e Platéias**: As Representações de Gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: NEIM, 1999.

- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PONCELA, A. M. F. Hilvanando palabras e cifras. Un ejemplo sobre política, mujeres e hombres. In.: BARTRA, E. (org.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México (D.F.): UAM, 1998.
- RAGO, E. J. **Feminismo e Medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, 2005b. (tese)
- _____. Francisca Prager Fróes e a Igualdade dos Sexos. **Labrys – Estudos Feministas**. Brasília, n. 8, ago./dez. 2005a. Disponível em [<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8>]. Acessado em: 26.07.2007.
- REIS, A. D. **Cora**: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2000.
- RIBEIRO, M.A.P. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas: 1854 – 1924**. Salvador: Edufba, 1997.
- ROCHA-COUTINHO, M.L. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (Coleção Gênero Plural).
- ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 19 (sup.2), 2003.
- _____. Ginecologia, Gênero e Sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 8, n.17, junho de 2002.
- _____. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- ROHDEN, f. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- ROSALDO, M. Z. Introdução – A mulher, a cultura, a sociedade. In.: _____. **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**: uma revisão teórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SABAT, . Pedagogia Cultural. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: vol 9, n. 1, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- SALLMANN, Jean-Michel. **As bruxas**: noivas de satã. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- _____. Feiticeira. In.: DAVIS, N. Z.; FARGE, A. (org.) **História das Mulheres**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, [1990]. (Coleção História das Mulheres no Ocidente, vol. 3).
- SAMPAIO, G. dos R. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SANTOS FILHO, L. **História Geral da Medicina**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1991b. [vol. 2].

SANTOS, A. P.; TOSI, L. Resgatando Métis – o que foi feito desse saber?. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 2, 1996.

SCHIEBINGER, L. **¿Tiene sexo la mente?** Madrid: Cátedra, 2005. (coleção feminismos – Instituto de la Mujer/ Universitat de València).

_____. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHOTT, Rubin. **Eros e os processos cognitivos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEDEÑO, C.P. Ciencia y valores de género. In.: RUIZ, V.F. (org.) **Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI**. Madrid: Complutense, 2001.

SEDEÑO, E.P. La deseabilidad epistémica de la equidad en ciencia. In.: RUIZ, V.F. (org.) **Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI**. Madrid: Complutense, 2001.

SHOTTER, J; LOGAN, J. A penetração do patriarcado: sobre a Descoberta de uma Voz Diferente. In.: GERGEN, M.M.C. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Brasília: Rosa dos Tempos, 1993.

SILVA, A. **A primeira médica do Brasil**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.

SILVA, I. A. T. da. **Representações da civilidade feminina na Bahia do século XIX: A revolta das recolhidas do Santo Nome de Jesus em 1858**. Salvador: Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM, 2008. (monografia)

SOARES, C. M. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Programa de Pós-Graduação em História, 1994. (dissertação).

SOARES, P. M. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945). In.: BRUSCHINI, M.C.A. **Vivência, história, sexualidade e imagens femininas**. São Paulo: Brasiliense – 1980.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis, 2006.

SONNET, M. Uma filha para educar. In.: DAVIS, N. Z.; FARGE, A. (org.) **História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Afrontamento, [1990]. (Coleção História das Mulheres no Ocidente, vol. 3).

SOUZA, M. L. de B. M. de M. **Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época**. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Departamento de História, 1998. (Tese).

STARLING, H. M. M. e outras. (org.) **Odontologia**: Historia restaurada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TABAK, F. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In.: NEGRO, A.L; SILVA, S (Org.). **E. P. Thompson - As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

VALLEJOS, A. et. all. Lineamentos Epistemológicos. In: YANNOULAS, S.C. (org.). **A convidada de pedra**: mulheres e políticas públicas de renda. Brasília: FLASCO; Abaré, 2003.

VANIN, I.M. **Do patuá ao gengibre**: um estudo sobre as atividades femininas em Salvador do século XVII. Salvador: Universidade Católica do Salvador/ Departamento de História, 1998. (monografia).

VARELA, Julia. Las universidades cristiano-escolásticas y la exclusion de las mujeres 'burguesas' del campo del saber legitimo. In.: PHILIPP, R. M. R. **Mujeres e institución universitária em Occidente**: Conocimiento, investigación y roles de gênero. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1996.

VASCONCELOS, I. A metodologia enquanto ato político da prática educativa. In.: CANDOU, V. M. (org.) **Rumo a um nova didática**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres**: A Educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VICENT, A. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

VIEIRA, C. **Mulheres de elite em movimento por direitos políticos**: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2002. (dissertação)

WEBER, M. **Economia y sociedad**: esbozo de sociologia comprensiva. México, D.F: Fondo de cultura económica, 1987. (Sección de Obras de Sociologia).

WITTER, N. A. **Dizem que foi feitiço**: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. (Coleção História – 43).

ZORDAN, P. B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 256, maio-agosto/2005.